



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO BIÊNIO 2024-2026

WWW.TJBA.JUS.BR

Juntos, tornamos o

TJBA

MAIS perto
MAIS acessível
MAIS digital



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO BIÊNIO 2024-2026

WWW.TJBA.JUS.BR

Juntos, tornamos o

TJBA

MAIS perto
MAIS acessível
MAIS digital

© 2025
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
5ª Avenida do Centro Administrativo, nº 560 - Salvador/BA - CEP. 41745-971
www.tjba.jus.br

B151 Bahia. Tribunal de Justiça
Relatório Anual de Gestão: biênio 2024-2026 / Tribunal de Justiça
da Bahia. – Salvador: TJBA, 2025.

272p. ; il.

1. Relatório de gestão 2. Tribunal de Justiça da Bahia I. Título

CDU: 347.99(813.8)(047)

CDD: 340

Ficha catalográfica elaborada pela Coordenação de Bibliotecas do TJBA.

MESA DIRETORA 2024/2026



Desa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente



Des. JOÃO BÔSCO
DE OLIVEIRA SEIXAS
1º Vice-Presidente



Des. JOSÉ ALFREDO
CERQUEIRA DA SILVA
2º Vice-Presidente



Des. ROBERTO
MAYNARD FRANK
Corregedor-Geral da Justiça



Desa. PILAR CÉLIA
TOBIO DE CLARO
Corregedora das Comarcas do Interior

TRIBUNAL PLENO

Desa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente

Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS
1º Vice-Presidente

Des. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA
2º Vice-Presidente

Des. ROBERTO MAYNARD FRANK
Corregedor-Geral

Desa. PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO
Corregedora das Comarcas do Interior

Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF

Des. MARIO ALBERTO HIRS

Des. ESERVAL ROCHA

Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz

Desa. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

Desa. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA

Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO

Desa. HELOISA Pinto de Freitas Vieira GRADDI

Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

Desa. NÁGILA MARIA SALES BRITO

Desa. INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA

Desa. GARDÊNIA PEREIRA DUARTE

Des. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

Des. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA

Des. ALIOMAR SILVA BRITTO

Des. JOÃO AUGUSTO Alves de Oliveira PINTO

Desa. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL

Desa. LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS

Des. Edmilson JATAHY Fonseca JÚNIOR

Desa. IVONE BESSA RAMOS

Desa. RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES

Des. MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER

Des. LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO

Desa. JOANICE MARIA GUIMARÃES DE JESUS

Desa. MARIA DE LOURDES PINHO MEDAUAR

Desa. CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO

Des. BALTAZAR MIRANDA SARAIVA

Des. MÁRIO Augusto ALBIANI Alves JÚNIOR

Des. RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO

Des. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA

Desa. MARIA DE FÁTIMA SILVA CARVALHO

Des. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO

Desa. SORAYA MORADILLO PINTO

Desa. ARACY LIMA BORGES

Des. ANTONIO CUNHA CAVALCANTI

Des. JOSÉ SOARES FERREIRA ARAS NETO

Des. MANUEL CARNEIRO BAHIA DE ARAÚJO

Desa. REGINA HELENA SANTOS E SILVA

Des. PAULO ALBERTO NUNES CHENAUD

Des. GEDER LUIZ ROCHA GOMES

Des. EDSON RUY BAHIENSE GUIMARÃES

Des. José JORGE Lopes BARRETTO da Silva

Desa. CASSINELZA DA COSTA SANTOS LOPES

Des. MARCELO SILVA BRITTO

Desa. MARIA DO SOCORRO SANTA ROSA DE CARVALHO HABIB

Des. PAULO César Bandeira de Melo JORGE

Des. ANGELO Jeronimo e Silva VITA

Des. CÁSSIO José Barbosa MIRANDA

Des. ROLEMBERG José Araújo COSTA

Des. JOSEVANDO SOUZA ANDRADE

Des. ANTONIO ADONIAS AGUIAR BASTOS

Desa. LÍCIA PINTO FRAGOSO MODESTO

Des. CLAUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA

Des. ANTÔNIO MARON AGLE FILHO

Desa. MARIELZA BRANDÃO FRANCO

Des. RENATO RIBEIRO MARQUES DA COSTA

Des. RICARDO REGIS DOURADO

Des. NIVALDO DOS SANTOS AQUINO

GESTORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS

1ª Vice-Presidência

DES. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS

2ª Vice-Presidência

DES. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA

Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima

DES. JATAHY JÚNIOR

Ouvidoria Judicial

DES. LIDIVALDO REACHE

Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados

JUIZ GUSTAVO TELES VERAS NUNES

Assessoria Especial da Presidência II - Assuntos Institucionais

JUÍZA RITA RAMOS

Coordenação dos Juizados Especiais

DES. PAULO ALBERTO NUNES CHENAUD

Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios

JUIZ SADRAQUE OLIVEIRA RIOS TOGNIN

Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau

DESA. MARIA DE LOURDES PINHO MEDAUAR

Chefia de Gabinete da Presidência

MARIA PAULA DIAS CARVALHO BLUMETTI BRITO

Secretaria-Geral da Presidência

PEDRO VIEIRA DA SILVA FILHO

Secretaria de Administração
FERNANDA PINTO DANTAS BRAGA

Secretaria de Gestão de Pessoas
VIVIANE DA ANUNCIAÇÃO SOUZA OLIVEIRA

Secretaria Judiciária
DILCEMA ALMEIDA

Secretaria de Planejamento e Orçamento
LARISSA TORQUATO DE OLIVEIRA SOUZA

Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização
RICARDO NERY FRANCO

Consultoria Jurídica
MÔNICA ELIZABETH VIEIRA MARTINS GARRIDO

Núcleo de Arrecadação e Fiscalização
ADOLFO DE SOUZA FERRI

Controladoria do Judiciário
KARINA CORREIA MARTINEZ

Assessoria de Ação Social
VANESSA SANTOS TRAVESSA

Gabinete de Segurança Institucional
TEN CEL PM FÁBIO RODRIGO DE MELO OLIVEIRA

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
DESA. MARIELZA BRANDÃO FRANCO

Núcleo Socioambiental
DESA. MARIA DE FÁTIMA SILVA CARVALHO



Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Apresentação

Priorizar o Primeiro Grau e valorizar magistrados e servidores, com vistas à excelência da prestação jurisdicional, constituem o cerne da gestão do biênio 2024-2026 do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). Com esse propósito, sob a liderança da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, o Judiciário baiano desenvolveu importantes ações e, conseqüentemente, alcançou expressivos resultados durante o ano de 2024. Essa performance é fruto do trabalho conjunto, desenvolvido pelo público interno.

Este Relatório se refere às principais atividades desenvolvidas e aos significativos resultados obtidos pelo TJBA durante o 1º ano da gestão da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende. Na primeira parte deste documento, são apresentadas as realizações da Presidência, com destaque para os prêmios conquistados e para a expressiva produtividade alcançada. Na sequência, as unidades administrativas evidenciam o desempenho logrado nesse período.

As relevantes conquistas, descritas neste relatório, são fundamentadas na missão corporativa e estão engajadas para a consolidação da cidadania. Tais feitos demonstram o contínuo aprimoramento do Judiciário da Bahia. Muito já foi feito e há muito a realizar em prol do fortalecimento institucional. Como contínuo empenho e compromisso de todos (magistrados, servidores e colaboradores), o próximo ano da gestão deste biênio será ainda mais frutífero. Conforme afirmou a Desembargadora Presidente, ***“sigamos juntos nessa sintonia, lembrando que um mais um é, sempre, mais que dois.”***

SUMÁRIO

14

Presidência

79

Assessoria Especial da
Presidência II - Assuntos
Institucionais

38

1ª Vice-Presidência

94

Coordenação dos
Juizados Especiais

48

2ª Vice-Presidência

106

Núcleo Auxiliar
de Conciliação de
Precatórios

58

Universidade Corporativa
Ministro Hermes Lima

116

Coordenação de Apoio
ao Primeiro Grau

68

Ouvidoria Judicial

128

Chefia de Gabinete
da Presidência

74

Assessoria Especial da
Presidência I - Magistrados

138

Secretaria-Geral
da Presidência

152 Secretaria de
Administração

214 Núcleo de Arrecadação
e Fiscalização

162 Secretaria de
Gestão de Pessoas

222 Controladoria do Judiciário

172 Secretaria Judiciária

234 Assessoria de Ação Social

182 Secretaria de
Planejamento
e Orçamento

244 Gabinete de Segurança
Institucional

192 Secretaria de Tecnologia
da Informação e
Modernização

254 Núcleo Permanente de
Métodos Consensuais de
Solução de Conflitos

204 Consultoria Jurídica

264 Núcleo Socioambiental

Principais Atividades e Resultados Obtidos

DIRETRIZES DA PRESIDÊNCIA

Ancoradas nos eixos temáticos “Mais Acesso, Mais Eficiência e Mais Governança”, as 15 Diretrizes Gestão da Presidência para biênio 2024-2026 visam assegurar a concretização da missão institucional e equilibrar o atendimento das necessidades para a contínua melhoria da prestação jurisdicional. Esses pilares foram instituídos por meio do Decreto Judiciário nº 167/2024. Tais orientações devem ser observadas para efeito da elaboração e da execução de todos e quaisquer Planos, Projetos e Processos de Trabalho institucionais, sem prejuízo de ser analisada e deliberada pela Presidência proposta de novas diretrizes que possam vir a alavancar, potencialmente, o desempenho do TJBA.

TJBA Mais PERTO

A ADMINISTRAÇÃO A SERVIÇO DAS UNIDADES

O Projeto TJBA Mais Perto consiste em um desejo pessoal da Presidente, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, com vistas a promover uma aproximação significativa entre a Administração e as Unidades do 1º Grau da capital e do interior do estado, por meio da colaboração direta, da compreensão mútua e do apoio contínuo. Instituído por meio do Decreto Judiciário nº 309/2024, essa iniciativa estratégica consiste em realizar visitas às unidades, em um trabalho de conferência e resolução das necessidades. Coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência (SGP), essa ação conta com a participação da Desembargadora Presidente, de Secretários e das suas equipes, em um trabalho de conferência e resolução das necessidades, tanto na capital quanto no interior do estado. Também são montados stands com serviços institucionais oferecidos a servidores e magistrados. Em 2024, a Presidência realizou as seguintes edições desse Projeto: Salvador (Fóruns Ruy Barbosa, Ministro Adhemar Raymundo da Silva e Criminal), Vitória da Conquista, Barreiras, Alagoinhas, Juazeiro e Feira de Santana.



“Vamos precisar de todo mundo”

Sal da Terra



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA





SISTEMA DE
Integridade
DO PODER JUDICIÁRIO DA BAHIA



Por meio do Decreto Judiciário nº 229/2024, Desembargadora Presidente instituiu o Sistema de Integridade do Poder Judiciário baiano. O lançamento dessa iniciativa, conduzida pela SGP contou com a realização de um workshop na sede do TJBA, no dia 26 de março. Esse projeto está alinhado à Resolução nº 410/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujo teor institui normas gerais para a promoção da integridade e do combate à corrupção no âmbito do Poder Judiciário, bem como à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 do CNJ.



Plenário
Virtual

INÍCIO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO ESPECIAL

O Órgão Especial do TJBA foi criado em 2023 e realizou a sua primeira sessão em 27 de março de 2024, presidida pela Desembargadora Cynthia Resende. Nessa ocasião, dez processos foram discutidos presencialmente e 54 foram votados virtualmente. Já o primeiro Plenário Virtual do Órgão Especial, instalado em junho de 2022, aconteceu no período de 1º a 8 de abril de 2024, quando foram julgados 248 processos.

ENAM
Exame Nacional da Magistratura

EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

O TJBA apoiou as duas edições do Exame Nacional da Magistratura (Enam) ocorridas em Salvador, nos meses de abril e outubro. Além de acompanhar os dias de realização das provas, o Tribunal baiano instituiu, por meio do Decreto Judiciário nº 35/2024, a Comissão de Heteroidentificação do Poder Judiciário da Bahia que avaliou a autodeclaração de candidatos do Enam na condição de pessoa negra. Na primeira edição do certame, 1.980 candidatos se inscreveram na Bahia, sendo que, destes, 1.579 compareceram aos locais de prova. O segundo concurso, por sua vez, contou com 1.709 inscritos dos quais 496 estiveram ausentes.



PROJETO ENTREGANDO A ESPERANÇA

Em abril, o TJBA lançou o Projeto Entregando a Esperança, voltado à entrega voluntária da criança para adoção. Alinhada à Resolução CNJ nº 470/2022, a ação tem à frente a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), liderada pelo Desembargador Salomão Resedá, e visa à proteção integral. O procedimento é regulamentado pelo TJBA, por meio do Provimento Conjunto nº 01/2022, e a gestante ou a parturiente pode expressar a vontade em hospitais ou demais estabelecimentos de assistência social ou de atenção à saúde, sejam públicos, sejam particulares.

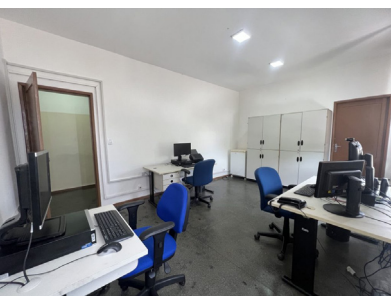


REVISTA Consenso

Em março, o TJBA publicou a 3ª edição da Revista Consenso. Iniciativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), que tem a supervisão da Desembargadora Marielza Brandão Franco, e do Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau (NJR2G), conduzido pela Desembargadora Joalice Maria Guimarães de Jesus, esse periódico traz um compilado de artigos, reflexões e análises que buscam expandir as fronteiras do entendimento em diversas áreas da Justiça Restaurativa.

PLANO DE OBRAS

O Plano de Obras para o biênio 2024-2026 foi aprovado, por unanimidade, no Tribunal Pleno do dia 17 de abril e está em ampla execução. Esse documento é fundamentado no Sistema de Priorização de Obras (SPO), que traz um ranking das comarcas com base no estado de conservação e tem como premissas a economicidade, a sustentabilidade, a eficiência, a harmonia com as necessidades e o planejamento estratégico. Consoante o Plano de Obras, está previsto, durante este biênio, o total de 39 reformas e 13 construções de novos fóruns. As primeiras entregas já ocorreram em junho.



RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA

Como forma de estreitar o relacionamento com a imprensa e, conseqüentemente, aproximar o Judiciário baiano da sociedade, a Presidente do TJBA e sua equipe de assessores realizaram, no primeiro ano desta gestão, visitas institucionais a veículos de comunicação. Nessas oportunidades, sempre acompanhada da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do TJBA, a Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende concedeu entrevistas e entregou press-kits (kits de imprensa) especiais aos representantes desses veículos.



GOVERNO DO ESTADO

Em maio, a Desembargadora Presidente Cynthia Resende tomou posse como Governadora Interina da Bahia, por 10 dias, em razão de viagem institucional do Governador Jerônimo Rodrigues e por impedimento do Vice-Governador, Geraldo Júnior, e do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Adolfo Menezes. De acordo com a Constituição Federal, a Presidente do TJBA é a terceira autoridade na linha sucessória ao Governo do Estado. Essa foi a terceira vez que uma mulher e, também, uma representante do Judiciário, assumiu o Governo do Estado da Bahia.



NOMEAÇÃO E POSSE DOS SERVIDORES

Priorizar investimentos para o fortalecimento do 1º Grau de jurisdição é uma das diretrizes desta gestão. Posto isto, a Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende assumiu o compromisso, desde o início da sua gestão, de incrementar o quadro de pessoal, com vistas a promover maior celeridade dos serviços prestados. Desde fevereiro de 2024, quando tomou posse na Presidência, até o início de janeiro de 2025, a Magistrada nomeou cerca de 400 novos servidores. A posse coletiva de 203 nomeados, realizada em maio, no Salão Nobre do Fórum Ruy Barbosa, constitui um momento marcante do primeiro ano desta gestão.



INAUGURAÇÕES E REFORMAS

No primeiro ano desta gestão, foi realizada uma série de inaugurações e reformas. Em Salvador, a Desembargadora Presidente instalou as sedes do Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) e do Núcleo de Atendimento ao(à) Magistrado(a) e ao(à) Servidor(a) Aposentado(a), bem como inaugurou as novas instalações da 3ª e da 4ª Varas Criminais dos Juizados Especiais, no Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva, e implantou a 5ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Em Vitória da Conquista, a Magistrada inaugurou uma Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Serrinha passou a contar com uma Central de Cumprimento de Mandados (CCM). Além disso, o Tribunal de Justiça da Bahia finalizou as reformas dos fóruns das Comarcas de Utinga e Capela do Alto Alegre. Em Juazeiro, por sua vez, a Desembargadora Cynthia Resende instalou a 2ª Vara de Família, Órfãos, Sucessões e Interditos; e a Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas. Nesse período, novos polos da Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (Unicorp-TJBA), também, foram estabelecidos no interior do estado (Luís Eduardo Magalhães, Feira de Santana, Porto Seguro e Vitória da Conquista). Para fechar 2024, Santo Antônio de Jesus passou a contar com a 2ª Vara Criminal.



PUBLICAÇÕES DA UNICORP

Em outubro de 2024, a Unicorp-TJBA, dirigida pelo Desembargador Jatahy Júnior, lançou a 11ª edição da Revista Entre Aspas durante o Congresso Internacional de Direito Digital, realizado no edifício-sede do Judiciário baiano. Já a Revista Unicorp em Pauta consiste em outra publicação da Unicorp-TJBA que marcou o primeiro ano da gestão da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende. Lançado em maio, esse periódico institucional chegou à quarta edição em dezembro. Essa revista reúne artigos, sem o rigor científico, de personalidades do sistema de Justiça.



NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0

O Decreto Judiciário nº 274/2024 criou o Núcleo de Justiça 4.0 - Meta 3, com competência para julgamento de ações que envolvam Direito Ambiental, Improbidade Administrativa, Violência Doméstica e Acidente de Trabalho. Implantados mediante o Ato Normativo Conjunto nº 10/2022 e em consonância com a Resolução nº 398/2021 do CNJ, os Núcleos de Justiça 4.0 do Poder Judiciário do Estado da Bahia foram criados para atuar em apoio às unidades judiciais, no âmbito de toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do Tribunal.



PAINEL DE PRIORIZAÇÃO DE PROCESSOS

O Painel de Priorização de Processos (PPP) consiste em uma ferramenta que aperfeiçoa o desempenho institucional, pois exibe indicadores de desempenho e saneamento de dados para cada unidade jurisdicional. Essa iniciativa da Desembargadora Presidente foi apresentada em maio, durante a primeira edição do TJBA Mais Perto, no Fórum Ruy Barbosa. Condizente com os critérios reunidos no Prêmio CNJ de Qualidade, o PPP atribui um peso a cada processo da Vara, esteja ele concluso ou em secretaria, estabelecendo um ranking de sugestão de prioridade de trabalho. Mesmo com pouco tempo de lançado, esse instrumento já proporciona notórios resultados.



PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL E SALAS PASSIVAS

A Presidência está ampliando, de forma significativa, o número de Salas Passivas e de PIDs, os quais são destinados à população em situação de vulnerabilidade digital, especialmente onde não há sede do Poder Judiciário. Em junho, o Tribunal de Justiça da Bahia, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-5) e 24 Prefeituras do interior do estado assinaram um Termo de Adesão. Os PIDs valorizam o 1º Grau de Jurisdição e democratizam o acesso à justiça, pois permitem que audiências e atos processuais sejam realizados 100% on-line, o que elimina a necessidade de deslocamento para outra comarca e torna o acompanhamento processual mais célere. Essa iniciativa é desenvolvida pela Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau (CAPG), que tem à frente a Desembargadora Maria de Lourdes Pinho Medaur.



CONECTA JUSTIÇA

Em julho, por meio do Decreto Judiciário nº 581/2024, o TJBA criou o Conecta Justiça que está em crescente expansão. Coordenado pelo NCJ, sob a supervisão da Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, esse projeto estabelece parcerias com entidades públicas e privadas, com vistas a viabilizar, de forma gratuita, o compartilhamento de rede wi-fi com o cidadão local que não possua conexão própria. A participação em audiência judicial, se comprovada a necessidade pelo interessado, por meio do documento do Tribunal, é mais uma possibilidade. Ao se conectar à rede de internet nos estabelecimentos participantes, o jurisdicionado poderá ter acesso aos serviços digitais da justiça, disponibilizados no Portal do TJBA, reduzindo a necessidade de deslocamento às unidades do Poder Judiciário Estadual.

BENEFÍCIOS PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES APOSENTADOS



No dia 24 de julho, o TJBA aprovou, em Sessão Plenária, a Resolução nº 08/2024. Essa iniciativa da Presidência visa conceder o benefício do auxílio-saúde aos magistrados e aos servidores aposentados e, assim, atende a uma antiga reivindicação, bem como reafirma um compromisso assumido, em maio, pela Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende. Na referida sessão, foi aprovada, também, a Resolução nº 09/2024 que estabelece o Programa “Prosseguir” de Preparação à Aposentadoria de Magistrados e Magistradas, Servidores e Servidoras do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Tal normativo instituiu, também, o Núcleo de Atendimento ao magistrado e ao servidor aposentado. No âmbito da atenção à saúde, cabe destacar a Instrução Normativa nº 02/2024, cujo teor estendeu os serviços da Diretoria de Assistência à Saúde aos inativos, com ampliação do atendimento nas especialidades de odontologia, fisioterapia, nutrição e massoterapia.



PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES



Durante a sessão ordinária do Tribunal Pleno ocorrida no dia 21 de agosto, a Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende declarou aprovado, por unanimidade e sem ressalvas, o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV) dos servidores do Judiciário baiano. Essa proposta do projeto de lei que versa sobre a reestruturação das carreiras do quadro de pessoal do TJBA promove a reestruturação



dos cargos em carreira e fixa os critérios e os requisitos para a progressão do servidor. Antes de ser submetido à apreciação do Tribunal Pleno, o novo PCCV foi aprovado, também de forma unânime, pela Comissão Permanente de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno, liderada pela Desembargadora Ivone Bessa Ramos, durante reunião ocorrida no dia 31 de julho. A proposta resultou da participação de diversos agentes, incluindo os sindicatos e as associações de classe.





CONHECENDO O JUDICIÁRIO

O Projeto Conhecendo o Judiciário aproxima a comunidade acadêmica do Tribunal de Justiça da Bahia e proporciona visibilidade institucional. Coordenado pela Ascom, nesta gestão, o formato desse Projeto foi remodelado e está mais atrativo. Além de focar a linguagem simples, os estudantes passaram a fazer visitas técnicas guiadas a setores da sede do Judiciário e do Fórum Ruy Barbosa. Até dezembro, 23 instituições de ensino e 1.133 estudantes participaram dessa ação.

LANÇAMENTO DO GERENCIADOR DE DOWNLOADS DO SISTEMA PJe

O lançamento do Gerenciador de Downloads do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJEDOCS) consiste em um passo significativo da Desembargadora Presidente na direção da eficiência e está em consonância com um dos eixos da sua gestão. Criada por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (Setim), a nova ferramenta proporciona maior estabilidade ao Sistema PJe para o acesso e o download de processos.

TV CORPORATIVA TJBA

Nesta gestão, a primeira TV Corporativa do Judiciário baiano foi instalada pela Ascom. Esse feito ocorreu durante a 5ª edição do Projeto TJBA Mais Perto, realizada em Barreiras, em julho. Nos meses seguintes, as Comarcas de Alagoinhas, Juazeiro e Feira de Santana passaram a contar com essa importante mídia que fortalece a identidade e a imagem do TJBA. O intuito desta gestão é levar a TV Corporativa para todas as comarcas do interior e para a capital.

INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Com o intuito de fomentar a inovação e utilizar tecnologias, como inteligência artificial e automação, de modo a melhorar a prestação jurisdicional e a qualidade das decisões judiciais, a Desembargadora Presidente lançou, em agosto, o AxéLab, laboratório de tecnologia e inovação do TJBA. Essa iniciativa, que proporciona solidez a uma das Diretrizes desta gestão, incentiva a modernização dos serviços institucionais, por meio de ideias e metodologias ágeis. Localizado no 3º andar do prédio, Anexo II, do TJBA, o espaço possui a área de 143,38 m². O ambiente moderno e aconchegante é composto por mobiliários articulados dispostos de forma a estimular a criatividade colaborativa.



20ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA TJBA EM AÇÃO

Na gestão da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, a Revista Eletrônica TJBA em Ação voltou a ser publicada. Concebida pela Ascom, a 20ª edição dessa publicação institucional reúne as informações sobre os principais feitos desta gestão durante os meses iniciais deste biênio. “Liderança inspiradora” é o primeiro texto dessa Revista, o qual traz peculiaridades sobre a Desembargadora Presidente.



CAMPANHAS DE PUBLICIDADE

Com vistas a proporcionar maior visibilidade às ações institucionais e aos serviços institucionais de interesse do cidadão e, consequentemente, fortalecer a imagem corporativa, o Tribunal de Justiça da Bahia lançou a campanha “TJBA Mais Perto, Mais Acessível, Mais Digital” em outubro. Já em novembro, a conciliação foi o tema da ação publicitária. “Busque a conciliação. Nada vale mais que a sua paz” consiste no slogan criado para promover a resolução de conflitos de forma pacífica. Para fundamentar as duas iniciativas, foi realizado um estratégico planejamento de divulgação, utilizando a comunicação integrada.



REPRESENTAÇÃO DO JUDICIÁRIO NO EXTERIOR

Convidada pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – Ministro Herman Benjamin –, a Desembargadora Presidente Cynthia Maria Pina Resende representou o Judiciário brasileiro no “II Seminário Internacional Justiça com Perspectiva de Gênero: Um Passo para a Igualdade”.



O evento aconteceu em São Domingo, capital da República Dominicana, nos dias 25 e 26 de novembro, coincidindo com o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher (25). Na ocasião, a Desembargadora foi recepcionada pelo Magistrado Henry Molina, Presidente da Suprema Corte de Justiça da República Dominicana.

POSSE NO CARGO DE VICE-PRESIDENTE DE CULTURA DO CONSEPRE

A Presidente do TJBA tomou posse como Vice-Presidente de Cultura do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) no dia 17 de janeiro de 2025, durante o 14º Encontro, em Rio Quente (GO). Com mandato de um ano, a nova Comissão Administrativa do Consepre foi eleita no dia 8 de novembro de 2024, durante o 13º Encontro, em João Pessoa.



Destaque para a Expressiva Produtividade



No período de 13 a 17 de maio, o TJBA realizou a Semana Estadual de Saneamento de Dados. Essa iniciativa, instituída pela Presidência e pelas Corregedorias, por meio do Ato Conjunto nº 006/2024, objetivou promover o aperfeiçoamento jurisdicional, mediante a correção de dados cadastrais das partes e dos procuradores nos sistemas judiciais. Esse esforço concentrado das unidades judiciárias de 1º Grau resultou no saneamento de 47.125 processos, o que representa 29% do quantitativo de processos com erros contabilizados no início da ação.



Semanas de Avaliações Periciais

Em 2024, foram realizadas três edições da Semana de Avaliações Periciais Multidisciplinares do TJBA para acelerar o julgamento das ações de interdição e curatela e, assim, aumentar a eficiência na prestação jurisdicional. No período de 27 de maio a 3 de junho, a 9ª edição da Semana foi realizada nas Comarcas de Itaparica, Serra Dourada e Remanso. Já a 10ª edição, ocorrida de 17 a 20 de junho, contemplou as Comarcas de Muritiba e Oliveira dos Brejinhos. A última edição de 2024, que aconteceu entre 4 e 6 de novembro, abrangeu as Comarcas de Igaporã, Sobradinho, Alagoinhas e Dias d'Ávila. A iniciativa, idealizada pela CAPG, tem o intuito de auxiliar as unidades que não dispõem de especialistas para a realização das perícias.



Em 2024, por meio do Nupemec, o Tribunal de Justiça da Bahia realizou duas Semanas Estaduais de Conciliação. A primeira, no período de 10 a 14 de junho, resultou na realização de 14.933 audiências nos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSCs), nas Varas e nos Juizados Especiais, com 1.876 acordos homologados nas áreas de Família, Cível e de Consumo. Já segunda edição dessa iniciativa transcorreu entre os dias 29 de outubro e

1º de novembro. Também nesse mês, o TJBA promoveu a Semana Nacional da Conciliação. Nessa ocasião, o Judiciário baiano movimentou 37.707 audiências de conciliação, somando mais de R\$ 9 milhões em valores de acordos. Já no âmbito dos CEJUSCs e das Unidades Judiciárias da Justiça Comum (Sistema PJe), a Semana Nacional e a 2ª edição da Semana Estadual de Conciliação promoveram 13.773 movimentações de audiências de conciliação e mediação, cujos acordos totalizaram R\$8.398.881 em valores. Quanto aos acordos realizados, por meio das Unidades Judiciárias do Sistema dos Juizados Especiais (Sistema Projudi), somaram R\$ 1.109.372, a partir das 23.934 movimentações de audiências de conciliação e mediação efetuadas.



SEMANA DE SENTENÇAS E BAIXAS PROCESSUAIS

A primeira edição da Semana de Sentenças e Baixas Processuais desta gestão ocorreu de 17 a 21 de junho, resultando na baixa de 136.690 processos e na prolação de 67.204 sentenças. A segunda edição de 2024 foi realizada de 16 a 20 de setembro. Nessa oportunidade, o esforço concentrado das unidades judiciárias alcançou 136.255 baixas e 88.819 sentenças, um total de 225.074 atos. Incentivadas pela Desembargadora Presidente, as Semanas de Sentenças e Baixas consideram o cumprimento das Metas Nacionais do CNJ e objetivam concentrar esforços para mais eficiência, celeridade e qualidade na prestação jurisdicional.

Prêmio Adoção Tardia

O TJBA recebeu o Prêmio Adoção Tardia no dia 19 de junho, em evento no Plenário do Senado, em Brasília. A premiação reconhece a relevância da campanha “Filhos são eternos bebês”, realizada pela Coordenadoria da Infância e da Juventude, com o apoio do Ministério Público da Bahia e da agência de publicidade Propeg. O Desembargador Salomão Resedá, Coordenador da CIJ, representou a Corte na cerimônia. Essa láurea promove o reconhecimento de pessoas e instituições que se destacam na integração de crianças e adolescentes fora do perfil mais procurado pela maioria das famílias, reforçando a importância de proporcionar lares para esses grupos. A campanha do TJBA busca sensibilizar a sociedade sobre a importância da adoção tardia, incentivando o acolhimento de crianças com mais de 6 anos.





Conquistando, nesta gestão, o melhor percentual já alcançado pelo Judiciário baiano na série histórica do Prêmio (desde a sua criação, em 2018), o TJBA logrou, pela terceira vez consecutiva, o 1º lugar no Ranking da Transparência do Judiciário. Desta vez, obteve o percentual de 102%, ocupando a 1ª colocação, não apenas entre os Tribunais Estaduais, mas também no quadro geral que incluiu 89 Tribunais e 3 Conselhos do país. A possibilidade de alcançar um percentual superior a 100% foi uma novidade desta edição, a qual concedeu pontuação extra ao órgão avaliado por organizar adequadamente, em temas, os itens componentes do Ranking da Transparência, que deveriam constar em local específico denominado “Transparência” e separados em dez temas.

O Tribunal baiano se destacou em produtividade entre os Tribunais Estaduais de grande porte, consoante o Relatório Justiça em Números 2024 (ano-base 2023), divulgado em maio pelo CNJ. Nesse ranking, o TJBA ocupou o 2º lugar no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) e o 3º lugar no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM). Na classificação geral, o Judiciário baiano alcançou o 7º lugar no IPM e a 3ª posição no IPS. O trabalho desenvolvido no estado refletiu, também, no Índice de Atendimento à Demanda (IAD), indicador que reflete a capacidade das Cortes em dar vazão ao volume de casos novos. O Tribunal de Justiça da Bahia alcançou um índice maior do que 100% (101%). Dos 27 Tribunais de Justiça Estaduais, 16, incluindo a Bahia, conseguiram esse registro.



Aumento do número de processos julgados

O total dos processos julgados pelo TJBA em 2024 teve o crescimento de 28% em comparação com o ano anterior. Essa melhoria do desempenho institucional foi evidenciada, mediante dados extraídos do Exaudi (Sistema de Gestão de Acervos Processuais), utilizado pelo Tribunal baiano no 1º e no 2º Grau. Ainda consoante esse sistema, se comparado com 2022, o total de julgamentos realizados no primeiro ano desta gestão supera em 54%. Em 2024, foram julgados 2.301.944 processos. No mesmo período em 2022 e 2023, foram, respectivamente, 1.491.883 e 1.793.512. Os números positivos – que incluem os julgados do 1º e do 2º Grau, dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais – refletem incremento da performance do TJBA.



Crescimento da produtividade

Ainda que o número de processos novos tenha aumentado, o Tribunal de Justiça da Bahia registrou o aumento da produtividade em 2024 ao comparado ao ano anterior. Considerando o período de janeiro a julho, houve um aumento de 23% na quantidade de processos baixados, passando de 1.084.227 em 2023 para 1.331.964 no ano posterior. Consoante quadro que se segue, o ganho expressivo de produtividade desta gestão pode ser evidenciado ao constatar que o número de julgamentos subiu 32% e que a quantidade de decisões proferidas aumentou 34%. O total de processos novos cresceu 11%. Já o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), um dos indicadores mais importantes do CNJ, passou de 115% para 127%, ou seja, a cada 100 novos processos, 127 foram baixados. Esses números referem-se ao período de janeiro a julho, no comparativo entre 2023 e 2024, e são aferidos pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan) do TJBA. Tais dados comprovam o compromisso da Presidência em promover mais eficiência, um dos eixos da gestão do biênio 2024-2026.

COMPARATIVO DE VALORES DE JANEIRO / JULHO PARA OS RESPECTIVOS ANOS			
	2023	2024	AUMENTO DE PRODUTIVIDADE
Processos Baixados	1.084.227	1.331.964	23%
Casos Novos	942.972	1.045.095	11%
Índice de Atendimento à Demanda	115%	127%	12 Pontos Percentuais
Sentenças	993.593	1.311.147	32%
Decisões	686.795	923.488	34%
Despachos	1.604.247	1.660.035	3%
Total de Atos	3.284.635	3.894.670	19%
Projeção de Casos Novos para 2024		1.790.528	
Projeção de Processos Baixados para 2024		2.054.628	

Fonte: SEPLAN (2024)

Baixa de mais de 200 mil execuções fiscais

No mês de abril, a Presidente do TJBA, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, assinou a Portaria Conjunta nº 5 que inclui o CNJ, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Esse documento se destina ao aperfeiçoamento do fluxo de execuções fiscais promovidas pela PGFN em tramitação nas Justiças Estaduais. Na sequência, com o intuito de reduzir o número de processos fiscais e em sintonia com a Resolução CNJ nº 547/2024 (que extingue as execuções fiscais de valor inferior a R\$10 mil, desde que estejam sem movimentação útil há mais de um ano e sem bens penhoráveis), a Desembargadora Presidente assinou Termos de Cooperação Técnica com diversos municípios. Assim, no primeiro ano desta gestão, por meio da utilização do Robô Themis, essa iniciativa, liderada pela CAPG, já proporcionou a baixa de mais de 200 mil execuções fiscais em diversas comarcas, cujas prefeituras assinaram o termo de cooperação com o Judiciário baiano.



Nível máximo de excelência em Governança de Tecnologia da Informação com índice de 91,62, acima da média nacional

Em setembro, o TJBA alcançou o mais alto nível de excelência em Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com um índice de 91,62 no iGovTIC-JUD, superando a média nacional de 87,41. Esse indicador, avaliado pelo CNJ, mede a maturidade dos órgãos do Judiciário em governança, gestão e infraestrutura de TIC, classificando-os em quatro níveis: Baixo, Satisfatório, Aprimorado e Excelência. O iGovTIC-JUD é um instrumento essencial para o acompanhamento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), avaliando a maturidade em governança, gestão e infraestrutura de TIC. Atingir a excelência significa que o Tribunal de Justiça da Bahia adota as melhores práticas e mantém uma infraestrutura sólida, sustentando a agilidade e a qualidade na prestação jurisdicional. Assim, essa conquista importante evidencia a elevada maturidade tecnológica do TJBA, demonstrando sua capacidade de gestão em TIC. Com isso, o Tribunal fortalece a sua capacidade de oferecer soluções mais eficientes e aprimorar a prestação jurisdicional, assegurando que os avanços em TIC impulsionem uma justiça mais célere, acessível e moderna.



Mutirões de Paternidade

O TJBA, por meio do Nupemec e do CEJUSC Pai Presente, realizou, em 2024, duas edições do Projeto Corrente do Amor (Mutirão Pai Presente), com coleta de exames de paternidade já determinados em processos judiciais. Essa ação visa resolver contendas de forma pacífica, além de oferecer serviços que empoderam a população, contribuindo para uma sociedade mais justa e consciente de seus direitos.



2º lugar no Prêmio Inovação do Poder Judiciário

O TJBA foi premiado com o 2º lugar na categoria Tecnologia Judicial Inovadora – subcategoria Ideias Inovadoras, da primeira edição do Prêmio Inovação do Poder Judiciário. O reconhecimento veio com o Sistema Oxóssi, uma ferramenta inovadora de Inteligência Artificial (IA) desenvolvida pelo AxéLab. A Desembargadora Cynthia Resende recebeu o prêmio durante o IV Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário (FestLabs), realizado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de 11 a 13 de setembro. O reconhecimento no Prêmio CNJ de Inovação consolida o Tribunal de Justiça da Bahia em uma posição de destaque no cenário nacional de inovação tecnológica e reforça o compromisso institucional com a modernização e a eficiência na prestação jurisdicional.



Conquista consecutiva do Selo Diamante de Transparência Pública; agora, com 100% de performance

Com o foco em prover, continuamente, uma gestão transparente da informação, o TJBA, presidido pela Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, tem alcançado significativos resultados. Prova disso é a conquista, pela segunda vez, do Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), instituído pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Após alcançar 97,89% (em 2023), o Judiciário baiano realizou, nesta gestão (2024/2026), mais um importante feito: elevou para 100% a performance no índice transparência. Os resultados da premiação deste ano foram apresentados no dia 13 de outubro, durante o Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC), em Foz do Iguaçu (PR). Foram avaliados 7.370 portais do país. O objetivo do PNTTP é avaliar a transparência ativa, ou seja, aquela realizada de forma espontânea, independentemente de solicitação. Essa avaliação está em sintonia com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 2011).



Enfoque para a Linguagem Simples

Na gestão da Desembargadora Presidente Cynthia Maria Pina Resende, a Linguagem Simples tem destaque. Sob a condução da CAPG, muitas foram as iniciativas voltadas a essa temática. Em abril, o TJBA firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o CNJ para a promoção das ações do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples. Já em outubro, o Judiciário baiano conquistou o Selo Linguagem Simples – 2024 do CNJ, bem como promoveu o I Seminário da Linguagem Simples – Criando pontes entre o cidadão e a justiça, com as palestras do Presidente do STF e do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso; e da Coordenadora de Multimeios do STF, Fábiana Galvão, responsável pela gestão das mídias sociais da Suprema Corte.

Prêmio de Inovação J.Ex 2024

Além de a Desembargadora Presidente Cynthia Maria Pina Resende conquistar o 1º lugar na categoria Liderança Exponencial do Prêmio de Inovação J.Ex 2024, o Tribunal baiano brilhou com o Robô Themis e o Sistema Oxóssi. Essas ferramentas de automação e inteligência artificial conquistaram o 2º e o 3º lugares na categoria Inovação na Gestão e Inovação Tecnológica, respectivamente. O Prêmio reconhece líderes, iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológico e de gestão no ecossistema de Justiça. A Desembargadora Presidente recebeu essas premiações no dia 21 de novembro, em Brasília.



2º lugar no Prêmio Equidade Racial

O TJBA conquistou o 2º lugar no eixo Desempenho do Prêmio Equidade Racial do Poder Judiciário, concedido pelo CNJ, no dia 5 de novembro, durante o Seminário de Boas Práticas em Equidade Racial no Judiciário, em Brasília. Instituída pela Resolução nº 519/2023, essa premiação reconhece as boas práticas promovidas pelos Tribunais na linha da promoção da

igualdade de raças. A ação compõe o conjunto de iniciativas vinculadas ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial.

Entrega de mais de 2 toneladas de alimentos na sede das Obras Sociais Irmã Dulce

Em novembro, a Presidente do TJBA, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, entregou duas toneladas e 132 quilos de alimentos na sede das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), no bairro do Bonfim. A doação foi arrecadada no evento “Corrida da Justiça”, promovida pela Secretaria de Gestão de Pessoas (Segesp), e reforça a importância da solidariedade.



Selo Prata CNJ de Qualidade 2024, agora na categoria de Tribunais de grande porte

O TJBA alcançou, agora entre os Tribunais de grande porte, o Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade 2024. Essa honraria de 3º lugar, entre os maiores Tribunais do país, foi entregue à Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, no dia 3 de dezembro, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), em Campo Grande (MS). Em 2024, o TJBA foi elevado, principalmente por conta da demanda processual, à categoria de grande porte no Prêmio CNJ de Qualidade. O TJBA se destacou em muitos requisitos estabelecidos no Prêmio CNJ de Qualidade 2024. Nesta edição, o Tribunal de Justiça da Bahia atendeu, pela primeira vez, a todas as Metas Nacionais do CNJ, com 110 pontos. Isso constitui um marco. Além dessa importante performance, o Tribunal baiano alcançou a pontuação máxima em relevantes requisitos.



Medidas Protetivas

Em 2024, o TJBA concedeu 26.432 Medidas Protetivas de Urgência, consoante a Lei Maria da Penha. Monitoradas pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJBA, que tem à frente a Desembargadora Nágila Brito, as medidas protetivas visam prevenir ou cessar ameaças e lesões à integridade física e psicológica da mulher. Essa Coordenadoria é responsável por apresentar propostas para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na prevenção e no combate à violência doméstica e familiar.



Instituído por meio do Decreto Judiciário nº 788/2024, o Projeto TJBA Mais Júri objetivou incrementar a quantidade de sessões no último trimestre de 2024, com vistas a reduzir processos pendentes em Varas de competência do Tribunal do Júri. Capiteada pela CAPG, essa ação se alinha ao Programa Bahia pela Paz, o qual tem à frente o Governo da Bahia. Para esse período, 500 sessões foram estipuladas. O Judiciário atingiu essa meta com folga, com a realização de 640 Júri, no período de outubro a dezembro. O resultado expressivo alcançado pelo Tribunal baiano reflete o comprometimento, também, do Ministério Público (MPBA), da Defensoria Pública (DPE) e do Governo do Estado. A Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, no dia 19 de dezembro, homenageou os magistrados e os servidores que se destacaram na execução do Projeto TJBA Mais Júri.

Produtividade Recorde do Pagamento de Precatórios

Além das iniciativas concebidas pelo Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (NACP), como a criação da cartilha para esclarecer dúvidas frequentes sobre o tema de precatórios, de fevereiro a dezembro de 2024, a gestão da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende alcançou o recorde de pagamento de Precatórios: R\$ 1.678.664.028,64. Esse valor é superior ao já pago em biênios anteriores. Nesse período, foram proferidos 14.403 despachos/decisões em precatórios, bem como foram quitados (total ou parcialmente) 6.493 precatórios. O resultado expressivo decorreu dos esforços empreendidos por essa gestão em reformular procedimentos administrativos e fluxos de trabalho, bem como promover maior controle de produtividade, sempre em consonância com as orientações do CNJ.







1ª VICE-PRESIDÊNCIA



COMPOSIÇÃO DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Desembargador João Bôsko de Oliveira Seixas
1º Vice-Presidente

Equipe Administrativa

Juiz Assessor Especial
Humberto Nogueira

Chefe de Gabinete
Paula Barreto Rios

Assessora Administrativa
Luciana Gondim Ávila Santos

Diretor de Distribuição do 2º Grau
Antônio Lenine dos Santos

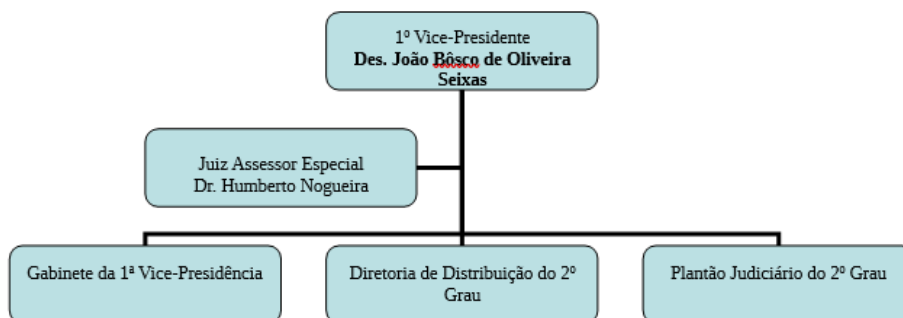
Chefe do Plantão Judiciário do 2º Grau
Dorivaldo Santana Sodré dos Santos

Assessora do Magistrado
Anna Carolina Giffoni de Souza

1. Apresentação

As competências da 1ª Vice-Presidência estão descritas no art. 85 do RITJ e suas principais atribuições dizem respeito à substituição da Presidente nas suas ausências, impedimentos e suspeições e à coordenação da Diretoria de Distribuição do 2º Grau (DD2G) e do Plantão Judiciário de 2º Grau (PJ2G). Além disso, o 1º Vice-Presidente atua como relator nas dúvidas regimentais e nos conflitos de competência entre Órgãos do Tribunal, Desembargadores e Juízes Substitutos de Segundo Grau convocados, além de relatar processos administrativos no Conselho da Magistratura.

A estrutura organizacional básica da unidade pode ser apresentada da seguinte maneira:



Em síntese, sob a gestão do Des. João Bôsko de Oliveira Seixas estão sendo priorizadas iniciativas que contribuam, aprimorem e facilitem a prestação jurisdicional no âmbito das atribuições desta unidade, mormente a Distribuição de 2º Grau, o Plantão Judiciário de 2º grau e os julgamentos dos conflitos de competência e dúvidas regimentais.

Este relatório apresenta as atividades e as ações tomadas por esta 1ª Vice-Presidência, a partir do início do mandato do Desembargador João Bôsko, ao tempo que direciona o rumo dos passos e dos objetivos futuros.

2. Atividades da 1ª Vice-Presidência

Ao longo do ano, a 1ª Vice-Presidência se reuniu com diversos setores do Tribunal de Justiça e com outros órgãos e entes, sempre em busca de aprimoramentos na prestação jurisdicional e de melhores resultados nas competências administrativas deste setor.

Nesse contexto, o Desembargador 1º Vice-Presidente, no dia 02/02/2024, se reuniu com os servidores representantes da DD2G e do PJ2G, bem como com a Chefe de Gabinete e a Assessora Administrativa da 1ª Vice-Presidência, além do Juiz Assessor Especial, Dr. Humberto Nogueira. Na oportunidade, o 1º Vice-Presidente ouviu os servidores, atento às suas colocações sobre a condução das atividades, buscando atualizar o plano de gestão de forma condizente com as necessidades de cada setor.

Ainda em fevereiro, o 1º Vice-Presidente participou de uma reunião convocada pela Presidente do Tribunal, que contou com a participação da Mesa Diretora, com a Coordenação dos Juizados Especiais e com a Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição. Naquela oportunidade, o 1º Vice-Presidente externou a importância do desenvolvimento de um projeto de integridade pelo Tribunal de Justiça e do uso de inteligência artificial, sobretudo no âmbito da distribuição de processos pela Distribuição de 2º Grau.

Ainda no mês de fevereiro, o 1º Vice-Presidente, na tentativa de solucionar caso concreto trazido ao seu conhecimento, se reuniu com representantes da Secretaria de Tecnologia de Informação e Modernização (SETIM), para discutir pautas atinentes, sobretudo, à distribuição de processos e às regras internas de compensação, bem como voltadas às inconsistências no PJE, no EXAUDI. Na oportunidade, ventilou-se a obtenção ou o desenvolvimento de inteligência artificial, com o propósito de auxiliar os trabalhos da DD2G, demanda que já havia sido solicitada desde a gestão anterior.

Sobre esse último tema, a 1ª Vice-Presidência encaminhou à SETIM nova solicitação de colaboração na execução de projeto para o desenvolvimento de um módulo eletrônico, com auxílio de inteligência artificial, objetivando automatizar a rotina das atividades de prevenção e triagem da DD2G. Para dar encaminhamento ao projeto, o Diretor da DD2G vem se reunindo, periodicamente, com representantes dos setores de tecnologia deste Tribunal, a fim de desenvolver ferramenta específica que auxilie, em um primeiro momento, a triagem de processos recepcionados no 2º Grau de jurisdição.

O 1º Vice-Presidente recebeu, em seu gabinete, representantes da OAB, para tratar de interesses da advocacia alinhados às competências da 1ª Vice-Presidência, em especial sobre a regular distribuição de processos no 2º Grau.

Em abril de 2024, a 1ª Vice-Presidência, por meio do Juiz Assessor Dr. Humberto Nogueira, participou de reunião com representantes da Corregedoria-Geral de Justiça e de outros setores do Tribunal, a fim de definir procedimentos de distribuição de processos no PJECor, sistema gerenciado pelo CNJ.

A fim de discutir melhorias sobre o sistema de acumuladores e a distribuição de processos, a 1ª Vice-Presidência esteve presente em reunião com representantes da SETIM e do CNJ, visando garantir a equitatividade na distribuição de processos e melhorar a operacionalização do sistema.

A 1ª Vice-Presidência esteve presente nas Reuniões de Análises Estratégicas realizadas ao longo do ano de 2024, para colaborar com o acompanhamento e a criação, por diversos setores do Tribunal, de projetos que buscam otimizar os trabalhos da Corte de Justiça.

A 1ª Vice-Presidência participou de reuniões, representada pelo Juiz Assessor e pelo Diretor da DD2G, para definir e buscar melhorias no uso das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs). O Juiz Assessor, integrando o Grupo Gestor Local das TPUs, participou de cinco reuniões ao longo do 2024. Já o Diretor da DD2G, integrando o denominado Grupo Operacional, vinculado ao Grupo Gestor Local das TPUs, participou de reuniões visando ao aprimoramento das referidas tabelas.

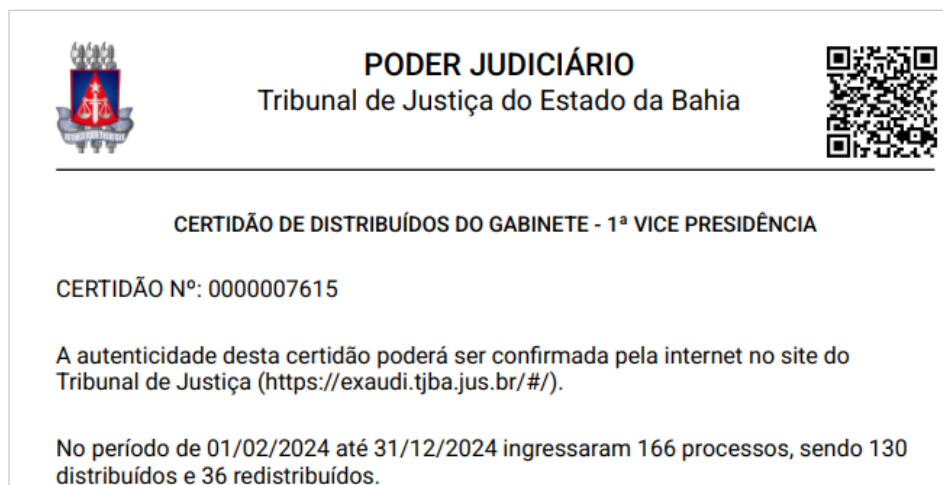
Por outro lado, a 1ª Vice-Presidência, colaborando com o sistema de integridade da Corte de Justiça baiana, que vem sendo colocado em ação pela Presidência do Tribunal, participou de entrevista com a empresa de consultoria contratada para implementar o referido programa. Durante a entrevista, buscou-se elaborar uma matriz de riscos envolvendo as atividades desenvolvidas no setor, a fim de que, identificados eventuais riscos, sejam implementados controle internos e sejam efetivadas ações mitigadoras.

Deve ser destacado que, por ser a 1ª Vice-Presidência a responsável pela manutenção do Sistema de Linha Sucessória (SLS), foi elaborada uma cartilha virtual de consulta ao sistema, direcionada aos Gabinetes dos Desembargadores, por meio do Ofício Circular nº VP1-02/2024-CG. O intuito da cartilha foi de possibilitar o conhecimento aos usuários das funcionalidades do SLS, com o objetivo de facilitar a compreensão sobre prevenção em processos e troca de vagas/acervos de processos.

Tendo sido observadas dificuldades em colocar em ação o quanto disposto no art. 17 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que trata da permuta/transferência de Desembargadores, pois a previsão então contida no dispositivo demandava distribuição exaustiva para o Desembargador transferido de vaga, o 1º Vice-Presidente propôs alteração regimental, que foi apreciada e totalmente aprovada pelo Tribunal Pleno em sessão realizada no dia 11/12/2024. A emenda regimental entrou em vigor na data da sua publicação, que ocorreu no DJe do dia 19/12/2024.

A 1ª Vice-Presidência, dentro de sua competência de julgar conflitos de competência e dirimir dúvidas regimentais, apresenta os seguintes dados de produtividade extraídos do EXAUDI:

- **166** processos recebidos, sendo **130** distribuídos e **36** redistribuídos;
- **95** processos julgados, sendo **81** julgamentos colegiados e **14** monocráticos.





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



CERTIDÃO DE JULGADOS DO GABINETE - 1ª VICE PRESIDÊNCIA

CERTIDÃO Nº: 0000007616

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://exaudi.tjba.jus.br/#/>).

No período de 01/02/2024 até 31/12/2024 foram julgados 95 processos, sendo 81 julgamento(s) colegiado(s) e 14 julgamento(s) monocrático(s).

3. Substituição à Presidente do Tribunal de Justiça



O 1º Vice-Presidente, em duas ocasiões, substituiu a Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, assumindo, interinamente, a Presidência da Corte de Justiça.

O 1º Vice-Presidente, também, representou o Tribunal de Justiça em solenidades, tais como: a cerimônia de posse da Juíza Patrícia Didier de Moraes Pereira como Desembargadora Eleitoral Substituta do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; a solenidade de posse de Promotores de Justiça no Ministério Público Estadual; a entrega de Medalha Irmã Dulce ao Desembargador Baltazar Miranda Saraiva, na Câmara de Vereadores do Município de Salvador; a Conferência Estadual da Jovem Advocacia Baiana, realizada no Centro de Convenções Salvador; o Encontro de Juízes Eleitorais; a abertura do Projeto Prosseguir do TJBA; o XVIII Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário; o XVI Encontro de Revendedores de Combustíveis do Nordeste; o Seminário “Perspectivas Atuais da Jurisdição”, que homenageou o processualista José Joaquim Calmon de Passos; o evento Solo Seguro – Integrando ações para uma REURB Segura; o evento de Comemoração aos 16 anos da Unicorp; a entrega da Comenda 2 de Julho ao Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia; dentre outros eventos que ocorreram ao longo do ano.

Em outras ocasiões, presidiu sessões do Órgão Especial e sessão do Tribunal Pleno, nas quais foram julgados diversos processos judiciais pautados e expedientes administrativos diversos.





4. Atividades da DD2G

A DD2G, em linhas gerais, realiza a distribuição de processos judiciais no âmbito do 2º Grau, de competência originária ou recursal. É o setor competente para o arquivamento dos feitos julgados, originariamente, pelo Tribunal de Justiça, além de ser responsável pela emissão de certidão de distribuição para fins cíveis, criminais e eleitorais de processos no âmbito do 2º Grau, quando inviável a sua emissão eletrônica.

A unidade foi inspecionada, recentemente, pela 1ª Vice-Presidência, no período de 21/05 a 07/06/2024 e nada de atípico ou irregular foi encontrado, tendo sido realizados apenas alguns ajustes para melhorar o desempenho, a exemplo de normatizar as informações a terceiros sobre processos em segredo de justiça. Sobre o tema, foi expedida a Ordem de Serviço 01/2024-DD2G, padronizando a forma como os servidores da DD2G devem agir quando instados a dar informações sobre processos que tramitam em segredo de justiça e foi comunicada a todos os gabinetes dos Desembargadores, mediante o Ofício Circular n. 04/2024.

Ainda sobre a temática dos processos em segredo de justiça e as atribuições da DD2G, a 1ª Vice-Presidência expediu o Ofício Circular nº VP1-03/2024-CG. O documento foi necessário para reforçar, com os Magistrados de 1º Grau, a necessidade de comunicação à DD2G sempre que houver a remessa de processos classificados com sigilo de níveis 2 a 5. A ação foi pensada para evitar que processos sigilosos remetidos ao 2º Grau fiquem “perdidos” no sistema, pois a sua visualização depende de trâmites específicos, justamente a fim de salvaguardar as informações sigilosas contidas em tais processos, tendo sido feito um detalhamento dos procedimentos a serem adotados na tramitação de tais processos, pela Portaria VP1 nº 24 de 29 de maio de 2024.

A 1ª Vice-Presidência tem se empenhado em resolver o problema concernente a processos remetidos ao 2º Grau, mas que ficam em uma espécie de “limbo”, não sendo direcionados efetivamente à DD2G. Além de monitorar a situação, há demandas da 1ª Vice-Presidência junto à SETIM para a resolução da falha sistêmica.

Ademais, como a DD2G monitora o quantitativo de processos distribuídos por meio de sistema próprio, esses números são recorrentemente comparados com os números fornecidos pelo EXAUDI, a fim de que se busquem dados mais efetivos sobre a distribuição de processos no Tribunal de Justiça no 2º Grau de Jurisdição.

A 1ª Vice-Presidência e a DD2G enfrentaram desafios com a implantação do Órgão Especial e colaborou com as ações para o correto encaminhamento dos processos ao novo Órgão Julgador. Ademais, as regras de compensação na distribuição de processos, previstas regimentalmente, vêm

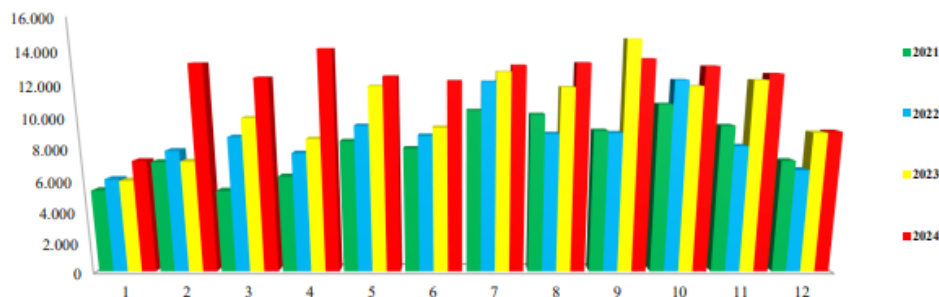
sendo sempre monitoradas, implicando reuniões frequentes com a SETIM e com representantes do CNJ, para que os resultados almejados com a criação do Órgão sejam alcançados.

Por guardar relação com as atribuições da DD2G, houve a edição do Ato Conjunto n. 15/2024, com a participação da 1ª Vice-Presidência, que estabeleceu a obrigatoriedade da remessa de Agravos em Execução ao 2º Grau pelo SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), que passou a ser integrado ao PJE2Grau. A edição do Ato Conjunto demandou reuniões, para que a nova modalidade de remessa transcorresse sem causar problemas aos usuários dos sistemas.

Em que pese o número de processos distribuídos no Tribunal vir crescendo nos últimos anos, a DD2G vem cumprindo todos os prazos e, via de regra, todos os processos distribuídos até às 18h são encaminhados aos gabinetes no mesmo dia. Abaixo, seguem os dados da distribuição de processos no 2º Grau:

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	CONSOLIDADO DO ANO
2021 - ED	5.339	7.168	5.304	6.230	8.489	8.023	10.397	10.151	9.139	10.783	9.451	7.241	97.715
2022 - ED	6.068	7.888	8.750	7.725	9.459	8.827	12.169	8.942	8.998	12.274	8.170	6.653	105.923
2023 - ED	5.965	7.198	9.942	8.621	11.901	9.334	12.775	11.832	14.768	11.895	12.269	9.016	125.516
2024 - ED	7.236	13.295	12.420	14.174	12.493	12.207	13.159	13.314	13.565	13.109	12.648	9.075	146.695
SOMA	24.608	35.549	36.416	36.750	42.342	38.391	48.500	44.239	46.470	48.061	42.538	31.985	475.849
MÉDIA	6.152	8.887	9.104	9.188	10.586	12.797	16.167	14.746	15.490	16.020	14.179	10.662	-

QUADRO COMPARATIVO PERÍODO - 2021/2024
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS



COMPARATIVO ACUMULADO	DADOS	ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERCEDENTE
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	97.715	0
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022	105.923	8.208
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023	125.516	19.593
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024	146.695	21.179

5. Atividades do PJ2Grau

O plantão judiciário de 2º Grau é regulamentado pelas Resoluções n. 15/2019 do TJBA e n. 71/2008 do CNJ.

Durante todo o ano, o PJ2Grau funcionou sem intercorrências, mesmo nas situações de instabilidade do PJE, quando as demandas puderam ser recebidas por e-mail ou até fisicamente nas dependências do Tribunal.

As escalas de plantonistas elaboradas pela 1ª Vice-Presidência seguiram a lista de antiguidade, envolvendo Desembargadores e Juízes Substitutos de 2º Grau. As portarias com as designações dos plantonistas são, rotineiramente, publicadas no DJe, seguindo as diretrizes das resoluções acima citadas.

A fim de dar mais transparência aos processos que foram recebidos no PJ2Grau, a 1ª Vice-Presidência passou a publicar, mensalmente, além dos dados estatísticos, os números dos processos, bem como aqueles nos quais houve deferimento de liminar.

Abaixo, seguem os dados estatísticos do PJE2Grau:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
1ª VICE PRESIDÊNCIA – PLANTÃO JUDICIÁRIO DE 2º GRAU
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Centro Administrativo da Bahia – Salvador – BA

2024

Quantitativo de Processos Recebidos (ÁREA)

Mês	Processos Cíveis	Processos Criminais
Janeiro	72	102
Fevereiro	38	71
Março	33	53
Abril	43	73
Maio	76	58
Junho	61	59
Julho	67	75
Agosto	45	42
Setembro	60	59
Outubro	44	54
Novembro	46	66
Dezembro	153	265
Total	738	977

Quantitativo de Processos Distribuídos
Cíveis e Criminais



■ Processos Cíveis ■ Processos Criminais

6. Planejamentos para o ano de 2025

Já existem estudos com o objetivo de atualizar o portal da 1ª Vice-Presidência, o que já foi demandado à SETIM, para tornar as informações mais claras e acessíveis no site.

Pretende-se, ainda, iniciar a organização de base de dados de Juízes que atuaram no 2º Grau de Jurisdição como convocados, a fim de criar uma espécie de Sistema de Linha Sucessória (SLS) dos Juízes, pois o atual SLS apenas contempla a sucessão de Desembargadores e de Juízes Convocados quando estes últimos atuam em noventenas, afastamentos judiciais, vacâncias de aposentadoria e situações bem específicas. A base de dados deve ser incluída (o que dependerá da SETIM) no próprio SLS ou em sistema específico a ser desenvolvido.

Objetiva-se formar uma base de dados, em sistema específico também a ser desenvolvido pelos setores técnicos do Tribunal, dos Magistrados que atuaram no Plantão Judiciário de 2º Grau, com o objetivo de se possibilitar uma busca rápida e segura de Magistrado que atuou em determinado plantão, além de se padronizar, para gestões futuras, um controle de convocação dos plantonistas.

Por fim, pretende-se obter a renovação do selo ISO 9001, já certificado para a DD2G, devendo os primeiros passos serem dados nos primeiros meses de 2025.



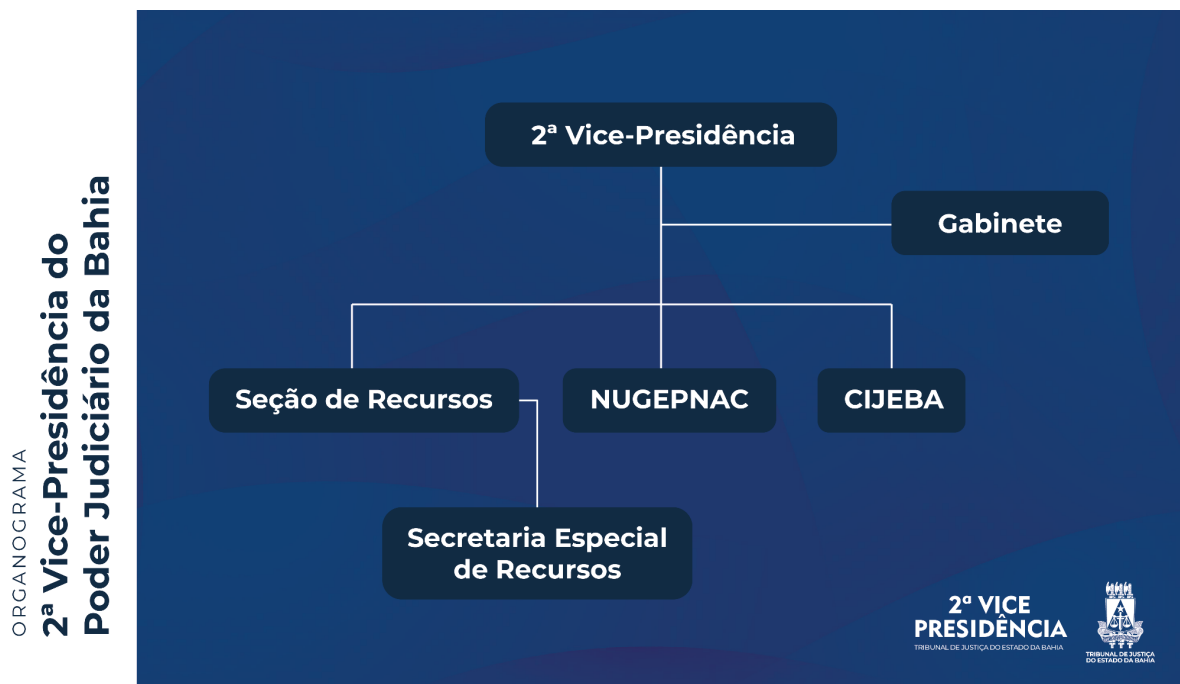
2ª VICE-PRESIDÊNCIA



APRESENTAÇÃO

A 2ª Vice-Presidência integra a Mesa Diretora deste Tribunal de Justiça e tem sua competência regulamentada no artigo 86 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

- A unidade é composta pelo Gabinete da 2ª Vice-Presidência, pela Seção de Recursos, pelo NUGEPNAC, pelo CIJEBA e pela Secretaria da Seção de Recursos, conforme organograma abaixo:



- O **Gabinete** presta assistência administrativa ao 2º Vice-Presidente, gerindo e distribuindo o acervo processual em conjunto com a Seção de Recursos, publicando os atos judiciais, atendendo aos jurisdicionados presencialmente, por telefone e whatsapp, identificando novas necessidades do 2º Vice-Presidente e organizando soluções estruturadas para atender a elas, administrando os recursos humanos da unidade, avaliando os resultados de desempenho dos setores, identificando oportunidades de melhorias nos fluxos de trabalhos, preparando relatórios, ofícios e comunicações às instâncias superiores, sendo responsável ainda por gerir os canais de comunicação, entre eles o Portal da 2ª Vice-Presidência, produzindo e solicitando a divulgação do informativo mensal.

- A **Seção de Recursos** desempenha papel estratégico como o principal canal de comunicação recursal entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A equipe da Seção de Recursos é composta pela Juíza Assessora Especial e por assessores, responsáveis pela análise processual e pela elaboração de minutas de decisões e despachos nos julgamentos de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais, posteriormente submetidas à aprovação final do Desembargador 2º Vice-Presidente. É nesse setor que ocorre, em grande parte, o encerramento da prestação jurisdicional, com o esgotamento das vias recursais. Como unidade de apoio administrativo à Seção de Recursos, atua a Secretaria da Seção de Recursos que desempenha funções de processamento de recursos destinados aos Tribunais Superiores.

- O **Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC)**, unidade administrativa vinculada à 2ª Vice-Presidência, atua como um instrumento de gestão estratégica, buscando garantir que os precedentes e ações coletivas sejam tratados de forma uniforme e eficiente, em benefício de toda a sociedade.

- O **Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA)** tem como principal objetivo prevenir e solucionar conflitos multitudinários em sua origem, a partir do monitoramento e da identificação das demandas de massa ou com potencial de repetitividade; do aperfeiçoamento do gerenciamento de precedentes; da atuação coordenada com as unidades internas de 1º e 2º Graus e com outras instituições; e da padronização das rotinas, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas e ações que visem à redução da cultura excessiva de judicialização e do uso predatório do sistema de justiça.

OBJETIVOS/METAS

Processar os recursos excepcionais de competência dos Tribunais Superiores com agilidade e eficiência na análise e no julgamento dos referidos recursos e incidentes afetos ao juízo de admissibilidade, apresentando resultados que importem no aumento da produtividade e na qualidade dos serviços ofertados aos jurisdicionados.

Macrodesafio: consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios.

Gerenciar 100% (cem por cento) do acervo de processos afetados pela aplicação de repercussão geral, julgamento de casos repetitivos e incidente de assunção de competência, com uso de inteligência artificial, visando auxiliar os magistrados no seu julgamento, até 2026.

Junto ao NUGEPNAC, promover a disseminação do conhecimento relacionado ao sistema de precedentes judiciais em todas as Comarcas.

Indicador: Índice de Gerenciamento de Precedentes. Os resultados podem ser acompanhados no formulário abaixo, disponível no link <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/indicadores-e-metas-2021-2026/>

Para 2025, a 2ª Vice-Presidência pretende, com o apoio da Presidência, ampliar o quadro de pessoal da Seção de Recursos, dentro da média observada nos Tribunais de porte compatível com o do TJBA. Além disso, dar continuidade aos trabalhos para a redução do acervo e para a redução no tempo médio de análise de processos concluídos (TMPC), que vem baixando de forma significativa e, em dezembro de 2024, chegou a 5,1 dias.

AÇÕES EM ANDAMENTO/CONCLUÍDAS

- Seção de Recursos e Secretaria da Seção de Recursos

Na Seção de Recursos, foi implementado plano de trabalho para melhorar a análise processual e a elaboração de minutas, com foco na redução do acervo processual e no aumento da agilidade no trâmite dos recursos, a fim de promover celeridade no exame de admissibilidade e no processamento dos recursos, bem como entregar uma prestação jurisdicional eficiente e eficaz.

O controle estatístico da Seção de Recursos é realizado por meio da constante análise do acervo processual da unidade existente no Sistema Exaudi, assim como no Sistema PJe 2º Grau, por meio de etiquetas, tomando-se como base os dados de conclusão dos processos.

A produtividade é monitorada mensalmente, a partir da conferência de lista de processos analisados e minutados por assessor e da verificação com relatório extraído do próprio PJE, para garantir maior transparência e eficiência, promovendo a evolução da unidade mês a mês.

Ao longo de 2024, a Secretaria da Seção de Recursos deu continuidade ao planejamento de evolução das rotinas de trabalho implementadas nos últimos anos. Esse processo foi pautado na especialização de tarefas, no treinamento contínuo dos colaboradores e na busca por maior sinergia, aproveitando as potencialidades e as habilidades individuais da equipe.

Embora tenha havido redução contínua do acervo processual, os desafios permaneceram, exigindo a manutenção de práticas, com procedimentos claros e constantemente revisados. Para isso, foram definidos conjuntos de atividades específicas para cada grupo de colaboradores: consolidação da estrutura e das rotinas de trabalho, com maior eficiência no processamento de recursos de competência da 2ª VP; controle do acervo e do acompanhamento estatístico, com o objetivo de manter a 2ª VP nos melhores parâmetros apontados pelo Selo “Justiça em Números”; e manutenção e desenvolvimento da equipe por meio de capacitação contínua, diálogo constante e fixação de metas de desempenho.

Para o ano de 2025, a expectativa é avançar na padronização de rotinas e procedimentos, além de buscar maior integração entre o sistema adotado pelo Tribunal e os sistemas das Cortes Superiores, com destaque para o STF. Uma recente implementação bem-sucedida da integração plena entre o sistema de peticionamento do STF e de outros Tribunais Estaduais serve de referência para o Tribunal de Justiça da Bahia.

Com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), também se pretende automatizar atividades rotineiras, como cadastro de peças e intimações, por meio de soluções tecnológicas específicas. Essas iniciativas permitirão redirecionar a força de trabalho para tarefas mais estratégicas e qualitativas, contribuindo para a redução ainda maior do tempo de tramitação dos processos e para a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

- Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC)

O NUGEPNAC, juntamente à Universidade Corporativa, promoveu capacitação de servidores e magistrados, visando nivelar o conhecimento sobre a TPU e uniformizar os procedimentos aplicáveis ao sobrestamento e ao dessobrestamento de processos no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. A capacitação teve como público-alvo os assessores dos gabinetes dos desembargadores, dos magistrados das unidades da capital, incluindo o Sistema dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais e de Admissibilidade de Recursos Extraordinários.

Com o apoio da SETIM, foram desenvolvidos dois layouts específicos: um para o Portal NUGEP; e outro para o Portal NAC. Os novos portais, lançados em setembro de 2024, têm como objetivo central divulgar informações relevantes de cada área de atuação (precedentes qualificados e ações coletivas), bem como facilitar o acesso dos usuários às temáticas de seu interesse. O seu acesso pode ser realizado pela página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia ou diretamente pelos links: <https://www.tjba.jus.br/nugep/> e <https://www.tjba.jus.br/nac/>.

O sistema NUGEP foi aprimorado pela Coordenação de Sistemas Judiciais (CSJUD), permitindo que as próprias unidades judiciárias realizem a extração de relatórios de processos sobrestados diretamente no sistema, desde que os processos estejam devidamente cadastrados. Esse avanço reforça a autonomia e a eficiência na gestão processual.

Foi expedido o Ato Normativo Conjunto n. 23, de agosto de 2024, que regulamenta e padroniza os procedimentos para sobrestamento e dessobrestamento de processos por precedentes qualificados e ações de controle de constitucionalidade (STF).

O Núcleo atuou, também, em colaboração com a Corte Estadual para atendimento dos critérios definidos no Anexo II, Eixo Produtividade: requisitos, forma de comprovação, período de carência e pontuação da Portaria CNJ n. 353, de 4 de dezembro de 2023, qual seja, julgamento dos IRDRs e dos IACs no período compreendido entre 1º/08/2023 a 31/07/2024 e o cadastro das informações de julgamento no BNP até 31/07/2024, com vistas à obtenção de até 15 pontos. Os dados parciais disponíveis no Painel de Processos Sobrestados do CNJ indicam a obtenção da pontuação acima indicada, em decorrência do julgamento do IRDR 2, 12 e 16.

Por fim, o NUGEPNAC promoveu ação de capacitação intitulada “Encontro com o NUGEPNAC”, com o intuito de compartilhar conhecimentos e experiências do Núcleo, bem como contribuir com a gestão dos processos sobrestados, mediante a consolidação dos precedentes qualificados no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia e o saneamento dos dados enviados ao Painel de Sobrestamento do CNJ.



Seguem norteados pelas atribuições previstas nos atos normativos editados pelo CNJ e por esta Corte Estadual, com foco na uniformização de procedimentos, na continuidade do diálogo com as unidades internas e com o Centro de Inteligência local, assim como na troca de informações e experiências com os Núcleos de outros Tribunais.

Em 2025, o NUGEPNAC continuará atualizando, diariamente, o Banco Nacional de Precedentes (BNP) e continuará promovendo ações voltadas ao estímulo da aplicação dos precedentes e ao julgamento das ações coletivas, à discussão qualificada para preenchimento de lacunas legislativas, a partir das experiências dos julgadores e de balizas doutrinárias, bem como a obtenção de dados estatísticos precisos e confiáveis.

CIJEBA

Desde o início da gestão 2024/2026, o Centro de Inteligência tem desenvolvido importantes iniciativas voltadas para o combate às demandas predatórias e fraudulentas, principalmente por meio da publicação de notas técnicas, como forma de orientação acerca dessas demandas. Além disso, busca manter uma comunicação constante com outros Centros de Inteligência do Poder Judiciário para a troca de experiências.

Ao longo do primeiro ano da gestão, o CIJEBA publicou 4 (quatro) notas técnicas, tendo cumprido o disposto no Anexo I da Portaria CNJ nº 411, de 12 de março de 2024, cujo teor prevê que os Centros de Inteligência poderão obter até 15 (quinze) pontos no Prêmio CNJ

de Qualidade, sendo 5 (cinco) pontos para cada Nota Técnica expedida entre 1º/08/2024 e 31/07/2025. Todas as notas técnicas publicadas pelo CIJEBA podem ser acessadas no link: <https://www.tjba.jus.br/cijeba/notas-tecnicas/>.

Atendeu, ainda, a solicitações para a realização de reuniões com representantes de diversas instituições, tais como: Procuradoria-Geral do Estado (PGE); Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Nubank; Banco Itaú; Banco do Brasil; Serasa Experian; Telefônica Vivo; Gol Linhas Aéreas; dentre outras. Ademais, realizou 3 (três) reuniões com os grupos operacional e decisório, todas necessárias para o regular desenvolvimento das atividades do CIJEBA e atuou conjuntamente ao GAECO no combate à 1ª litigância predatória.

Com o intuito de contribuir com o compartilhamento de orientações, notícias e informações para o combate à litigância predatória, o CIJEBA continuará a integrar o grupo de WhatsApp, denominado "Rede de Inteligência", do qual participam inúmeros Centros de Inteligência do Poder Judiciário Brasileiro.

Para 2025, o CIJEBA pretende, em parceria com a SETIM, implementar um painel de informações que permita identificar e acompanhar demandas predatórias e fraudulentas.

INDICADORES ESTATÍSTICOS

Produtividade de Atos Judiciais – Seção de Recursos

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Decisões Monocráticas	1.574	603	1.225	1.950	1.890	2.107	2.707	2.786	2.345	2.644	2.528	1.550	23.909
Despachos	1.308	276	290	433	381	433	472	892	130	106	125	103	4.679
Julgados Colegiados	0	0	29	234	410	130	240	219	244	307	553	0	2.869
Julgados Colegiados	74	32	252	574	475	762	1.105	1.108	557	686	640	360	6.625

Produtividade de Atos Administrativos – Gabinete da 2ª Vice-Presidência

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
E-mails Recebidos	418	492	471	466	260	358	358	510	431	456	338	382	4.940
Malotes Digitais	67	60	67	61	61	47	57	70	78	90	51	96	805
Audiências Online	0	7	8	5	2	3	5	6	8	3	0	1	48
Atendimentos via Whatsapp	2	5	9	6	10	16	9	13	17	11	14	7	119
Atendimentos Presenciais	9	29	26	31	34	27	49	49	33	30	24	18	359
Atendimentos Telefônicos	69	66	58	94	75	65	83	103	103	96	55	42	909
Ofícios Expedidos	44	43	39	36	18	22	32	49	33	40	18	17	391

Além do tempo médio de análise de processos concluídos (TMPC), que vem baixando de forma significativa e, em dezembro de 2024, chegou a 5,1 dias.

Do quadro resumo extraído do Sistema Exaudi em 19/12/2024, vê-se a indicação do acervo total de **16.384** e outros dados complementares:



Acervo

Situação	Processo	Recurso	Total
Em Andamento	115	66	181
Suspenso	1.765	8	1.773
Em Grau de Recurso	5.885	0	5.885
Julgado	7.485	1.060	8.545
Total	15.250	1.134	16.384

SIGA – 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

Tipo de Documento	Recebido	Transferido	Arquivado	Criado
Comunicação Interna	38	43	8	13
Genérico	1	7	0	5
Ofício	5	15	0	10
Processo Administrativo	34	32	3	0
Processo Administrativo do CNJ	12	12	0	0
TOTAL	52	66	3	15

Produtividade de Atos Judiciais – Secretaria da Seção de Recursos

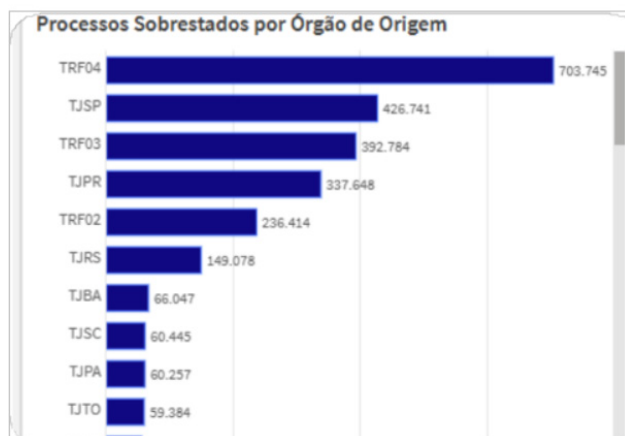
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Remessa Recurso STJ	440	479	522	743	685	484	790	714	599	742	722	610	7.530
Remessa Recurso STF	8	20	15	26	24	23	27	39	52	35	66	50	385
Baixados pelo STJ	50	978	860	907	830	687	186	1.046	919	724	536	463	8.186
Baixados pelo STF	9	78	70	92	92	98	26	88	97	107	40	75	872

Produtividade Administrativa – Secretaria da Seção de Recursos

E-mails enviados	E-mails recebidos	Malote Digital enviados	Malote Digital recebidos	Ofícios expedidos	Ofícios recebidos	Atend. Balcão Virtual	Atend. Telefônico
1.816	2.796	1.896	116	20	7	730	981

O NUGEPNAC tem empreendido esforços para sanear e atualizar o BNP com os dados do banco anterior denominado de BNPR – Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e de Precedentes Obrigatórios.

Até 26/11/2024, o BNP registrou 66.047 (sessenta e seis mil e quarenta e sete) processos sobrestados no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.



Produtividade – NUGEPNAC

Malote Digital recebido	Malote Digital expedido	Ofícios recebidos	Ofícios expedidos	Pub. no DJE	Pub. no Portal	Pub. notícias TJBA	Reuniões
555	2	0	211	174	487	10	50

SIGA – NUGEPNAC

Tipo de Documento	Recebido	Criado
Comunicação interna	18	7
Processo administrativo	6	0
TOTAL	24	7

Produtividade – CIJEBA

Ofícios recebidos	Ofícios expedidos	Ofícios circ. expedidos	Pub. no DJE	Pub. Decreto Judiciário	Reuniões	Notas Técnicas
26	43	16	3	1	3	4

SIGA – CIJEBA

Tipo de documento	Recebido	Transferido	Arquivado	Criado
Comunicação interna	14	12	11	11
Ofício	3	1	2	0
Processo Administrativo	1	2	0	0
Processo Administrativo do CNJ	1	1	0	0
TOTAL	19	16	13	11

OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

No início da gestão, a 2ª Vice-Presidência, juntamente à Unicorp, promoveu a capacitação de magistrados, assessores e servidores do órgão nos cursos “JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS EXCEPCIONAIS” e “POR QUE E COMO ATUAR COM OS PRECEDENTES JUDICIAIS NO BRASIL? UMA ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSITIVA SOBRE O SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES”.

Participação no 1º Encontro de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, organizado pelo Colégio Permanente de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça (CPVIP), ocorrido em Cuiabá/MT, nos dias 4 e 5 de abril de 2024.

Participação no 2º Encontro de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, organizado pelo Colégio Permanente de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça (CPVIP), ocorrido em São Luís, no Maranhão, nos dias 15 e 16 de agosto de 2024.

Participação no 3º Encontro de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, organizado pelo Colégio Permanente de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça (CPVIP), ocorrido no Plenário Desembargador Estênio Cantarino Cardozo, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), nos dias 12 e 13 de dezembro de 2024.

Participação do NUGEPNAC, semanalmente, em reuniões com a finalidade de assessorar a 2ª Vice-Presidência. A Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas acompanha as atividades, alinhando-as com as áreas internas, com o Centro de Inteligência local e com o Nugep(Nac) dos Tribunais Superiores, dos Tribunais de Justiça Estaduais e dos Tribunais Regionais Federais e do Trabalho nas denominadas “Sextas Inteligentes”.

Em atendimento às Diretrizes nº 7/2023 e nº 6/2024, ambas do Conselho Nacional de Justiça, as quais determinam a promoção de “práticas e protocolos para tratamento da litigância predatória, no que couber e dentro das atribuições da Corregedoria, inclusive mediante a criação de painel eletrônico e a alimentação periódica do banco de informações na página da Corregedoria Nacional de Justiça”. Ademais, em virtude da Recomendação CNJ nº 159/2024 que “recomenda medidas de identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva”, o CIJEBA propôs à SETIM o desenvolvimento, em conjunto, de uma ferramenta tecnológica que permita o acompanhamento das demandas de massa, com o objetivo de identificar eventual prática abusiva e/ou predatória.



UNIVERSIDADE CORPORATIVA TJBA
MINISTRO HERMES LIMA



Este relatório apresenta, de forma resumida, os resultados alcançados pela Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ministro Hermes Lima (UNICORP-TJBA) ao longo do ano de 2024.

1. REALIZAÇÕES EM DESTAQUE

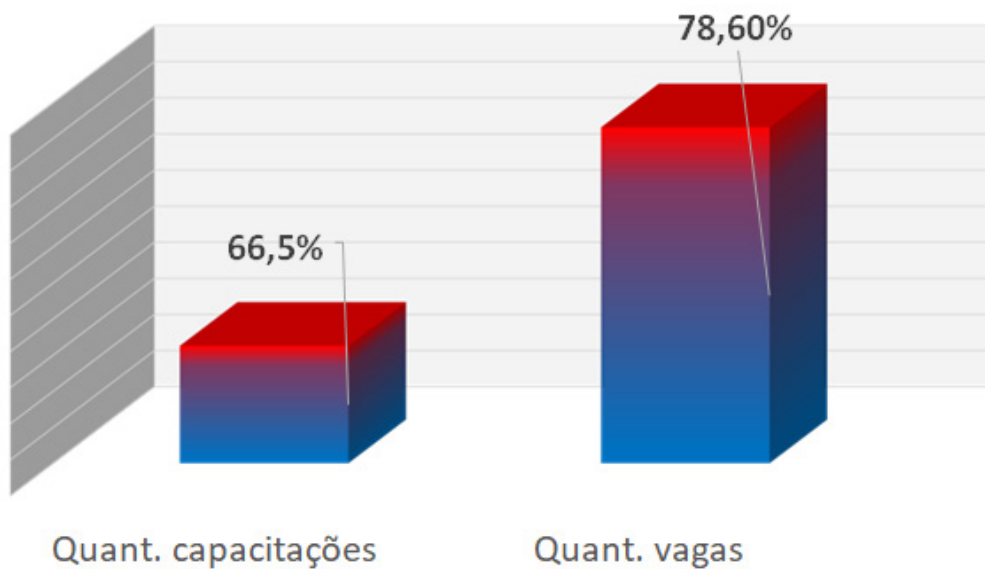
- **Projeto “Boas Vindas”.** A ação teve como objetivo promover a formação inicial dos servidores recém-ingressos.
- Lançamento da **Revista “UNICORP em Pauta”**, com periodicidade trimestral. Ao longo do ano de 2024, foram publicadas 4 (quatro) edições da Revista.
- Instalação dos **Polos Regionais Avançados** nas Comarcas de Luís Eduardo Magalhães, Feira de Santana, Porto Seguro e Vitória da Conquista.
- Criação do **Fórum Permanente de Comunicação e Justiça**.
- Projeto **“Café e Saber”**. O Projeto promove rodas de conversas sobre temas jurídicos relevantes e atuais. É transmitido ao vivo pelo canal da UNICORP no YouTube. Em 2024, foram realizadas 4 (quatro) edições.
- Criação do **Podcast “PodSaber+ UNICORP”**. Foram realizadas 7 (sete) edições, sempre com entrevistas de personalidades do Sistema de Justiça, todas transmitidas em formato de vídeo no canal da UNICORP no YouTube.
- Lançamento do **“Jornal Saber UNICORP”**, que apresenta resumo dos principais fatos relativos às ações da UNICORP. Em 2024, foram publicadas 2 (duas) edições.
- Reestruturação do **Portal Eletrônico da UNICORP** em busca de torná-lo mais intuitivo e abrangente. Atualmente, estão disponíveis no Portal 50 (cinquenta) cursos no “Módulo Geral” e 13 (treze) cursos em “Módulos Específicos”¹.
- Engajamento em **redes sociais**. O número de seguidores no Instagram aumentou em mais de 100% e o número de inscritos no canal do YouTube aumentou mais de 200%. Atualmente, são 5.090 pessoas que seguem a UNICORP no Instagram e são 2.364 pessoas inscritas no canal do YouTube.

2. RESULTADOS APURADOS EM 2024

Capacitações realizadas

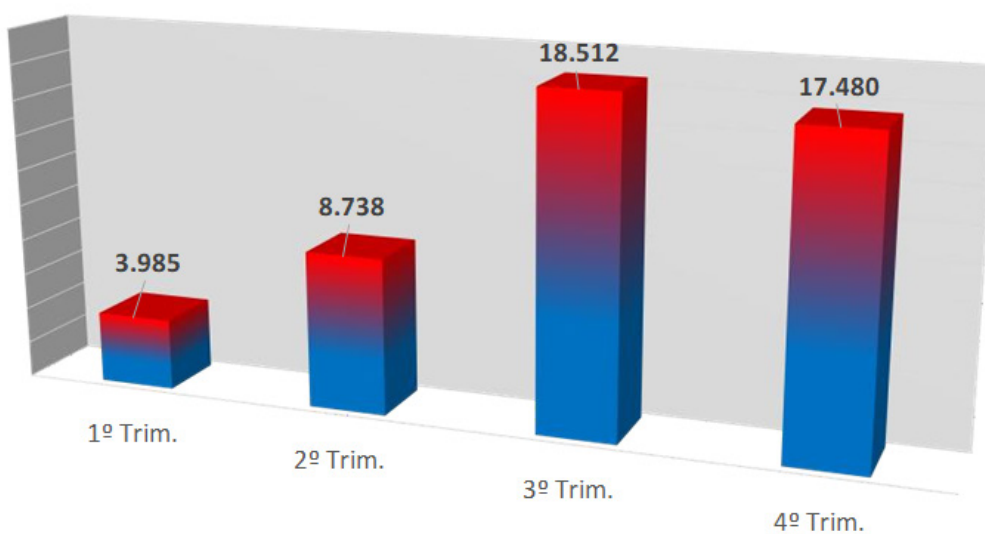
Ao longo do ano de 2024, a UNICORP disponibilizou 48.715 (quarenta e oito mil e setecentas e quinze) vagas em 412 (quatrocentos e doze) ações educacionais ofertadas a servidores, magistrados e colaboradores do PJBA. Esses números representam aumento de 66,5% do número de capacitações e de 78,6% de vagas oportunidades de aperfeiçoamento em relação às médias anual do biênio anterior, como se vê no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Variação da quantidade de capacitações e do número de vagas de 2024 em relação ao biênio 2022-2023



O gráfico a seguir, mostra a distribuição das vagas por trimestre ao longo do ano.

GRÁFICO 2 - VAGAS EM CAPACITAÇÕES - 2024 - POR TRIMESTRE



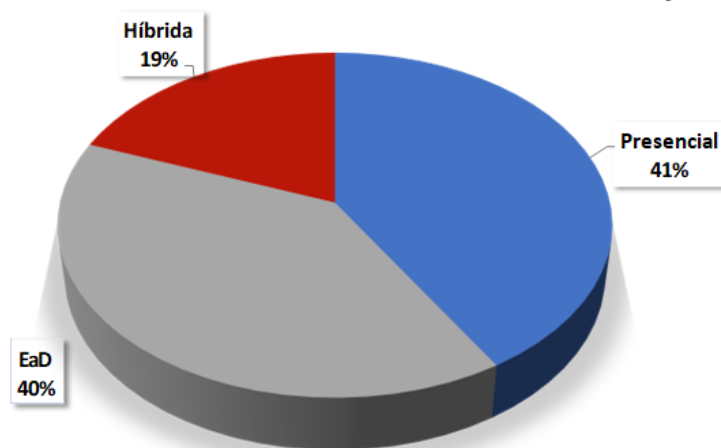
As capacitações realizadas em 2024 totalizaram 6.623 (seis mil e seiscentas e vinte e três) horas/aula, o que significa que, em média, houve duração de 16 horas-aula.

Perfil das capacitações realizadas

No ano de 2024, foram realizadas 170 (cento e setenta) capacitações na modalidade presencial. Em função da dimensão e da dispersão geográfica dos discentes aos quais as capacitações são direcionadas, em busca da democratização do acesso, foram promovidos 163 (cento e sessenta e três) eventos na modalidade de Ensino a Distância (EaD) e 79 (setenta e nove) no formato híbrido (presencial com possibilidade de assistir às aulas *on-line*).

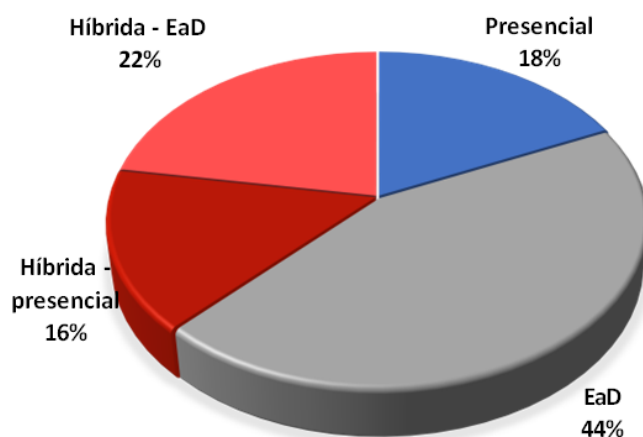
O gráfico que segue apresenta a distribuição percentual das modalidades de ensino dos eventos realizados.

GRÁFICO 3 - MODALIDADE DE ENSINO DAS CAPACITAÇÕES



Apesar do relativo equilíbrio entre a quantidade de cursos realizados nas modalidades presencial e EaD, houve uma preponderância da quantidade de vagas ocupadas na modalidade “a distância”, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS POR MODALIDADE DE ENSINO



A tabela que segue reúne os números relevantes desta seção.

Tabela 1 - RESUMO				
Modalidade de Ensino	Quant. de ações	Distribuição percentual	Quant. Vagas	Distribuição percentual
Presencial	170	41,3%	8.773	18,0%
EaD	163	39,6%	21.502	44,1%
Híbrido - Presencial	79	19,2%	7.550	15,5%
Híbrido - a distância			10.890	22,4%
TOTAL	412	100,0%	48.715	100,0%

Ações e vagas ofertadas por área de competência:

No Plano de Capacitação da UNICORP-TJBA, foram elencadas cinco áreas de competência para o desenvolvimento de suas ações educacionais: a) Gestão de Práticas Judiciais e Administrativas; b) Governança Pública; c) Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos; d) Programa de Desenvolvimento de Pessoas; e e) Formação de Formadores.

Os gráficos que seguem apresentam a distribuição percentual das ações e das vagas ocupadas.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS CAPACITAÇÕES POR ÁREAS DE COMPETÊNCIA

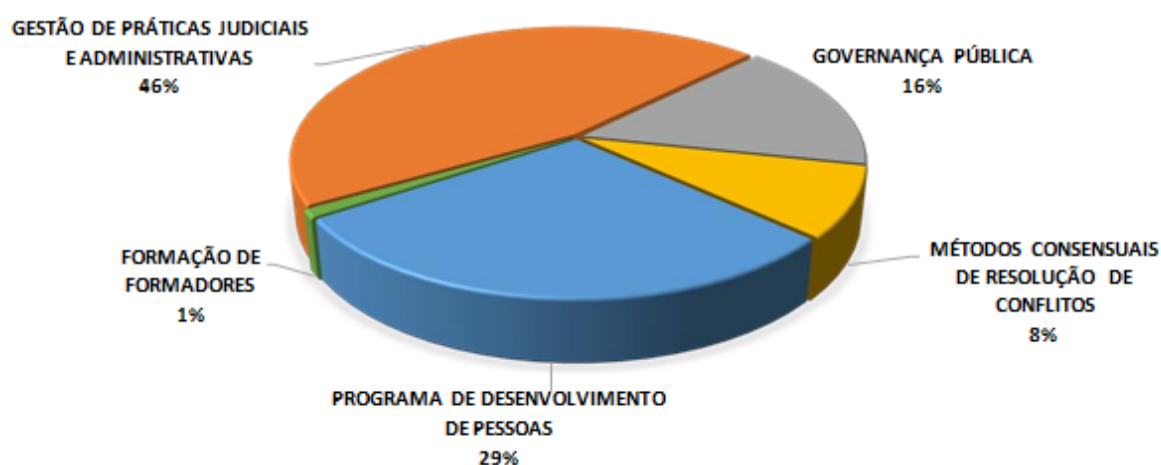
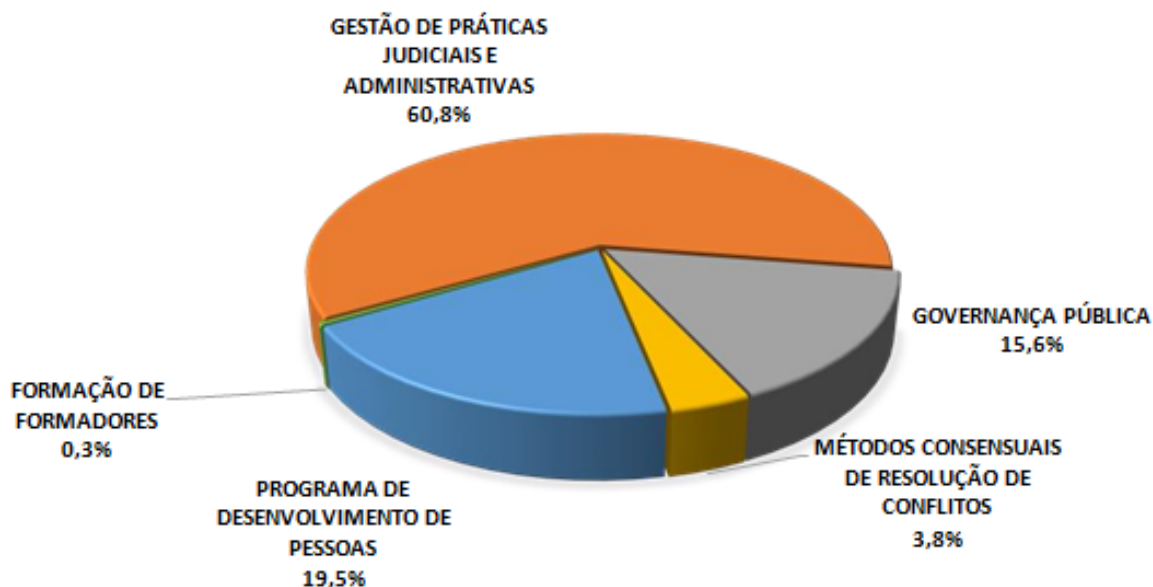


GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS POR ÁREA DE COMPETÊNCIA



A tabela a seguir reúne os números sobre a realização das ações por área de competência:

Tabela 2 - RESUMO				
ÁREA DE COMPETÊNCIA	Quant. de ações	Distribuição percentual	Quant. Vagas	Distribuição percentual
Gestão de Práticas Judiciais e Administrativas	189	45,9%	29.619	60,8%
Governança Pública	65	15,8%	7.616	15,6%
Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos	35	8,5%	1.835	3,8%
Programa de Desenvolvimento de Pessoas	119	28,9%	9.485	19,5%
Formação de Formadores	4	1,0%	160	0,3%
TOTAL	412	100,0%	48.715	100,0%

3. Ações educacionais que merecem destaque

Abaixo são elencadas algumas das mais importantes ações educacionais desenvolvidas pela UNICORP em 2024:

1. “Curso de Formação para Comissão de Heteroidentificação”;
2. Curso “Juiz Diretor de Fórum”, credenciado pela ENFAM;
3. “Decisão Jurídica conforme Linhas Interpretativas”, voltado exclusivamente para magistrados;

4. “Domicílio Judicial Eletrônico;
5. Workshop “A importância da Saúde Mental do Trabalhador para a Boa Prestação Jurisdicional”;
6. Curso “Por que e como atuar com os precedentes judiciais no Brasil? Uma análise crítica e propositiva sobre o sistema brasileiro de precedentes”;
7. Curso “Acessibilidade e Inclusão no Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia”;
8. Curso “Formação Inicial de Agentes Transformadores”;
9. Curso “Cooperação Judiciária e a Prática da Atividade Judicante”, credenciado pela ENFAM;
10. “Roda de Conversa na UNICORP: Proteção de direitos dos Povos indígenas na Bahia”;
11. Semana da Memória do Poder Judiciário, em parceria com a Comissão de Memória do TJBA;
12. “Jornada de Prevenção e Combate ao Assédio”;
13. “Curso de Extensão em Prevenção e Combate a Violência contra Mulheres”;
14. Seminário “Justiça e Diversidade”;
15. Curso “Aperfeiçoamento de Habilidades e Rotinas no Sistema PJE 1º Grau”;
16. Oficinas de Linguagem Simples;
17. I Encontro dos Tribunais: TJBA, TCE e TCM, em parceria com os Tribunais de Contas;
18. Curso “Comunicar Direito - Mídia e Justiça em busca do diálogo”;
19. Seminário de celebração do bicentenário da constituição da República Federativa do Brasil;
20. Seminário “Demandas Repetitivas e os Juizados Especiais”, em parceria com a OAB- BA;
21. Workshop “Direitos da Pessoa com Deficiência”;
22. Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, organizado e ministrado pela Fundação Getúlio Vargas;
23. “Curso de Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz (Círculos Não Conflitivos)”;
24. “Congresso Responsabilidade Civil no século XXI”, em parceria com a ESMAF;
25. “I Seminário de Linguagem Simples criando pontes entre o cidadão e a Justiça”;

26. “Congresso Internacional de Direito Digital”;
27. Curso “Proteção dos Vulneráveis na Família: Crianças e Idosos”;
28. “Curso de Prevenção de Condutas Assediosas e outras Discriminações”, em parceria com a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação;
29. “7º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (ENAJUM)”, concomitante ao 4º Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e todas as formas de Discriminação (FONAJURD).

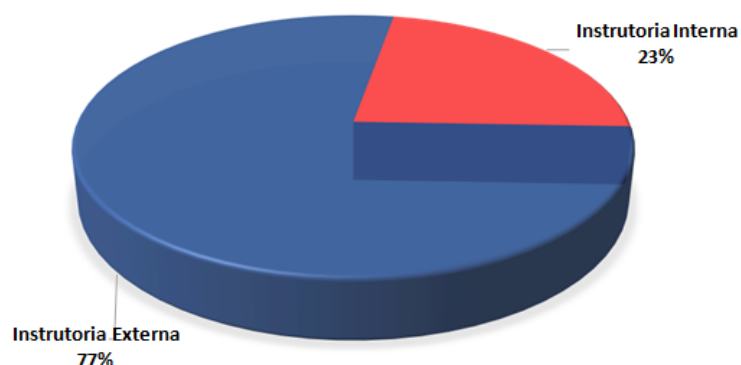
4. Expedientes recepcionados e despachados - SIGA

TABELA 3 - EXPEDIENTES RECEPCIONADOS E DESPACHADOS - SIGA						
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL 2024
-	51	85	86	87	93	
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
105	118	131	94	99	37	986

5. Investimentos realizados pela UNICORP-TJBA

- **Instrutoria interna:** R\$ 617.754,00 (seiscentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais).
- **Instrutoria externa (valor empenhado):** R\$ 2.094.322,78 (dois milhões, noventa e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos).
- **Total 2024:** R\$ 2.712.076,78 (dois milhões, setecentos e doze mil, setenta e seis reais e setenta e oito centavos).

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - UNICORP - 2024



Pela participação e pela colaboração nos eventos educacionais promovidos, registramos nossos sinceros agradecimentos aos Juízes, aos Desembargadores, aos Ministros, aos Conselheiros, aos Desembargadores de outros Estados, às outras autoridades que contribuíram para a disseminação do conhecimento no Poder Judiciário da Bahia, a toda equipe interna da Universidade (servidores, colaboradores e estagiários) e aos demais Setores Administrativos do Tribunal de Justiça.

Em especial, agradecemos à Presidente, Desembargadora Cinthya Maria Pina Resende, que proporcionou todo o apoio visionário, estimulando a disseminação do conhecimento plural, transversal e democrático em consonância com sua postura ética e com seu comprometimento com a construção de um Poder Judiciário eficiente, responsável e inclusivo, em prol do aprimoramento da prestação jurisdicional.



OUVIDORIA JUDICIAL



1. APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria Judicial visa deve receber as manifestações, as reclamações, as informações, as sugestões e os elogios da população sobre as atividades de qualquer órgão do TJBA e encaminhá-los aos setores competentes.

Compete à Ouvidoria Judicial do Poder Judiciário do Estado da Bahia, sobretudo, receber manifestações e diligenciar junto aos setores administrativos competentes, bem como prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos do TJBA.

2. OBJETIVOS

A Ouvidoria Judicial visa contribuir para a elevação dos padrões de transparência institucional e para a promoção da qualidade do serviço público, da presteza e da segurança das atividades dos membros, dos órgãos, das unidades e dos serviços auxiliares do TJBA, dentre outras atribuições compatíveis:

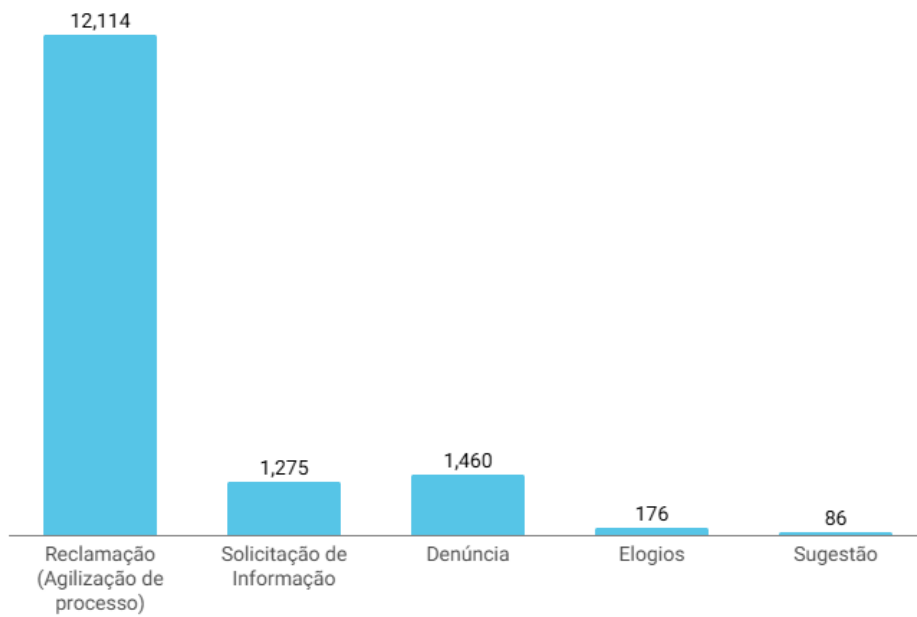
- funcionar como espaço de participação social, colaborando com a efetivação do Estado Democrático de Direito;
- viabilizar o exercício dos direitos de cidadania e fomentar a participação social, auxiliando na transparência institucional e na promoção da qualidade do serviço público;
- promover a efetividade dos direitos humanos ao ouvir, reconhecer e qualificar as manifestações apresentadas pelos cidadãos;
- estimular a conscientização dos usuários sobre o direito de receber um serviço público de qualidade e buscar soluções para os problemas apresentados.

3. AÇÕES EM ANDAMENTO

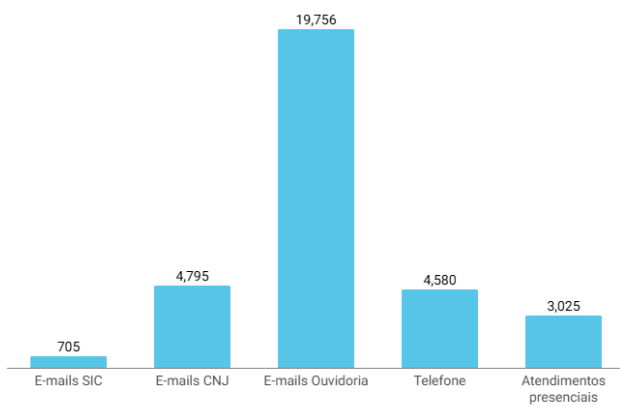
- O Desembargador Ouvidor Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto realizou palestras, por meio do Projeto “Justiça Mais Perto”, para informar e conscientizar os magistrados e os servidores acerca do trabalho realizado pela Ouvidoria Judicial e sua relevância no âmbito do PJBA e da Ouvidoria do CNJ.
- A Ouvidoria confeccionou uma cartilha informativa para reforçar e divulgar a atuação e a importância da Ouvidoria Judicial do TJBA, bem como suas competências, finalidades, canais de atendimento e contatos, com o objetivo de incentivar o trabalho colaborativo dos magistrados e dos servidores do PJBA.
- A Ouvidoria Judicial firmou um acordo de colaboração entre a Corregedora das Comarcas do Interior e o Desembargador Ouvidor.
- A Ouvidoria Judicial realizou, na figura Ouvidor Adjunto, diligências semanais junto às Unidades Judiciais e Administrativas da Capital.
- Participação ativa da Ouvidoria Judicial no Projeto “Conhecendo o Judiciário” voltado aos alunos de ensino médio e superior.

4. INDICADORES

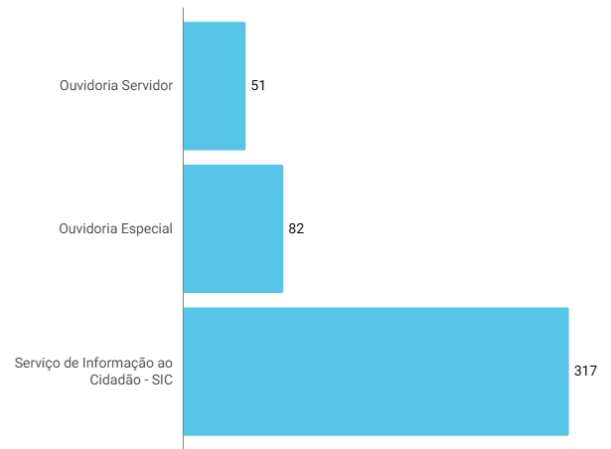
Sistema da Ouvidoria Geral



Atendimento realizado através de outros canais de comunicação



Sistema da Ouvidoria Especial



5. PROJETOS

Cartilha Informativa



- **Demandante:** Ouvidoria Judicial
- **Status:** Executado
- **Escopo:** reforçar e divulgar a importância da Ouvidoria Judicial do TJBA, explicitando as respectivas competências, as finalidades, os canais de atendimento e os contatos.
- **Última Ação:** distribuição da cartilha aos demais setores do TJBA – Capital/Interior.
- **Entregas realizadas:**
 - envio da cartilha informativa às unidades judiciais do TJBA.

Ofício Circular nº 01/2024



- **Demandante:** Ouvidoria Judicial
- **Status:** Executado
- **Escopo:** solicitar aos magistrados e aos servidores responsáveis pelas unidades judiciais e administrativas respostas corretas, completas e em tempo hábil, no tocante às manifestações oriundas do CNJ.
- **Última Ação:** envio do e-mail às unidades judiciais e administrativas do TJBA.
- **Entregas realizadas:**
 - Índice de resolutividade sobre manifestações do Conselho Nacional de Justiça – 81%.
 - Índice de resolutividade sobre manifestações do Sistema da Ouvidoria – 75%.

Melhoria do Sistema da Ouvidoria Judicial

- **Demandante:** Ouvidoria Judicial
- **Status:** Em execução
- **Escopo:** adaptar o sistema para a melhoria da prestação dos serviços desempenhados pela Ouvidoria Judicial.
- **Última Ação:** reunião com a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e com a Coordenação de Sistema de Informação (COSIS).
- **Entregas realizadas:**
 - Mapeamento dos problemas a serem aperfeiçoados no atual sistema da Ouvidoria Judicial.

6. OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

Celebração dos 30 anos de funcionamento da Ouvidoria Judicial com inauguração de placa e homenagem a todos juízes ouvidores (pretéritos e atuais).

Reunião entre os representantes da Ouvidoria Judicial e a Corregedora das Comarcas do Interior.

Reunião do grupo de Enfrentamento de Assédio Moral e Sexual e outras Formas de Discriminação no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia

7. ESTRUTURA DA OUVIDORIA

Desembargador Ouvidor Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto
Desembargador Ouvidor Substituto Baltazar Miranda Saraiva
Desembargadora Ouvidora da Mulher Nágila Maria Sales Brito
Ouvidor Adjunto Guilherme José de Carvalho Neto

Servidores

Veridiane Maria de Santana Freire
Fábio Ricardo Nogueira dos Santos
Mabel Fernandes Souza
Maria Benedita Gama Viana
João Carlos Sena Moises

Estagiários

Elionai da Cruz Souza
Daniela Biscaia Almendra Beltrami
Návila Naiara Rubem de Jesus
Rebeca Lima Oliveira
Stephany Alves Costa Ferreira
Vanderson Ramos Soares

Terceirizados

Alan Araújo Barbosa
Carlos Augusto Machado
Jeanne Michelle Lima Araújo



ASSESSORIA ESPECIAL DA
PRESIDÊNCIA I - MAGISTRADOS



No biênio 2024/2026, correspondente à gestão da Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**, como Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), o magistrado **GUSTAVO TELES VERAS NUNES** foi convocado para assumir como **Juiz Assessor Especial da Presidência I – Magistrados**.

A Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados (AEP I) é o órgão que presta assessoramento direto à Presidência do Tribunal de Justiça nas matérias administrativas referentes aos Magistrados de 1º e 2º Graus, consoante dispõe o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça (Resolução nº 5, de 27 de março de 2013, disponibilizada no DJE de 16 de abril de 2013).

Atualmente, o Tribunal de Justiça da Bahia tem o total de 693 (seiscentos e noventa e três) magistrados ativos, conforme quadro descritivo abaixo:

MAGISTRADO	QUANTIDADE
Desembargadores	65
Juizes de Direito - entrância final	405
Juizes de Direito - entrância intermediária	101
Juizes de Direito - entrância inicial	65
Juizes Substitutos	57
Total	693

Nos termos do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça (Resolução nº 5, de 27 de março de 2013, disponibilizada no DJE de 16 de abril de 2013), compete à AEP I:

Art. 8º Ao Órgão compete:

- I. Recepcionar as comunicações de posse e assunção;
- II. Processar as habilitações de acesso, promoção, remoção, permuta e indicações para o Tribunal Regional Eleitoral, aposentadorias, averbações de tempo de serviço, isenções previdenciárias e revisões de proventos;
- III. Elaborar e publicar lista anual de antiguidade; e
- IV. Executar outras ações e atividades concernentes à sua natureza e determinadas pela Presidência.

Ainda considerando as atribuições da assessoria, o fluxo de procedimentos envolve as seguintes matérias:

Gestão de Magistrados e Benefícios: processos sobre movimentações na carreira, aposentadorias, informações sobre benefícios e indenizações, reembolso de despesas, gratificações e afastamentos.

- Movimentação na carreira: processar as habilitações de acesso, promoção, remoção, permuta e indicações para o Tribunal Regional Eleitoral.
- Recepcionar as comunicações de posse e assunção.
- Pedidos de Aposentadorias.

- Averbações de Tempo de Serviço.
- Abono Permanência.
- Indenizações de Férias, Licença-prêmio, Abono pecuniário.
- Gratificações: diferença de entrância; direção de foro; gratificação de substituição; gratificação de acervo.
- Reembolso de despesas: reembolso com deslocamento; e ajuda de custo para mudança.
- Afastamentos: férias, licenças e demais afastamentos de magistrados, inclusive para cursos, seminários e palestras.

Designações e Substituições: listas anuais de antiguidade e substituições. Convocações do 2º Grau, além de designação de Juízes Titulares e Substitutos.

- Elaborar e publicar lista anual de antiguidade e lista anual de substituições.
- Convocação para composição de quórum.
- Convocação de Juiz Substituto de 2º Grau e Juiz de Direito para substituir Desembargador.
- Designação dos Juízes Titulares das Varas de substituição, Juízes Substitutos de 2º Grau e Juízes Substitutos.
- Organização do Plantão Judiciário no período do recesso forense na capital e no interior.

Procedimentos Administrativos: informações atualizadas sobre os magistrados do TJBA, instalação de Varas e reclassificação de comarcas, suspensão de expediente forense e prazos processuais.

- Suspensão de expediente forense e prazos processuais.
- Instalação de Vara e reclassificação de entrância.
- Procedimentos referentes à concessão do certificado digital.
- Atualização das informações sobre magistrados.

Cabe salientar que, em razão da criação da Coordenação de Assuntos Previdenciários (CPREV), unidade que integra a Secretaria de Gestão de Pessoas, os processos relativos a aposentadorias, averbações de tempo de serviço, isenções previdenciárias e revisões de proventos passaram a ser instruídos no referido setor, com controle final da AEP-I, para elaboração de minuta da Decisão da Presidência.

Neste primeiro ano de gestão, a AEP I adotou rotinas de trabalho otimizadas e padronizadas, fortalecendo, ainda, a integração com os demais órgãos do Tribunal de Justiça, a exemplo da Consultoria Jurídica, da Chefia de Gabinete da Presidência, da Secretaria de Planejamento

e Orçamento, da Secretaria da Tecnologia da Informação e Modernização e da Secretaria Gestão de Pessoas, o que possibilitou a redução do tempo de trâmite dos requerimentos dos magistrados e a manutenção do fluxo de procedimentos no SIGA saneado.

Destaca-se que a Desembargadora Presidente delegou competência ao Juiz de Direito GUSTAVO TELES VERAS NUNES, Assessor Especial da Presidência I – Magistrados, para praticar os atos administrativos pertinentes à área de atuação da Assessoria, em relação aos Juízes de 1º Grau, nos termos do Decreto Judiciário nº 130/2024. Ressaltando que, sempre que julgar necessário, a Presidente do Tribunal praticará os atos previstos no artigo 1º deste Decreto, sem prejuízo da validade da delegação. Importante registrar que a mencionada delegação agilizou o processamento dos pleitos.

Logo nos primeiros dias, o Juiz de Direito GUSTAVO TELES VERAS NUNES, Assessor Especial da Presidência I – Magistrados, enviou e-mail para todos os magistrados disponibilizando seus contatos, inclusive o número de celular pessoal, criando, assim, um canal de comunicação direto e rápido com os Juízes.

No primeiro mês de gestão, o Juiz Assessor realizou a alteração do layout desta Assessoria, com a criação de um ambiente confortável e amplo de recepção e acolhimento aos magistrados, bem como houve a reformulação das disposições das mesas dos colaboradores. Foi feita, também, a troca da mobília e dos computadores. Tudo resultou em um ambiente de trabalho mais leve, organizado e amplo, implicando uma melhora substancial na prestação de serviço e no atendimento.

Relativamente ao fluxo de processos, no período de 1º de fevereiro de 2024 a 10 de janeiro de 2025, tramitaram, na AEP I, aproximadamente, 35 (trinta e cinco) mil procedimentos administrativos, consoante dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Siga.

A AEP I foi responsável pela publicação, pela tramitação e pelo julgamento de editais com a expressiva movimentação na carreira dos magistrados, resultando no acesso ao cargo de Desembargador, remoções na entrância final, intermediária e inicial, bem como editais para o provimento das vagas oriundas do Tribunal Regional Eleitoral.

Destaca-se, ainda, a apreciação de permutas entre magistrados da entrância final.

Frise-se, também, que diversos processos de instalação de Vara foram impulsionados, conforme planejamento para melhoria no 1º grau. Até a presente data, foram instaladas as unidades judiciárias a seguir relacionadas:

- Vara de Execuções Penais de Vitória da Conquista (Instalada em 13/06/2024 – DJ nº 442/2024);
- 5ª Vara de Violência Doméstica de Salvador (Instalada em 05/09/2024 – DJ nº 692/2024);
- Vara de Execuções Penais de Juazeiro (Instalada em 11/09/2024 – DJ nº 698/2024);
- 2ª Vara de Família de Juazeiro (Instalada em 11/09/2024 – DJ nº 698/2024);
- 2ª Vara Criminal e Infância e Juventude de Santo Antônio de Jesus (Instalada em 10/12/2024 – DJ nº 933/2024).

Outras matérias relevantes deferidas pela Presidência foram, também, instruídas nesta Assessoria, a saber:

- análise e elaboração de minuta para continuidade de pagamento de passivos relativos à PAE e à correção da PAE;
- pagamento de indenização de férias;
- pagamento de indenização de licença-prêmio para ativos e inativos;
- alteração da resolução relativa à gratificação por acervo e alteração da resolução relativa à gratificação por substituição;
- autorização do pagamento do ATS – Adicional do Tempo de Serviço;
- designação de Grupo Operacional para o 1º Grau, com atuação no Núcleo 4.0 e na Secretaria Virtual, vinculado à Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau;
- comunicação oficial aos magistrados com férias deferidas, do período relativo ao seu gozo, bem como do magistrado que o substituirá. Da mesma forma, encaminhamento de informe ao magistrado substituto legal, da necessidade de atuação em serventia diversa, diante da ausência do magistrado titular em gozo de férias;
- realização do cadastramento dos magistrados nos sistemas judiciais PJE e SEEU, o que resultou em maior agilidade nas vinculações de acesso aos sistemas mencionados;
- atividades inerentes ao desenvolvimento do sistema SIGMA, que visa à automatização dos processos que tramitam neste setor, bem como à concentração das informações no Sistema de Recursos Humanos (SRH);
- Organização do Projeto TJBA Mais Perto que visa promover, continuamente, o acesso dos magistrados, dos servidores, dos advogados e dos jurisdicionados aos serviços prestados pelos setores administrativos vinculados à Presidência;
- a deflagração dos trabalhos para a realização do Concurso de Provas e Títulos de Juiz Substituto; e
- a criação do Comitê Estadual do Pop Rua Jud.

Além dos assuntos delineados neste relatório, convém salientar que, por se tratar de uma Assessoria Especial que presta auxílio direto à Presidência, demandas urgentes de soluções imediatas, também, fazem parte da rotina da Unidade.

Por fim, cumpre o registro de acompanhamento do Juiz Assessor Especial da Presidência I – Magistrados em viagens institucionais, seja integrando a comitiva oficial, seja diligenciando procedimentos em cursos e participando de reuniões de trabalho.

Estas foram, de forma resumida, as atividades desempenhadas pela AEP I durante o 1º ano de gestão da Presidente **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**.



ASSESSORIA ESPECIAL DA
PRESIDÊNCIA II - ASSUNTOS INSTITUCIONAIS



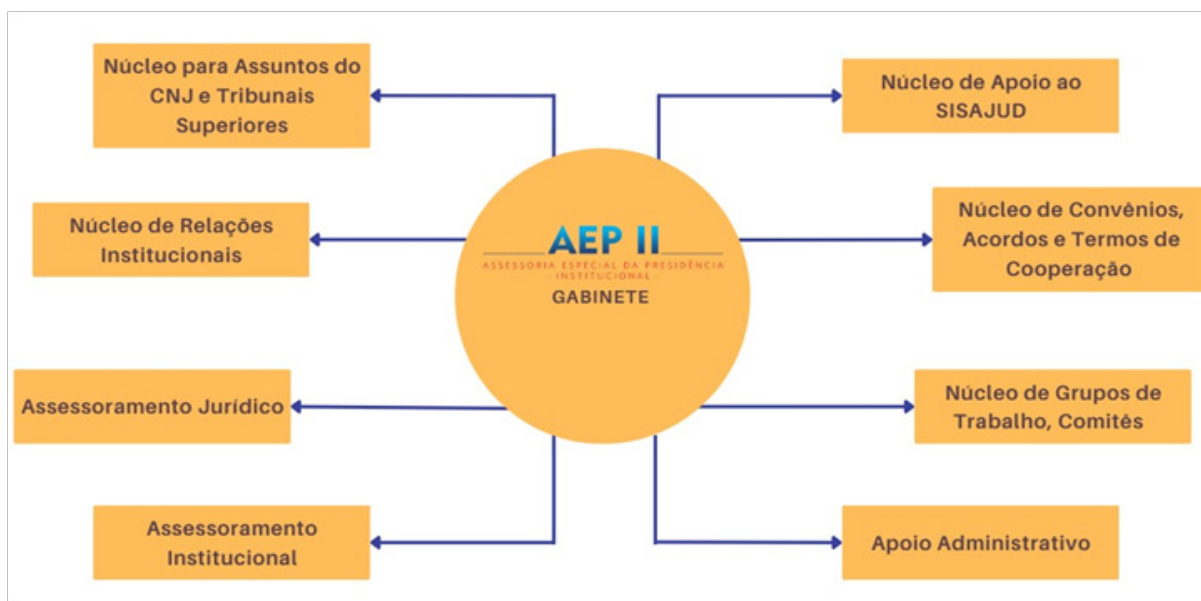
A Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais (AEP II) é o órgão vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), encontrando-se, nesta Gestão, coordenada por Sua Excelência, a Senhora Juíza de Direito Rita Ramos, em face da convocação da Senhora Presidente desta Corte, Des. Cynthia Maria Pina Resende, para exercer a função de Juíza Auxiliar da Presidência, devidamente autorizada pelo Tribunal Pleno na Sessão Extraordinária Administrativa do dia 02/02/2024, conforme Decreto Judiciário n. 128/2024, disponibilizado no DJe n. 3.507 de 05/02/2024.

Nos termos dos artigos 10 a 12 do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo do TJBA, aprovado por meio da Resolução n. 05/2013, a AEP II dispõe das competências regimentais a seguir elencadas, cuja efetivação está pautada nas Diretrizes de Gestão estabelecidas pelo Decreto Judiciário nº 167, de 16/02/2024, para o biênio 2024-2026.

Art. II Ao Órgão compete:

- I.** Assessorar diretamente o Presidente nas questões institucionais e outras que a este pareçam pertinentes;
- II.** Prover o Presidente com informações de suporte ao seu posicionamento como Chefe de Poder;
- III.** Fornecer todo o apoio necessário à participação do Presidente em eventos oficiais;
- IV.** Encaminhar informações oriundas da Presidência ao Conselho Nacional de Justiça;
- V.** Cadastrar o usuário para acesso ao sistema de peticionamento eletrônico do Conselho Nacional de Justiça;
- VI.** Coordenar os Projetos Especiais da Presidência;
- VII.** Gerir, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, os sistemas BACENJUD, INFOSEG, INFOJUD E RENAJUD; e
- VIII.** Executar outras ações e atividades concernentes à sua natureza e determinadas pela Presidência.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



DELEGAÇÃO

Cumprir destacar que a Presidente desta Corte, por meio do Decreto Judiciário n. 139/2024, delegou competência a Juíza Auxiliar da Presidência Rita Ramos para praticar os atos administrativos pertinentes à área de atuação da AEP II em relação aos assuntos institucionais, especialmente acerca da solicitação de informações e dados às unidades administrativas da Presidência, oriundas de expedientes encaminhados por instituições externas, as quais possuem a finalidade de subsidiar a elaboração das manifestações do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Assessoria atua como Representante Processual da Presidência e do Poder Judiciário do Estado da Bahia nos processos e procedimentos administrativos em curso no Conselho Nacional de Justiça, com interlocução direta e permanente com a Corte Superior Administrativa, principalmente através da análise, da elaboração e do encaminhamento de informações e dados requisitados nos procedimentos em trâmite no CNJ. São dignas de destaque as seguintes providências adotadas pela Assessoria para o cumprimento de determinações oriundas da Conselho Nacional de Justiça, bem como as ações realizadas abaixo apresentadas:

- **OFÍCIO N. 7/CONR** - Determinação da Corregedoria Nacional para a apresentação de cronograma e de ações concretas pelo PJBA para a realização do Concurso para a Outorga das Delegações de Notas e de Registro. Para cumprimento, a AEP II promoveu (i) reuniões de alinhamento; (ii) elaboração de expedientes; (iii) confecção e publicação do Decreto Judiciário n. 206/2024, que instituiu a Comissão de Concurso para provimento das unidades dos serviços extrajudiciais de notas e de registros declaradas vagas no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, nos termos da Res. CNJ n. 81/2009; (iv) encaminhamento de matriz de responsabilidade com as ações previstas para o certame; (v) envio de informações sobre a aprovação da Lei Estadual de Reestruturação das Serventias Extrajudiciais (Lei n. 14.657/2024).



Posteriormente, com vistas ao cumprimento in totum da determinação oriunda da CN-CNJ, foi instituída a Comissão de Apoio para auxiliar nos trabalhos da Comissão Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento das unidades dos serviços extrajudiciais de notas e de registros declaradas vagas no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Decreto Judiciário n. 310/2024), cuja presidência é reservada à Juíza Auxiliar. Por esse motivo, foram realizadas diversas reuniões, que culminaram na elaboração, na apresentação e na aprovação do Projeto Básico para a realização do certame, com encaminhamento às bancas examinadoras, as quais formularam as respectivas propostas. Diante da existência de Pedido de Providências n. 6717-23 para acompanhamento das diligências adotadas para a realização do certame, foi elaborada, por meio da AEP2, manifestação para o encaminhamento de informações sobre o cumprimento das etapas preliminares e indispensáveis ao prosseguimento do Concurso; publicação da lista geral de vacância das serventias extrajudiciais; e conclusão do procedimento de transmissão do acervo das serventias extintas, anexadas ou desanexadas pela Lei Estadual n. 14.657/24. O procedimento foi suspenso devido à publicação do Provimento CN-CNJ n. 184/2024, que estabeleceu normas gerais para a realização do Exame Nacional de Cartórios (ENAC).



- **OFÍCIOS N. 61/ACI e N. 98/ACI** - Determinação da Corregedoria Nacional para encaminhamento de relatórios situacionais, dados e questionários para subsidiar os trabalhos previstos na Portaria CN-CNJ n. 10, de 27/02/2024, que determinou a realização

de Inspeção para verificação do funcionamento de setores administrativos judiciais do TJBA, bem como de serventias extrajudiciais da Bahia. Para isso, a AEPII promoveu a elaboração de expedientes com o encaminhamento à Mesa Diretora e demais unidades administrativas para conhecimento e providências, além de realizar análises para a confecção de Matriz de Responsabilidade para cumprimento, pelas áreas responsáveis definidas, das determinações constantes no Ofício.



Na mesma sequência, foram encaminhados os questionários para atendimento ao quanto determinado pelo Corregedor Nacional de Justiça. Todas as providências elencadas culminaram no cumprimento das determinações oriundas da CN-CNJ, pela Presidência, por meio da Assessoria.

- **PP 2805-13/2024** – Pedido de Providências instaurado pela CN-CNJ em razão da situação identificada pela Equipe de Inspeção, que ensejou determinações para adoção de providências necessárias à garantia do bom andamento dos trabalhos do TJBA. Foram realizadas diversas reuniões sob a Presidência da Exma. Senhora Presidente, Desembargadora Cynthia Resende, para tratar de mudanças na administração do Poder Judiciário, assim como para acompanhamento do cumprimento das determinações da CN-CNJ. Através dos Ofícios n. 721/2024/GP e n. 1019/2024/GP, foram compiladas, elaboradas e prestadas, via AEPII, informações iniciais e definitivas, respectivamente, ao CNJ, relacionadas ao cumprimento das determinações consignadas na decisão, notadamente as providências adotadas para atualização do Sistema, PJe; normatização de designação de magistrados; Assistente de Gabinete; Reestruturação dos Cartórios Integrados; e Cursos e Relatórios de Segurança Institucional.



- **PORTARIA CN-CNJ de N. 21/2024** – O referenciado ato determinou a realização de correição extraordinária para a verificação do funcionamento de unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça da Bahia, cuja Assessoria Especial promoveu a elaboração de diversos expedientes, a fim de dar conhecimento à Mesa Diretora e às unidades administrativas e judiciais desta Corte. Ademais, no curso da Correição, a Presidência, por meio da AEPII, adotou, de imediato, providências determinadas pela Equipe da Corregedoria Nacional, a exemplo da elaboração da proposta para alteração da Comissão Permanente de Segurança e da nomenclatura do Grupo de Trabalho responsável pela definição das regras do Sistema Exaudi de 1º e 2º Graus.

- **RESOLUÇÃO CNJ N. 395/2021** – Considerando que os Órgãos do Poder Judiciário devem implementar a política de gestão da inovação, instituindo laboratórios de inovação, e em cumprimento às determinações da Presidência, a Assessoria Especial promoveu reuniões para alinhar as diligências pertinentes à inauguração do Laboratório de Inovação “AxéLab”, cujo evento ocorreu após a realização do Workshop sobre inovação no Poder Judiciário, oportunidade em que, na sequência, foi realizada uma capacitação sobre diversos temas atinentes à inteligência artificial.



- **PP 7318/2024** - Considerando o alcance do quantitativo estabelecido pela Resolução CNJ n. 72/2009 para a convocação de Juízes em auxílio à Presidência, o Poder Judiciário do Estado da Bahia, por meio de manifestação elaborada pela Assessoria Especial, solicitou autorização do Conselho Nacional de Justiça para convocação de um 4º (quarto) Juiz de Direito, visando auxiliar os trabalhos da Presidência, para atuar no eixo da tecnologia da informação, conforme procedimento formulado, nos termos do Ofício n. 1679/2024/GP.



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO CNJ

Salienta-se que a Assessoria acompanhou o seguinte quantitativo de procedimentos em trâmite perante o CNJ:

POR CLASSE	TOTAL
Procedimento de Controle Administrativo – PCA	48
Pedido de Providências – PP	186
Representação por Excesso de Prazo – REP	09
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão – CUMPRDEC	187
Reclamação Disciplinar – RP	16
Consulta	08
Reclamação para Garantia das Decisões – RGD	02
Revisão Disciplinar - RD	02
TOTAL	458

ACORDO DE COOPERAÇÃO, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONGÊNERES




ACORDOS DE
COOPERAÇÃO
E CONGÊNERES

À AEPII incumbe o fornecimento de apoio às demais unidades deste Tribunal, objetivando a interlocução interinstitucional, a instrução, a celebração e a renovação de instrumentos com as mais diversas Instituições e Entidades, não envolvendo repasses de recursos financeiros pelo TJBA. Durante o primeiro ano de Gestão, tramitou, nesta Assessoria, o seguinte quantitativo de Acordos de Cooperação e Congêneres:

167

ACORDOS DE COOPERAÇÃO
E CONGÊNERES

À vista disso, considerando que, no período em referência, foram firmados 54 Termos de Cooperação e congêneres, cabe destacar as seguintes celebrações:

- **ASSINATURA DE PORTARIA CONJUNTA N. 05/2024**
– Visando atender à Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário (Resolução CNJ n. 471/2022), foi firmado o Ato Normativo Conjunto que dispõe sobre os procedimentos para racionalizar e aprimorar o fluxo de execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em tramitação nas Justiças Estaduais. A AEPII adotou as providências institucionais necessárias junto ao Conselho Nacional de Justiça, à Advocacia Geral da União, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Tribunal de Justiça do Estado da São Paulo, com vistas à assinatura e à publicação da Portaria. A solenidade de assinatura da Portaria Conjunta n. 05/2024, que dispõe sobre a referida temática, foi realizada na sede CNJ, no dia 2 de abril de 2024.
- 
- **ADESÃO AO PACTO PELA LINGUAGEM SIMPLES** – Em abril de 2024, a AEPII promoveu a interlocução institucional para a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 069/2024 com o Conselho Nacional de Justiça, por meio do qual o TJBA aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, cujo instrumento visa estabelecer uma cultura de comunicação acessível no Judiciário.
 - **CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS DO PROJETO COMEÇAR DE NOVO** – Em 2024, a Assessoria Especial da Presidência II intermediou a celebração de Convênios de Cooperação entre o TJBA e a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia (SEAP) nº 86/2024, com a colaboração de outros Entes Públicos e Privados, os quais ofertaram mais 108 (cento e oito) vagas em atividades laborativas, aos reeducandos, cumpridores de penas nos regimes aberto e semiaberto no Estado.

- **ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 142/2024** – Durante o I Seminário “Linguagem Simples no Judiciário: criando pontes entre o cidadão e a Justiça”, foi realizada a assinatura conjunta do ACT, entre os órgãos partícipes (CNJ, o TJBA e o Estado da Bahia), visando ao aprimoramento da cobrança da dívida ativa e ao fluxo de execuções fiscais, cujas tratativas para a sua formalização foram efetivadas pela AEP II.

NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – NCJ

Instituído e regulamentado pela Resolução TJBA n. 19/2023, o Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) tem a função de sugerir e implementar as diretrizes gerais da Cooperação Judiciária, bem como de harmonizar as rotinas judiciais e administrativas dos procedimentos de cooperação, além de estabelecer critérios e consolidar os dados e as boas práticas promovidas no âmbito deste Tribunal, em atendimento às disposições da Res. CNJ 350/2020, alterada pelas Resoluções n. 421/2021, n. 436/2021, n. 498/2023 e n. 499/2023. Na presente Gestão, o NCJ é supervisionado pela Desembargadora Lisbete Maria Almeida César Santos e coordenado pela Juíza Auxiliar da Presidência para Assuntos Institucionais Rita Ramos. Integram, ainda, na qualidade de Magistrados Cooperadores, o Juiz Argemiro de Azevedo Dutra e a Juíza Carolina Almeida da Cunha Guedes, além de servidores e colaboradores.



AÇÕES DESENVOLVIDAS/ COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS

Sobreleva-se que o NCJ conquistou, pelo 3º ano consecutivo, a pontuação máxima (20 pontos) no Prêmio CNJ de Qualidade, regulamentado pela Portaria Pres. CNJ nº 353/2023 para o ano de 2024. Seguem, abaixo, as ações em destaque.

- Implantação do espaço físico do Núcleo, com ampliação do quadro de Juízes Cooperadores e incremento da equipe de servidores, fortalecendo a capacidade operacional e de resposta às demandas judiciais (sala 312-N, Edifício-sede do TJBA).
- Auxílio aos pedidos de cooperação judiciária relacionados à transferência e ao recambiamento de pessoas presas: atendimento ágil e eficiente, garantindo segurança e conformidade legal em parceria com o GMF.
- Interlocução ativa com as Varas dos Tribunais para atender às demandas do TJBA referentes ao cumprimento de carta precatória: agilização de processos e melhoria na comunicação interinstitucional.
- Realização de Curso de Formação Continuada para Aperfeiçoamento e Vitaliciamento na Carreira sobre o tema: "Cooperação Judiciária e a Prática da Atividade Judicante", credenciado pela Enfam (Portaria n. 241/2022).
- Atualização do Portal do Núcleo de Cooperação no site do TJBA: modernização e ampliação das informações disponíveis, facilitando o acesso às ferramentas e aos dados do NCJ.



- Participação no 1º e no 2º Encontro da Rede Nordeste de Cooperação: fortalecimento da integração regional e compartilhamento de boas práticas.



1º Encontro da Rede Nordeste de Cooperação Judiciária, promovido na sede da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco



2º Encontro da Rede Nordeste de Cooperação Judiciária, promovido pela Rede Nordeste e organizado pelo TRT/RN, pelo TJ/RN, pelo TRE/RN, pelo TJ/PE e pela JF/RN

- Formalização de Termos de Cooperação Técnica: estabelecimento de parcerias estratégicas para aprimorar a atuação judiciária.
- Lançamento da 2ª edição da Cartilha da Cooperação: evento realizado com a presença de autoridades e magistrados, reforçando a disseminação de boas práticas e orientações.



A ocasião de lançamento da 2ª Cartilha da Cooperação Judiciária contou com a presença do Desembargador Paulo Jorge; da Juíza Cooperadora Carolina Cunha Guedes; do Juiz Auxiliar da Presidência I – Magistrados, Gustavo Teles; do Secretário-Geral da Presidência, Pedro Viana; da Secretária de Planejamento e Orçamento, Larissa Torquato; do Assessor de Comunicação Social, Moisés Bisesti; e dos assessores Walter Nogueira e Daisy Bispo, ambos da Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais; entre outros servidores.

- CONECTA JUSTIÇA** – Iniciativa do NCJ, integrada ao portfólio de Projetos Estratégicos da Presidência, aprovada pelo Comitê de Governança do Poder Judiciário durante a XXVIII Reunião de Análise da Estratégica, visando à ampliação do acesso digital aos serviços judiciários. O lançamento do “Conecta Justiça” ocorreu no dia 28 de agosto de 2024, ocasião em que foram celebradas parcerias com entidades públicas e privadas para ampliar a conexão com o cidadão.



**21 Pontos de
Conexão implantados**



A Mesa de Honra do evento, composta pela Presidente do TJBA, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende; pelo 1º Vice-Presidente do TJBA, Desembargador João Bôsko de Oliveira Seixas; pela Juíza Rita Ramos, Coordenadora do NCJ; pela Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida Cézar Santos, Superviadora do NCJ; e pelo Juiz Eldsamir Mascarenhas, Vice-Presidente da AMAB.

Novas parcerias realizadas após o lançamento do Conecta Justiça



Parceira com Prefeituras e instituições privadas



Parceria com o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – Atuação em todos os cartórios eleitorais.

NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO JUDICIÁRIO – NATJUS

Trata-se de órgão de apoio técnico, integrado à AEPII, com atribuição exclusiva de prestar aos(as) magistrados(as) informações técnico-especializadas em saúde, baseadas em evidências científicas de eficácia, acurácia, efetividade e segurança, com o objetivo de subsidiá-los(as) na tomada de decisões que envolvam a pertinência técnica, clínica e contratual ou de política pública, de medicamentos, produtos, insumos terapêuticos, procedimentos cirúrgicos e não cirúrgicos, exames diagnósticos, internações ou afins, conforme o caso, relativos ao setor público (SUS) ou à saúde suplementar. Na presente Gestão, a Juíza Auxiliar da Presidência, na qualidade de Coordenadora do Núcleo, promoveu a reformulação do normativo que regulamenta o NatJus (Decreto Judiciário n. 778/2024), com previsão da sua estrutura, funcionamento, sistema, abertura de solicitações, elaboração de notas técnicas, cadastramento e cooperação, nos termos da Res. CNJ n. 388/2021.



BOLETIM ESTATÍSTICO:

Estatística de Chamados - NatJus		
2024	Abertos	Concluídos
Total	7898	7691

**Por terem sido extraídos em 09/01/2025, os dados do relatório apontam que alguns chamados ainda permanecem em aberto, o que justifica a diferença entre os chamados abertos e concluídos.

Estatística de Chamados TRF1 e TJBA

2024	TJBA	TRF1
Total	7084	814

**Os chamados contabilizados são considerados os abertos, de modo que a soma totaliza o quantitativo de 7.898.

Estatística SUS/Planserv				
2024	SUS	SAÚDE SUPLEMENTAR - PLANSERV	SAÚDE SUPLEMENTAR - OUTROS PLANOS	OUTROS (Chamados diversos)
Total	5766	1797	78	257

**Os chamados abertos em desfavor da Saúde Suplementar são encerrados, conforme Decreto Judiciário nº 816/2020.

Estatística por Parecer

2024	GERAL	ODONTOLÓGICO
Total	7674	223

AÇÕES DESENVOLVIDAS/ COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS

- Participação da Oficina PROADI/SUS, realizada no Tribunal de Justiça de Rondônia/TJRO.
- Presença no III Congresso do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Saúde, promovido pelo CNJ, cujo público-alvo foi composto por magistrados e representantes dos setores de saúde pública e suplementar, com o objetivo de aprimorar o conhecimento técnico e discutir os desafios da judicialização na área de saúde.
- Lançamento do Novo Sistema do NatJus em 10 de outubro de 2024, salientando-se que a ferramenta foi desenvolvida com base nas diretrizes estabelecidas pelo CNJ.
- Participação em todas as edições do Projeto TJBA MAIS Perto.



COMISSÕES, COMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO E CONGÊNERES

No período em referência, a AEP II prosseguiu diligenciando expedientes sobre os diversos agrupamentos existentes nesta Corte, bem como elaborando minutas de atos normativos, dentre Decretos Judiciários e Editais, para atualização/regulamentação/instituição/extinção de comissões, comitês, grupos de trabalho, núcleos, coordenadorias e congêneres vigentes, os quais totalizaram no seguinte quantitativo:

207

Ressalta-se, oportunamente, que a Juíza Assessora Especial da Presidência integra, na qualidade de presidente/coordenadora e de membro titular, **21 agrupamentos** do TJBA:

PRESIDÊNCIA/COORDENAÇÃO	
1.	Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário – NatJus (Coordenação)
2.	Núcleo de Cooperação Judiciária – NCJ (Coordenação)
3.	Comitê Gestor do Sistema de Processo Eletrônico (Presidência)
4.	Comitê Gestor da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-Br (Coordenação)
5.	Comissão de Apoio para auxiliar nos trabalhos da Comissão Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento das Unidades dos Serviços Extrajudiciais de Notas e de registros declaradas vagas no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Presidência)
6.	Grupo Gestor Local das Tabelas Processuais Unificadas (Coordenação)
7.	Comitê de Governança – CGOV (Coordenação)
PARTICIPAÇÃO	
8.	Comissão de Apoio às Varas da Fazenda Pública do Poder Judiciário do Estado da Bahia
9.	Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina no TJBA e Fortalecimento do Diálogo Institucional
10.	Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Metas do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.
11.	Comitê Gestor de Proteção de Dados – CGPD
12.	Comitê Gestor Local da Primeira Infância do Poder Judiciário do Estado da Bahia

13.	Comitê Gestor Regional e Orçamentário de Atenção ao 1º Grau
14.	Grupo de Trabalho para a realização de estudos e formulação de propostas para aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância do Poder Judiciário do Estado da Bahia
15.	Comitê Gestor de Segurança e Informação - CGSI
16.	Núcleo Socioambiental - NSA
17.	Núcleo de Regularização e Conflitos Fundiários
18.	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Nupemec
19.	Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
20.	Conselho Editorial e Científico da Revista Entre Aspas
21.	Comissão Organizadora do 3º Encontro da Rede Nordeste de Cooperação Judiciária

Ademais, a Assessoria Especial recebe e diligência todos os expedientes relacionados às Comissões, aos Comitês, aos Grupos de Trabalho e congêneres existentes nesta Corte, realizando, efetivamente, o controle de todas as demandas, cujo quantitativo total de expedientes sobre a matéria consta a seguir:

111

AGENDA INSTITUCIONAL E ATIVIDADES DIVERSAS DA JUÍZA ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA II

No âmbito de competência da AEPII, durante o período em referência, a Juíza Assessora Rita Ramos realizou reuniões com setores internos do Tribunal, além de magistrados e servidores, com o intuito de promover o alinhamento das demandas e dos projetos às diretrizes definidas pela Presidência deste Tribunal de Justiça para o biênio 2024/2026. Destarte, compareceu a inúmeros compromissos institucionais com a Presidente desta Corte, totalizando o seguinte quantitativo:

719



II Seminario Internacional Justicia con Perspectiva de Género 25/11/2024 a 26/11/2024 em Santo Domingo, Capital da República Dominicana

SUPORTE INSTITUCIONAL

A Assessoria Especial da Presidência II fornece suporte institucional aos seguintes setores: Coordenadoria da Mulher, CIJ, GMF, NJR2G, NUPEMEC, NSA, além de todos os outros agrupamentos existentes nesta Corte.



XI CONSEPRE – Tribunal de Justiça do Mato Grosso e XIII CONSEPRE - Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba



COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS



A COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

A Coordenação dos Juizados Especiais é o órgão de auxílio aos trabalhos da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia na gestão e na supervisão administrativa do Sistema dos Juizados Especiais.

As atividades de gestão são desempenhadas pelo Desembargador indicado pela Presidente do Tribunal de Justiça, a quem compete diversas ações e atividades delegadas, tais como: designar, afastar temporariamente e desligar juízes leigos e conciliadores; apreciar solicitações de deslocamento para final de lista e de prorrogação de posse formuladas pelos aprovados nos processos seletivos de juiz leigo e conciliador, além de promover a movimentação de servidores e prestadores de serviços atuantes no quadro dos Juizados Especiais.

As atividades são distribuídas por núcleos de trabalho, visando à eficiência operacional interna, à desburocratização e à simplificação de processos.

OBJETIVOS DA COJE

A Coordenação dos Juizados Especiais, na condição de órgão administrativo, objetiva o acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Varas dos Juizados Especiais e nos Juizados Especiais Adjuntos, bem como o desenvolvimento de atividades que visem à eficiência gerencial no âmbito da gestão cartorária e de pessoal. Nesse sentido, diversas metas foram estabelecidas para o ano de 2024, divididas em áreas importantes de atuação, dentre elas, seguem abaixo.

JUIZ LEIGO E CONCILIADOR

- Designar auxiliares da justiça de modo a incrementar a produtividade
- Promover o acompanhamento da produtividade
- Promover cursos de formação e capacitação em conjunto com a UNICORP
- Dialogar com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (NUPEMEC) e com a Coordenadoria de apoio ao Primeiro Grau para tratativas sobre aprimoramento da Política Nacional de tratamento adequado aos conflitos de interesses

SANEAMENTO E BAIXA PROCESSUAL

- Ampliar as ações de apoio do Núcleo de Saneamento e Baixa Processual
- Colaborar com os Projetos das Corregedorias que visem ao saneamento e baixa processual
- Acompanhar os indicadores das unidades judiciárias dos Juizados Especiais e o cumprimento das Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça

RECURSOS HUMANOS

- Promover a movimentação de servidores nos Juizados Especiais, conforme acervos e distribuição
- Acompanhar a Tabela de Lotação Paradigma das unidades dos Juizados Especiais, fazendo adequações necessárias

INOVAÇÃO NOS JUIZADOS

- Ampliar uso de automação e IA nos processos judiciais e na seara administrativa
- Ampliar serviço de Alertas Processuais do Sistema PROJUDI
- Prestar apoio técnico a magistrados e servidores, especialmente em relação aos Sistemas Projudi e PJe
- Lançar, para fins de transparência, a produtividade das unidades judiciárias, dos magistrados, dos servidores e dos auxiliares da justiça

RELATÓRIO ESTATÍSTICO-GERENCIAL

Ao longo do ano de 2024, no período de janeiro até dezembro, a Coordenação dos Juizados Especiais realizou inúmeras atividades. A seguir, um resumo estatístico das realizações alcançadas:



OUVIDORIA DA COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS

1.222
Manifestações tratadas



NÚCLEO DE GESTÃO DE JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES



1.104

Portarias
(designações, desligamentos,
cooperações, etc.)

152

Decisões em pedidos de
afastamento e solicitação
de final de lista

428

Nomeações de
juízes leigos e
conciliadores

NÚCLEO DE DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL

2.276

Expedientes respondidos
via e-mail institucional
de servidor

2.248

Expedientes respondidos
via Malote Digital

2.228

Expedientes respondidos
via e-mail distribuição
(distribuicaojuizados@tjba.jus.br)



2.978

Processos distribuídos

1.989

Demandas de prestação
de informações

NÚCLEO DE SANEAMENTO



28

Unidades
Saneadas

16.396

Movimentações processuais
diversas (Atos de Secretaria)

45.442

Minutas de pré-análises

NÚCLEO DE SAJ



2.134

Atendimentos por e-mail

303

Certidões de propriedade
de veículos expedidas

APARELHAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

7

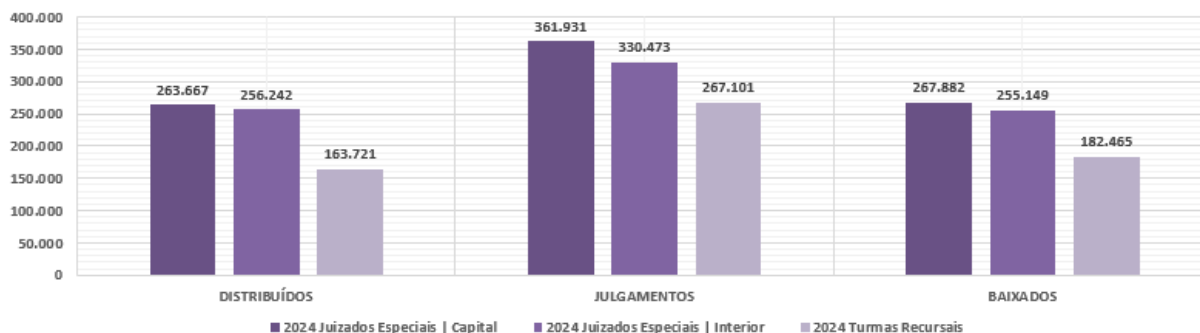
Fóruns dos Juizados
Especiais Reformados

Alagoinhas | Cicero Dantas | Eunápolis
Feira de Santana | Guanambi | Ipirá
Salvador (Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva)

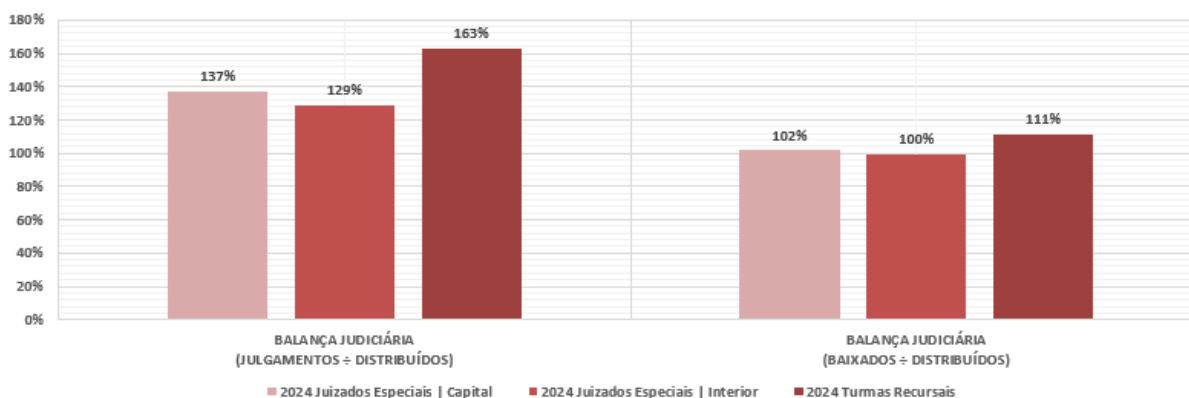


INDICADORES - ESTATÍSTICA PROCESSUAL

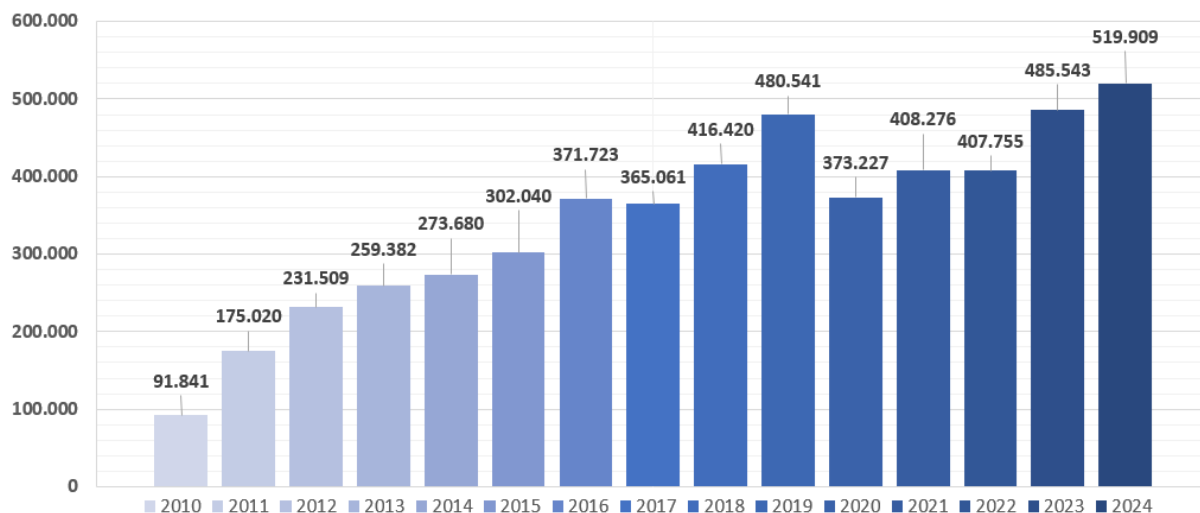
COMPARATIVO | DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS ATÉ 10/12/2024



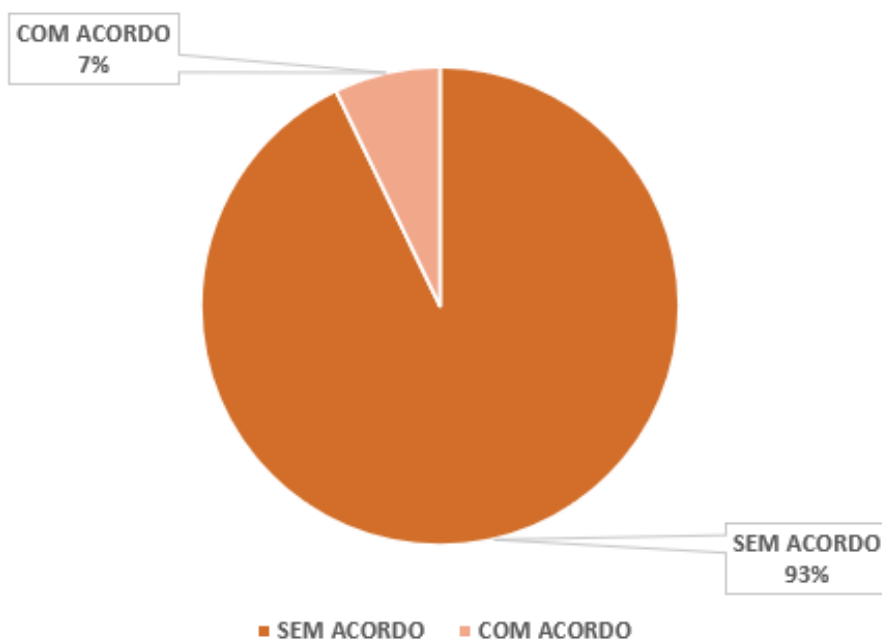
COMPARATIVO | BALANÇA JUDICIÁRIA ATÉ 10/12/2024



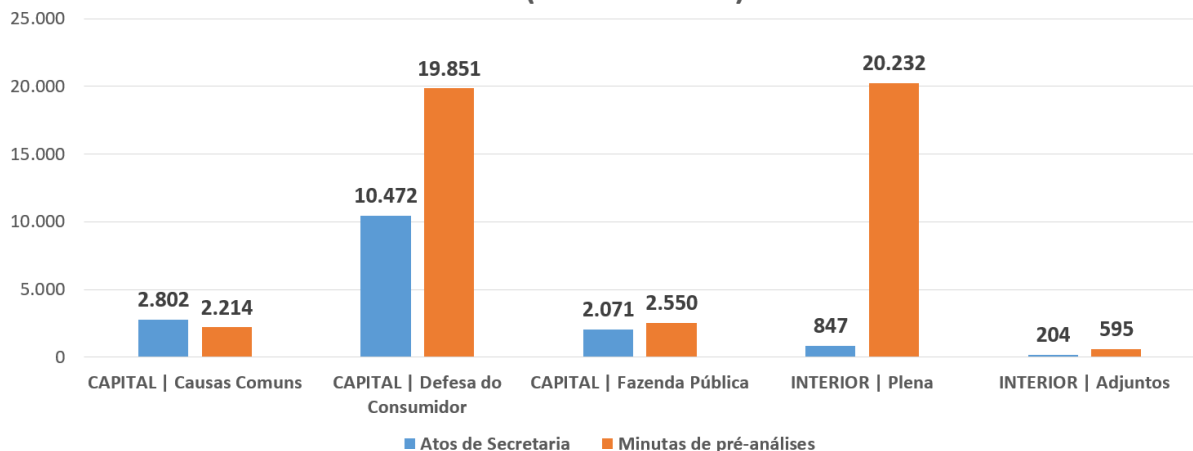
DISTRIBUIÇÃO ANUAL NAS VARAS DO SISTEMA ATÉ 10/12/2024



AUDIÊNCIAS REALIZADAS NAS VARAS DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS ATÉ 10/12/2024

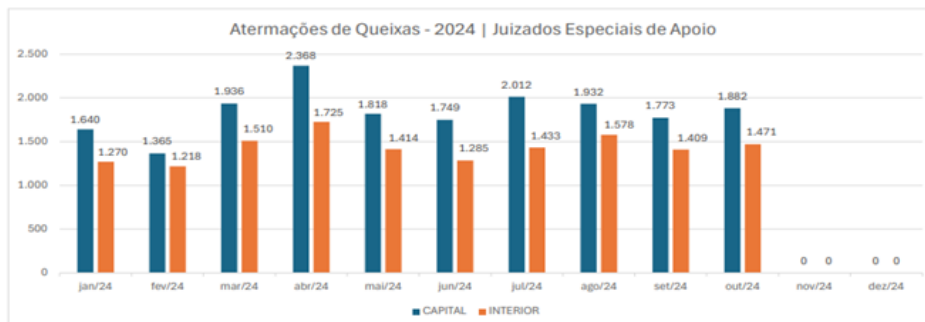


Saneamento Juizados 2024 (Produtividade)



ATERMAÇÕES DE QUEIXAS PELOS ATENDENTES JUDICIÁRIOS

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	Total
CAPITAL	1.640	1.365	1.936	2.368	1.818	1.749	2.012	1.932	1.773	1.882	0	0	18.475
INTERIOR	1.270	1.218	1.510	1.725	1.414	1.285	1.433	1.578	1.409	1.471	0	0	14.313
TOTAL	2.910	2.583	3.446	4.093	3.232	3.034	3.445	3.510	3.182	3.353	0	0	32.788



PROJETOS

Acompanhamento da proposta de atualização da Lei Estadual nº 7.033/97

No ensejo de cumprir a função administrativo-gerencial do sistema dos Juizados Especiais, a Coordenação dos Juizados Especiais tem acompanhado a proposta de atualização da Lei Estadual nº 7.033, de 1997, em tramitação desde 2015, mediante o Expediente nº TJ-ADM-2015/53258.

Semana Nacional dos Juizados Especiais

No mês de junho, com o apoio da Universidade Corporativa e da Assessoria de Comunicação Social, foi realizada a Semana Nacional dos Juizados Especiais. A iniciativa teve por objetivo valorizar, dar visibilidade e aprimorar os Juizados Especiais, em conformidade com a Resolução nº 533, de 21 de novembro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça.

Entre os dias 3 e 7 de junho, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Seminário voltado a magistrados e assessores, sobre o Projeto de Lei de Novo Código Civil e os Juizados Especiais;
- Capacitação obrigatória para auxiliares da justiça (juízes leigos e conciliadores), sobre "O valor dos precedentes judiciais na sistemática dos Juizados Especiais", "Ações predatórias e o impacto para os juizados especiais: medidas para controle da instrumentalização dos Juizados Especiais para fins ilícitos" e "O Regime Jurídico dos Auxiliares da Justiça no TJBA";
- Atendimento ao cidadão para orientação e distribuição de queixas, em exercício de *jus postulandi* sem agendamento prévio;
- Compartilhamento de boas práticas: desenvolvimento e distribuição de Guia com orientações ao cidadão para acompanhamento do processo por meio do Sistema Projudi, reduzindo a necessidade de deslocamento até as unidades judiciárias. Está disponível no site e foi enviado para todas as unidades judiciárias, além de distribuição de cartilhas físicas;
- Campanha de valorização dos Juizados Especiais nas redes sociais e criação de vídeo institucional temático com esclarecimentos sobre os Juizados Especiais, transmitido ao longo da Semana.

Capacitação de auxiliares da justiça

Em estrita observância das exigências constantes no art. 12 da Resolução nº 125/2010, Capítulo II da Resolução nº 174/2013 e no art. 83 do Provimento nº 165/2024, todos do Conselho Nacional de Justiça, bem como no art. 6º da Resolução nº 01/2023 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a Coordenação dos Juizados Especiais realizou, juntamente à Universidade Corporativa, diversas ações para capacitação continuada dos prestadores de serviço em atuação, assim como 6 turmas do Curso de Formação para os novos auxiliares da justiça.

O curso atende às exigências do CNJ e conta com etapa teórica e etapa prática supervisionada, com elaboração de relatórios.

Além do Curso de Formação e da Capacitação obrigatória promovida durante a Semana Nacional dos Juizados Especiais, os auxiliares da justiça participaram, de forma voluntária, da Aula Especial de atualização sobre Direito Obrigacional e Contratual, ministrada pelo Magistrado do TJBA e Professor Pablo Stolze, no dia 29 de outubro.

Projeto de estruturação da Ouvidoria dos Juizados Especiais

Com vistas a otimizar o atendimento das demandas de ouvidoria relacionadas às unidades que compõem o sistema dos Juizados Especiais, notadamente em razão da peculiaridade do rito processual, e o sistema de processo eletrônico (Projudi), a Coordenação dos Juizados Especiais formalizou solicitação para desenvolvimento de melhoria no sistema de ouvidoria do PJBA, com a liberação de acesso ao sistema para a Ouvidoria dos Juizados Especiais.

A demanda está em tramitação mediante o Expediente nº TJ-OFI-2024/11159.

Disponibilização da Nota Técnica nº 003/NUCOF/TJBA:

No mês de novembro, foi aprovada e disponibilizada a Nota Técnica nº 003/NUCOF/TJBA, cujo objeto é a validade de assinaturas eletrônicas emitidas pela plataforma gov.br.

Restou convencionada, pelo Núcleo de Combate às Fraudes do Sistema dos Juizados Especiais (NUCOF), a adesão às Notas Técnicas editadas pelos órgãos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Nota Técnica condutora); do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; e do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com recomendações acerca das garantias de autenticidade e integridade dos documentos assinados eletronicamente no processo judicial eletrônico.

Proposta de reajuste dos atos remuneráveis de auxiliares da justiça

Dada a importância do aprimoramento dos serviços prestados aos jurisdicionados, a Coordenação dos Juizados Especiais considerou realizar estudo econômico-financeiro e apresentar proposta de reajuste dos atos remuneráveis de auxiliares da justiça (conciliador e juiz leigo), que se encontram congelados desde 2015.

Por meio do Expediente nº TJ-ADM-2024/91900, foi apresentada análise técnica com avaliação do impacto orçamentário da proposta, juntamente à minuta de ato normativo (decreto) para implementar a mudança sugerida.

Tal expediente se encontra na Secretaria de Gestão de Pessoas para análise.

Sugestão de cooperação relativa à ferramenta de cálculos

Entre as diversas solicitações formuladas com vistas ao apoio aos serviços judiciários, à redução do tempo médio de duração dos processos, à celeridade dos feitos, à redução do custo de desenvolvimento no PJBA e à otimização dos recursos humanos, a Coordenação dos Juizados Especiais sugeriu à Presidência do PJBA a cooperação com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para a cessão do código fonte da ferramenta de cálculos, importante para todas as Varas, mas indispensável para as Varas dos Juizados Especiais.

A demanda está em tramitação mediante o Expediente nº TJ-OFI-2024/11675.

Ações realizadas pelo Núcleo de Suporte Operacional dos Juizados Especiais

O Núcleo de Suporte Operacional dos Juizados Especiais é o grande responsável pela implementação dos projetos voltados aos Sistemas Projudi e PJe, desenvolvendo inúmeras soluções de Inteligência Artificial, automações, melhorias de fluxos processuais, bem como atua nos constantes diálogos com magistrados, servidores e auxiliares da justiça, além de outros Tribunais, a fim de coletar dados e compartilhar as novas tecnologias. Dentre os diversos projetos implementados ao longo de 2024, a seguir destacamos os mais impactantes.

- Desenvolvimento do Similis, um sistema avançado de busca processual por similaridade, utilizado internamente pela COJE para facilitar a localização e a análise de processos judiciais. Com ferramentas modernas de busca e uso de inteligência artificial, o Similis permite a identificação de temas processuais, a localização de julgados similares e a geração de relatórios temáticos.

- Foi desenvolvido um programa no escopo do Projeto Tanderá para apoiar o Núcleo de Precatórios na localização de autores e réus de processos em fase de execução, cujos valores já haviam sido depositados, mas permaneciam sem repasse, devido à falta de informações precisas.
- Desenvolvimento do Sistema Tanderá (1ª fase), objetivando identificar e combater a litigância serial e predatória no Poder Judiciário, focando especificamente em advogados que ajuizam um grande volume de ações judiciais artificiais.
- Integração do serviço do E-Carta, dos Correios, ao PROJUDI-BA, em substituição ao serviço V-Post, gerando economia na emissão automatizada de cartas postais.
- Realização de saneamento de cadastros de pessoas jurídicas no PROJUDI, preparando o sistema para a fase de credenciamento de Empresas privadas no Sistema Domicílio Judicial Eletrônico do CNJ.
- Desenvolvimento do Sistema SigmaJus, que oferece uma visualização em tempo real do desempenho operacional das unidades judiciais.
- Desenvolvimento de um programa para auxiliar a assessoria na análise das ações, com foco em mandados de segurança coletivos, a fim de identificar ou descartar possíveis irregularidades na distribuição, especialmente no PJE1G e no PJE2G.
- Nova página inicial do PROJUDI, com busca rápida de processos nos Juizados e Turmas Recursais, reduzindo o número de cliques.

COMISSÕES, GRUPOS E COMITÊS

No curso do ano de 2024, o Coordenador dos Juizados Especiais participou de reuniões diversas, tendo integrado os Grupos, as Comissões e os Comitês a seguir:

- *Comissão de Transição de Depósitos Judiciais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, Decreto Judiciário nº 647, de 13 de agosto de 2024;*
- *Grupo Decisório e Grupo Operacional do Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA), Decreto Judiciário nº 373, de 07 de maio de 2024;*
- *Comitê de Governança (CGOV) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, Decreto Judiciário nº 764, de 20 de setembro de 2024;*
- *Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Bahia, Decreto Judiciário nº 865, de 05 de novembro de 2024;*
- *Núcleo de Gestão e Enfrentamento das Demandas de Massa (NUGEDM), Decreto Judiciário nº 395, de 13 de maio de 2024;*
- *Núcleo de Combate às Fraudes do Sistema dos Juizados Especiais do Estado da Bahia (NUCOF), Decreto Judiciário nº 521, de 26 de junho de 2024;*
- *Conselho Superior dos Juizados Especiais;*
- Acompanhamento do Colégio de Magistrados.

LINHA DO TEMPO DAS REUNIÕES E VISITAS INSTITUCIONAIS

Além dos encontros dos Grupos, das Comissões e dos Comitês no ano de 2024, o Coordenador dos Juizados participou de diversas reuniões em atendimento à OAB e a magistrados, servidores, conciliadores, juízes leigos, empresas privadas, sindicatos, além de outros, destacando-se, a seguir, as mais relevantes:

Fevereiro

21 Reunião com a OAB/BA

Março

04 Reunião com a OAB/BA

13 Reunião com os Magistrados das Varas do Sistema dos Juizados Especiais

21 Reunião com a Diretoria Jurídica do Banco Votorantim

25 Reunião com os Magistrados integrantes das Turmas Recursais

Abril

03 Reunião com o NUCOF e Banco Bradesco

10 Reunião com representantes da empresa Casas Bahia

15 Reunião com a Comissão de Ética da OAB/BA

15 Reunião com representantes da empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras

24 Reunião com o NUCOF e Banco Bradesco

24 Reunião com o NUCOF e Banco PAN

Maio

02 Inauguração das novas instalações das 03ª e 04ª VSJE Criminais de Salvador, no Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva

06 Reunião com a OAB/BA da Subseção de Feira de Santana

21 Inauguração da sala da OAB no Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva

Junho

03 Abertura da Semana Nacional dos Juizados Especiais no auditório do Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva

13+ 14 Visita institucional às Varas do Sistema dos Juizados Especiais de Vitória da Conquista

26 Reunião com os Magistrados das Varas do Sistema dos Juizados Especiais de Vitória da Conquista

26 Reunião com o NUCOF e Banco Original

Julho

08 Reunião com a OAB/BA da Subseção de Feira de Santana

17 Reunião com a OAB/BA

25+ 26 Visita institucional às Varas do Sistema dos Juizados Especiais de Barreiras

Agosto

12 Reunião com a OAB/BA

Setembro

12+ 13 Visita institucional às Varas do Sistema dos Juizados Especiais de Juazeiro

30 Reunião com a OAB/BA

Outubro

17+ 18 Visita institucional às Varas do Sistema dos Juizados Especiais de Feira de Santana

Novembro

11 Reunião com a OAB/BA da Subseção de Feira de Santana

11 Reunião com a OAB/BA



NÚCLEO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS



1. APRESENTAÇÃO

O Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (NACP), coordenado pelo Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios Tognin, é Assessoria Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com a atribuição de processamento e pagamento de precatórios, observando a ordem cronológica de apresentação, nos termos da Constituição Federal e da Resolução CNJ nº 303/2019. Compete-lhe, ainda, prioritariamente, monitorar o fluxo de aportes promovidos pelos entes devedores, adotando medidas coercitivas em caso de inadimplência; identificar e pagar credores superpreferenciais; promover audiências de conciliação entre credores e devedores; e gerenciar acordos de pagamento firmados.

2. OBJETIVOS

O Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios traçou os seguintes objetivos primordiais para o ano de 2024:

- I.** elevar o número de precatórios pagos;
- II.** realizar ação educacional para magistrados(as) e servidores(as) na área de precatórios;
- III.** conferir maior celeridade na tramitação de precatórios, inclusive por meio de ferramentas de tecnologia da informação;
- IV.** ampliar a qualidade do gerenciamento do fluxo de trabalho e de acesso à informação;
- V.** instituir a cobrança de custas em determinadas atividades do processamento de precatórios.

3. AÇÕES REALIZADAS

Para o alcance desses objetivos, destacam-se as ações realizadas durante o ano, listadas a seguir.

- a)** Instituição do pagamento de precatórios preferencialmente mediante transferência bancária eletrônica para a conta pessoal do destinatário, utilizando-se, sobretudo, o PIX, com uso de chave apenas do tipo CPF ou CNPJ (Decreto nº 197/2024).
- b)** Aperfeiçoamento do Sistema de Cálculos para conferir maior eficácia no fluxo de pagamentos de precatórios e atender aos ditames normativos da Resolução CNJ nº 303/2019, assim como as orientações do CNJ na inspeção 2024.
- c)** Automatização da Emissão de Documentos de Arrecadação Estadual (DAEs), por meio de um robô desenvolvido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, a pedido do Núcleo de Precatórios, para o recolhimento da Previdência, do Imposto de Renda e do ITD, retidos quando do pagamento de precatórios.
- d)** Implementação de etiquetas no Sistema BRBJus, por demanda do Núcleo de Precatórios, utilizadas para classificar as contas judiciais, vinculadas ao NACP, no Banco de Brasília, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de gestão dessas contas, facilitando o controle e o manejo dos recursos, além de viabilizar a disponibilização de valores reservados aos beneficiários, de maneira mais célere e segura.

- e) Automação de procedimentos para conferir celeridade ao processo de atualização dos cálculos e do pagamento de precatórios, desenvolvidas por servidor cedido pela SETIM ao NACP (RPA Cálculo; RPA Ofícios e Planilha do DAE; Planilha de lista de notificações; Planilha Sintetizadora).
- f) Regulamentação da emissão de Certidão de Valor Líquido Disponível, por meio do Decreto Judiciário nº 198/2024.
- g) Elaboração de manual de procedimentos da Secretaria do Núcleo de Precatórios e do manual de procedimentos de protocolamento de precatórios, ampliando a qualidade no gerenciamento do fluxo de trabalho.
- h) Elaboração da Cartilha “TJBA Mais Perto Responde – Edição Precatórios”, a partir das perguntas frequentes recebidas durante os encontros presenciais do Projeto “TJBA Mais Perto”, objetivando ampliar o acesso à informação, em linguagem simples.
- i) Lançamento do novo portal do Núcleo de Precatórios, que foi reformulado e modernizado com o objetivo de simplificar o acesso à informação, tanto para credores quanto para devedores, por meio de um design intuitivo e moderno, inclusive com divulgação de relatórios mensais de atividades do Núcleo.
- j) Conclusão do mapeamento dos fluxos de tramitação de precatórios por meio de ferramenta de gestão de processos, disponíveis no portal do NACP.
- k) Elaboração de projeto de cobrança de custas em determinadas atividades do processamento de precatórios, o qual culminou na Lei Estadual nº 14.806/2024.

4. INDICADORES

PAGAMENTOS REALIZADOS	
Pagamentos Realizados	R\$ 1.678.664.028,64
Precatórios quitados (total ou parcialmente)	6493

Enfatiza-se que o expressivo resultado alcançado em apenas 11 meses (fev/dez 2024) se trata de um recorde de pagamento de precatórios na história do TJBA, superando os montantes pagos nos biênios precedentes.

ATOS PRATICADOS EM PRECATÓRIOS	
Despachos	1834
Decisões	12.569
Sequestros em andamento (em 31/12/2024)	12

ACERVO DE PRECATÓRIOS	
Precatórios distribuídos	11.920
Acervo total de precatórios (em 31/12/2024)	35.459

5. PROJETOS

Concilia.prec

Demandante: NACP

Status: Em Execução

Percentual de avanço: 40%

Escopo: realização de audiências virtuais de conciliação para os precatórios vincendos e vencidos no novo biênio, em relação a todos os devedores no regime geral e à abertura de novas agendas de acordos diretos com devedores do regime especial, com o objetivo de ampliar as modalidades de quitação de precatórios, garantindo celeridade no adimplemento.

Última ação: abertura de agenda para as audiências de conciliação em 2025.

Entregas realizadas:

- realização de 44 Audiências de Conciliação virtuais entre credores e entes devedores do regime geral;
- lançamento de nova Agenda Programada de Acordo e Pagamento de Precatórios devidos pelo Município de Salvador, suas autarquias e fundações públicas (Edital nº 54/2024);
- lançamento de nova Agenda Programada de Acordo e Pagamento de Precatórios devidos pelo Estado da Bahia, suas autarquias e fundações públicas (Edital nº 97/2024).

Selo "Bom pagador de precatórios"

Demandante: NACP

Status: Não iniciada.

Escopo: premiação dos devedores que se encontram adimplentes com o pagamento de precatórios.

Reformulação de procedimentos internos - I

Demandante: NACP

Status: Em Execução

Percentual de avanço: 15%

Escopo: alteração, no prazo legal, do envio das retenções tributárias (Dirf para EFD- Reinf) para atender à IN/SRFB nº 2.043/2021 e a alterações posteriores.

Última ação: levantamento dos requisitos de transmissão de dados para o Banco Regional de Brasília.

Entregas realizadas: reuniões de alinhamento com o Banco Regional de Brasília e levantamento dos requisitos de transmissão de dados para o banco.

Reformulação de procedimentos internos - II

Demandante: NACP

Status: Em Execução

Percentual de avanço: 15%

Escopo: regulamentação, no âmbito do PJBA, do acesso a depósitos judiciais e administrativos por entes devedores, para fins de quitação de precatórios no regime geral, e outras finalidades previstas na Lei Complementar nº 151/2015.

Última ação: pesquisa entre os demais tribunais sobre as regras locais vigentes acerca do tema.

Entregas realizadas: resultado parcial da pesquisa entre os demais tribunais sobre as regras locais vigentes acerca do tema.

Reformulação de procedimentos internos - III

Demandante: NACP

Status: Em Execução

Percentual de avanço: 30%

Escopo: atualização do fluxo do PJe 2º grau, tornando-o mais compatível com a tramitação de precatórios, objetivando padronizar procedimentos e garantir a eficiência e a celeridade na tramitação dos precatórios.

Última ação: reunião de alinhamento com a Diretoria de Sistemas para o estabelecimento das prioridades de alteração do PJe.

Entregas realizadas:

- implementação no PJe 2º Grau, pela SETIM, da funcionalidade de intimação automática via Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN;
- customização do PJe 2º Grau, pela SETIM, com a criação do tipo de parte “sucessor” no campo de autuação de partes para o cadastramento de novos precatórios;
- desenvolvimento, em conjunto com a Coordenação de Sistemas Judiciais, de novos fluxos, como a criação de filas de trabalho distintas, que permitem a separação dos processos, bem como o encaminhamento dos processos diretamente para a Secretaria, após a assinatura do magistrado.

Reformulação de procedimentos internos - IV

Demandante: NACP

Status: Concluída

Percentual de avanço: 100%

Escopo: elaboração de manual de procedimentos da Secretaria do Núcleo de Precatórios; manual de procedimentos de protocolamento de precatórios; e mapeamento dos fluxos de tramitação de precatórios por meio de ferramenta de gestão de processos, visando padronizar procedimentos e garantir eficiência e transparência.

Última ação: publicação, no portal do NACP, do Manual de Protocolamento de Precatórios e dos fluxos dos trabalhos do Núcleo de Precatórios.

Entregas realizadas:

- documentação das atividades de secretaria no Manual de Atividades da Secretaria, com o objetivo de definir rotinas claras e mais eficazes e uniformizar procedimentos;

- atualização do Manual de Protocolamento de Precatórios, contendo instruções para as Varas sobre o Ofício Precatório e o Formulário de Expedição, assim como orientações para advogados e advogadas darem entrada no Precatório no PJE 2º Grau;
- mapeamento de fluxos de trabalho, explicitando os procedimentos que englobam o pagamento de precatórios, visando garantir a máxima transparência na gestão e no pagamento de precatórios.

Bate-papo em precatórios

Demandante: NACP

Status: Em Execução

Percentual de avanço: 40%

Escopo: Reuniões com outros Tribunais de Justiça e participação em fóruns temáticos de precatórios (exemplo: Câmara Nacional de Gestores de Precatórios), objetivando ampliar o diálogo interinstitucional e favorecendo a troca de experiências e de boas práticas.

Última ação: Participação do Juiz Gestor do Núcleo de Precatórios em reunião do Comitê Nacional de Precatórios do Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec) do Conselho Nacional de Justiça.

Entregas realizadas:

- participação em reuniões da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, instituída em cooperação pelos 27 Tribunais de Justiça do Brasil (de 22 a 24/05/2024, 15/07/2024, 03/10/2024 e 09/10/2024);
- reunião com o TJMS para troca de experiência sobre a implantação do SAPRE (14/05/2024 e 15/10/2024);
- participação no II Fórum dos Tribunais de Justiça Estaduais sobre DIRF e EFD-Reinf (25 a 27/09/2024);
- reunião com o TJPA para conhecer o sistema de cálculos judiciais (09 e 16/10/2024);
- reunião com o TCE/SP para conhecer a IA Ania (16/10/2024);
- reunião com o TJSC para conhecer o funcionamento da contabilidade judicial (16/10/2024);
- participação no Encontro Nacional de Precatórios 2024, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (29 e 30/10/2024);
- participação em reuniões do Comitê Nacional de Precatórios do Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec) do Conselho Nacional de Justiça (08/11/2024, 28/11/2024 e 06/12/2024).

Encontrar o que você procura ficou mais simples!

Demandante: NACP

Status: Concluída

Percentual de avanço: 100%

Escopo: reformulação da página de precatórios, com proposta de uma diagramação mais

simplificada, moderna, intuitiva e padronizada para garantir que o cidadão navegue pelo site e compreenda todas as informações, adquirindo autonomia na compreensão do tema e, sendo credor/devedor de precatórios, possa entender a situação de seu caso.

Última ação: publicação da página eletrônica do Núcleo de Precatórios (<https://www.tjba.jus.br/portal/precat-tjba/>).

Entregas realizadas:

- reformulação da página eletrônica do Núcleo de Precatórios, priorizando-se uma linguagem simples e direta em documentos e comunicados públicos, em conformidade com o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples e com a Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça;
- modernização do acesso à lista unificada de precatórios, disponível na página de precatórios, tornando-a mais intuitiva, a partir da possibilidade de visualização de todos os precatórios da entidade devedora, ou da visualização destacada apenas daqueles da ordem cronológica geral ou somente dos precatórios da ordem superpreferencial.

Novos horizontes: ampliação das cooperações técnicas em precatórios

Demandante: NACP

Status: Em Execução

Percentual de avanço: 20%

Escopo: expansão das cooperações técnicas (formalizadas ou não) com outras instituições que orbitam o sistema de tratamento de precatórios, tais como STN, RFB, UPB, OAB. Em especial quanto à OAB-BA, realizar ação de orientação de advogados(as) quanto ao correto protocolamento de precatórios.

Última ação: reunião com a Receita Federal para orientações tributárias.

Entregas realizadas:

- acordo de Cooperação Técnica firmado entre a União, por meio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e o Estado da Bahia, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que resultou na autorização de cessão de uso do código-fonte da ferramenta "Adaptador de Assinatura PjeOffice", pelo TJBA, que possibilitará a integração do Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE) ao PJE 2º grau;
- parceria com a OAB-BA para realizar uma campanha voltada a alertar advogados e advogadas a respeito das principais falhas que são praticadas quando do protocolamento de novos precatórios. A campanha resultou na divulgação de cards e do Manual de Protocolamento de Precatórios para a advocacia;
- reunião com a Receita Federal para orientações tributárias e abertura de canal de diálogo interinstitucional (29/04/2024, 10/05/2024, 22/10/2024).

SAPRE

Demandante: NACP

Status: Em Execução

Percentual de avanço: 35%

Escopo: implantação do SAPRE (Sistema de Administração de Precatórios), objetivando padronizar procedimentos e garantir eficiência e celeridade na tramitação dos precatórios.

Última ação: entrega para homologação, em 20/12/2024, de pacote parcial de melhorias do módulo 1.
Entregas realizadas: foram realizadas diversas reuniões semanais de acompanhamento do desenvolvimento do sistema, com entregas parciais, mas ainda não completas para o módulo 1 (protocolo).

Capacitação em Precatórios

Demandante: NACP

Status: Em Execução

Percentual de avanço: 80%

Escopo: desenvolvimento de ações de aperfeiçoamento de magistrados(as) e servidores(as), visando fortalecer o princípio da gestão por competências (Resoluções CNJ nº 192/2014 e nº 240/2016), promovendo ações educativas que padronizem e aprimorem procedimentos relacionados a precatórios.

Última ação: conclusão da terceira turma de magistrados(as) e de servidores(as), em dezembro/2024.

Entregas realizadas: realização do curso “Regime jurídico do precatório: formação e questões controvertidas”, iniciativa do Núcleo de Precatórios em parceria com a Unicorp, credenciado pela ENFAM, com carga total de 20 horas-aula, em cinco turmas para magistrados(as) e três turmas para servidores(as).

Painel de Priorização de Processos (PPP)

Demandante: NACP

Status: Concluída

Percentual de avanço: 100%

Escopo: implantação de sistema de gerenciamento de acervo a partir dos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade (ação conjunta com a CAPG, a SEPLAN e a SETIM), objetivando estimular as unidades judiciais para a gestão estratégica do seu acervo de processos.

Última ação: entrega final do projeto para a CAPG, a fim de incluir na linha de projetos de acompanhamento pela referida Coordenação.

Entregas realizadas: desenvolvimento e entrega do sistema, juntamente à SETIM, à SEPLAN e à CAPG.

6. OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

- Participação do Juiz Assessor em reuniões periódicas com a Presidente, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, e com Secretários e dirigentes desta Corte de Justiça.
- Realização de atendimentos a advogados(as), procuradores(as) e partes.
- Realizações de reuniões com diversos órgãos e entidades para alinhamento e melhoria do fluxo de trabalho, entre os quais: CNJ; Banco Regional de Brasília; Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia; Secretaria da Fazenda do Município de Salvador; Procuradoria-Geral do Estado da Bahia; Embasa; OAB-BA; e Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia.

- Participação do Juiz Assessor em reuniões do Comitê Gestor de Contas Especiais; da Comissão de Heteroidentificação; da Comissão de Transição de Depósitos Judiciais; do Comitê de Atenção à Saúde; do Comitê Estadual de Saúde; e do Grupo de Trabalho do NatJus.
- Participação do Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios em todas as edições do Projeto “TJBA Mais Perto”, disponibilizando balcão de serviços para prestar orientações sobre o processamento e o pagamento de precatórios.
- Participação do Juiz Assessor no podcast do PJBA, veiculado na Rádio Web TJBA, no dia 22/05/2024 (com reprise no dia 24), para discorrer acerca do tema precatórios (o que são, quem tem direito e como dar entrada).
- Designação do Juiz Gestor do Núcleo de Precatórios, Sadraque Oliveira Rios Tognin, para compor o Comitê Nacional de Precatórios do Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec) do Conselho Nacional de Justiça (Portaria Presidência nº 376 de 25/10/2024).



COORDENAÇÃO DE APOIO AO PRIMEIRO GRAU



1. APRESENTAÇÃO

A CAPG, vinculada à Presidência do TJBA, visa aprimorar a eficiência da atuação judicial de primeira instância. Instituída pelo Decreto Judiciário nº 69/2022, é coordenada por um(a) desembargador(a) e conta com 6 juízes colaboradores. Sob sua coordenação, a Diretoria do Primeiro Grau, a Secretaria Virtual e os Núcleos de Justiça 4.0, conforme a Resolução nº 21/2023, desenvolvem, implantam e acompanham projetos e ações. Essas iniciativas apoiam as unidades de primeiro grau, fortalecendo a prestação de serviços mais ágeis e eficientes. Mais informações: tjba.jus.br/primeirograu/institucional/.

2. OBJETIVOS

Resumo dos objetivos e das metas, conforme Plano Diretor Anual da CAPG para o ano de 2024:

- executar iniciativas de Linguagem Simples, Direito Visual, Projeto Equaliza e aperfeiçoar salas passivas até dezembro de 2024;
- fomentar o Programa Justiça para Todos até julho de 2024;
- coordenar o Comitê Gestor e Orçamentário, com eleição de novos membros em setembro, bem como o GT para melhorias no PJe 1º Grau, ambos até dezembro de 2024;
- divulgar, periodicamente, informações sobre o 1º grau até dezembro de 2024;
- implantar novos Núcleos de Justiça 4.0 até julho de 2024;
- gerir a Rede de Governança Colaborativa Regional, receber e tratar demandas do BRB, assim como coordenar ações do Juízo 100% Digital, até dezembro de 2024;
- desenvolver, com a SETIM, ferramentas para priorizar análise e julgamento de processos até maio de 2024; e
- impulsionar processos de interdição e curatela até dezembro de 2024.

3. AÇÕES EM ANDAMENTO/CONCLUÍDAS EM 2024

3.1. Gestão da Rede de Governança Colaborativa Regional

Entrega de 525 Planos Diretores Anuais do 1º grau; realização de diagnóstico para orientar ações administrativas e o Projeto TJBA MAIS PERTO; promoção do 1º Encontro Estadual da Rede em 30 de julho de 2024; e atendimento a mais de 130 demandas de magistrados recebidas via grupos de WhatsApp das regiões da Rede.

Mais informações: tjba.jus.br/primeirograu/rede-de-governanca/.

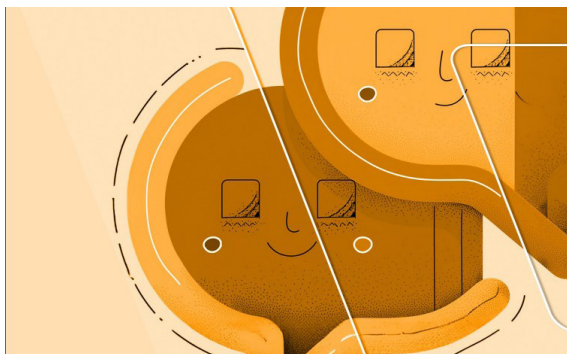
3.2. Iniciativas de Linguagem Simples

Principais iniciativas em 2024: cooperação técnica com o CNJ (Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples); disponibilização de modelos de atos em linguagem simples no PJe 1º Grau; realização de seminário com a participação do Ministro Luís Roberto Barroso; certificação Selo Linguagem Simples do CNJ; lançamento da “Robozinha LISI” para traduzir termos jurídicos; simplificação da Resolução n.03/2022; criação de modelo de voto em linguagem simples para desembargadores; promoção de palestras e oficinas práticas; melhoria da consulta processual para o cidadão (Consulta Simples); e produção da Cartilha de Linguagem Falada.



Mais informações: tjba.jus.br/linguagensimples/.







3.3. Fomento ao Programa Justiça para Todos

Aperfeiçoamento do acompanhamento dos 29 PIDs via plataforma Bookings.

Mais informações: servicosonline.tjba.jus.br/servicosonline/justica-para-todos/.

3.4. Ampliação e acompanhamento das Salas Passivas

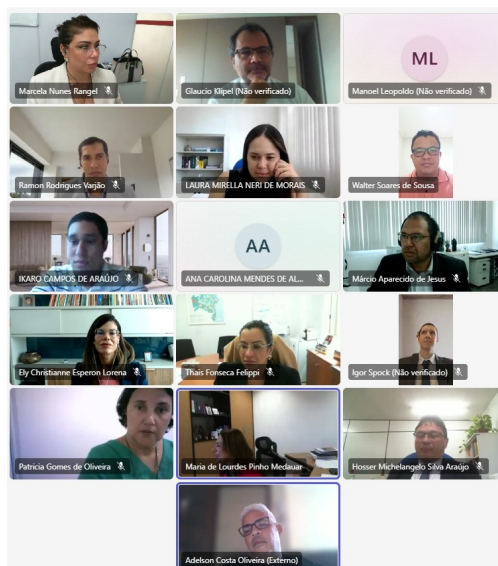
Aperfeiçoamento do acompanhamento das 205 salas passivas instaladas via plataforma Bookings. Em 2024, o TRT5 firmou Acordo de Cooperação Técnica com o TJBA e passou a utilizar as salas passivas de 172 comarcas do interior do estado.



3.5. Coordenação do Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição

Realização das reuniões trimestrais e de reuniões extraordinárias. Eleição de novos membros 2024, Decreto Judiciário n. 865, de 5 de novembro de 2024.

Mais informações: tjba.jus.br/portal/comite-gestor-regional-orcamentario-e-de-atencao-prioritaria-ao-1o-grau-de-jurisdicao/.



3.6. Coordenação do GT Plano de Melhorias do PJE 1º Grau - DJ n. 577/2024

Reuniões de homologação com a CSJUD, a DPG e os magistrados.
Visitas técnicas ao Fórum Ruy Barbosa.
Análise de demandas enviadas ao e-mail gtmelhoriapje@tjba.jus.br.

3.7. Núcleos de Justiça 4.0

- **Criação do Núcleo de Justiça 4.0 (Meta 3):** Direito Ambiental, Improbidade Administrativa, Violência Doméstica e Acidente de Trabalho.
- **Produtividade:** 1.718 sentenças, 14 decisões e 32 despachos entre maio e dezembro de 2024, com a atuação de 13 magistrados designados.

Mais informações: servicosonline.tjba.jus.br/servicosonline/nucleo-justica-4-0/.

3.8. Tratamento das Demandas do 1º Grau do BRBJus

Recebimento e tratamento das demandas do BRB relacionadas às unidades da justiça comum.

3.9. Semanas de Avaliação Pericial

Realização de Semanas de Avaliações Periciais para apoiar unidades com carência de especialistas, ocorrendo em três períodos: de 27 a 31/05/2024; de 17 a 18/06/2024; e de 04 a 06/11/2024.

3.10. Entregas do Projeto Equaliza

Atualização anual do Guia Oriente e publicação de novos fluxos de trabalho (mapeamentos) para o 1º grau.

Mais informações: tjba.jus.br/primeirograu/equaliza/.

3.11. Suporte às Semanas da Justiça pela Paz em Casa

Realização de audiências temáticas em março, agosto e novembro.
Na 26ª Semana (março): 219 processos encaminhados, 123 audiências e 2 unidades participantes.
Na 27ª Semana (agosto): 491 processos, 267 audiências e 5 unidades participantes.
Na 28ª Semana (novembro): 539 processos, 255 audiências e 5 unidades participantes.

3.12. Acompanhamento da Gestão dos Cartórios Integrados

Atuação na elaboração do novo Ato Normativo Conjunto dos Cartórios Integrados; atualização dos dados das unidades integradas, juízes corregedores, diretores e estagiários; e recebimento e controle dos relatórios mensais de produtividade.



3.13. Robô Haia

Inovação desenvolvida com a SETIM, responsável por 290 mil processos julgados, gerando minutas automáticas para pedidos específicos (cancelamento, pagamento, parcelamento da dívida e suspensão pelo art. 40 da LEF). Diante dos resultados, estuda-se ampliar sua atuação para outras áreas.

3.14. Integração SISBAJUD PJE

Acompanhamento da implementação do sistema do CNJ junto à SETIM, iniciado em varas-piloto da Fazenda Pública com competência tributária na capital. Posteriormente, a integração foi expandida para varas tributárias no interior e, após um mês de testes, para todas as unidades do PJBA. Cerca de 250 servidores e magistrados treinados.

3.15. Acordo de Cooperação Técnica - Leilões de Veículos

Ação conjunta com a Polícia Civil da Bahia visando obter autorizações judiciais para alienação antecipada de veículos apreendidos, preservando os bens devido à precariedade dos pátios de acautelamento. Iniciada com 122 processos em Vitória da Conquista e região, a iniciativa busca formalizar o programa "Pátio Ágil", em parceria com órgãos estaduais, a fim de otimizar a apreensão, o depósito e a venda de veículos no Estado da Bahia.

3.16. Painel de Priorização de Processos (PPP)

Ferramenta de BI desenvolvida com a SETIM para auxiliar magistrados(as) na gestão de processos, classificando e ranqueando-os conforme metas do CNJ e critérios do Prêmio CNJ de Qualidade. A CAPG atua na implantação, no acompanhamento de unidades-piloto, na expansão e no incentivo ao uso da ferramenta.



3.17. Secretaria Virtual

Órgão de apoio a unidades com baixo cumprimento de metas, indicadores nacionais e excesso de prazos. Em 2024, atualizou layout para otimizar a produtividade, ofereceu treinamento contínuo, realizou mutirões de assinatura e estabeleceu a vinculação entre servidor e estagiário. Atendeu a 20 unidades, produzindo 27.715 atos de cartório, 5.836 despachos, 1.711 decisões e 1.792 sentenças.

Mais informações: servicosonline.tjba.jus.br/servicosonline/secretaria-virtual/.

3.18. Precedentes Qualificados e Sobrestamentos

Projeto Precedentes Qualificados: focado na identificação e na aplicação de precedentes qualificados para promover eficiência e uniformidade nas decisões judiciais. Em 2024, foram criados Grupos de Trabalho nas áreas Cível, Consumo e Fazenda Pública Administrativa, com destaque para testes na 7ª Vara de Fazenda Pública de Salvador e melhorias no robô que aplica o Tema 1132 do STJ.



Projeto Sobrestamentos: busca padronizar e otimizar a gestão de processos sobrestados no PJe, garantindo uniformidade processual. As iniciativas incluem a criação de uma Tabela de Movimentos para precedentes qualificados, bem como a implantação do Robô SOSEVERINO, que automatiza o dessobrestamento após decisões de cortes superiores, em parceria com a SETIM e o NUGEP.

3.19. Implantação do TJBA MAIS JÚRI

Instituído pelo Decreto Judiciário nº 788/2024, visa reduzir processos pendentes em comarcas com competência em Tribunal do Júri, aumentando a celeridade dos julgamentos. Alinhado ao "Programa Bahia pela Paz" (do Governo Estadual), promove colaboração entre justiça e segurança pública. Em 2024, mobilizou 20 magistrados e 11 servidores, apoiando 13 unidades judiciárias e realizando mais de 580 sessões plenárias, superando a meta de 500. Além disso, capacitou cerca de 215 profissionais para aprimorar a produtividade e os procedimentos dos júrís.



3.20. Ações de Comunicação

Central Primeiro Grau: canal da Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau no WhatsApp, destinado à divulgação de informações e iniciativas relevantes para magistrados e servidores da 1ª instância, promovendo maior atualização e aprimoramento na prestação jurisdicional; e cards temáticos: informativos criados pela Diretoria do Primeiro Grau, voltados a magistrados e servidores, abordando temas de interesse relacionados à 1ª instância.

3.21. Ações de Capacitação

Capacitação "Estratégias para ampliar a produtividade com o uso da Tecnologia da Informação", ministrada por Letícia Lima, da Diretoria do Primeiro Grau, integra os encontros regionais do Projeto TJBA MAIS PERTO. O treinamento aborda o uso eficiente de sistemas

como PJE+R e Exaudi, além de orientações para otimizar a rotina cartorária; e Curso para o “Aperfeiçoamento de Habilidades e Rotinas no Sistema PJe 1º Grau” (Decreto Judiciário nº 537/2024), realização em parceria com a UNICORP e a SETIM, com a instrutora Letícia Lima, servidora da Diretoria do Primeiro Grau.



4. PROJETOS

4.1. PLN-CAPG-AMPLIAÇÃO DO NÍVEL DOS PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL

Demandante: Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau

Status: Encerramento

Percentual de Implementação: 99,1%

Escopo: ampliar os 26 Pontos de Inclusão Digital (PIDs) do TJBA para Nível 1, com adesão do TRT-5 até outubro de 2024, conforme a Resolução nº 508/2023 do CNJ. Promover, também, a adesão do TJBA aos PIDs do TRE instalados em Prefeituras-Bairro de Salvador e vice-versa.

Última Ação: realizar treinamento TJBA aos funcionários Pontos de Atendimento do Eleitor.

Entregas Realizadas: o TJBA possuía, em 2023, 26 PIDs no interior do Estado, classificados como Nível 0. Adesão do TJBA a 3 PIDs do TRE em Salvador. Adesão do TRT-5 a 24 PIDs do TJBA no interior. Distribuição Atual (2024) de 26 PIDs no interior, sendo 2 de Nível 0 (TJBA) e 24 de Nível 1 (TJBA+TRT-5); e 3 PIDs em Salvador, sendo todos de Nível 2 (TJBA+TRE+Município).



4.2. PLN-CAPG-AMPLIAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÕES FISCAIS

Demandante: Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição

Status: Em execução

Percentual de Implementação: 99,1%

Escopo: ampliação da adesão ao Acordo de Cooperação Técnica em comarcas selecionadas, que apresentem mais de um terço do acervo composto por processos de Execuções Fiscais, até maio de 2025.

Última Ação: assinar o Acordo de Cooperação Técnica e o Protocolo de Execução PGE.

Entregas Realizadas: Painel Robô Themis com 274 mil processos analisados; 135 mil processos minutados; 10 mil processos suspensos; 189 mil processos julgados; e 218.777 processos baixados.

Convênios: 12 assinados e 7 em fase de assinatura.



Os resultados de 2024 demonstram aumento da produtividade e redução das taxas de congestionamento. A continuidade do projeto é essencial para expandir sua atuação a mais municípios, incrementando os julgamentos e atendendo às metas 1 e 2 do CNJ, com prioridade para os executivos fiscais.

4.3. PLN-CAPG-IMPLANTAÇÃO CARTÓRIO INTEGRADO FAZENDA PÚBLICA

Demandante: Corregedoria Nacional de Justiça

Status: Em execução

Percentual de Implementação: 37,5%

Escopo: implantar o Cartório Integrado da Fazenda Pública, com as 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas da Fazenda Pública de competência administrativa da Comarca de Salvador e mais 2 (duas) novas Varas criadas, até o final do 1º semestre de 2025.

Última Ação: normatização.

Entregas Realizadas: projeto arquitetônico; composição de mobiliário e de equipamentos de TI e telefonia; preparação da capacitação; e início da adaptação de sistemas.



4.4. PLN-CAPG-PROJETO TJBA MAIS JÚRI 2025

Demandante: Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau

Status: Em planejamento

Percentual de Implementação: Em planejamento

Escopo: incrementar em, ao menos, 50% o julgamento das Ações Penais de Competência do Tribunal do Júri, incluindo as fases sumária e plenária do rito, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, considerando as estatísticas dispostas no Mapa Nacional do Júri do Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2025.

Última Ação: aprovado como projeto estratégico na Reunião de Análise Estratégica (RAE), no dia 12 de dezembro de 2024.

Entregas Realizadas: planejamento do projeto.



4.5. PLN-CAPG-NOVO MANUAL DE ROTINAS CARTORÁRIAS TJBA

Demandante: Diretoria do Primeiro Grau

Status: Em execução (pendentes a aprovação do manual e a divulgação)

Percentual de Implementação: 90,3%

Escopo: atualizar o Manual de Prática Cartorária do TJBA, alinhando-o às novas diretrizes operacionais e normativas, com a participação dos stakeholders, bem como assegurar sua divulgação nas unidades judiciais até setembro de 2024.

Última Ação: diagramação do novo manual.

Entregas Realizadas: atualização do conteúdo, revisão e diagramação.



5. OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

5.1. Participações em Grupos de Trabalho, Comissões e Comitês

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	DJ Nº 145, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024
GRUPO DE TRABALHO DO TRIBUNAL DO JÚRI	DJ Nº 150, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2024
COMISSÃO DE PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO PJB	DJ Nº 159, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2024
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE	DJ Nº 163, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024
COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	DJ Nº 175, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024
GRUPO DE TRABALHO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE LINGUAGEM SIMPLES E DIREITO VISUAL	DJ Nº 182, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024
COMISSÃO DE APOIO ÀS VARAS DE FAZENDA PÚBLICA DO PJB	DJ Nº 221, DE 6 DE MARÇO DE 2024
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	DJ Nº 145, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024
GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDO PARA MONITORAR OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO Nº 14, DE 07 DE AGOSTO DE 2013, CUJO TEOR DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	DJ Nº 190, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024
COMISSÃO DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL FEMININA NO TJBA E FORTALECIMENTO DE DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL	DJ Nº 193, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024
NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL	DJ Nº 194, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024
COMITÊ GESTOR E ORÇAMENTÁRIO REGIONAL DA POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO PJB	DJ Nº 195, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024
CONSELHO EDITORIAL E CIENTÍFICO DA REVISTA ENTRE ASPAS (CONSELHO DE BOAS PRÁTICAS DO JUDICIÁRIO)	DJ Nº 199, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024
GRUPO DE TRABALHO PARA DEFINIR E ACOMPANHAR AS REGRAS DE NEGÓCIO DO SISTEMA EXAUDI	DJ Nº 321, DE 11 DE ABRIL DE 2024
GRUPO DE TRABALHO PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS VISANDO À ESTRUTURAÇÃO DE PLANO DE MELHORIA PARA O SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE 1º GRAU	DJ Nº 291, DE 27 DE MARÇO DE 2024
NÚCLEO DE GESTÃO E ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS EM MASSA - NUGEDM	DJ Nº 371, DE 7 DE MAIO DE 2024
CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL DA BAHIA (CIJEB) - GRUPO OPERACIONAL	DJ Nº 373, DE 7 DE MAIO DE 2024
GRUPO GESTOR LOCAL DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS - TPU	DJ Nº 406, DE 16 DE MAIO DE 2024

5.2 Expedientes Movimentados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
DIRETORIA DO PRIMEIRO GRAU - DPG
Período de apuração: 07/02/2024 à 12/12/2024

RELATÓRIO DE TRÂMITE DOCUMENTAL

Documentos encaminhados à unidade no período

300

Comunicação Interna: 69
Ofício: 72
Processo Administrativo: 87
Processo Administrativo de Contrato: 4
Processo Administrativo do CNJ: 2



CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA



O Gabinete da Presidência, conforme disposto no art. 4º do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça, é o Órgão responsável pela assistência e pelo assessoramento direto ao Presidente do Tribunal de Justiça, cabendo à Chefia de Gabinete coordenar, supervisionar e preparar o expediente administrativo da Presidência, solicitando as diligências que julgar necessárias para melhor instruí-los, receber e preparar a correspondência oficial da Presidência, supervisionar as atividades do Diário da Justiça Eletrônico, elaborar minutas de atos normativos de iniciativa da Presidência, inclusive propostas de projetos de lei e de resoluções, além de prestar apoio aos diversos órgãos auxiliares na elaboração de atos normativos, como decretos, atos conjuntos, portarias e instruções normativas.

O presente Relatório tem o intuito de demonstrar essas atividades desenvolvidas pela Chefia de Gabinete da Presidência durante o primeiro ano da Gestão do Biênio 2024/2026.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

• SIGA E CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS

Em 2024, foram promovidas, no SIGA da Unidade, movimentações em processos e expedientes refletidos no quadro a seguir.

PROCESSOS E EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS SIGA		
Período: 02/02/2024 a 31/12/2024		
CGPRES	Recebidos	11.774
SAÍDA	Transferidos	12.085

**Os dados foram extraídos do SIGA no período indicado.*

É possível identificar, a partir da tabela acima, que a soma dos processos e expedientes que saíram da Unidade (12.085) é maior do que os recebidos no mesmo período (11.774), refletindo, em linhas gerais, saldo positivo de análise processual pela Unidade.

No mesmo período, publicaram-se, no Diário de Justiça Eletrônico, 3.772 decisões/despachos proferidos em Processos Administrativos, conforme a tabela abaixo, divididos por matéria, referentes aos direitos dos servidores.

PUBLICAÇÕES CGPRES (2024)	
MATÉRIA	QTD.
ABONO PERMANÊNCIA	259
ADICIONAIS	49
CET RETROATIVO	31
CET/APROVEITAMENTO	04
GAE	50
INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO	04
INDENIZAÇÕES DE FÉRIAS	09
INDENIZAÇÕES LICENÇA-PRÊMIO	56
SUBST. ADMF	405
SUBST. ATJUD. SUP.EXP	26

SUBST. CARGO COMISSIONADO	577
SUBST. ESCRIVÃO	383
SUBST. OFJUS	212
SUBST. SECRETÁRIO	227
SUBST. SUBSCRIVÃO	9
SUBSTITUIÇÃO/CET	01
UNIDADE GESTORA	256
ACUMULAÇÃO DE CARGOS	04
APOSENTADORIA	280
APROVEITAMENTO	01
AVERBAÇÃO	300
CESSÃO E REQUISIÇÃO DE SERVIDOR	23
ESTABILIDADE ECONÔMICA	300
ESTABILIDADE FUNCIONAL	140
ENQUADRAMENTO E PROGRESSÃO	33
INDENIZAÇÕES	42
PAD / DEMISSÃO	11
REMOÇÃO	80
TOTAL	3.772

A Chefia de Gabinete promove, ainda, dentro da sua atividade regular diária:

- elaboração de minutas de decisões em processos e expedientes administrativos;
- elaboração de ofícios a serem subscritos pelo Presidente ou pela Chefe de Gabinete;
- publicação de decretos judiciais não numerados e numerados, estes com a devida atualização dos atos normativos no Sistema de Publicação de Conteúdo;
- recebimento e movimentação do Malote Digital;
- notificação aos servidores, por e-mail, das decisões publicadas; e
- recebimento e tramitação, no SIGA, de Ofícios oriundos da Procuradoria-Geral do Estado solicitando informações do Tribunal de Justiça com relação a Processos Judiciais em trâmite no PJE ou informando acerca da necessidade do cumprimento de uma decisão judicial.

Consta, abaixo, o resumo quantitativo de expedientes elaborados, acompanhados e movimentados pela Unidade.

CONTROLE DE EXPEDIENTE		
PUBLICADOS	Decretos Judiciais não numerados	1.664
	Decretos Judiciais numerados	971
	Ato Normativo Conjunto	39
RECEBIDOS	Telefonemas/Recepção	1.553
	E-mails	7.831
	Malote Digital (recebidos)	69
	Ofícios PGE (pedido informações)	353
	Ofícios PGE (cumprimento de decisão)	167

EXPEDIDOS	Ofícios Presidência	164
	Ofícios Chefia	49
	Portaria Chefia	146
	Ofícios PGE	186
	E-mails	5.484
DILIGÊNCIAS	Notificação aos Servidores de decisões (e-mail)	608
	Atualização decretos numerados Portal TJBA	388

• PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS

a. Força-tarefa Transparência – Atos Normativos

Em 2024, a equipe da Chefia de Gabinete da Presidência foi mobilizada a colaborar para a realização da atualização de decretos judiciais, atos normativos e resoluções, em colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência, visando atender às diretrizes da 7ª edição do Ranking da Transparência foram publicadas na Portaria CNJ n. 25/2024.

Assim sendo, durante o período de **7 a 22 de março de 2024**, foram analisados, atualizados e, quando necessário, compilados, os seguintes atos normativos:

- **5.452** decretos judiciais;
- **203** atos normativos conjuntos;
- **84** Resoluções e Emendas Regimentais.

Ao final, foi realizada auditoria de 112 Resoluções e Emendas Regimentais, com apontamentos de eventuais irregularidades.

b. Sistema de Gestão de Nomeação em Concurso (SGNC)

Com o apoio contínuo da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), a etapa de criação e testes do Sistema de Gestão de Nomeação em Concurso (SGNC) foi finalizada em 2024. Essa ferramenta eletrônica viabiliza a análise prática e célere das nomeações, observando, rigorosamente, a ordem de classificação dos aprovados, incluindo-se as regras de convocação dos candidatos cotistas (negros e portadores de deficiência).

c. Nomeação Concurso de Servidores

Em observância à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução n. 194 do Conselho Nacional de Justiça, foram nomeados, durante o ano de 2024, **mais 342 candidatos** aprovados no concurso público do Edital n. 01/2023, conforme relacionados na tabela abaixo.

NOMEAÇÕES CONCURSO - 2024	
CARGO	QTD
A - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - SUBESCRIVÃO	158
B - AN JUD - ÁREA JUD - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	114
C - AN JUD - ÁREA JUDICIÁRIA - TÉCNICO JURÍDICO	10

H - AN JUD - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO - CONTADOR	13
I - AN JUD - APOIO ESPECIALIZADO - ENGENHEIRO CIVIL	1
L - AN JUD - APOIO ESPEC - ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO	1
S - AN JUD - APOIO ESPEC - AN DE TEC INF E COMUNICAÇÃO	3
T - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ESCRIVENTE DE CARTÓRIO	42
TOTAL	342

Após a realização do primeiro lote em 25 de janeiro de 2024, novas nomeações foram interrompidas em razão da interposição, por um grupo de candidatos, junto ao Conselho Nacional de Justiça, de Procedimento de Controle Administrativo, tombado sob o n. 0006821-44.2023.2.00.0000, questionando a organização do certame e alegando a não observância dos percentuais mínimos para o preenchimento das vagas destinadas aos candidatos com deficiência e aos autodeclarados negros.

Em 12/04/2024, foi homologado, no Plenário Virtual do CNJ, o acordo celebrado por esta Corte Estadual com os candidatos do concurso público para o provimento de cargos vagos de Analista e Técnico Judiciário, ocasião que viabilizou novas nomeações, as quais foram realizadas pela Presidência.

Em atenção ao Aditivo do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre esta Corte de Justiça, o Ministério Público e o Estado da Bahia, por intermédio da Procuradoria-Geral, foram convertidas, em 25 de outubro de 2024, em definitivas **34 nomeações** relativas ao Concurso de Servidores regido pelo Edital n. 1/2014, cujos cargos estão relacionados na tabela a seguir.

CONVERSÃO DE NOMEAÇÃO PROVISÓRIA EM DEFINITIVA	
CARGO	QTD
ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA	6
TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA	2
ANALISTA JUDICIÁRIO - ODONTOLOGIA	2
ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1
TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1
ANALISTA JUDICIÁRIO - SUBESCRIVÃO	6
TÉCNICO JUDICIÁRIO - ESCRIVENTE DE CARTÓRIO	16
TOTAL	34

Por fim, consigne-se que, ainda em 2024, foram promovidas nomeações em decorrência de decisão judicial, conforme tabela abaixo.

NOMEAÇÃO EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL			
CARGO	PROVISÓRIA	CONVERSÕES EM DEFINITIVA	DEFINITIVA
ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA	-	1	-
TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA	1	-	-
ANALISTA JUDICIÁRIO - SUBESCRIVÃO	-	-	4
TÉCNICO JUDICIÁRIO - ESCRIVENTE DE CARTÓRIO	4	1	4
TOTAL	5	2	8

a. Solenidade de Posse – Concurso de Servidores 2023

Em razão das nomeações realizadas em 23 de abril de 2024, foram promovidas diligências para a realização da Solenidade de Posse dos Servidores, a qual contou com o apoio da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), por meio da Junta Médica Oficial e da Secretaria das Corregedorias.

A Solenidade foi realizada em 24 de maio de 2024, às 14h30, no Salão Nobre do Fórum Ruy Barbosa.



<https://www.tjba.jus.br/portal/com-cerimonia-coletiva-no-forum-ruy-barbosa-tribunal-de-justica-da-bahia-empossa-203-novos-servidores-aprovados-em-concurso-publico/>

b. Alteração do modelo de decisão em processos de substituição

Instituição de modelos de decisão, aplicável aos processos referentes à matéria de substituição, que contemplam diversos processos, em uma mesma decisão, agrupados pela identidade de tema. Essa mudança viabilizou a apreciação mais célere dos processos, medida voltada à otimização do acervo.

c. Alinhamento de Fluxo – Substituição em Unidade Gestora

No mês de abril, foram realizadas reuniões com vistas à reelaboração do fluxo dos processos e dos expedientes afetos ao tema Unidade Gestora, Pré-liquidante e Liquidante. Restou deliberado que a Coordenação das Unidades Descentralizadas (CDECS) não fará parte do fluxo, uma vez que a Unidade não detém o controle acerca da designação de servidor para operar em Unidade Gestora.

Em seguida, ficou decidido que a Coordenação de Registros e Concessões (COREC), com o auxílio da CDESC e da COSIS, instruirá os processos de Pré-liquidante e Liquidante, para posterior decisão da Presidência.

d. Cessão e Requisição de Servidores

Em abril de 2024, de acordo com o alinhamento promovido pela Chefia de Gabinete da Presidência (CGPRES) e pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), foi deliberada pela transferência para essa Secretaria, a análise, o acompanhamento e a decisão dos processos e dos expedientes relativos à cessão de servidores; contudo, logo em seguida, a análise acerca da temática retornou para a Chefia de Gabinete da Presidência.

e. Projetos e iniciativas da Presidência

- Remessa das seguintes propostas à Comissão de Reforma do TJBA:
 - alteração Regimento Interno do TJBA – Modificação das competências e composição do Órgão Especial – Of. 472/2024/GP. **Status:** concluído.
 - criação de Vara Criminal Especializada em repressão a crimes de ódio – Of. 1.920/2024/GP. **Status:** em andamento.
 - alteração da composição da Comissão de Informática. **Status:** concluído.
 - alteração da Resolução n. 10/2021 – que dispõe sobre a criação do Unidade de Inteligência do Poder Judiciário do Estado da Bahia – Of. 1.419/2024/GP (TJ-ADM-2024/70438) - **Status:** em andamento.
 - alteração da Resolução TJBA n. 05/2013 (Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça) no capítulo referente ao Gabinete de Segurança Institucional (TJ-ADM-2024/70440) – **Status:** em andamento.
 - alteração do Regimento Interno do TJBA acerca da adequação dinâmica dos pedidos de vista dos autos em feitos em fase de julgamento (TJ-ADM-2024/58163) - **Status:** Concluído.

f. Comitê do Fundo Estadual de Segurança para Magistrados – FUNSEG

Desde junho de 2024, a Chefia de Gabinete da Presidência (CGPRES), em substituição à Secretaria de Administração (SEAD), passou a secretariar os trabalhos do Comitê Gestor do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG-BA), instituído por meio da Lei n. 13.971/2018. Desde a transição, foi realizada 1 (uma) reunião, em 27 de junho de 2024, e lavrada a respectiva Ata.

Os expedientes, anteriormente geridos pela SEAD, foram formalmente remetidos à CGPRES por meio do Expediente TJ-COI-2024/22907-A.

Como decorrência da aprovação, por todos os membros integrantes, dos projetos de segurança apresentados, na ocasião, pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), foram formalizados por meio do Ofício n. 1.406/2024/GP, encaminhado no bojo do Expediente SIGA **TJ-COI-2024/32264**.

g. Projetos de Lei

Em 2024, foram devidamente remetidos **9 (nove) projetos de Lei**, em conformidade com a tabela abaixo:

Nº Ofício	PL	Assunto	Processo Administrativo
1873/2024/CGPRES/GP (Governador do Estado)	***	Altera a Lei nº 12.373, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, da Taxa de Prestação de Serviços na área do Poder Judiciário e da Taxa de Fiscalização Judiciária; revoga a Lei nº 13.819, de 21 de dezembro de 2017, que instituiu a taxa para cobrança tributária nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs) e dá outras providências.	TJ-ADM-2023/48900
1361/2024/CGPRES/GP	25493/2024	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão no âmbito do poder Judiciário do Estado da Bahia.	TJ-OFI-2024/00997
1360/2024/CGPRES/GP	25492/2024	Altera a Lei n. 10.845, de 27 de novembro de 2007, para reestruturar as Corregedorias do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.	TJ-OFI-2024/00997
1358/2024/CGPRES/GP	25491/2024	Dispõe sobre a reestruturação e a unificação das Carreiras dos Servidores do Judiciário do Estado da Bahia; altera a Lei n. 5.516, de 17 de novembro de 1989; a Lei n. 11.170, de 26 agosto de 2008; e a Lei n. 13806, de 28 de novembro de 2017, e dá outras providências.	TJ-ADM-2024/00721
995/2024/CGPRES/GP	25432/2024	Encaminhamento de Proposta de Lei. Alteração do Art. 315 da Lei n. 10.845, de 27 de novembro 2007. Criação do cargo em comissão de Assistente de Juiz.	TJ-ADM-2024/34991
994/2024/CGPRES/GP	25431/2024	Projeto de Lei. Criação e transformação de cargos comissionados no âmbito do poder judiciário do Estado da Bahia. Alteração do art. 6º da Lei Estadual n. 11.918, de 16 de junho de 2010.	TJ-ADM-2023/53581
842/2024/CGPRES/GP	25383/2024	Reajusta os vencimentos e as vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.	TJ-ADM-2024/29892
799/2024/GP	25354/2024	Projeto de Lei. Elevação da Comarca de Nova Soure de entrância inicial para entrância intermediária.	TJ-ADM-2021/45068
470/2024/GP	25244/2024	Projeto de Lei. Elevação da Comarca de Morro do Chapéu de entrância inicial para entrância intermediária.	TJ-ADM-2019/53545

h. Colaboração no Projeto TJBA Mais Perto

Em colaboração, durante a realização do Projeto TBA Mais Perto em Salvador e nas Comarcas do Interior do Estado, a Chefia de Gabinete participou ativamente, por meio da atuação continuada de 2 (duas) servidoras, promovendo um total de **118 atendimentos** referentes à área de competência da Unidade, conforme a seguir:

TJBA MAIS PERTO - CGPRES	
COMARCA	ATENDIMENTOS
Salvador	21
Vitória da Conquista	22
Barreiras	32
Juazeiro	20
Feira de Santana	23
TOTAL	118

CONCLUSÃO

Serve o presente documento como relatório das atividades desenvolvidas pela Chefia de Gabinete da Presidência, durante o primeiro ano da Gestão do Biênio 2024/2026, tendo como principal objetivo a redução de acervo e a eficiência na decisão dos processos sob a responsabilidade da Unidade.

Em paralelo, esta Chefe de Gabinete atua, diariamente, no assessoramento direto à Presidente deste Tribunal de Justiça, conduzindo projetos e iniciativas da Gestão, promovendo interlocução, quando necessário, com órgãos internos e externos, visando ao estreitamento da comunicação para alcançar os objetivos capitaneados pela Presidência.



SECRETARIA-GERAL
DA PRESIDÊNCIA



Apresentação

A Secretaria-Geral da Presidência coordena a interlocução entre a Presidência e as Secretarias do TJBA na execução de ações estratégicas e técnico-administrativas, garantindo excelência na prestação jurisdicional. Estão vinculadas à Secretaria a Comissão Permanente de Sanções Administrativas (CPSA), a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e a Assessoria de Cerimonial da Presidência (ACPRE). A equipe, também, participa de comitês, comissões, núcleos, fundos e grupos de trabalho no âmbito do Tribunal.

Objetivos

- Fomentar a inovação e utilizar tecnologias.
- Estabelecer parcerias estratégicas.
- Garantir, de forma institucionalizada, que todas as unidades administrativas elaborem e executem seus Planos Diretores Anuais (PDA).
- Elaborar e implantar o Programa de Integridade/Compliance nos processos internos e nas rotinas operacionais do Poder Judiciário do Estado da Bahia.
- Realizar, anualmente, ao menos, 1 (uma) ação de comunicação institucional utilizando plataformas diversificadas e de grande alcance.

Ações em andamento/concluídas

1. Reuniões para adoção de novas tecnologias

Em 2024, ocorreram reuniões estratégicas para implantar tecnologias como o SEI, ANIA e EPROC. Foi realizada uma pesquisa abrangente junto aos magistrados, a qual fundamentou a decisão pela adoção do EPROC, garantindo eficácia e alinhamento às demandas institucionais. Além disso, foram desenvolvidos estudos para implementar o Sistema de Degravação On-line para audiências, dando ênfase na modernização e na priorização do Primeiro Grau. Essas iniciativas promoveram maior eficiência e transparência no registro das sessões, alinhando o TJBA aos melhores padrões tecnológicos e de gestão.



2. Reunião de Secretários

Em 2024, foi publicada a Portaria nº 09, de 08 de agosto de 2024, que instituiu encontros semanais entre o Secretário-Geral da Presidência e os Secretários da Administração do TJBA, focando em estratégias para melhorar a gestão e a cooperação institucional. Foram reestruturadas as reuniões, promovendo maior integração entre os setores e a Presidência. Com a nova periodicidade, foi possível atender a demandas urgentes de forma ágil e acompanhar, mais detalhadamente, as iniciativas estratégicas do Tribunal.

3. Painel de gestão orçamentária automatizado

A SGP implementou o painel da Lupa do Orçamento no Tribunal para modernizar a gestão e garantir transparência nas informações orçamentárias. A ferramenta disponibiliza dados detalhados sobre dotações, gastos provisionados, empenhados e executados, além de atualizar, em tempo real, os percentuais dos valores efetivamente pagos. Essas ações fortalecem o controle gerencial, promovem eficiência administrativa e asseguram a responsabilidade pública na gestão dos recursos do Tribunal.

4. Implantação do Sistema de Eventos

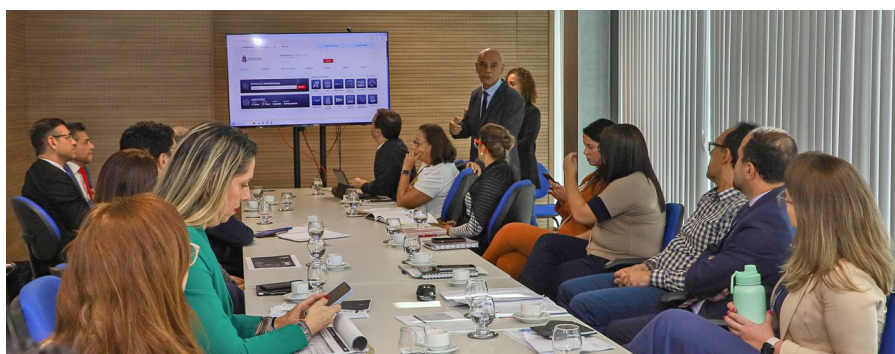
A SGP desenvolveu um sistema para organizar e agilizar solicitações de eventos. O objetivo é melhorar a eficiência no fluxo de trabalho e o gerenciamento das demandas. O sistema otimiza o encaminhamento de solicitações para unidades como ACPRE, ASCOM e SEAD. Ele promove maior integração e alinhamento entre os setores envolvidos, facilitando a execução das atividades relacionadas.

5. Atividades administrativas

Segundo relatório do SIGA, a Secretaria registrou a movimentação de cerca de 5.044 processos administrativos em 2024, incluindo comunicações internas, contratos, demandas do CNJ, sanções contratuais e minutas para análise da Presidência, bem como registros e procedimentos disciplinares enviados pelas Corregedorias. Foram, também, movimentados 144 processos relacionados à Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP), demonstrando a ampla atuação administrativa da Secretaria.

6. Acompanhamento do Plano Diretor Anual

A Secretaria-Geral da Presidência acompanha a elaboração e a execução dos Planos Diretores Anuais (PDA) das unidades administrativas do TJBA. Em 20/08/2024, o Secretário-Geral realizou uma reunião com os Secretários para apresentar projetos, programas e ações das unidades.



7. Gestão Orçamentária e Financeira

A SGP acompanhou o orçamento de forma precisa e eficiente por meio de um painel automatizado que permite análise em tempo real dos recursos, incluindo informações individualizadas por contrato. Em 2024, liberou mais de 481 processos de pagamento, garantindo conformidade processual. Identificou, continuamente, oportunidades para a otimização de recursos, bem como elaborou o Plano Anual de Contratações (PAC) e o Plano de Trabalho Anual (PTA) para 2025, com base no orçamento previsto. Tanto o controle de despesas quanto a realização de pagamentos e prestação de contas tramitaram conforme os procedimentos estabelecidos.

8. Comissão de Gestão do Portal da Transparência

Em 2024, foram coordenadas ações para adequar o Portal da Transparência às exigências do Conselho Nacional de Justiça e do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). Aconteceram reuniões com unidades administrativas, criado um grupo de trabalho para revisar normas e implementadas ferramentas como relatórios editáveis, filtros avançados e software de BI. O layout do portal foi reformulado em 10 áreas temáticas para facilitar o acesso e a gestão das informações. Como resultado, o TJBA alcançou a maior pontuação no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo premiado pelo terceiro ano consecutivo, e conquistou, pela segunda vez, o Selo Diamante do PNTTP, com 100% de transparência. Essas conquistas reafirmam o compromisso do Tribunal com a excelência na gestão pública.



9. Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD): Análise, Coordenação e Controle

O Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD), coordenado pela SGP, monitora, mensalmente, os gastos do TJBA com itens como água, luz e telefonia, usando relatórios do BI. Em 2024, identificou 12 disparidades, todas resolvidas com 100% de eficácia, promovendo controle e eficiência no uso dos recursos.

10. Diárias

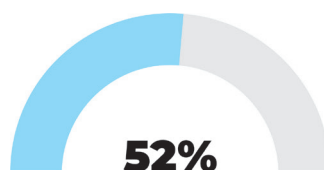
Com o Decreto Judiciário nº 156/2024, a SGP passou a autorizar o pagamento de diárias para magistrados, servidores, colaboradores eventuais e militares em deslocamento a serviço. Em 2024, a Secretaria emitiu, aproximadamente, 3.952 diárias, garantindo a conformidade processual e a eficiência na gestão dessas autorizações.

11. Campanha periódica do Portal de Contatos

A Comissão de Atualização dos Contatos do TJBA, coordenada pela SGP, realizou uma campanha de atualização cadastral entre 20 de fevereiro e 8 de março de 2024, com cerca de 1.400 formulários preenchidos. Ações como matérias no site, e-mail marketing e divulgação interna reforçaram a transparência e a acessibilidade dos serviços.

Projetos

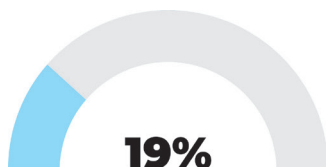
Projeto Integridade



- **Unidade Demandante:** Controladoria do Poder Judiciário
- **Status:** Em execução
- **Escopo:** elaborar e implantar o Programa de Integridade/Compliance nos processos internos e nas rotinas operacionais do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

- **Última Ação:** realização de entrevistas com gestores e colaboradores da gestão administrativa.
- **Entregas realizadas:**
 - promoção do workshop do Sistema de integridade e aplicação dos questionários de ética e integridade.

Projeto Comunicação 360°



- **Unidade Demandante:** Secretaria-Geral da Presidência
- **Status:** Em execução
- **Escopo:** integrar os vários canais de atendimento do Tribunal (telefone, chats, e-mails, canais de comunicação das redes sociais etc.) por meio de uma plataforma multicanais (omnichannel), para que o usuário interessado consiga, por um único meio digital, ter acesso às informações contidas e disponibilizadas em todos os outros canais.
- **Última Ação:** reunião com as Diretorias e as Coordenadorias da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), a fim de apresentar as versões mais recentes do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR). Formação da equipe técnica para execução do projeto.
- **Entregas realizadas:**
 - pesquisas técnicas e reuniões de sensibilização com áreas envolvidas.

Projeto TJBA Mais Perto



- **Unidade Demandante:** Secretaria-Geral da Presidência
- **Status:** Em execução
- **Escopo:** estreitar os laços entre a Administração do Tribunal e as Unidades do 1º Grau, visando valorizar magistrados e servidores, bem como fortalecer o sentimento de pertencimento e promover a colaboração dentro do sistema judiciário.
- **Última Ação:** visita à Comarca de Feira de Santana.
- **Entregas realizadas:**
 - visitas às Comarcas de Salvador, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Juazeiro, Barreiras e Feira de Santana.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Efetivar a plena comunicação institucional significa administrar informações, gerir relacionamentos com os públicos diversos e fortalecer a imagem organizacional. Esses três propósitos constituem os pilares da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA).

Campanhas de Publicidade

O TJBA lançou, em outubro, a campanha “TJBA Mais Perto, Mais Acessível, Mais Digital” e promoveu, em novembro, a conciliação com o slogan “Busque a conciliação. Nada vale mais que a sua paz”. Ambas as ações utilizaram mídias diversificadas e integradas, alcançando, de modo estratégico, todo o estado da Bahia.



Boletins

A Ascom iniciou, em setembro, o envio diário de boletins institucionais para a imprensa, bem como de informativos internos para magistrados e servidores, duas vezes por semana. Até dezembro, foram enviados 41 boletins à imprensa e 27 informes ao público interno.

Revista Eletrônica TJBA em Ação

A Ascom voltou a publicar a Revista Eletrônica TJBA em Ação. A 20ª edição desse periódico institucional reúne informações sobre os principais feitos desta gestão no início do biênio 2024-2026.



TV Corporativa

A 1ª TV Corporativa do TJBA foi implantada em Barreiras durante a 5ª edição do TJBA Mais Perto. Na sequência, a Ascom instalou essa mídia institucional nas Comarcas de Alagoinhas, Juazeiro e Feira de Santana. A intenção é levar essa mídia para as 203 comarcas do interior da Bahia e, também, para a capital.

Cobertura Jornalística e Registro Fotográfico

A Assessoria de Comunicação Social esteve presente em todos os eventos do Tribunal para fazer a cobertura jornalística e o registro fotográfico desses acontecimentos. Nesse período, foram feitas cerca de 90 mil fotografias, sendo que as imagens de destaque são enviadas para o mailing da imprensa e, também, são utilizadas para ilustrar as matérias jornalísticas e as artes produzidas pela Ascom.



Eventos com Transmissão ao Vivo e Intérprete de Libras

A Ascom transmitiu 92 eventos ao vivo e contou com o serviço de intérprete de libras para 114 ações institucionais que compreendem eventos e Sessões Plenárias do TJBA.



Matérias Jornalísticas

Desde o dia da posse até o dia 31 de dezembro de 2024, a Ascom elaborou 1.786 matérias jornalísticas e as veiculou no site institucional. Todas essas publicações contam com o auxílio de recursos audiovisuais.



Mailing para o Público Interno e para a Imprensa

Até o final de 2024, Ascom enviou 1.121 e-mails para magistrados, servidores e imprensa. Essas comunicações visam divulgar as realizações da gestão e, assim, fortalecer a imagem institucional do Judiciário baiano.



Relacionamento com a Imprensa

Até o dia 5 de dezembro, a Ascom respondeu a 2.325 demandas externas, sendo 2.004 da imprensa e 321 do público geral. Além disso, para fortalecer o relacionamento com os veículos de comunicação, organizou entrevistas da Presidente do TJBA para Rádio Metrópole, Grupo A Tarde, Bahia Notícias, Jornal Tribuna da Bahia, TV Aratu e TV Alba. Também produziu press-kits que foram entregues para esses veículos de comunicação.



2.325
RESPOSTAS A DEMANDAS EXTERNAS

Clipping

A Ascom conta com a clipagem digital para monitorar notícias sobre o Judiciário baiano. No primeiro ano da gestão, foram registradas 15.210 notícias neutras, 5.059 positivas e 547 negativas, externando a importância da eficácia do monitoramento.



Redes Sociais do TJBA

De fevereiro a dezembro, a Ascom ampliou a presença digital do TJBA, elevando o número de seguidores no Instagram de 63.800 para 69.700. Nesse período, a Ascom fez 420 publicações que somaram 107.019 curtidas, destacando a Campanha Sinal Vermelho, com Mani Reggo com maior número de curtidas (2.193) e maior alcance (591.500). No Facebook, a Ascom produziu a mesma quantidade de postagens feitas no Instagram. Nessa mídia, a página atingiu 23.300 seguidores em dezembro. No YouTube, foram postados 235 vídeos entre fevereiro e dezembro, totalizando 396.904 visualizações e 8.835 inscritos, com destaque para o vídeo “Balcão Virtual”, o mais assistido. Essa plataforma, também, veiculou podcasts e eventos do Judiciário baiano, ampliando o alcance institucional.



Campanhas de Comunicação

A Ascom realizou bastantes campanhas de comunicação para dar visibilidade às ações do TJBA, fortalecendo a divulgação institucional. No primeiro ano da gestão, foram promovidas campanhas, tais como: Atualização de Contatos; Linguagem Simples; Guia Oriente; Sistema de Integridade; Registre-se; Semana da Estratégia; Uso do Crachá; Semana da Memória; e Amor em Cores.



Design, Diagramação e Editoração

Entre 1º de fevereiro e 13 de dezembro, a Ascom elaborou 1.192 peças de comunicação, as quais compreendem: banners, cards, plotagens, diagramações, cartazes, logotipos, capas de matérias, wallpapers, impressos gráficos, topos do RH Net, kits de transmissão do YouTube, páginas e botões do portal do TJBA.



Rádio Web TJBA

De 1º de fevereiro até 19 de dezembro de 2024, a Rádio Web TJBA transmitiu 247 edições do Jornal TJBA e 231 do Radar do Judiciário, além de produzir 51 podcasts e contar com a participação de 156 ouvintes. A programação desse veículo inclui música, divulgação de serviços e matérias jornalísticas institucionais.

247 • **51**
EDIÇÕES DO JORNAL TJBA PODCASTS

Projeto Conhecendo o Judiciário e Linguagem Simples

Até o final de 2024, Ascom enviou 1.121 e-mails para magistrados, servidores e imprensa. Essas comunicações visam divulgar as realizações da gestão e, assim, fortalecer a imagem institucional do Judiciário baiano.

23 • **1.133**
INSTITUIÇÕES ESTUDANTES

Validação, Edição e Revisão de Conteúdo

Além de contar com a revisão de português feita pela Assessora Linguística da Presidência para matérias jornalísticas e para relatórios institucionais, a Ascom realiza os processos de validação, edição e revisão do conteúdo de todas as peças e de todos os textos que elabora.



Relatórios de Comunicação

A Ascom é responsável pela elaboração de relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas pelo setor, bem como pela organização, pela diagramação e pela edição de relatórios de demais setores do TJBA. Dentre os relatórios produzidos, vale realçar que a Ascom iniciou a tarefa de enviar, mensalmente, os relatórios de monitoramento da estratégia de comunicação para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Assim, até dezembro, a Ascom encaminhou o total de 192 relatórios de comunicação ao CNJ.

ASSESSORIA DE CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria de Cerimonial da Presidência do TJBA tem como principal objetivo garantir a organização e a execução eficiente de eventos institucionais, sempre em conformidade com as normas de cerimonial e protocolo, de acordo com o regimento interno.

Ações em andamento/concluídas

- Número total de ordens de serviço: **146**
- Total de processos de pagamento: **146**
- Total de contratos feitos a partir do Cerimonial: **1**
- Total de Instruções de Processos Licitatórios/dispensas: **5**
- Total de passagens emitidas em 2024: **1.078**

- Total de processos de pagamentos de passagens aéreas em 2024: **252**
- Total de eventos com atuação do cerimonial: **128**
- Total de acompanhamentos na Presidência/agenda da Presidente: **18**
- Total de acompanhamentos eventos externos: **98**
- Total de roteiros e viagens institucionais organizadas: **15**
- Número de viagens institucionais realizadas: **8**
- Total de receptivo de autoridades: **41**
- Número de convites disparados para eventos: **12.150**
- Total de correspondências eletrônicas respondidas (felicitações de aniversário ou acontecimento institucional, resposta a convites externos, envio de representação em eventos, envio de cartões, agradecimentos a livros/revistas, entre outros): **2.333**





Comissão Permanente de Sanções Administrativas – CPSA

A Comissão Permanente de Sanções Administrativas (CPSA) conduz processos administrativos para apurar condutas de fornecedores, licitantes e contratados no âmbito do TJBA. Garante os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, além de sugerir sanções cabíveis para coibir infrações, fomentar boas práticas e aprimorar a qualidade dos serviços contratados.

Ações em andamento/concluídas

- A finalização de 64% do acervo tramitado na unidade, correspondente a 533 processos.
- O ingresso definitivo do montante de R\$ 2.290.081,88 (dois milhões duzentos e noventa mil reais e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos).
- Triagem e instauração de 100% dos processos recebidos pela CPSA em 2024.
- Aplicação de 311 decisões.
- Arquivamento de 87% do acervo acumulado até o ano de 2021.
- Criação de novos fluxos e procedimentos, possibilitando a celeridade no andamento processual e a movimentação de 100% do acervo.
- Adequação de módulos no Sistema SIGA para promover mecanismos de controle processual, incluindo a criação do novo tipo documental “TJ-SAN” e o sistema de alerta de expedientes parados por mais de 30 dias.
- Adoção de inovações no mecanismo de gestão de prazos e controle de atos na unidade, de modo a promover o monitoramento contínuo das atividades desenvolvidas no setor e dos processos em trâmite.
- Realização de curso para a capacitação da equipe da unidade e das unidades gestoras.
- Condução de todo acervo processual advindo do Convênio 006/2020 com a Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB).

Ações em Andamento

A Comissão está implementando ações para melhorar a produtividade e agilizar os trâmites processuais, incluindo a normatização da unidade com base na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021); a elaboração de um plano de capacitação para membros e gestores de contratos; a finalização e o arquivamento de processos datados até 2022 (28% do acervo); a formalização de orientações internas para fortalecer as unidades administrativas do PJBA; e a implementação de um sistema informatizado para otimizar o controle e as atividades do setor.

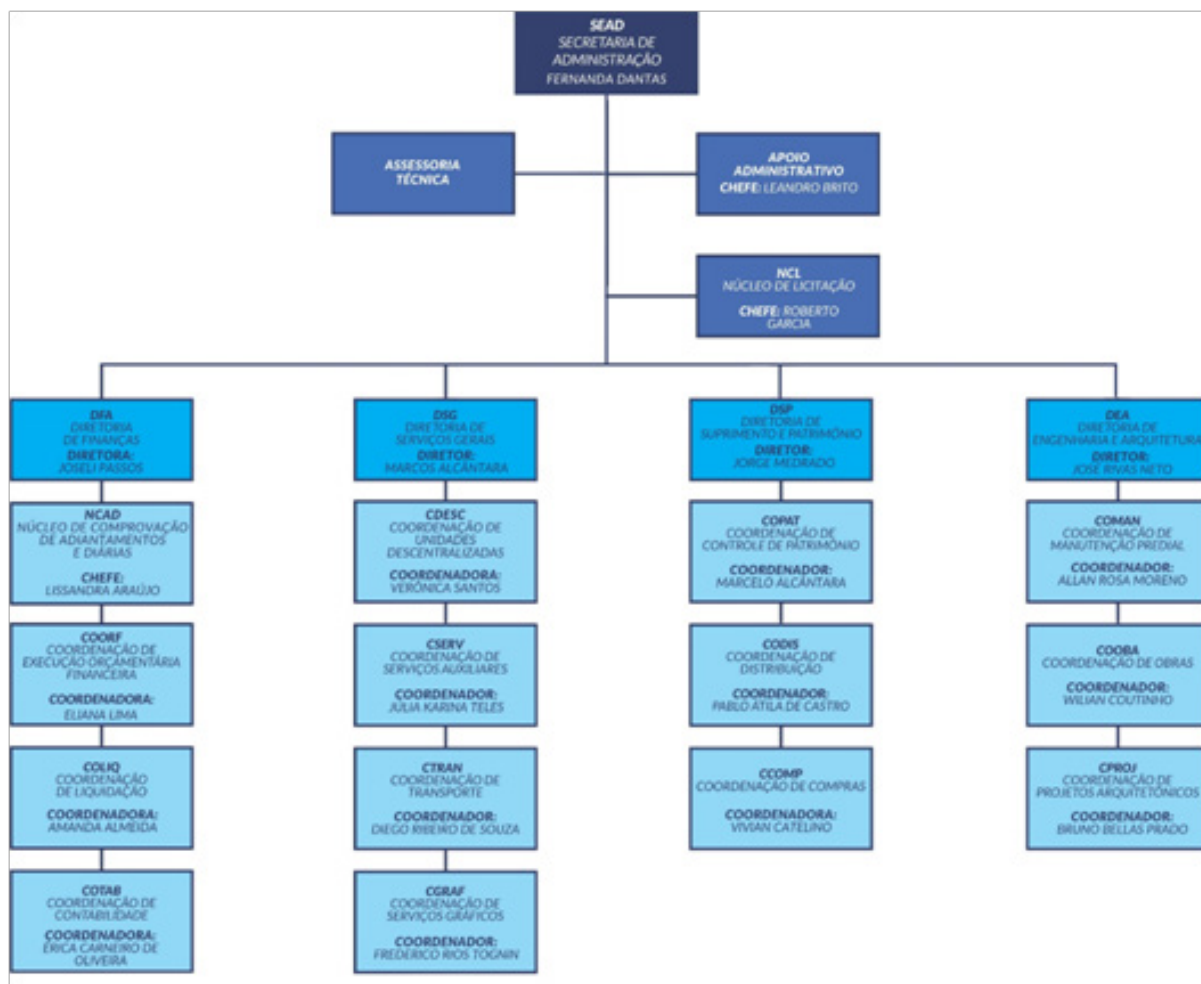


SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



APRESENTAÇÃO

A SEAD é responsável por coordenar, executar e controlar as atividades de apoio administrativo, em matéria financeira, serviços gerais, suprimento e patrimônio e engenharia e arquitetura, visando atender às necessidades do TJBA e da sociedade.



ASSESSORIA TÉCNICA

a) OBJETIVOS

- Assessorar o Secretário, participar de estudos voltados à eficiência em ações administrativas e estratégicas e acompanhar o cumprimento das metas estratégicas do Judiciário Estadual;

b) AÇÕES EM ANDAMENTO / CONCLUÍDAS

- Atendimento e solução de situações relacionadas a depósitos judiciais.
- Acompanhamento das evoluções do BRBJUS.
- Alimentação e controle das informações da SEAD no Portal da Transparência.

- Acompanhamento das etapas dos processos licitatórios.
- Acompanhamento dos processos do Núcleo Socioambiental.
- Acompanhamento do planejamento do Credenciamento para Alimentação do Júri nas comarcas do interior.
- Normatização e criação de sistema de reservas de salas de reunião.
- Melhoria do sistema de despesas pormenorizadas.
- Implementação do Sistema de organização e automação de demandas processuais da DSG.
- Normatização de 20 processos de trabalho da SEAD.
- Promoção de capacitação do Contratos.Gov para os servidores da SEAD.
- Implantação da gestão de contratos por meio do Contratos.Gov para todos os contratos da SEAD.
- Análise e elaboração de despachos em processos administrativos da SEAD.
- Acompanhamento e consolidação dos achados, das determinações e das recomendações dos órgãos de controle interno (COAUD) e externo (CNJ e TCE), no âmbito da SEAD.
- Elaboração de plano de ação, em conjunto com a SETIM e o GSI, para a implantação do Videomonitoramento e as melhorias no Controle de Acesso.
- Participação no Projeto Programa de Integridade do TJBA que está alinhado com a Resolução nº 410/2021 do CNJ, que estabelece diretrizes para a promoção da integridade e do combate à corrupção no âmbito do Poder Judiciário.
- Criação e gestão do grupo de trabalho temporário visando à análise e às soluções para a elaboração das fases internas das licitações de serviços terceirizados continuados, com fulcro na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas demais legislações vigentes no âmbito do TJBA.
- Levantamento e acompanhamento de demandas oriundas do TJBA Mais Perto.

c) INDICADORES

PROCESSOS TRAMITADOS NA UNIDADE ATRAVÉS DO SIGA

2023	13.176
2024*	12.966

Em fevereiro de 2024, a Comissão Permanente de Sanções Administrativas (CPSA) deixou de fazer parte da estrutura organizacional desta Secretaria, sendo este o motivo da diminuição da quantidade de processos tramitados, pois, em 2023, o quantitativo de 13,64% dos processos era relativo a matérias da CPSA.

d) PROJETOS

- **ALÉM DAS BARREIRAS**

Ficha Técnica

1. **Nome do Projeto:** Além das Barreiras
2. **Unidade Demandante:** SEAD
3. **Status:** Em andamento
4. **Percentual de Implementação:** 13,3%
5. **Escopo:** obras e intervenções de adaptação com o objetivo de melhorar a acessibilidade arquitetônica.
6. **Última Ação:** reunião de alinhamento de execução.
7. **Entregas Realizadas:** requisitos de acessibilidade atendidos em 2024.

- **NOVO PORTAL CONECTA INTERIOR**

Ficha Técnica

1. **Nome do Projeto:** Portal Conecta Interior
2. **Unidade Demandante:** SEAD
3. **Status:** Em andamento
4. **Percentual de Implementação:** 5,2%
5. **Escopo:** disponibilizar para os juízes diretores, administradores e técnicos da unidade gestora do interior o Portal CONECTA INTERIOR, com informações úteis para o desenvolvimento das atividades administrativas, as quais sejam o meio de comunicação entre a administração central e as comarcas do interior.
6. **Última Ação:** levantamento de conteúdo.
7. **Entregas Realizadas:** planejamento do projeto.

DIRETORIA DE FINANÇAS – DFA

a) OBJETIVOS

- Otimizar a gestão financeira.
- Melhorar a transparência e a eficiência no pagamento de ressarcimentos de transporte.
- Melhorar a eficiência na gestão de caixa e maximizar os rendimentos financeiros.
- Manter o controle e a regularização do passivo de pessoal.
- Garantir conformidade fiscal e tributária no Poder Judiciário.
- Aperfeiçoar os processos de adiantamento e comprovação de despesas.

b) AÇÕES EM ANDAMENTO / CONCLUÍDAS

- Renovação do Contrato 21/23-S firmado junto ao Banco do Brasil, através do qual se implementou a emissão de Cartão Corporativo, facilitando o processo de pagamento de adiantamentos.

- Criação de módulo de indenização de transporte de magistrados para a implantação do requerimento eletrônico de ressarcimento de quilometragem integrado ao Sistema de Diárias.
- Acompanhamento de fluxo de caixa diário, por meio do monitoramento das contas bancárias utilizadas pelo PJBA, que totalizam 43 atualmente.
- Acompanhamento ao passivo de pessoal, mediante as informações disponibilizadas pela Diretoria de Recursos Humanos.
- Apropriação do 13º e das férias registrados mensalmente no FIPLAN.
- Medidas de acompanhamento e recuperação de créditos de dívida ativa, referente aos recolhimentos decorrentes de cobranças de dívida ativa junto ao Poder Executivo, por meio do Tesouro Estadual (Diretoria do Tesouro – DEPAT).
- Aperfeiçoamento das medidas de implantação do e-Social e da EFD-Reinf, com o objetivo de parametrizar os sistemas que disponibilizam as informações consolidadas no sistema integrador, visando promover os envios dos eventos obrigatórios.
- Em complemento ao e-Social, é realizada, mensalmente, a entrega da EFD-Reinf, que tem por objeto a escrituração de rendimentos pagos e retenções de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária no âmbito do TJBA.
- Publicação do Decreto Judiciário nº 837 de 24 de outubro de 2024 que estabelece as alíneas de concessão, os valores máximos e os prazos de aplicação e comprovação de adiantamentos a que se referem os Decretos Estaduais nº 9.461/2025 e nº 18.715/2018, conforme Anexo Único.
- Elaboração e publicação das orientações técnicas abaixo.
 - Orientação nº 001/2024 – DFA/SEAD: orienta sobre a retenção de Imposto de Renda (IR) nas aquisições de passagens aéreas e rodoviárias, despesas de hospedagem, aluguel de veículos e prestação de serviços afins. Publicada em 09/07/2024.
 - Orientação Técnica nº 002/2024 – DFA/SEAD: orienta sobre a retenção de Imposto de Renda (IR) nas aquisições de refeição-convênio, vale-transporte e vale-combustível, inclusive mediante créditos ou cartões eletrônicos, mediante intermediárias de serviços. Publicada em 27/08/2024.
 - Orientação Técnica nº 003/2024 – DFA/SEAD: orienta sobre a retenção de Imposto de Renda (IR) nos pagamentos de serviços de propaganda e publicidade, mediante intermediárias de serviços. Publicada em 27/08/2024.
 - Orientação Técnica nº 004/2024 – DFA/SEAD: orienta as diretrizes gerais para os processos de pagamento de contratos de prestação de serviços com/sem fornecimento de mão de obra. Publicada em 02/09/2024.
 - Orientação Técnica nº 005/2024 – DFA/SEAD: orienta as diretrizes gerais sobre a classificação de despesas como Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Publicada em 03/09/2024.

- Desenvolvimento de uma Orientação Técnica que compilará orientações detalhadas sobre retenções tributárias.
- Disponibilização de página de “Orientações Técnicas” no portal do TJBA.

c) INDICADORES

- Fundo de Aparelhamento Judiciário – FAJ

No período de fevereiro a novembro de 2024, a arrecadação da receita do FAJ foi de R\$243.449.013,52.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DO FAJ, POR DESTINAÇÃO DE RECURSO

Receita	De fevereiro a novembro	
Realizada 2024	113 – Própria	238.874.682,47
	126 – Alienação de Bens	4.574.331,05
	TOTAL	243.449.013,52

Fonte: FIPLAN PLAN 43

- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG

A receita arrecadada do FUNSEG, referente ao período de fevereiro a novembro de 2024, foi de R\$4.490.777,40.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DO FUNSEG, POR DESTINAÇÃO DE RECURSO

Receita	De fevereiro a novembro	
Realizada 2024	126 – Alienação de Bens	1.143.582,76
	157- VINC FUNSEG - BA	3.347.194,64
	TOTAL	4.490.777,40

Fonte: FIPLAN PLAN 43

- Secretaria do Tribunal de Justiça

No período de fevereiro a novembro de 2024, a arrecadação da receita do STJ foi de R\$3.119.298.302,50.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DO STJ, POR DESTINAÇÃO DE RECURSO

Receita	De fevereiro a novembro	
Realizada 2024	100 – Repasse Tesouro	2.310.148.556,56
	113 – Própria	19.871.693,33
	120 – Custas	789.278.052,61
	TOTAL	3.119.298.302,50

Fonte: FIPLAN PLAN 43

QUADRO COMPARATIVO DAS RECEITAS ARRECADADAS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO PERÍODO DE FEVEREIRO E NOVEMBRO NOS EXERCÍCIOS 2023 E 2024

Comportamento da Receita TOTAL (Tribunal de Justiça +FAJ+FUNSEG)		
Receita	De fevereiro a novembro	
Realizada 2023	100 – Repasse Tesouro	2.026.443.459,38
	113 – Própria	310.750.327,49
	120 – Custas	677.835.513,38
	126 – Alienação de Bens	0,00
	157- VINC FUNSEG - BA	2.808.048,72
	TOTAL	3.017.837.348,97
Realizada 2024	100 – Repasse Tesouro	2.310.148.556,56
	113 – Própria	258.746.375,80
	120 – Custas	789.278.052,61
	126 – Alienação de Bens	5.717.913,81
	157- VINC FUNSEG - BA	3.347.194,64
	TOTAL	3.367.238.093,42
Variação Total	11,58%	

Fonte: FIPLAN PLAN 43

DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS – DSG

a) OBJETIVOS

- Elaborar a Matriz de Gestão de Qualidade.
- Gerir e fiscalizar, de forma diligente, os contratos de prestação de serviços em andamento.
- Estabelecer novos canais de comunicação com as unidades gestoras do interior.
- Aprimorar o controle dos gastos das unidades gestoras do interior.
- Dar subsídios para as contratações de serviços nas unidades gestoras do interior.
- Regularizar os contratos de locação das comarcas do interior.
- Contribuir para a modernização e a sustentabilidade, adotando práticas que otimizam recursos e promovam a redução do uso de papel, alinhando-se às metas do Tribunal em responsabilidade socioambiental.
- Estabelecer diretrizes sustentáveis na gestão de transportes.
- Implementar práticas de gestão moderna e adotar tecnologias para aprimorar a gestão e o controle da frota.

b) AÇÕES EM ANDAMENTO / CONCLUÍDAS

- Prestação de serviços gerais que contam com colaboradores terceirizados em dedicação exclusiva de mão de obra, os quais dão apoio à movimentação de bens e cargas, captação e agenciamento de demandas, cessão de uso dos espaços para restaurante e lanchonete, controle de pragas, copeiragem, fornecimento de lanches e refeições para o júri, fornecimento e distribuição de água mineral, jardinagem, lavagem de tapetes, cortinas e estofados, lavagem de vestes talares, limpeza e conservação, monitoramento eletrônico, operação de áudio e som, controle de acesso de pessoas e veículos, recepção, ressocialização dos apenados, vigilância patrimonial armada, serviços de encadernação de livros cartorários, impressão gráfica em geral e publicação em mídia impressa de aviso de editais e outras publicações legais, locação de veículos, agenciamento de transporte, abastecimento de veículos, manutenção de veículos e condução veicular.
- Regulamentação da função de administrador e técnico da Unidade Gestora.
- Elaboração da Matriz de Responsabilidades das Comarcas do Interior.
- Regulamentação para fornecimento de alimentação para as sessões do júri.
- Realização de processo licitatório para contratação de empresas para fornecimento de lanches e refeições para sessões do Tribunal do Júri nas comarcas do interior.
- Regularização dos contratos de locação do interior.
- Gestão dos Resíduos Sólidos da CGRAF para a destinação adequada dos resíduos gráficos e do Centro Logístico Mussurunga.
- Publicação do Decreto nº 710, de 5 de setembro de 2024 - Regulamentação específica para aperfeiçoamento da gestão sustentável dos impressos corporativos do TJBA.
- Realização de curso de formação em produção gráfica.
- Regularização de contratos de motoristas terceirizados, incluindo auditoria e aditivos contratuais para assegurar a continuidade dos serviços.
- Avaliação do sistema CNJ-Frota para a integração e a modernização da gestão de transporte.
- Realização de planejamento para a adoção de combustíveis sustentáveis e práticas ambientais na gestão da frota.
- Fortalecimento da manutenção preventiva e planejamento para a renovação de veículos.
- Criação de protocolos e rotinas para a designação de motoristas e veículos.
- Estudo para criação de sistema de automação para a auditoria de empresas terceirizadas.
- Participação de todas as edições do TJBA Mais Perto que ocorreram no interior, onde foram escutadas as demandas administrativas e os Juízes Diretores foram orientando em diversos temas e direcionando para as áreas competentes.

c) INDICADORES

VISITAS PORTAL CONECTA INTERIOR ATÉ 16/12/2025

30 DIAS	3.306
90 DIAS	10.922

SOLICITAÇÕES DE TRANSPORTE NA CAPITAL E NA REGIÃO METROPOLITANA

2023	5.174
2024	5.426

d) PROJETOS

- Versão 1 Portal Conecta Interior

Ficha Técnica

1. **Nome do Projeto:** Versão 1 Portal Conecta Interior
2. **Unidade Demandante:** SEAD
3. **Status:** Concluído
4. **Percentual de Implementação:** 100%
5. **Escopo:** Portal que funciona como ferramenta de comunicação com as Unidades Gestoras do Interior, com Decretos, Normativos, Guias, Manuais e Check-list, para padronizar procedimentos administrativos, além de formulários padronizados para os processos de contratação Direta nos moldes exigidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei n.º 14.133/2021.
6. **Última Ação:** está em processo de desenvolvimento, como projeto estratégico deste TJBA, o novo Portal Conecta Interior mais robusto, em uma ferramenta mais adequada e com inovações tecnológicas.
7. **Entregas Realizadas:** Versão 1 Portal Conecta Interior no Share Point.

e) OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

- Participação na Comissão do Núcleo Socioambiental; na Comissão do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; e no Grupo de Trabalho para licitações de serviços terceirizados.
- Apoio na criação do selo verde para as unidades do TJBA.
- Participação na elaboração da Resolução sobre a Política de Sustentabilidade do PJBA.

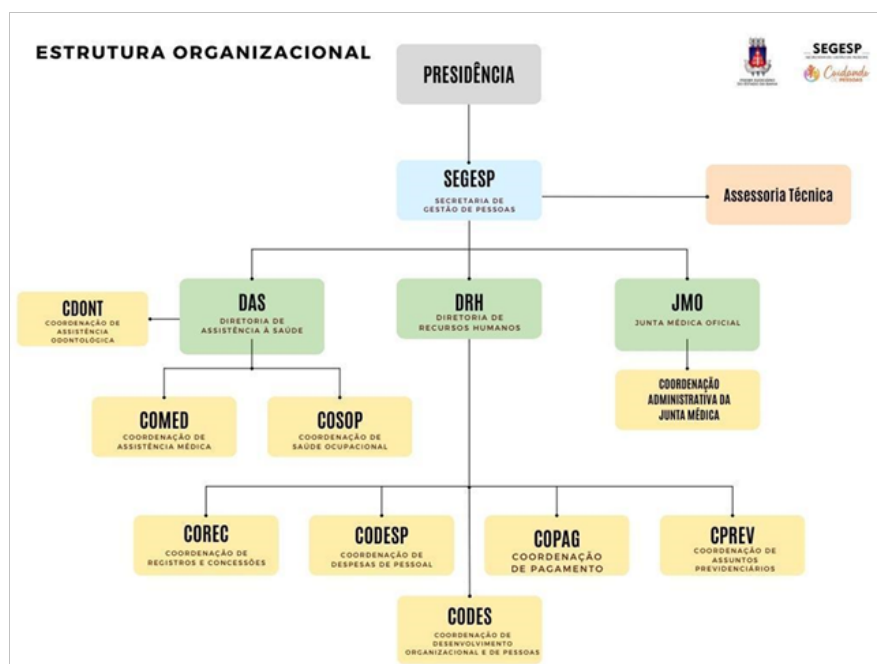


SECRETARIA DE
GESTÃO DE PESSOAS



1. Apresentação

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), instituída por meio da Resolução TJBA n. 20/2017, tem como atribuição formular, planejar, coordenar, executar e controlar políticas e diretrizes de planejamento, organização, avaliação, alocação de pessoal, remuneração e meritocracia, desenvolvimento e promoção de saúde e capacitação permanente e planejamento funcional de magistrados e servidores ativos e aposentados do Poder Judiciário do Estado da Bahia. O presente relatório objetiva demonstrar as principais iniciativas desenvolvidas pela SEGESP e suas unidades vinculadas, com os respectivos resultados alcançados no primeiro ano da atual gestão, com o intuito de aprimorar a prestação dos serviços e cumprir as diretrizes estabelecidas pela Presidência para o biênio.



2. Objetivos

- Realizar Pesquisa de Clima Organizacional até 30.11.2024.
- Implantar sistema de ponto eletrônico para gerir a frequência dos estagiários, até 31.12.2024.
- Desenvolver Portal dos Programas de Aprendizagem e Inclusão, até 31.12.2024.
- Implantar Simulador de Aposentadoria, até 31.12.2024.
- Implantar Página do Programa + Saúde, até 31.12.2024.
- Reestruturar e ampliar o programa de atenção integral à saúde, bem-estar e qualidade de vida, até 31.12.2024.
- Iniciar a implantação do modelo de Gestão por Competência, até 31.12.2024.
- Implantar Programa de Preparação à Aposentadoria de magistrados e servidores até 31.12.2024.

- Implantar Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais, até 31.12.2024.
- Promover curso de formação inicial para os servidores recém-ingressos, até 31.12.2024.
- Mapear e revisar verbas e processos de trabalho, até 31.12.2024.
- Reestruturar o EDEP, até 31.03.2024.
- Implantar Plano de Comunicação da Secretaria, até 30.04.2024.
- Desenvolver Plano de TIC e Inovação – RH e Saúde, até 31.12.2024.
- Desenvolver Plano de Capacitação para os servidores SEGESP – RH e Saúde, até 31.12.2024.
- Implantar Auxílio-Saúde de Inativos até 30.08.2024.

3. Ações em Andamento/Concluídas

Durante o primeiro ano de gestão, a SEGESP desenvolveu iniciativas para atender às diretrizes definidas pela Resolução CNJ n. 240/2016, bem como ao Plano Estratégico do PJBA para 2021/2026, dentre as quais se destacam as seguintes:

Concluídas:

3.1 Informativo de boas-vindas: o informativo foi elaborado com o objetivo de proporcionar aos(as) servidores(as) recém-admitidos(as) uma recepção acolhedora, contendo informações sobre benefícios, deveres funcionais e um QR CODE para acesso ao PORTAL RHNET.

3.2 Simulador de Aposentadoria: concebido para auxiliar os(as) servidores(as) e os(as) magistrados(as) deste Poder Judiciário, com o propósito de estimar a data prevista para aposentadoria favorecendo a organização e o planejamento da nova etapa de vida.

3.3 Auxílio-Saúde para Inativos: auxílio aprovado pela Resolução nº 08/2024 e regulamentado pelo Decreto Judiciário nº 602/2024, bem como foi implementado no mês de agosto.

3.4 Reajuste Auxílio-Alimentação: implantação na folha de março, nos termos do Decreto Judiciário n. 213/2024.

3.5 Atualização do Subsídio dos Magistrados: realizado conforme Decreto Judiciário n. 35/2023.

3.6 Núcleo de Atendimento a Magistrados(as) e Servidores(as) Aposentados(as): inaugurado no dia 10.02.2024, o Núcleo atende a magistrados(as) e servidores(as) iminentes à aposentadoria ou recém-aposentados(as).

3.7 Orientação sobre ajustes no posto de trabalho: divulgação de vídeos com orientações relacionadas à ergonomia e ajustes nos postos de trabalho, além de incentivo à prática de exercícios.

3.8 Página “+Saúde”: agrupamento em página eletrônica de materiais e informativos sobre a saúde de magistrados(as) e servidores(as).

3.9 Plano Anual de Capacitação: planejamento para capacitar em 2024 os(as) servidores(as), os(as) colaboradores(as) e os(as) estagiários(as) lotados(as) na SEGESP e em unidades vinculadas. A ideia é de preencher lacunas de capacitação e viabilizar o melhor planejamento orçamentário e financeiro da UNICORP na execução das ações.

3.10 Mês do Servidor: promoção de atividades no mês de outubro em comemoração ao Dia do Servidor Público como forma de comemorar e valorizar a dedicação e a importância dos servidores do Tribunal de Justiça da Bahia (Rota da Saúde, Campanha de Arrecadação, Feira de Oportunidades, Exposição de Artes, Caricaturas personalizadas, Open Mic, Oficinas Práticas, Mostra Cultural e Shows Musicais).

3.11 Semana do estagiário “Edição Innovation Camp”: em comemoração ao Dia do Estagiário, celebrado em 18 de agosto, foi realizada a Semana EST “Pensando o Futuro para uma Justiça mais Sustentável”, promovendo dias de programações diversas, incluindo palestras, dinâmicas, desafios e Feira de Oportunidades para os estagiários de nível médio.

3.12 Grupo Virtual “SEGESP – Cuidando de Pessoas”: criação de grupo no WhatsApp para divulgar, periodicamente, informações sobre direitos e deveres, pagamentos, dicas culturais, notícias, campanhas, projetos e ações das áreas de saúde e RH promovidos pelo Tribunal.

3.13 Campanha crachá: Sua identidade, nossa segurança! – Campanha de conscientização sobre a importância do uso do crachá de identificação funcional nas suas instalações.

3.14 Promoção da Pesquisa de Opinião na DAS: implantação de pesquisa permanente de opinião para avaliar a satisfação dos usuários dos serviços de saúde.

3.15 Reestruturação do EDEP: realizada no mês de fevereiro, a reestruturação do Escritório Departamental de Projetos e Processos da SEGESP ocorreu para uma melhor organização e acompanhamento dos projetos, das ações e dos fluxos de trabalho.

3.16 8º Encontro do Projeto Ampare: realizado com o tema “Bullying e Cyberbullying”, teve como público os estagiários de nível médio. O projeto Ampare é uma iniciativa voltada à orientação e ao acolhimento de estagiários(as) do TJBA em questões relacionadas à inclusão e a assédios, discriminações e violências, promovendo a participação ativa dos(as) estagiários(as) em encontros, com vistas a debater temas sociais de relevância pública e impacto jurídico.

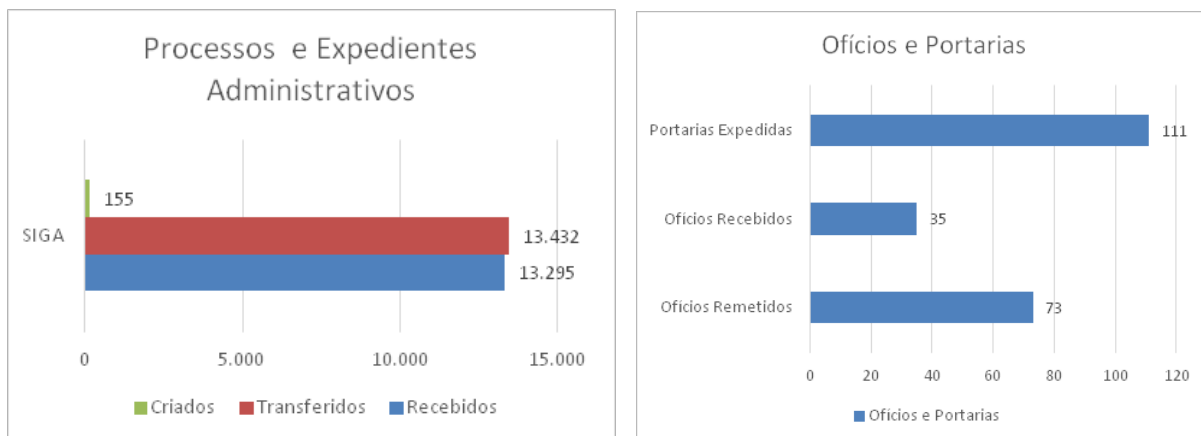
3.17 Curso de Introdução ao Programa de Estágio de Nível Médio: promovido com o objetivo apresentar informações relevantes sobre a instituição, suas normas, direitos e obrigações, além de fornecer orientações nesta primeira experiência no mercado de trabalho.

3.18 Estudos para reestruturação do Programa de Estágio e Implantação da Residência Jurídica: ação em parceria com o Comitê de Gestão de Pessoas.

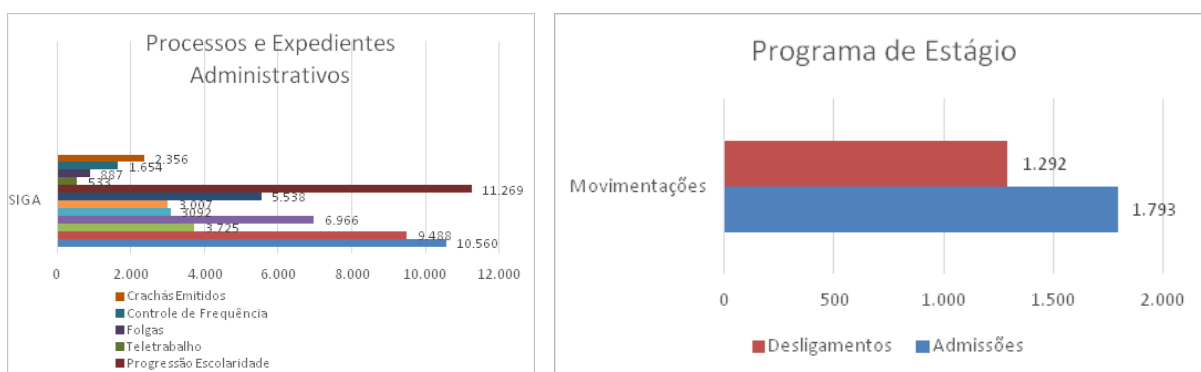
3.19 “Inclusão que Transforma – Ensinando e Aprendendo com estagiários PCDs”: campanha idealizada com o objetivo de promover a acessibilidade, a inclusão, a valorização e a segurança dos(as) estagiários(as) com deficiência ou mobilidade reduzida, de modo a efetivar o pleno exercício de seus direitos.

4. Indicadores

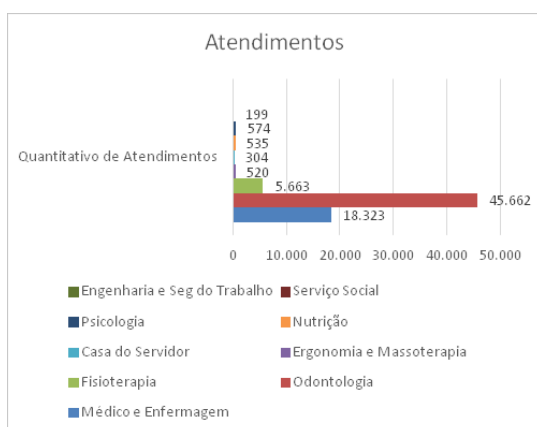
SEGESP



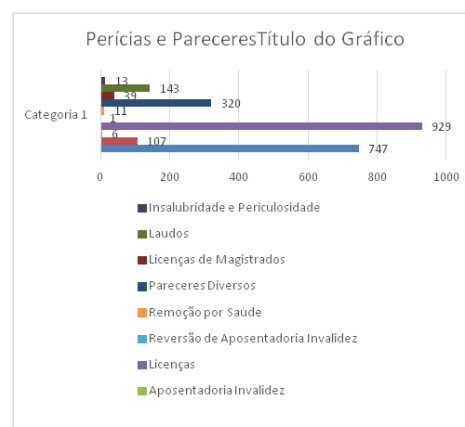
Diretoria de Recursos Humanos (DRH)



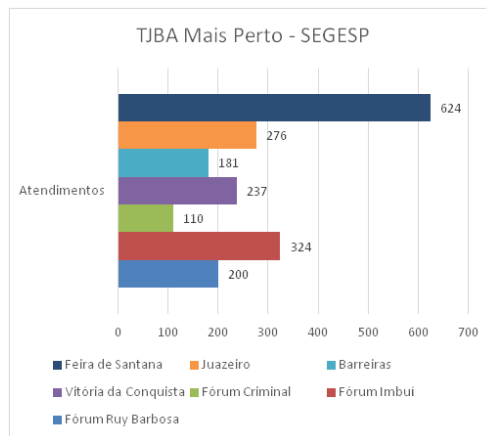
Diretoria de Assistência à Saúde (DAS)



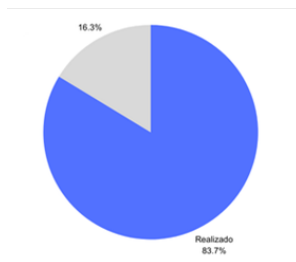
Junta Médica Oficial – JMO



Atendimentos da SEGESP no Projeto TJBA Mais Perto



5. Projetos



5.1 “Programa Boas-Vindas”

Unidade Demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas

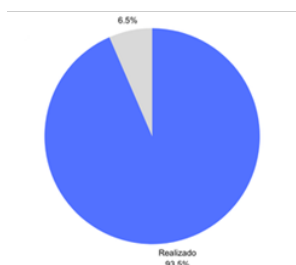
Status: Em execução

Percentual de implementação: 83,7%

Escopo: formação Inicial para servidores recém-ingressos com conteúdo relacionado aos princípios organizacionais do TJBA, bem como instrução básica acerca das normas e dos regulamentos referentes aos direitos e aos deveres, comportamento e comunicação no ambiente de trabalho, gestão, rotina das unidades, buscando a integração com a instituição e a otimização do resultado na prestação do serviço.

Última ação: disponibilização dos módulos instrucionais aos servidores.

Entregas realizadas: aula inaugural, presencial; e liberação de módulos instrucionais, oferecidos de forma virtual.



5.2 “Programa Prosseguir”

Unidade Demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas

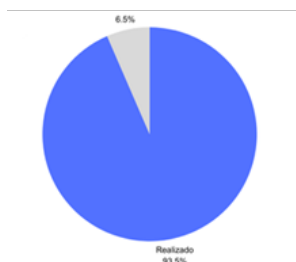
Status: Em execução

Percentual de implementação: 93,5%

Escopo: promover a valorização dos magistrados e dos servidores, compartilhar conhecimento e ferramentas facilitadoras para o período de transição profissional que antecede à aposentadoria, por meio de abordagem multidisciplinar, com vistas ao planejamento do novo ciclo de vida e ao desenvolvimento de novas perspectivas de qualidade de vida, bem como de novas competências e habilidades voltadas à transformação/evolução pessoal.

Última ação: inauguração do Núcleo de Atendimento ao Aposentado em dez/2024.

Entregas realizadas: aula inaugural, capacitações e inauguração do Núcleo.



5.3 “Programa +Saúde”

Unidade Demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas

Status: Em execução

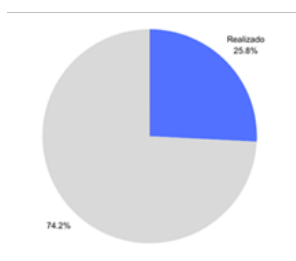
Percentual de implementação: 93,5%

Escopo: aperfeiçoar as demandas atuais e promover novas ações, com o objetivo de desenvolver e ofertar Programa de Atenção Integral à Saúde, ao Bem-Estar e à Qualidade de Vida no Trabalho

do Poder Judiciário da Bahia, tendo como público-alvo magistrados, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados, contemplando os seguintes eixos: Físico (saúde e bem-estar físico); Emocional (saúde mental e bem-estar psicológico); Social (ambiente de trabalho saudável); e Intelectual (desenvolvimento).

Última ação: definição do calendário das ações que serão realizadas no ano de 2025.

Entregas realizadas – Campanhas; Seminários e Workshops; Rota da Saúde; Grupos de Apoio à Saúde Mental; Vacinação; Podcast; Servidor por 1 dia; 1ª Corrida da Justiça; Clube de Leitura; Campanha “Carona Solidária” e de “Incentivo ao usufruto de Férias”.



5.4 “Programa Trilhas”

Unidade Demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas

Status: Em execução

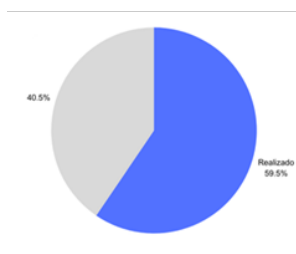
Percentual de implementação: 25,8%

Escopo: implantar o Programa de Gestão por Competência no Poder Judiciário da Bahia, a fim de identificar e desenvolver competências necessárias à realização eficiente do trabalho dos servidores públicos,

reduzindo ao máximo a lacuna entre as competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos definidos pela organização e aquelas já desenvolvidas pelos seus colaboradores.

Última ação: assinatura do contrato nº 62/2024 que tem como objeto a execução do projeto “Mapeamento de competências de 323 unidades do TJBA”.

Entregas realizadas: finalização da Contratação por Dispensa – UFPA.



5.5 Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais (PPRO)

Unidade Demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas

Status: Em execução

Percentual de implementação: 59,5%

Escopo: implementar um conjunto de ações coordenadas para prevenir doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, além de garantir condições de trabalho seguras e saudáveis, a fim de incentivar

a produtividade e reduzir o absenteísmo dos magistrados e dos servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Última ação: elaboração do Mapa de Risco Ocupacional.

Entregas realizadas: emissão do Plano de Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde; e elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) do Curso de NR 32.

6. Outras Ações Relevantes

6.1 Participação em Reuniões

6.2 Participação em Grupos de Trabalho: Comitê de Governança; Comitê Gestor de Proteção de Dados; Comitê de Gestão de Pessoas; Comitê Gestor de Segurança da Informação; Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde; Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Metas; Comissão Permanente de Acessibilidade; Comissão de Heteroidentificação; Comissão Permanente de Avaliação; Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina; Comissão de Apoio da Comissão Examinadora do Concurso para provimento das unidades dos Serviços Extrajudiciais; Comissão de Gestão de Teletrabalho; Comissão para a promoção de igualdade e políticas afirmativas em questões de gênero; Comissão de apoio à Comissão Especial de Concurso para provimento dos cargos de Juiz Substituto; Comissão Permanente de Ética do Poder Judiciário do Estado da Bahia; Núcleo Gestor do Laboratório de Inovação e Inteligência; e GT Indenização de Transporte.

6.3 Atos Normativos

A Secretaria de Gestão de Pessoas colaborou com a elaboração dos seguintes atos normativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia: **Decreto Judiciário nº 504**, de 20 de junho de 2024, que disciplina a solicitação, a concessão e o pagamento do Abono Pecuniário de férias para os(as) servidores(as) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, em cumprimento da Resolução TJBA n. 07/2024; **Decreto Judiciário nº 572**, de 22 de julho de 2024, que dispõe sobre o cadastramento de magistrados e servidores ativos, ocupantes de cargos de provimento permanente e temporário do Poder Judiciário do Estado da Bahia; **Decreto Judiciário nº 641**, de 12 de agosto de 2024, que dispõe sobre o regime de proteção da remuneração e consignações em folha de pagamento dos magistrados e dos servidores ativos e inativos e institui as regras gerais e os procedimentos de gestão do Cadastro Geral das Consignatárias, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia; **Decreto Judiciário nº 649**, de 13 de agosto de 2024, que institui a Cerimônia de Jubilamento do Programa “PROSSEGUIR” de Preparação à Aposentadoria do Poder Judiciário do Estado da Bahia; **Decreto Judiciário nº 650**, de 13 de agosto de 2024, que institui o Programa “Boas-Vindas” para a Formação Inicial do Servidor recém-ingresso no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; **Decreto Judiciário nº 651**, de 13 de agosto de 2024, que convoca os servidores recém-ingressos a participarem do Programa de Formação Inicial “Boas-Vindas”, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; **Decreto Judiciário nº 842**, de 25 de outubro de 2024, que regulamenta a concessão de elogio funcional aos(as) magistrados(as) e aos(as) servidores(as) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA); **Decreto Judiciário nº 582**, de 24 de julho de 2024, que dispõe sobre a solicitação, a concessão, o usufruto, o parcelamento e a indenização das férias dos servidores e das servidoras do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA); **Decreto Judiciário nº 149**, de 7 de fevereiro de 2024, que institui a política de atualização e o equacionamento de passivos remuneratórios, indenizatórios e funcionais correlatos aos magistrados do Poder Judiciário do Estado da Bahia; **Decreto Judiciário nº 213**, de 1º de março de 2024, que altera os valores fixados no Anexo Único do Decreto Judiciário n. 368, de 3 de maio de 2022; **Decreto Judiciário nº 214**, de 1º de março de 2024, que estabelece o valor do auxílio-alimentação dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia; **Decreto Judiciário nº 602**, de 31 de julho de 2024, que regulamenta no âmbito do Poder Judiciário de Estado da Bahia, a concessão do Auxílio-Saúde aos magistrados e aos servidores inativos; **Decreto Judiciário nº 603**, de 31 de julho de 2024, que designou servidores para compor o Núcleo de atendimento ao(a) magistrado(a) e ao(a) servidor(a) aposentado(a); **Decreto Judiciário nº 897**, de 21 de novembro de 2024, que dispõe sobre o funcionamento dos serviços da área administrativa durante o recesso forense de 2024/2025 e a suspensão dos prazos processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

6.4 Participação em Capacitações:

- a. Introdução à Gestão de Projetos (Portal CNJ);
- b. Fundamentos da Gestão de Projetos no Setor Público (TCE/ES);
- c. Gestão por competências (ENAP);
- d. Formação em gestão de projetos (PORTAL CNJ);
- e. Atendimento de excelência ao cidadão (ENAP);
- f. Atendimento ao Público (Atendimento 4.0 UNICORP);
- g. Gestão de Projetos – Metodologia aplicada no PJBA;
- h. Inovando na Gestão de Projetos (ENAP);
- i. Gestão de Pessoas no Poder Judiciário – I;
- j. Mapeamento de processos;
- k. Planejamento e organização de eventos corporativos;
- l. Diagnóstico e manejo da hipersensibilidade dentária e das lesões cervicais não cariosas;
- m. Interface entre odontologia e oncologia: o que o dentista precisa saber;
- n. BLS – Suporte de vida cardíaco básico;
- o. ACLS – Suporte de vida cardíaco avançado;
- p. Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP).



SECRETARIA JUDICIÁRIA



APRESENTAÇÃO

A Secretaria Judiciária, unidade gestora, é o Órgão incumbido de promover a atualização e a uniformização de métodos e práticas, coordenando as ações de apoio técnico-administrativo aos Órgãos Colegiados, além de desenvolver as atividades de gestão documental, bem como dos serviços de registro das sessões no âmbito do 2º grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Compõem a estrutura organizacional da SEJUD as Secretarias dos Órgãos Julgadores do 2º Grau, a Diretoria de Documentação e Informação, a Coordenação de Gravações e Registros e o UNIJUD.

OBJETIVOS / METAS ALCANÇADAS

- Pagamento direto aos terceirizados do contrato de Gestão Documental, por meio de cessão de crédito da empresa contratada, que desistiu de seguir ou manter a sua obrigação 15 dias depois de firmar a avença.
- Contratação remanescente de nova empresa para terceirização de Gestão Documental.
- Acompanhamento e homologação do novo modelo de publicação de processos em segredo de justiça.
- Desenho, homologação e acompanhamento da implantação total do Alvará Eletrônico no 2º grau, facilitando a liberação de valores depositados em processos judiciais através de transferências realizadas via PIX, diretamente para a conta da parte ou do advogado.
- Mapeados e homologados os fluxos de trabalhos da área cível no âmbito do 2º Grau, da distribuição ao julgamento no colegiado: AÇÃO ORIGINÁRIA, MANDADO DE SEGURANÇA, APELAÇÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO.
- Incluída a Mesa Diretora, assim como demais Desembargadores no Domicílio Eletrônico.
- Efetivado o pagamento de 100% dos honorários periciais requeridos e aprovados em 2024.
- Realizadas, com o apoio da COSIS, melhorias no módulo de Cadastro de Peritos e no módulo de Pagamento de Perícias, melhorando as informações enviadas para o E-Social.
- Melhorias nas rotinas de trabalhos e nas tabelas de controle de inclusão de peritos e pagamento de perícias.
- Elaboração e divulgação de cards informativos para Varas e peritos, em parceria com a ASCOM, a CSJUD e a DPG.
- Implantado, com o apoio da CPROT, da COSIS e da CSJUD, do uso do produto E-carta, em substituição ao AR-digital, como meio de citação/intimação no Projudi em junho/2024 e no fluxo básico do PJE em outubro/2024, gerando economia de R\$2.489.383,39 no contrato dos Correios.
- Seleção, revisão e homologação, em parceria com a DAPG, dos modelos de cartas de citação/intimação enviados pelas Unidades do 1º Grau e inseridos no PJE pela CSJUD, por especialização, para uso no fluxo do E-carta.

- Determinação de bloqueio no PJE para que somente a SETIM possa incluir modelos de citação/intimação para uso do E-carta, visando afastar erros e padronizar as correspondências do TJBA para dar mais confiabilidade aos cidadãos que as recebe.
- Publicados 8 editais para eliminação de 42.618 processos judiciais de Execuções Fiscais e de Defesa do Consumidor com prazo de guarda vencido, em 4.251 caixas-box, em parceria com a Comissão Permanente de Avaliação Documental.
- Incluídos 369 objetos digitais, totalizando 550 títulos disponíveis no Repositório Digital Confiável – RDC-ARQ do TJBA (<http://atom.tjba.jus.br/index.php/tribunal-de-justica-do-estado-da-bahia-2>).
- Catalogados mais de 17.000 títulos das unidades das Bibliotecas do Fórum Ruy Barbosa e do CAB.
- Digitalizados pela PA arquivos e juntados pela UNIJUD no PJE mais de 2.700 processos judiciais.
- Corrigidos e virtualizados pela UNIJUD 1.456 mil processos do SAIPRO/SAJ para PJE.
- Migrados, manualmente, pela UNIJUD 8.942 processos digitais do SAJ para o PJE.
- Coletados pela UNIJUD 350.000 processos físicos no interior e arquivados no Arquivo Central em Salvador (EGBA), além dos documentos deteriorados da Comarca Alagoinhas para a análise do Arquivo Público, viabilizando a finalização da obra de reforma do Fórum.
- Registradas, indexadas e publicadas no portal do TJBA todas as sessões do 2º Grau de 2024.
- Incluídas, indexadas e publicadas na plataforma DRS Plenário 30% (2.144) das sessões do 2º Grau anteriores a 2018, até então registradas somente em áudio. Foram republicadas 194 sessões com interpretação de libras.
- Consulta pela COBIT de 4.900 diários oficiais para responder às pesquisas solicitadas através do e-mail da Biblioteca.
- Elaborado calendário de suspensão de prazos e expedientes de todo o Estado da Bahia, mediante levantamento e seleção de todos os decretos judiciais <https://www.tjba.jus.br/portal/calendario/>.
- Participação das bibliotecárias Celicleide Soares e Rosemary Borges, lotadas na Coordenação de Biblioteca, no 30º Congresso de Biblioteconomia e Documentação ocorrido na cidade de Recife/PE, de 25 a 29 de outubro de 2024.
- Participação de oito servidores na Coordenação de Gestão de Arquivo no X CNA (Congresso Nacional de Arquivologia), realizado no período compreendido de 14 a 18 de outubro de 2024, em Salvador.
- Apresentação da estrutura do Poder Judiciário pela Secretária Judiciária para a delegação chinesa.
- Contratação da plataforma JUSBRASIL para magistrados e servidores, com oferecimento de treinamento.

- Aperfeiçoamento e homologação do novo fluxo de sobrestamento de processos e implementação de dessobrestamento no PJE do 2º Grau, bem como do fluxo transitório desenhado para dessobrestar os processos sobrestados antes do novo fluxo.
- Aquisição de 164 livros jurídicos para o acervo da biblioteca.

AÇÕES EM ANDAMENTO /CONCLUÍDAS

A Secretaria Judiciária focou nas ações que mais contribuem para o alcance das diretrizes da gestão, priorizando a melhoria da prestação jurisdicional no 1º Grau. O incremento da folha de pagamento dos peritos judiciais alcançou o montante de R\$7.833.443,63 correspondente a 15.118 perícias, o que representa um acréscimo de 51,56% em relação ao valor pago em 2023. Esse é o resultado do trabalho intensivo da SEJUD junto aos peritos e às unidades judiciais, divulgando informações e prestando auxílio através de CARDS, e-mail, ligação telefônica, WhatsApp e videoconferência com espelhamento de tela para ensinar a juntar laudos, intimar peritos pelo PJE e solicitar pagamento de perícias, além dos cursos presenciais realizados nas edições do Projeto TJBA MAIS PERTO.

A ampliação da base de dados do Domicílio Eletrônico local foi intensificada mediante a inclusão da Mesa Diretora, seguida dos demais Desembargadores, bem como os cadastros de 178 entes públicos e privados, além de 230 atualizações cadastrais. Instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, foi lançada a versão do Domicílio Eletrônico Nacional, por meio da Resolução nº 455/2022, como único local onde estão concentradas todas as comunicações de processos emitidas pelos tribunais brasileiros. No âmbito local, o TJBA concluiu a integração com o PROJUDI em Novembro/2023 e aquela referente ao sistema PJE encontra-se em fase de implementação, dependendo, exclusivamente, de ações da SETIM.

Também são atribuições da SEJUD os procedimentos de posse de cargos efetivos e comissionados diversos, Desembargadores e Juízes Substitutos deste Tribunal, bem como assinatura de termo de compromisso de juízes leigos e conciliadores, que somaram 607 no ano de 2024. Os modelos de termos foram revistos, passando a ter nova redação e constando a Secretária como autoridade empossante, além da substituição dos livros impressos para termos de compromisso de juízes leigos e conciliadores por livros de folhas soltas, conferindo maior celeridade aos procedimentos. O próprio nome do documento foi alterado de “posse” para compromisso, uma vez que não são servidores, mas auxiliares da justiça, logo não tomam posse. Em colaboração com a Chefia de Gabinete, a documentação para a designação de Função Gratificada é conferida pela SEJUD. O procedimento de posse on-line foi revisto, passando a adotar a assinatura do termo de posse por certificado digital, possibilitando que a posse ocorra na mesma data de nomeação mesmo para servidores de comarcas distantes. Por determinação do CNJ, a SEJUD já está em fase de transição com a SEGESP, que ficará responsável pelos procedimentos de posse doravante, concentrando toda gestão de pessoas. A Coordenação de Gravações e Registros continuará indexando e publicando na plataforma DRS Plenário as sessões do 2º Grau anteriores a 2018, até então registradas somente em áudio, além da continuação da republicação das sessões com tradução de libras.

Ressalte-se que o aumento do número de desembargadores, a necessidade e a modernização da tecnologia já utilizada e a resolução de problemas de acessibilidade, acústica e eficiência provocaram, positivamente, o planejamento da reforma pela SEAD, nas salas de sessões 1 e 3. Em 2024, a SEJUD fez avaliação do que não foi positivo na reforma das salas 2 e 4, solicitou alterações nessas salas e nos projetos das salas 01 e 03 com previsão para entrega em 2025.

De forma inovadora, a DDI investiu na implantação do produto E-carta, em substituição ao AR-digital, como meio de citação/intimação no Projudi no primeiro semestre e no fluxo

básico do PJE no segundo semestre, gerando economia de R\$2.489.383,39. Durante 2025, o serviço será expandido para todos os fluxos do PJE, iniciando pelo fluxo da Execução Fiscal, em virtude do grande número de processos, a fim de gerar mais economia e celeridade na tramitação das execuções fiscais.

A DDI, através da Coordenação de Protocolo e Controle de Correspondências realizou investimentos para controle mais efetivo do consumo das unidades no contrato com os Correios, incluindo planilhamento de despesas mensais, identificação de consumo incomum, orientação e conscientização dos usuários, especialmente das comarcas do interior, além da contribuição técnica na implantação do E-carta.

Quanto ao suporte para melhoria da atuação das secretarias dos órgãos julgadores do 2º Grau, além de diversas reuniões para uniformização de procedimentos, foram mapeados os fluxos de processuais, trabalho realizado em parceria com a SEPLAN. Foi finalizada a etapa cível do projeto, restando o mapeamento da área criminal. Os fluxos cíveis já homologados serão plotados e expostos nas paredes das Câmaras para consulta dos servidores, além de disponibilizados no site para consulta interna e externa.

A Coordenação de Gestão de Arquivos (COARC) compõe a estrutura da DDI e se destacou pela participação na criação e no abastecimento do RDC-ARQ do TJBA, um ambiente de preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais pelo tempo que for necessário, devendo atender aos procedimentos descritos pela Arquivologia e aos requisitos de um repositório digital confiável. Neste ano, as inclusões continuarão. A equipe da Coordenação, também, presta apoio direto à Comissão Permanente de Avaliação Documental na seleção, na análise e na eliminação de processos e documentos com prazo de guarda vencido – Execuções Fiscais e documentos administrativos.

A Coordenação de Bibliotecas gerencia os empréstimos, as renovações e as devoluções, o atendimento e a orientação ao usuário na recuperação da informação, a disseminação seletiva da informação, as consultas, as buscas e as pesquisas bibliográficas. Esta última representou, ao longo desse período, uma grande demanda de pesquisas, que realizamos através dos livros e dos periódicos do acervo das bibliotecas, do sistema PHL e da plataforma de busca e gerenciamento de documentos ARCHIDOC.

Com a finalização do contrato da PA Arquivos em dezembro de 2024, o UNIJD assume a função de digitalizar os processos físicos, além de continuar juntando, corrigindo, virtualizando e migrando, manualmente, os processos remanescentes do SAIPRO e do SAJ para o PJE.

Quanto aos contratos sob a gestão da Secretaria Judiciária, estão todos vigentes, nenhum na iminência de vencer; logo, não temos licitação em andamento, nem previsão de iniciar. Estamos sempre acompanhando para disparar os processos licitatórios com a antecedência necessária de modo a atender a todos os regramentos na nova Lei de Licitação.

PROJETOS EM ANDAMENTO

Nome: Ampliação da base de dados do Domicílio Eletrônico

Demandante: SEJUD/GABINETE

Status: Iniciado

% Implementação: 40%

Escopo: agregar novos cadastros de entes públicos para comunicações eletrônicas.

Última ação: cadastro de Mesa Diretora e Desembargadores.

Entregas realizadas: 100% dos Desembargadores e Mesa Diretora cadastrados.

Nome: Mapeamento de fluxos dos Órgãos Julgadores de 2º Grau

Demandante: SEJUD/GABINETE

Status:

% Implementação: 60%

Escopo: identificar entraves, propor melhorias e padronizar rotinas de trabalho dos Órgãos Julgadores de 2º Grau.

Última ação: aprovação formal junto à SEPLAN.

Entregas realizadas: fluxos da área cível mapeados e homologados.

Nome: Melhorias no módulo de nomeação de perícias e integração do PJE com o Sistema de Apoio a Perícias Judiciais e Leiloeiros.

Demandante: SEJUD/GABINETE

Status: Iniciado com modificações

% Implementação: 30%

Escopo: reduzir as tarefas manuais realizadas pelo 1º Grau na nomeação e solicitação de pagamentos das perícias.

Última ação: retirada da integração, frente às dificuldades técnicas encontradas.

Entregas realizadas: ajuste nas informações do E-Social.

Nome: Portal do Estudante

Demandante: SEJUD/CGR

Status: Demandado à SETIM, Siga TJ-ADM-2024/96819

% Implementação: 0

Escopo: criação de sítio próprio para que o(a) estudante obtenha o certificado on-line das sessões virtuais.

Última ação: PA autorizado pela Presidente e enviado à SETIM.

Entregas realizadas: 0

Nome: Disponibilização do acesso aos vídeos sigilosos pelo portal de julgamento.

Demandante: SEJUD/CGR

Status: Demandado

% Implementação: 0

Escopo: implantar o acesso controlado aos vídeos de julgamentos sigilosos, através do portal de sessões.

Última ação: formalização da demanda perante a empresa contratada, Consórcio Riote/Kenta.

Entregas realizadas: 0

Nome: Unificação da gestão do contrato de interpretação de libras das sessões do Pleno e do Órgão Especial

Demandante: SEJUD/CGR

Status: Em planejamento

% Implementação: 0

Escopo: centralizar na CGR a responsabilização do registro e da interpretação de todas as sessões do 2º Grau.

Última ação: estudo do TR, do ETP e do contrato da SGP/Ascom e alinhamento com a Ascom.

Entregas realizadas: 0

Nome: Ampliação de mais um estúdio de libras e instalação de todos os estúdios de libras em novo espaço

Demandante: SEJUD/CGR

Status: Demandado, Siga TJ-ADM-2024/97000

% Implementação: 0

Escopo: ampliar a capacidade de tradução de libras com a criação de mais um estúdio para atender às modificações previstas para acontecer no RITJBA (divisão das Câmara Cíveis e da Sessão de Direito Público em turmas) e melhor acomodar os três estúdios de libras.

Última ação: concretização da demanda.

Entregas realizadas: 0

Nome: Redução do valor das faturas mensais do contrato de correspondência em mais 25% com a implementação do E-Carta

Demandante: SEJUD/DDI/CPROT

Status: Iniciado

% Implementação: 60%

Escopo: gerar economia de recursos investidos em contrato com os Correios e redução das tarefas executadas pelos servidores do 1º Grau.

Última ação: implantação do E-Carta no Fluxo Básico PJE.

Entregas realizadas: redução de tarefas para unidades que usam o fluxo básico e economia de R\$2.489.383,39 no contrato dos Correios.



1ª REUNIÃO DA SEJUD COM A PRESIDENTE



1º TJBA MAIS PERTO – FÓRUM RUY BARBOSA



Servidores da COARQ e da DDI no X Congresso Nacional de Arquivologia 2024



Reunião entre TJBA e Correios consolida parceria para a prestação jurisdicional de excelência



Comitiva de magistrados da China visita o Tribunal de Justiça da Bahia



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



1. Apresentação

A Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) é um órgão de apoio técnico-administrativo do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), encarregado de formular e materializar políticas e diretrizes de planejamento afetas à Gestão Estratégica, assim como Projetos, Processos, Gestão da Qualidade e Gestão Orçamentária. Ademais, realiza estudos e pesquisas, visando alcançar a melhoria da prestação jurisdicional.

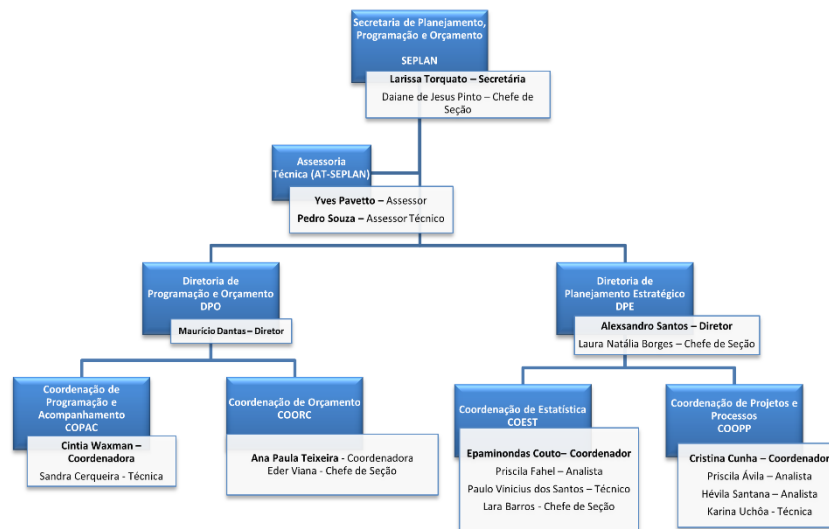


Figura 1- Organograma Seplan

2. Objetivos/Metas

Processos do PDA da SEPLAN realizados	Realizar a RLA - Reunião de Líderes Avançados
Analisar Cenários e Desempenho Institucionais	Planejar e acompanhar RAE, RLA, RPO e RGR
Realizar as Semanas de Sentenças e Baixas	Promover transparência
Realizar o Selo Justiça em Números TJBA	Realizar a RPO - Reunião de Programação Orçamentária
Dar suporte aos processos da transparência institucional	Acompanhar a execução orçamentária
Realizar encontros do colegiado EPPE	Elaborar e publicar a LOA
Elaborar portfólio de Processos Estratégicos	Preparar composição da LDO
Elaborar portfólio de Projetos Estratégicos	Publicar a LDO
Promover curso de gerenciamento de projetos e processos	Publicar conteúdos estratégicos no Portal da Estratégia
Revisar os desdobramentos estratégicos	Acompanhar o Prêmio CNJ de Qualidade
Monitorar os projetos estratégicos	Atender a demandas do CNJ
Gerir SOJ	Elaborar agenda dos eventos estratégicos
Acompanhar o desempenho institucional	Realizar a RAE - Reunião de Análise da Estratégia
Avaliar a qualidade de dados	Elaborar o PDA da SEPLAN
Divulgar as metas nacionais e a produtividade mensal	Realizar estudos e pesquisas
Monitorar os indicadores de desempenho	Revisar as fichas técnicas dos indicadores

Tabela 1- Tabela de Processos realizados

3. Ações em Andamento/Concluídas

Semana da Estratégia

A **Semana da Estratégia** foi realizada entre os dias 2 e 4 de abril de 2024. O evento tem como objetivo principal promover a materialização da Estratégia Institucional 2021-2026. Nessa edição, foram priorizados **23 processos** e identificadas **36 iniciativas** com potencial para se tornarem projetos estratégicos.

Reunião de Líderes Avançados (RLA)

Foram realizadas 3 **Reuniões de Líderes Avançados**, com o objetivo de acompanhar as iniciativas do Plano de Gestão 2024-2026 e preparar os gestores e suas equipes para as Reuniões de Análise da Estratégia.

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Foram realizadas 3 **Reuniões de Análise da Estratégia**. O propósito dessas reuniões foi avaliar o ambiente interno e externo do TJBA, além de monitorar o cumprimento dos Objetivos Estratégicos.

Reunião de Programação Orçamentária (RPO)

Em 2024, foram realizadas 3 **Reuniões de Programação Orçamentária**, nas quais se tratou sobre o Planejamento Estratégico; o Projeto da Lei Orçamentária Anual; a periodicidade das solicitações de provisão; a observância à programação previamente realizada; a Resolução nº 347/2020, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobre o Plano anual de Contratações (PAC); a definição das cotas orçamentárias das Unidades Gestoras (UGs) para 2025; os trâmites e os prazos para a elaboração dos Planos de Trabalho Anual (PTA) a serem consolidados e materializar a Proposta de Lei Orçamentária do Poder Judiciário; a análise da execução orçamentária; e a execução das ações planejadas, com vistas a aprimorar a gestão estratégica dos recursos alocados e planejar as reprogramações orçamentárias pertinentes.

Gestão Participativa - Metas Nacionais 2025

Sob a coordenação da Seplan e impulsionada pela Rede Nacional de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, foi realizada uma **Consulta Pública**, via internet, entre os dias 17 de junho e 4 de julho de 2024, com a participação dos 27 Tribunais. Além disso, ocorreu, no dia 16 de julho de 2024, uma **Audiência Pública** de forma virtual, transmitida pelo Youtube do TJBA. Ambos os eventos buscaram coletar contribuições para a elaboração da **PIME 2025**. Em sequência, foi realizado, no dia 24 de julho, o **Encontro Participativo para a Construção das Metas Nacionais 2025**, também transmitido pelo canal da Unicorp no Youtube, que contou com a participação de 870 servidores e mais 344 magistrados.

Estudos/Pesquisas

Grupo de Pesquisas Judiciárias – GPJ

- Medidas Protetivas de Urgência no TJBA (Lei Maria da Penha – 11.340/2006)
- Ações Judiciais de Divórcio no Estado da Bahia – 2018 a 2023

- Reforma da Justiça Gratuita no Tribunal de Justiça da Bahia 2021-2023
- Levantamento de Estudos e Boas Práticas de Pesquisa Empírica no Judiciário Brasileiro.

Além das pesquisas, foi elaborado o manual “**Pesquisa Judiciária: Metodologias do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**”, com a finalidade de subsidiar a elaboração das pesquisas do GPJ. <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2024/11/Metodologia-de-Pesquisa-GPJ-V0.4.pdf>

Pesquisas na área de Projetos e Processos

- Pesquisa de Maturidade em Gestão de Projetos
- Pesquisa de Maturidade em Gestão por Processos
- Pesquisa de Ambiente em Gestão de Projetos e Processos

Revisão do Planejamento Estratégico 2021-2026

Ao atingir a segunda metade do seu ciclo, o Planejamento Estratégico 2021-2026 passou por revisão, a fim de alinhar os objetivos à realidade atual e avaliar o alcance de alguns indicadores.

A revisão seguiu a metodologia **Balanced Score Card (BSC)**, que busca equilibrar as perspectivas da **Sociedade, os Processos Internos, a Aprendizagem e o Crescimento**, além de atender aos Indicadores dos Macrodesafios estabelecidos pelo CNJ.

Como resultado, os **Objetivos Estratégicos** foram reduzidos de 59 para 20 e os **Indicadores Estratégicos** de 59 para 35.

A primeira etapa foi concluída com a revisão e a aprovação dos objetivos durante a **XXX Reunião de Análise da Estratégia**.

Painéis Públicos desenvolvidos pela Seplan

Em 2024, o Portal da Estratégia do TJBA, <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/>, foi incrementado com o **Painel de Acompanhamento para o Prêmio CNJ de Qualidade, Prêmio Justiça em Números, Acompanhamento do Portfólio de Projetos Estratégicos 2021-2026 e o de Resultados do Planejamento Estratégico 2021-2026**.

Selo Justiça em Números TJBA

Em 6 de dezembro de 2024, foi publicado o Decreto nº 928/2024, com os novos critérios para o reconhecimento das Unidades Judiciárias de 1º e 2º Graus e Central de Mandados, para o **Selo Justiça em Números do TJBA, Edição 2025**.

Prêmio CNJ de Qualidade

Em 2024, o TJBA recebeu o **Prêmio CNJ de Qualidade**, na categoria Prata, concorrendo com outros Tribunais de grande porte. O Judiciário baiano atendeu, pela primeira vez, a todas as Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alcançando 110 pontos.

A Seplan vem monitorando, junto às áreas, os principais indicadores para alcançar tal premiação, coordenando ações que reflitam a excelência da prestação jurisdicional.

Ranking da Transparência

Pelo terceiro ano consecutivo, o Tribunal de Justiça da Bahia alcançou o **1º lugar no Ranking da Transparência do Judiciário**, desta vez, com um percentual superior a 100%.

A Seplan, juntamente a todas as unidades administrativas, uniu esforços para disponibilizar as informações, com vistas a estimular uma comunicação mais clara e transparente entre o TJBA e todos os cidadãos.

Programa Nacional de Transparência Pública

Pela segunda vez, o TJBA recebeu o Certificado Selo de Qualidade em Transparência Pública 2024, emitido pelo **Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)**, na categoria Diamante, alcançando o percentual máximo de 100%.

A Seplan participou das atividades de análise, suporte e disponibilização de informações para a Controladoria do Poder Judiciário (CTJUD).

Acompanhamento do Portfólio de Projetos Estratégicos

O monitoramento do portfólio é fundamental para alinhar iniciativas aos objetivos estratégicos, acompanhar o progresso, identificar desvios e implementar ajustes, garantindo a execução eficaz da estratégia e o alcance dos resultados institucionais planejados.

Atualmente, a Seplan está acompanhando **20 projetos estratégicos e 1 projeto departamental**. Durante o ano de 2024, **5 projetos estratégicos foram concluídos**.



Figura 2 - Situação dos Projetos Estratégicos

Mapeamento de Processos

Em 2024, o EDEP da Seplan mapeou **53 processos** de trabalho das diversas unidades administrativas.

Escritórios de Projetos e Processos Estratégicos e Departamentais

A Seplan realiza encontros mensais com os representantes do Colegiado do Escritório de Projetos e Processos Estratégicos (EPPE), para discutir a metodologia, compartilhar melhores práticas em projetos e processos, além de acompanhar as atividades dos Escritórios Departamentais de Projetos e Processos (EDEPs). Em 2024, foram realizadas 5 Reuniões de Colegiado.

Programação e Elaboração de Orçamento

- **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025**

A LDO, no âmbito do Poder Judiciário, compreende as metas e as prioridades da administração pública, norteia a elaboração da Lei Orçamentária Anual, incluindo os critérios que estabelecem a Cota Orçamentária para as Despesas de Pessoal. Para o exercício financeiro de 2025, a LDO foi sancionada em 26 de junho de 2024 (Lei nº 14.757/24).

- **Lei Orçamentária Anual – LOA 2025**

Os Planos de Trabalho Anuais das Unidades Gestoras – alinhados ao Planejamento Estratégico Nacional, ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentária e às diretrizes da gestão administrativa – são consolidados pela Diretoria de Programação e Orçamento (DPO), com vistas à elaboração das peças orçamentárias que integrarão o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) no âmbito do Poder Judiciário. Após a apreciação do Conselho da Magistratura e do Tribunal Pleno, a PLOA é encaminhada para o Poder Executivo consolidar junto ao Projeto de Lei do Estado. Para 2025, a LOA foi sancionada em 8 de janeiro de 2025 (Lei nº 14.813/25).

Execução Orçamentária

- **Acompanhamento e Controle da Execução do Orçamento**

A DPO acompanha a execução orçamentária do Judiciário, de forma a subsidiar a Alta Administração com informações que auxiliem nas decisões estratégicas do PJBA, bem como exercer o controle das despesas planejadas, analisando e comparando com o que foi de fato executado. Com periodicidade mensal, o relatório da execução orçamentária, conforme quadro anexo, é atualizado e posto em discussão em reuniões de orçamento e finanças que são realizadas, mensalmente, com a finalidade de analisar o comportamento das receitas e das despesas do exercício financeiro, bem como estimar possíveis excessos ou frustração da arrecadação própria.

- **Atividades Coordenadas**

a) Acompanhamento e apoio às Unidades Gestoras na execução orçamentária, promovendo alterações necessárias (créditos adicionais por superávit ou por excesso de arrecadação e demais alterações orçamentárias).

b) Descentralização (provisão) de créditos orçamentários para as Unidades Gestoras da Capital e do Interior.

c) Articulação com as Secretarias da Fazenda e de Planejamento do Estado, nos assuntos que envolvam elaboração e execução orçamentária e financeira.

d) Monitoramento da evolução da despesa com pessoal, em constante alinhamento com a Secretaria de Gestão de Pessoas, objetivando o pleno cumprimento do quanto planejado para o exercício financeiro.

e) Cumprimento da Resolução CNJ nº 195 e nº 102, quanto à publicação de informações sobre a distribuição de orçamento, nos Órgãos do Poder Judiciário de Primeiro e Se-

gundo Graus, bem como de informações mensais sobre a execução orçamentária das diferentes unidades orçamentárias do Tribunal, incluindo todas as categorias programáticas e as respectivas naturezas da despesa.

• Demandas Especiais

Além das atividades planejadas e estabelecidas como de rotina, a DPO participou de diversas outras atividades, estudos e grupos de trabalhos, em colaboração às demandas das mais diversas unidades administrativas do TJBA, tais como: análise da viabilidade financeira e orçamentária da implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS); apoio nas tratativas do TJBA com os sindicatos e as associações para esclarecer questões orçamentárias; análise das solicitações de incremento das despesas de custeio, de investimento e de pessoal; participação na elaboração de Projetos de Lei, Resoluções e Decretos que possam ter repercussão financeira para o Poder Judiciário; e orientação à Presidência nas tratativas entre o Judiciário e o Executivo, no tocante a questões de suplementação para as despesas de pessoal.

1. Indicadores

Em julho de 2024, a Seplan realizou a 1ª coleta de 58 Indicadores Estratégicos.

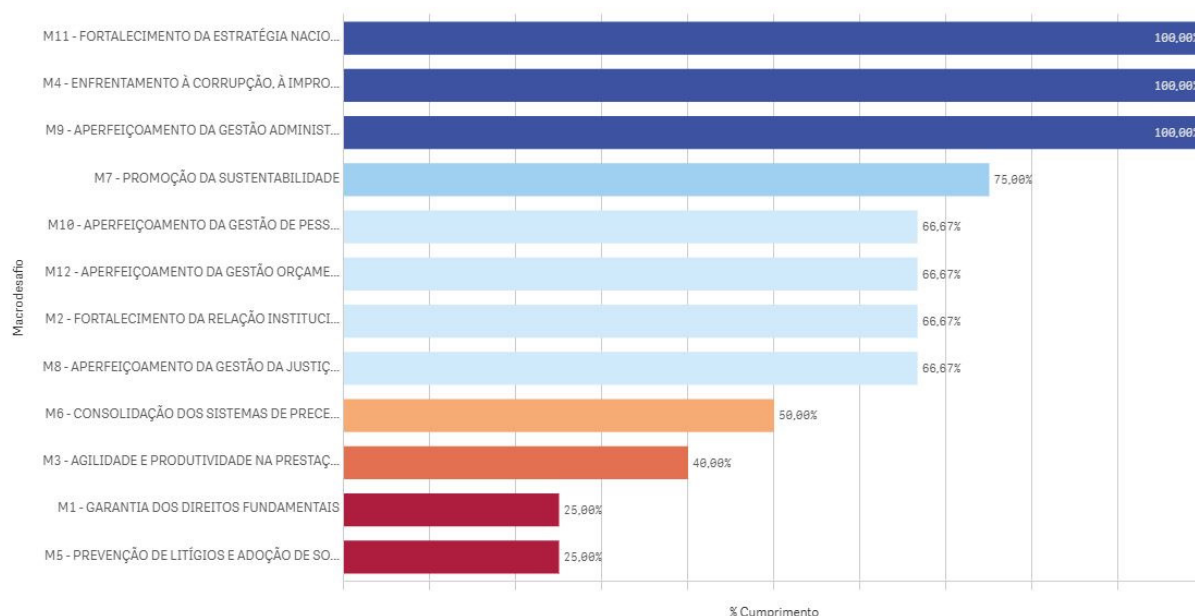


Figura 3 - Macrodessafios

2. Projeto

Nome do Projeto: Acompanhamento do Plano de Gestão 2024-2026

Unidade Demandante: Seplan

Status: Em execução

Percentual de Implementação: 40%

Escopo: monitorar, até janeiro de 2026, as iniciativas do Plano de Gestão 2024-2026 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com verificações mensais, a fim de assegurar que as metas estabelecidas sejam efetivamente executadas dentro do prazo estipulado.

Última Ação: envio de Relatório de Acompanhamento, relativo a novembro de 2024, à Presidência.
Entregas Realizadas: 24 iniciativas concluídas, sendo 13 no eixo Governança, 7 no eixo Acesso à Justiça e 4 em Eficiência.

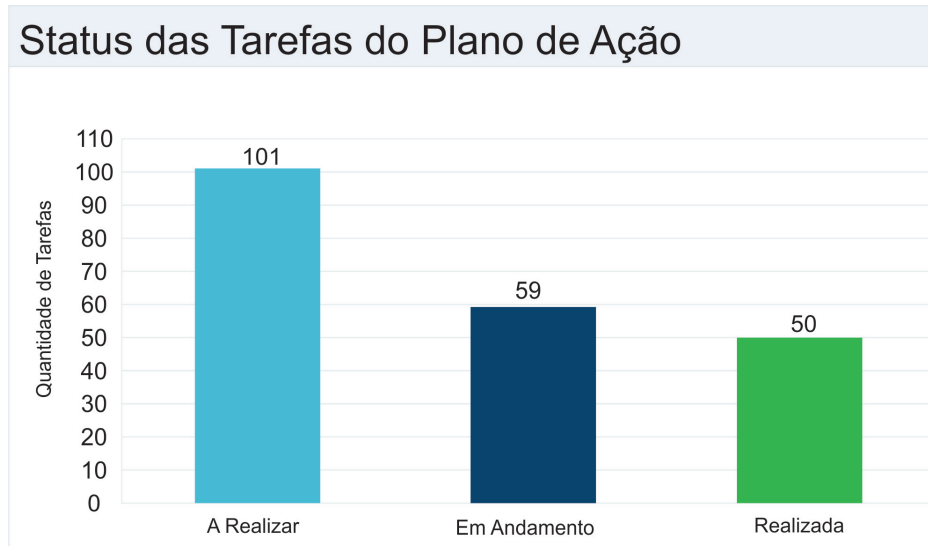


Figura 4- Plano de Ação Projeto

3. Outras Ações relevantes

Coordenação do Subcomitê Nordeste da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário

Em 16 de abril de 2024, o TJBA foi eleito, por unanimidade, **Coordenador do Subcomitê Nordeste**, assumindo a missão de promover a integração, a eficiência e a melhoria contínua dos serviços judiciários.

Participação no 18º Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa

O TJBA participou da 1ª e da 2ª Reunião Preparatória para o 18º ENPJ – PIME 2025 e coordenou os trabalhos do **18º Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa**, que aconteceu nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, no Tribunal de Justiça do Ceará, objetivando discutir a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

Participação no “TJBA Mais Perto”

A Seplan participou das edições do “TJBA Mais Perto”, lançado em maio de 2024.

Tal projeto visa aproximar as Unidades do Judiciário, de modo a fortalecer o trabalho e melhorar os serviços prestados ao cidadão.

Capacitação

- A Seplan, juntamente à Unicorp, ofereceu capacitação em “**Metodologia de Gestão Estratégica com Gestão em Projetos e Processos**”, conforme metodologia utilizada no TJBA.

- Participou do “Seminário de Gestão de Projetos e Liderança 2024”, promovido pelo Project Management Institute - PMI Bahia, alcançando o 1º Lugar, como Melhor Projeto e Melhor Gerente de Projeto do Estado da Bahia, no Prêmio PMI Bahia Melhores do Ano, com o Projeto Estratégico Implantação do eSocial, gerido pela Seplan.
- Participação de um servidor da Seplan no curso “Aplicação de Técnicas de Amostragem para Auditoria Interna”.

Contribuições em Comissões, Núcleos, Comitês e Grupos

De acordo com a sua competência regimental, a Seplan possui assento em diversos Núcleos, Comissões, Comitês e Grupos do Poder Judiciário, em um total de 29, participando ativamente de reuniões.

Comissão Extraordinária de Transição Administrativa

Participação na Comissão Extraordinária de Transição Administrativa, instituída pelo Decreto nº 777, de 30 de setembro de 2024, com o objetivo de vincular a Diretoria de Finanças (DFA) e o Núcleo de Arrecadação e Fiscalização (NAF) à Seplan.

1. Anexo 1

QUADRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2024 - PODER JUDICIÁRIO / TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA									
DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	PROVISIONADO	EMPENHADO	% EXECUÇÃO EMPENHADO	LIQUIDADO	% EXECUÇÃO LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO PAGO
NATUREZA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/UNIDADE GESTORA	A	B	C	D	E = D / B	G	H = G / B	I	J = I / B
TOTAL DO PODER	R\$ 3.605.872.000,00	R\$ 4.093.768.593,00	R\$ 4.012.588.242,91	R\$ 3.945.618.883,50	96,38%	R\$ 3.888.009.518,82	94,97%	R\$ 3.887.934.762,55	94,97%
DESPESA DE PESSOAL	R\$ 2.530.508.000,00	R\$ 3.018.744.834,00	R\$ 3.018.719.833,91	R\$ 3.012.293.083,41	99,79%	R\$ 3.012.293.083,41	99,79%	R\$ 3.012.293.083,41	99,79%
AÇÕES FINALÍSTICAS/PROJETOS	R\$ 150.782.000,00	R\$ 182.746.756,00	R\$ 167.270.559,00	R\$ 152.774.535,27	83,60%	R\$ 133.905.239,67	73,27%	R\$ 133.851.170,42	73,24%
AÇÕES DE MANUTENÇÃO	R\$ 924.582.000,00	R\$ 892.277.003,00	R\$ 826.597.850,00	R\$ 780.551.264,82	87,48%	R\$ 741.811.195,74	83,14%	R\$ 741.790.508,72	83,13%
ORÇAMENTÁRIA 04.101 - STJ	R\$ 3.193.764.000,00	R\$ 3.535.714.570,00	R\$ 3.533.699.385,91	R\$ 3.522.333.644,93	99,62%	R\$ 3.520.221.054,32	99,56%	R\$ 3.520.200.849,10	99,56%
ORÇAMENTÁRIA 04.601 - FAJ	R\$ 405.500.000,00	R\$ 551.196.023,00	R\$ 472.579.957,00	R\$ 417.833.835,40	75,80%	R\$ 362.455.926,11	65,76%	R\$ 362.401.375,06	65,75%
ORÇAMENTÁRIA 04.102 - CGJ	R\$ 4.200.000,00	R\$ 4.450.000,00	R\$ 4.450.000,00	R\$ 3.834.894,62	86,18%	R\$ 3.834.894,62	86,18%	R\$ 3.834.894,62	86,18%
ORÇAMENTÁRIA 04.602 - FUNSEG	R\$ 700.000,00	R\$ 2.408.000,00	R\$ 1.858.900,00	R\$ 1.616.508,55	67,13%	R\$ 1.497.643,77	62,19%	R\$ 1.497.643,77	62,19%
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD	R\$ 227.600.000,00	R\$ 293.362.814,00	R\$ 272.361.940,00	R\$ 259.122.715,41	88,33%	R\$ 225.744.121,82	76,95%	R\$ 225.730.026,77	76,95%
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - DEA	R\$ 94.500.000,00	R\$ 114.758.000,00	R\$ 95.194.501,00	R\$ 92.411.284,00	80,53%	R\$ 74.694.949,98	65,09%	R\$ 74.681.648,93	65,08%
DIRETORIA DE SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO - DSP	R\$ 18.000.000,00	R\$ 25.914.800,00	R\$ 25.724.800,00	R\$ 22.086.675,28	85,23%	R\$ 21.543.682,81	83,13%	R\$ 21.543.682,81	83,13%
DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS - DSG	R\$ 94.000.000,00	R\$ 126.079.880,00	R\$ 125.572.830,00	R\$ 119.588.478,94	94,85%	R\$ 104.575.160,12	82,94%	R\$ 104.575.160,12	82,94%
DIRETORIA DE FINANÇAS - DFA	R\$ 6.100.000,00	R\$ 8.100.000,00	R\$ 7.610.000,00	R\$ 7.355.589,10	90,81%	R\$ 7.355.589,10	90,81%	R\$ 7.355.589,10	90,81%
COMARCAS DO INTERIOR	R\$ 15.000.000,00	R\$ 18.510.134,00	R\$ 18.259.809,00	R\$ 17.680.688,09	95,52%	R\$ 17.574.739,81	94,95%	R\$ 17.573.945,81	94,94%
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGESP	R\$ 3.152.664.000,00	R\$ 3.493.255.129,00	R\$ 3.490.980.269,91	R\$ 3.481.867.193,56	99,67%	R\$ 3.481.355.636,88	99,66%	R\$ 3.481.351.400,88	99,66%
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - DRH	R\$ 3.149.664.000,00	R\$ 3.491.591.795,00	R\$ 3.489.316.935,91	R\$ 3.480.285.195,91	99,68%	R\$ 3.480.005.639,23	99,67%	R\$ 3.480.001.403,23	99,67%
DRH - STJ - PESSOAL	R\$ 2.530.508.000,00	R\$ 3.018.744.834,00	R\$ 3.018.719.833,91	R\$ 3.012.293.083,41	99,79%	R\$ 3.012.293.083,41	99,79%	R\$ 3.012.293.083,41	99,79%
DRH - STJ - MANUTENÇÃO	R\$ 618.156.000,00	R\$ 470.575.568,00	R\$ 469.325.709,00	R\$ 466.730.664,75	99,18%	R\$ 466.451.108,07	99,12%	R\$ 466.446.872,07	99,12%
DRH - FAJ - CONCURSO	R\$ 1.000.000,00	R\$ 2.271.393,00	R\$ 1.271.393,00	R\$ 1.261.447,75	55,54%	R\$ 1.261.447,75	55,54%	R\$ 1.261.447,75	55,54%
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - DAS	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.663.334,00	R\$ 1.663.334,00	R\$ 1.581.997,65	95,11%	R\$ 1.349.997,65	81,16%	R\$ 1.349.997,65	81,16%
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO - SETIM	R\$ 150.000.000,00	R\$ 229.500.000,00	R\$ 172.474.687,00	R\$ 134.057.604,09	58,41%	R\$ 113.720.664,16	49,55%	R\$ 113.720.664,16	49,55%
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SEJUD	R\$ 45.000.000,00	R\$ 49.671.950,00	R\$ 49.671.950,00	R\$ 46.334.022,56	93,28%	R\$ 44.726.327,51	90,04%	R\$ 44.726.327,51	90,04%
UNIVERSIDADE CORPORATIVA - UNICORP	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.669.796,00	R\$ 2.094.322,78	69,81%	R\$ 1.933.693,78	64,46%	R\$ 1.892.443,78	63,08%
SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA - SGP	R\$ 8.000.000,00	R\$ 6.120.700,00	R\$ 6.120.700,00	R\$ 4.710.272,65	76,96%	R\$ 4.672.193,90	76,33%	R\$ 4.672.193,90	76,33%
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ	R\$ 4.200.000,00	R\$ 4.450.000,00	R\$ 4.450.000,00	R\$ 3.834.894,62	86,18%	R\$ 3.834.894,62	86,18%	R\$ 3.834.894,62	86,18%
FUNDO DE SEGURANÇA - FUNSEG	R\$ 700.000,00	R\$ 2.408.000,00	R\$ 1.858.900,00	R\$ 1.616.508,55	67,13%	R\$ 1.497.643,77	62,19%	R\$ 1.497.643,77	62,19%
DSP	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 235.500,00	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
DSG	R\$ 1.708.000,00	R\$ 1.508.000,00	R\$ 1.423.400,00	R\$ 1.423.108,55	94,37%	R\$ 1.304.243,77	86,49%	R\$ 1.304.243,77	86,49%
DFA	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 193.400,00	96,70%	R\$ 193.400,00	96,70%	R\$ 193.400,00	96,70%
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO E ARRECAÇÃO - NAF	R\$ 13.000.000,00	R\$ 12.000.000,00	R\$ 12.000.000,00	R\$ 11.981.349,28	99,84%	R\$ 10.524.342,38	87,70%	R\$ 10.509.167,16	87,58%

Figura 5- Quadro de Execução Orçamentária



SECRETARIA DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



Realizações Relevantes

AxéLab - Um espaço dedicado à inovação e à modernização da Justiça

A Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, inaugurou o AxéLab, laboratório de inovação e tecnologia do TJBA, no dia 29 de agosto de 2024.

O AxéLab é o laboratório de inovação e tecnologia do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), criado para impulsionar a transformação digital e a modernização do Judiciário baiano. Lançado com espaços de coworking, áreas de convivência e ambientes para eventos e palestras, o AxéLab incentiva a colaboração entre magistrados, servidores e parceiros, promovendo uma cultura de inovação baseada em metodologias ágeis e tecnologias emergentes, como inteligência artificial e automação. Além de melhorar a eficiência dos serviços judiciais, o AxéLab busca desenvolver soluções que possam ser replicadas nacionalmente, contribuindo para um Judiciário mais ágil e acessível.

Prêmio de Inovação J.Ex 2024

A Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, Presidente do TJBA, conquistou o 1º lugar na categoria Liderança Exponencial do Prêmio de Inovação J.Ex 2024. O Prêmio reconhece líderes, iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológico e de gestão no ecossistema de Justiça. A Presidente Desembargadora Cynthia Resende concorreu na categoria “Liderança Exponencial”, na subcategoria “Tribunais Estaduais e Militares”.

Excelência em Governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação

O TJBA alcançou o mais alto nível de excelência em Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com um índice de 91,62 no iGovTIC-JUD, superando a média nacional de 87,41. Esse indicador, avaliado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mede a maturidade dos órgãos do Judiciário em governança, gestão e infraestrutura de TIC, classificando-os em quatro níveis: Baixo, Satisfatório, Aprimorado e Excelência.

Prêmio “Melhores do Ano 2024” do PMI Bahia

A SETIM alcançou, por meio da Coordenação de Projetos de TIC (CPTIC), mais um importante reconhecimento no cenário do gerenciamento de projetos, ao conquistar o segundo lugar no “Prêmio PMI Bahia Melhores do Ano 2024”, na categoria “Melhor Projeto da Bahia”. Esse reconhecimento, promovido pelo Project Management Institute Bahia (PMI-BA), destaca a excelência e a inovação no desenvolvimento de projetos em todo o Estado.

PPP - Painele de Priorização de Processos

Desenvolvimento de painele de priorização de processos (PPP), visando auxiliar as unidades judiciais na identificação e na priorização da tramitação e das tratativas dos processos considerados de maior relevância ou urgência segundo os parâmetros do CNJ, contribuindo para a eficiência operacional e a celeridade processual.

Robô Themis - Acordo de Cooperação TJBA/CNJ/Prefeituras

Desenvolvimento de Robô para sugerir minutas de petições e baixas automáticas dos processos da Fazenda Pública que fazem parte do Acordo de Cooperação Técnica com as prefeituras da capital e do interior e o Conselho Nacional de Justiça. Foram baixados aproximadamente 230 mil processos no ano de 2024. O Projeto Themis conquistou o 2º lugar na categoria Inovação na Gestão do Prêmio de Inovação J.Ex 2024.

Oxóssi

O Sistema Oxóssi, desenvolvido pelo Laboratório de Inovação AxéLab, é uma solução inovadora que utiliza Inteligência Artificial (IA) para otimizar a pesquisa e a análise de documentos judiciais. Criado para atender às necessidades de magistrados e servidores, o Oxóssi destaca-se por sua capacidade de realizar buscas textuais inteligentes e busca por similaridade de documentos, independentemente do formato dos arquivos.

O Oxóssi oferece uma série de funcionalidades avançadas que incluem:

- **Busca Textual Inteligente:** permite a realização de buscas precisas utilizando palavras-chave, operadores lógicos (E, OU, NÃO) e filtros avançados, atendendo a múltiplas necessidades de pesquisa.
- **Busca por Similaridade:** utiliza modelos de IA treinados para identificar documentos semelhantes, permitindo ajustes no percentual de similaridade, o que proporciona flexibilidade na aplicação para agrupamento temático, identificação de demandas repetitivas ou predatórias e gestão de acervos.
- **Configuração de Pesquisas:** oferece assistentes de configuração que facilitam a personalização e o salvamento de pesquisas para a reutilização futura.
- **Integração e Infraestrutura:** o sistema integra-se ao Data Lake do TJBA, baseado na plataforma CODEX do CNJ, garantindo acesso a um vasto acervo de documentos processuais e possibilitando um processamento eficiente e seguro.

O Sistema Oxóssi traz inúmeros benefícios para a gestão processual, como:

- **Eficiência e Produtividade:** acelera a recuperação de informações e documentos, contribuindo para a redução do tempo de análise e para o aumento da produtividade de magistrados e servidores.
- **Gestão Automatizada do Acervo:** facilita a organização e a análise do acervo processual, permitindo uma gestão mais estratégica e eficiente.
- **Flexibilidade:** a personalização das buscas e a possibilidade de integração com outros módulos de IA ampliam as aplicações do sistema, tornando-o uma ferramenta versátil para diferentes necessidades do Judiciário.

O Oxóssi foi premiado com o 2º lugar na categoria Tecnologia Judicial Inovadora, subcategoria Ideias Inovadoras, da primeira edição do Prêmio Inovação do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ. Também conquistou o 3º lugar na categoria Inovação Tecnológica do Prêmio de Inovação J.Ex 2024.

Portal de Justiça Automatizada

Essa solução consiste em um portal que integra e simplifica o acesso a diversos robôs utilizados por magistrados e servidores, permitindo a execução de múltiplas tarefas de forma centralizada, especialmente em unidades que utilizam o PJE 1º Grau. A versão beta oferece seis robôs que realizam pesquisas e consultas de processos, com exportação dos resultados em formato de planilha e opera por meio de filas de requisições, a fim de evitar a sobrecarga dos sistemas. O Portal Justiça Automatizada foi finalista na categoria Laboratórios de Inovação do Prêmio de Inovação J.Ex 2024.

LISI - ChatBot com IA para Linguagem Simples

Ferramenta para traduzir o “jurisdiquês” de forma inovadora na comunicação jurídica, tornando-a mais acessível para todos. O “jurisdiquês” refere-se ao vocabulário jurídico complexo, cheio de termos técnicos e frases elaboradas que, muitas vezes, dificultam a compreensão do cidadão comum. Ao utilizar o ChatBot Lisi, é possível converter, utilizando inteligência artificial, esse linguajar técnico em uma Linguagem Simples, mantendo a precisão jurídica, mas apresentando as informações de maneira mais direta e compreensível.

Homologação de Acordo e Desistência no Robô HAIA

A automação tem como objetivo otimizar a tramitação processual ao identificar, rapidamente, ações que possuem pedidos de homologação de acordo entre as partes ou de desistência do autor. Por meio de uma pesquisa baseada em palavras-chave típicas dessas solicitações, ela facilita a localização de processos que, por já terem alcançado um consenso ou desinteresse por parte do autor, não precisam seguir na unidade judiciária. Ao promover a rápida homologação dessas demandas, a automação contribui para a redução do volume processual, garantindo maior celeridade na prestação jurisdicional e melhorando o fluxo dos demais processos em andamento.

Gestão de Precedentes Qualificados

Implantação de robô integrado ao PJe que analisa os processos e sugere modelos de minutas para os magistrados, já aplicando precedentes qualificados dos Tribunais Superiores. Inicialmente, o projeto está aplicando o Tema 1132 do Superior Tribunal de Justiça, relacionado à alienação fiduciária.

Programa de Inovação

O programa de inovação objetiva fortalecer o ecossistema de inovação no âmbito do TJBA, visando promover uma administração de justiça ágil, moderna e alinhada com padrões internacionais de excelência. Nesse período, foram realizadas as seguintes ações:

- finalização de minuta de Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Salvador, visando ao desenvolvimento de parceria em ações de inovação, capacitação, cibersegurança, utilização da estrutura do Hub de inovação da Prefeitura e oferta de serviços de forma digital ao cidadão;
- inauguração do AxéLab – Laboratório de Inovação do TJBA;

- realização de estudos para contratação de instituição acadêmica voltada à capacitação de líderes e técnicos em inteligência artificial e desenvolvimento de projetos de inovação;
- estudos para especificação de modelo de contratação para a realização de Hackathon (evento com participação de startups, desenvolvedores e empresas especializadas, visando à indicação de soluções inovadoras em curto espaço de tempo) nas instalações do TJBA; e
- início da execução do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Secretaria Virtual 2.0

A aplicação da "Secretaria Virtual 2.0" foi desenvolvida e entregue como uma solução robusta para o controle e o saneamento de processos. Esse projeto centraliza as informações, oferecendo uma gestão eficiente dos processos em andamento. A entrega da solução permitiu o monitoramento do status dos processos, classificando-os como aprovados, reprovados ou em análise, além de possibilitar o acompanhamento detalhado da produtividade no processo de saneamento. Com os relatórios, os gestores têm uma visão clara do percentual de conclusão dos saneamentos, facilitando a tomada de decisões estratégicas. A aplicação, também, apoia a gestão e o planejamento da mão de obra, assegurando que os recursos humanos sejam alocados de forma eficaz para cumprir as demandas de trabalho. Essa entrega promove maior transparência, controle e eficiência no gerenciamento de processos, permitindo que a Secretaria alcance suas metas de saneamento de maneira organizada e dentro dos prazos estabelecidos.

Gestão de Salas Passivas

Aplicação para gestão eficiente e centralizada das Salas Passivas, visando aprimorar a eficiência operacional, tornando a gestão de espaços compartilhados eficaz e simplificada.

Aplicação para a Diretoria de Assistência à Saúde

A aplicação desenvolvida é uma solução integrada que visa otimizar o gerenciamento e o acompanhamento das atividades da diretoria. Essa ferramenta abrange três módulos principais: o registro de produtividade dos atendimentos, o gerenciamento de estoque e a marcação de atendimentos.

Plano de Ação – Diretoria de Primeiro Grau

A aplicação desenvolvida para gerenciar o plano de ação, priorização, reestruturação e melhoria do Primeiro Grau de Jurisdição. Essa solução integrada permite uma gestão mais eficiente, facilitando a tomada de decisões estratégicas e o acompanhamento contínuo das iniciativas em andamento.

Lupa do Orçamento

Interface gráfica do painel orçamentário do TJBA, que permite aos usuários visualizarem, de forma rápida e intuitiva, as informações referentes às dotações orçamentárias, às unidades

gestoras e aos gastos provisionados, empenhados e executados. O painel, também, exibe o percentual de pagamentos realizados até a data corrente, fortalecendo o controle gerencial e promovendo a transparência das ações executadas pela Corte.

Gestão de Chamados do Service Desk (SD)

A ferramenta é um painel de controle, desenvolvido para o monitoramento e a gestão dos chamados abertos no Sistema de Demandas. Ela permite que o grupo de trabalho acompanhe, em tempo real, o status de cada chamado, identificando aqueles que estão pendentes ou não foram atendidos. O painel oferece visualizações claras e diretas dos dados, como o tempo médio de atendimento e a quantidade de chamados por categoria. Além disso, a ferramenta auxilia na priorização das demandas, ajudando o grupo de trabalho a tomar decisões mais rápidas e precisas. Com isso, a ferramenta não apenas melhora a eficiência na resolução de chamados, mas também contribui para o aumento da satisfação dos usuários, promovendo um atendimento mais ágil e eficaz.

Desenvolvimento do Sistema de Heteroidentificação

Desenvolvimento de sistema de requerimento, processamento e votação para automação do processo de certificação de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. O sistema permite que os interessados apresentem seus requerimentos de forma eletrônica e possibilita a triagem dos pedidos, a análise do atendimento dos requisitos do edital e a votação pelos membros da Comissão de Heteroidentificação.

O sistema já está em sua segunda versão, na qual foram implementadas melhorias, tais como a autenticação do usuário para acompanhar o andamento das etapas do processo e exibição das fotos dos candidatos em formato de mosaico, com o intuito de auxiliar a análise da comissão avaliadora.

Desenvolvimento e atualização de portais

- Desenvolvimento de portal para a UNICORP, com o objetivo de centralizar e simplificar o acesso dos magistrados e dos servidores aos programas de formação e desenvolvimento oferecidos pela Universidade Corporativa.
- Criação de portal para o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, dedicado à gestão de precedentes qualificados, proporcionando autonomia à área gestora para publicação de conteúdo. O portal está disponível em plataforma web e mobile, adaptado às novas demandas de usabilidade, responsividade e acessibilidade para oferta de conteúdo relevante ao usuário.
- Atualização do Portal da Transparência, alinhado com os requisitos de avaliação de transparência estabelecidos pelo CNJ para o ano de 2024. Essa atualização não apenas atende às exigências regulatórias, mas também demonstra o compromisso da organização com a transparência e a responsabilidade perante o público.
- Desenvolvimento do novo portal dedicado à gestão do Núcleo de Ações Coletivas, proporcionando autonomia à área gestora para publicação de conteúdo. O portal está disponível em plataforma web e mobile.
-

Portal de Governança de TIC, contendo informações relevantes sobre atos normativos, projetos, orçamentos, premiações, pessoas, riscos, auditorias e indicadores de desempenho.

Implantação do Sistema VIDEOPLAY

Sistema dedicado à visualização de vídeos de audiências e outros eventos gravados através da plataforma Lifesize. O Sistema VIDEOPLAY oferece uma interface intuitiva e segura para o acesso às gravações, facilitando a revisão de audiências por magistrados, advogados e partes interessadas, promovendo a transparência e o acesso à informação.

Participação feminina no TJBA

Desenvolvimento de painel para atendimento à Comissão de Incentivo à Participação Feminina. O painel faz parte do plano de trabalho da “Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário” no TJBA.

Essa nova ferramenta possibilita o acompanhamento detalhado das informações relacionadas ao percentual de mulheres no corpo funcional do TJBA. Dentre os dados fornecidos, destaca-se o quantitativo de servidoras, desembargadoras e magistradas, permitindo uma visão precisa do preenchimento de cargos e funções por mulheres na instituição.

Módulo de prestação de contas no Sistema de Gestão de Serventias - SGS

Implementação do módulo de prestação de contas no Sistema de Gestão de Serventias. Por meio da nova funcionalidade, delegatários ou interventores das serventias terão, à disposição, uma interface completa para realizar lançamentos detalhados, como contas contábeis e folha de pagamento, de maneira prática e integrada.

Melhorias e atualizações de sistemas administrativos

As melhorias e as atualizações nos sistemas administrativos ao longo do último ano abrangeram diversas áreas estratégicas, promovendo maior eficiência e conformidade com normativos vigentes. Destacam-se a adaptação dos sistemas de Recursos Humanos para a migração dos servidores do Baprev para o Funprev, bem como a adequação dos sistemas de gestão de pessoal e folha de pagamento ao novo layout 1.2 do E-Social, garantindo o envio preciso de dados fiscais. Houve, ainda, a ampliação do uso do Sistema NatJus para todas as unidades do TJBA e a criação de um BI específico para monitorar a produtividade da equipe médica. No âmbito financeiro, realizaram-se mudanças no cálculo de pagamentos de precatórios, ajustes no sistema de reembolso de magistrados e implementação do Pix como meio alternativo para o pagamento de taxas cartoriais, proporcionando mais praticidade e segurança aos cidadãos.

Outras inovações incluem a otimização de sistemas para melhorar a experiência dos usuários e a transparência da gestão. Foram criadas funcionalidades, como um painel de BI para servidores, módulo de prestação de contas para delegatários e simulador atualizado de aposentadoria. A integração entre o SIEC e o Moodle eliminou retrabalhos na gestão de capacitações, enquanto um novo alerta no SIGA passou a indicar processos administrativos sem movimentação há mais de 30 dias. Além disso, houve melhorias na Central de Agendamento, no Diário da Justiça Eletrônico e no Sistema de Gestão de Serventias.

Atualizações no Sistema EXAUDI

Diversas melhorias foram implementadas para aprimorar a gestão processual e a análise de desempenho no TJBA. Entre as ações, destacam-se a atualização da função que define a situação processual, as melhorias nas consultas ao Sistema Projudi e o desenvolvimento de interfaces para relatórios gerenciais do Órgão Especial. A estruturação de nova funcionalidade no sistema de dados assegura o registro histórico do acervo processual das Turmas Recursais. Além disso, foram criadas funcionalidades para o monitoramento de precatórios e execuções fiscais e painéis de produtividade para servidores e estagiários, promovendo transparência e eficiência na gestão das unidades judiciais.

Atualizações e melhorias no Sistema PJe

Foram implementadas diversas melhorias no PJe, visando otimizar a tramitação processual, a interoperabilidade entre sistemas e a usabilidade para magistrados, servidores e advogados. Dentre as ações, destacam-se:

- consulta aprimorada de situação processual no PJe-2G;
- integração do PJe com SEEU, CNA, SISBAJUD, BNMP e e-Carta;
- melhoria na consulta processual via MNI para órgãos externos;
- implementação do PJEDOCS para execução eficiente de downloads;
- automatização do fluxo de publicação no DJe e intimação eletrônica;
- assinatura em lote de acórdãos no 2º Grau;
- painéis de BI para monitoramento processual;
- implementação de regras de distribuição para o Órgão Especial;
- automação do desmembramento de processos, eliminando retrabalho manual;
- redução do tempo médio de resposta no PJe (5.000s para 100s); e
- curso de qualificação sobre o e-Carta para servidores.
- Atualizações e melhorias no Sistema PROJUDI
- Implementação da nova solução de desafio cognitivo captcha, evitando a utilização do sistema por robôs.
- Implementação do cadastro de partes via integração direta com a base de dados da Receita Federal, permitindo o cadastro sem validação de CPF ou CNPJ apenas quando o serviço da Receita Federal estiver indisponível.
- Integração PROJUDI com o e-Carta, solução desenvolvida pelos Correios, que, além da economia gerada, traz o benefício da combinação de agilidade e segurança. Com isso, o envio de documentos aos jurisdicionados do TJBA poderá ser feito com um clique, garantindo a confidencialidade e a autenticidade das comunicações.

- Criação de fluxo no PROJUDI para alimentar o histórico de mudanças de classe dos Juizados e das Turmas Recursais, para atender aos critérios do CODEX.

Grupo PJe Informa

Criação de grupo oficial de comunicação do Sistema PJe para comunicar atualizações, avisos, dicas e alertas de instabilidade, melhorando a comunicação com os usuários e aproximando a SETIM dos magistrados e dos servidores.

Modernização do parque computacional

Conclusão do projeto de renovação do parque atendendo a todas as unidades judiciárias e administrativas deste Poder Judiciário.

Essa iniciativa incluiu a aquisição de novas máquinas e a substituição de equipamentos obsoletos.

 **5.084**
COMPUTADORES

 **4.960**
MONITORES

 **1.482**
WEBCAMS

Implantação de novo Parque de Impressoras

Substituição de 100% das impressoras instaladas em todas as unidades judiciárias e administrativas, conforme novo contrato assinado no final de 2023.

Melhorias no Portal Service Desk

O novo portal de serviços representa um marco significativo na gestão do Service Desk do TJBA. Lançado no final de 2023, o sistema vem passando por melhorias, notadamente no que se refere a ações relacionadas à qualidade do serviço, dentre as quais se destacam:

- aperfeiçoamento da tela de destaques, permitindo a inserção de alertas sobre serviços diretamente na tela principal do sistema, proporcionando uma comunicação mais eficaz e direta com os usuários;
- inclusão de Anexos no Histórico, possibilitando ao usuário o acesso direto aos anexos inseridos em cada interação;
- desenvolvimento de ferramenta para apresentar painel de indicadores, possibilitando o acompanhamento do atendimento das demandas;
- implementação de funcionalidade que permite ao usuário visualizar todo o histórico de seus chamados.

Ativação de novos servidores

Ativação de mais de dez servidores de aplicação para o Sistema PJe1G, provendo maior capacidade de recursos operacionais de processamento e memória.

Nova plataforma Oracle Exadata X10

Migração de todos os bancos de dados para a nova plataforma Oracle Exadata X10, proporcionando melhoria de performance e estabilidade dos sistemas.

Monitoramento dos links de Internet

Implementação de ferramenta de monitoramento dos links de internet de todas as unidades do TJBA, possibilitando atuação rápida da equipe técnica na ocorrência de problemas de conectividade.

Implantação de telefonia VoIP

Migração das linhas de telefonia analógicas por linhas digitais com suporte a VoIP, visando à melhoria da qualidade da rede de telefonia fixa do TJBA.

Ações de Manutenção do PJE

- Separação dos serviços de MNI (Interoperabilidade) no 2G.
- Ativação de ambientes não produtivos do PJe2G em Cloud AWS, visando à futura ativação da produção.
- Aumento da performance para o serviço de balanceamento de carga do PJe1G, reduzindo o tempo médio de resposta de 500ms para 120ms em média.
- Migração do banco de dados do PJe2G para ambiente físico, garantindo mais estabilidade e performance ao sistema.

Ativação de ferramenta de auditoria

Ativação de ferramenta de auditoria de acessos e alterações, incluindo autenticações, alterações de arquivos locais e na nuvem. A nova plataforma de auditoria proporciona uma camada adicional de segurança e controle sobre os dados do TJBA, permitindo o monitoramento de maneira precisa às autenticações, aos acessos e às alterações de arquivos. A auditoria dos acessos permite a detecção e a resposta proativa a ameaças, além de estar em conformidade com a Política de Segurança da Informação.

Integração completa de solução de segurança de antivírus

Integração completa de toda suíte de segurança de antivírus, com ativação de recursos, oferecendo uma abordagem holística e avançada para a segurança da informação do TJBA, permitindo aprimorar a visibilidade e o controle da segurança dos dados e dos sistemas.

Dentre os benefícios alcançados, destaca-se a centralização do monitoramento das atividades de segurança, proporcionando resposta mais rápida a ameaças e minimizando os impactos em caso de incidentes de segurança.

Múltiplo Fator de Autenticação (MFA)

Implementação do Múltiplo Fator de Autenticação (MFA) no Poder Judiciário, em conformidade com a Portaria nº 140, de 22 de abril de 2024, do Conselho Nacional de Justiça. Essa medida é essencial para proteger os sistemas contra ameaças cibernéticas e garantir a integridade e a confidencialidade das informações judiciais. Exige que os usuários confirmem sua identidade por meio de várias formas de verificação, além da senha, como um código enviado para o telefone ou um aplicativo de autenticação.

Trilha da Segurança Digital

A "Trilha da Segurança Digital" consiste em um ciclo de palestras voltado à conscientização dos servidores do TJBA e demais interessados sobre a importância da Segurança da Informação. A iniciativa busca preparar o público para os desafios da proteção de dados, abordando temas que variam da segurança no ambiente familiar à implementação de novas tecnologias como a Inteligência Artificial. Foram realizadas três palestras voltadas a magistrados, servidores e demais colaboradores do TJBA. Foram abordados temas como: "O nosso papel na proteção institucional"; "Segurança da informação em tempos de IA"; e "Desenvolvendo a cultura da segurança digital".

Plataforma de Conscientização em Segurança da Informação

Contratação de uma Plataforma de Conscientização em Segurança da Informação que propiciará a realização de campanhas de conscientização, simulações de situações de riscos à segurança e cursos customizados.



CONSULTORIA JURÍDICA



1. INTRODUÇÃO

A Consultoria Jurídica é o órgão destinado a prestar assessoramento jurídico à Presidência do Tribunal de Justiça e a demais órgãos integrantes de sua estrutura de gestão interna, em suas atividades jurídico-administrativas, conforme definido no artigo 13 da Resolução TJBA nº 05, de 27 de março de 2013, destacando-se dentre elas: emissão de pareceres e despachos; elaboração/análise de termos de cooperação técnica; convênios; contratos, aditamentos e resilições; notas técnicas; análise e validação de Editais de Licitação; pronunciamento jurídico em recursos em licitações; assessoramento jurídico-administrativo às Secretarias, às Diretorias e às Coordenações da estrutura administrativa do TJBA, bem assim aos demais órgãos integrantes da Alta Administração (AEP I e II, UNICORP, CAPG, CTL, etc.), além de participação em diversas reuniões técnicas e de gestão.

Estrutura Organizacional

GABINETE		
Monica Elizabeth Vieira M. Garrido	Consultor(a) Chefe	TJ-FC-2
ASSESSORIA JURÍDICA		
Assessores Jurídicos	Cargo	Símbolo
Camila Bezerra Soares	Assessor(a)	TJ-FC-3
Catarina Schaubach da Cunha Magalhães	Atendente de Recepção (Nível Médio)	Efetivo(a)
Cleide Sueli Silva S. Santos	Subscrivã	Efetivo(a)
Fernando Mário Pires Daltro Júnior	Consultor(a) Auxiliar	TJ-FC-3
Francisnay Dutra Campos	Escrevente de Cartório (Nível Médio)	Efetivo(a)
João Santa Rosa Carvalho Júnior	Atendente de Recepção(Nível Médio)	Efetivo(a)
Laís Borba Moreira	Consultor(a) Auxiliar	TJ-FC-3
Lucas Cunha Carneiro	Chefe de Unidade (Nível Médio)	TJ-FC-6
Luiza Borges Rodrigues	Chefe de Seção (Nível Médio)	TJ-FC-5
Maria Fernanda Garrido Perez	Chefe de Seção (Nível Médio)	TJ-FC-5
Mayara Pereira Souza	Assessor(a)	TJ-FC 3
Pedro Marques Jones Neto	Assessor(a)	TJ-FC-3
Salomão Costa Barreto	Escrevente de Cartório(Nível Médio)	Efetivo(a)
Sandra Cavalcante	Técnica Nível Superior	Efetivo(a)
Thiala Carina Dourado dos Santos	Subscrivã	Efetivo(a)
Vanessa Cerqueira Bacelar	Escrevente de Cartório(Nível Médio)	Efetivo(a)
SECRETARIA		
Mariana Rosa dos Santos Guimarães	Técnica de Nível Médio	Efetivo(a)
Gabriel Medeiros Sampaio	Auxiliar Administrativo	Terceirizado

Tabela 1. Quadro de Servidores da Consultoria Jurídica.

ESTAGIÁRIOS		
Estagiários	Curso	Vigência do Contrato
Alice Rios Gomes	Graduação Direito	31/07/2025
Carine Cardoso Trinchão	Graduação Administração	30/06/2025
Eliadne de Jesus dos Santos	Graduação Direito	28/02/2025
Elie Pereira Felix	Pós-Graduação Direito	31/03/2025
Enzo Souza dos Santos	Graduação Direito	31/12/2024
Iane Lisly Lima de Assis	Pós-Graduação Direito	31/07/2025
Pedro Henrique de M. F. dos Anjos	Pós-Graduação Direito	30/11/2024
Renata J. B. de Oliveira	Graduação Administração	30/06/2025

Tabela 2. Quadro de Estagiários da Consultoria Jurídica.
Fonte: Siga, 2024.

2. OBJETIVOS

- Prestar assessoramento jurídico-administrativo com eficiência e celeridade à Presidência do Tribunal de Justiça, bem assim a toda sua estrutura administrativa, primando pela qualidade técnica e pela utilização de linguagem simples.
- Garantir a necessária segurança jurídica nos pronunciamentos e nos demais opinativos orais ou escritos emitidos por esta Consultoria, por meio de seus Consultores/Assessores, com vistas a contribuir para uma administração judiciária de excelência voltada aos públicos interno e externo.
- Promover estudos e seminários internos para a discussão e a atualização do conhecimento técnico dos integrantes da unidade, especialmente no que toca a temas de impacto e relevância para a gestão administrativa do Tribunal de Justiça.
- Elevar a produtividade e a qualidade técnica dos Consultores/Assessores da unidade.
- Identificar, classificar e solucionar os processos que compõem o acervo remanescente da Consultoria, acumulado em gestões anteriores.
- Elaborar estratégias visando à redução do tempo de análise dos processos, em trâmite na unidade.
- Criar núcleos de atuação por especialidade, no âmbito da Consultoria, com vistas a imprimir maior celeridade no desenvolvimento das atividades do setor, aprimorando a qualidade dos documentos produzidos.
- Elaborar e implementar fluxos eficientes de distribuição interna de processos administrativos.
- Desenvolver as competências técnicas dos colaboradores/assessores, através de rodízio entre os membros dos núcleos de trabalho, permitindo a estes o contato com diversas competências/especialidades.
- Realocar a Consultoria Jurídica em novo espaço físico, com capacidade para abrigar o número total de colaboradores, trabalhando presencialmente, promovendo um ambiente confortável e organizado, capaz de cumprir, de forma satisfatória, a sua função regimental.

- Aproximar a Consultoria e seus integrantes das demais Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça e respectivos gestores, com vistas a otimizar a interlocução entre todos, reduzindo os equívocos e as inconsistências das demandas a ela direcionadas.
- Viabilizar o atendimento presencial a todos os magistrados, gestores (assessores, secretários, diretores, coordenadores) e demais servidores, para a resolução de dúvidas jurídico-administrativas, evitando a instauração de processos administrativos desnecessários.

3. AÇÕES CONCLUÍDAS E EM CURSO

- Em cumprimento à determinação da Desembargadora Presidente, foi realizada pela SEAD (Secretaria de Administração, por meio de sua Diretoria de Obras e respectivas Coordenações) a adaptação e a reforma de um novo espaço físico para funcionamento da Consultoria Jurídica da Presidência, situado no 3º andar do prédio-sede do TJ (Salas 302 a 306 Ala Sul), que passou a contar com instalações adequadas, adaptadas à nova concepção de departamentalização em núcleos especializados, contando, ainda, com recepção, sala para estagiários, sala para a Chefia, sala para reuniões e copa, sendo todos os espaços devidamente compostos com novos móveis e equipamentos adequados, conferindo à Consultoria condições de excelência para o desempenho de seu mister.
- A equipe de Assessores foi subdividida em três núcleos especializados de atuação, com a seguinte conformação: NÚCLEO I – Licitações, Contratos e Convênios, coordenado pela Dra. Laís Moreira Borba, Consultora Assistente, composto por 5 (cinco) assessores; NÚCLEO II – Recursos Humanos, coordenado pela Assessora Dra. Sandra Cavalcante Fernandes, composto por 7 (sete) assessores; e NÚCLEO III - Institucional, Cumprimento de Decisões Judiciais, Pareceres Referenciais, Suporte às AEPs e à Presidência, composto por 4 (quatro) assessores.
- Procedida a avaliação técnica e jurídica do PCCV dos servidores do Poder Judiciário.
- Participação no Grupo de Trabalho que elaborou o Projeto de PCCV dos servidores, por designação da Presidente do Tribunal de Justiça.
- Realizado o levantamento estimado do acervo de processos (eletrônicos, físicos e híbridos) encontrados na unidade, com vistas a identificar a real situação dos processos em trâmite na Consultoria, em razão da flagrante inconsistência nos dados apresentados no relatório de transição, no que se referia ao quantitativo de processos que teriam sido analisados, através de simples despachos, decisões ou pareceres, no curso do Biênio 2022-2024, e que apontavam para um universo de mais de 6.000 (seis mil) processos, em trâmite nesta especializada, sem que se pudesse identificar, deste quantitativo, quantos processos ainda pendiam de parecer final ou decisão conclusiva. Após o referido levantamento, realizado através de pesquisa em documentos internos e em cada processo que circulou na unidade, no referido período, identificou-se a existência de um acervo de aproximadamente 2.310 (dois mil trezentos e dez) processos, dos quais 160 (cento e sessenta) se encontravam “sobrestados”, sem qualquer movimentação desde o ano de 2019, além de 19 (dezenove) no arquivo corrente do Sistema SIGA, na unidade da CONSU; e 94 (noventa e quatro), no Sistema PROTWEB, igualmente sem qualquer movimentação.
- Realizado mutirão para avaliação e emissão de pareceres em processos da área de pessoal, resultando na liberação de 78 (setenta e oito) dos 88 (oitenta e oito) processos represados na Consultoria Jurídica, desde o ano de 2019, relativos a pedidos de concessão de CET e de reconhecimento de estabilidade econômica.

- Realizado mutirão para avaliação e emissão de pareceres em processos provenientes da Comissão de Sanção Administrativa (CPSA), represados na Consultoria, resultando na liberação de 71 (setenta e um) processos, todos com pareceres conclusivos.
- Realizadas reuniões mensais para discussão de matérias técnicas e acompanhamento da produtividade dos assessores e dos estagiários.
- Implantado um novo fluxo de distribuição dos processos administrativos, permitindo uma melhor gestão da movimentação processual, no âmbito da Consultoria, pelos coordenadores dos núcleos especializados.
- Participação no Projeto TJBA MAIS PERTO, promovendo um encontro com todos os servidores da região visitada, mediante o formato “Roda de Conversa”, oportunidade em que são feitas breves exposições sobre temas escolhidos pelos próprios participantes e que digam respeito à gestão administrativa e ao aspecto jurídico-legal envolvido, bem como são dirimidas todas as dúvidas apresentadas, inclusive as relativas aos direitos e aos deveres funcionais, aposentadoria, processos administrativos, PCCV, entre outros.
- Implantação do Projeto "RUMO CERTO", cujo objetivo é promover a aproximação da Consultoria Jurídica com as diversas unidades administrativas do TJ, facilitando o diálogo aberto e buscando esclarecer dúvidas e orientar os gestores acerca da melhor forma de instruir os processos encaminhados para o órgão jurídico, bem assim ouvir as sugestões que possam contribuir para uma melhor prestação de nosso serviço e proceder a uma escuta atenta sobre eventuais dificuldades na condução de situações-problema enfrentadas no dia a dia por cada setor. Imbuídos desse propósito, os Consultores e os Assessores se deslocam em grupo (com pelo menos dois representantes de cada Núcleo e a Consultora-Chefe) para os respectivos setores e realizam reuniões, com a presença do Chefe da Unidade visitada e de tantos servidores, quantos tenham interesse em participar ou sejam para isso designados. Tal projeto se encontra em curso e já foram visitadas as seguintes unidades administrativas no âmbito da SEGESP: a DAS e Coordenações; a DRH e Coordenações; a SGP e a UNICORP. As demais Secretarias e Órgãos serão igualmente visitados no curso deste ano de 2025.

Projeto Rumo Certo- Encontro realizado em 18.12.2024 com a UNICORP.

Projeto Rumo Certo - Encontro realizado com a Diretoria de Assistência à Saúde – DAS.



Imagem 1. CONSU - Rumo Certo - DAS
Fonte: Autores do Projeto, 2024



Imagem 2. CONSU - Rumo Certo - UNICORP
Fonte: Autores do Projeto, 2024.

4. INDICADORES

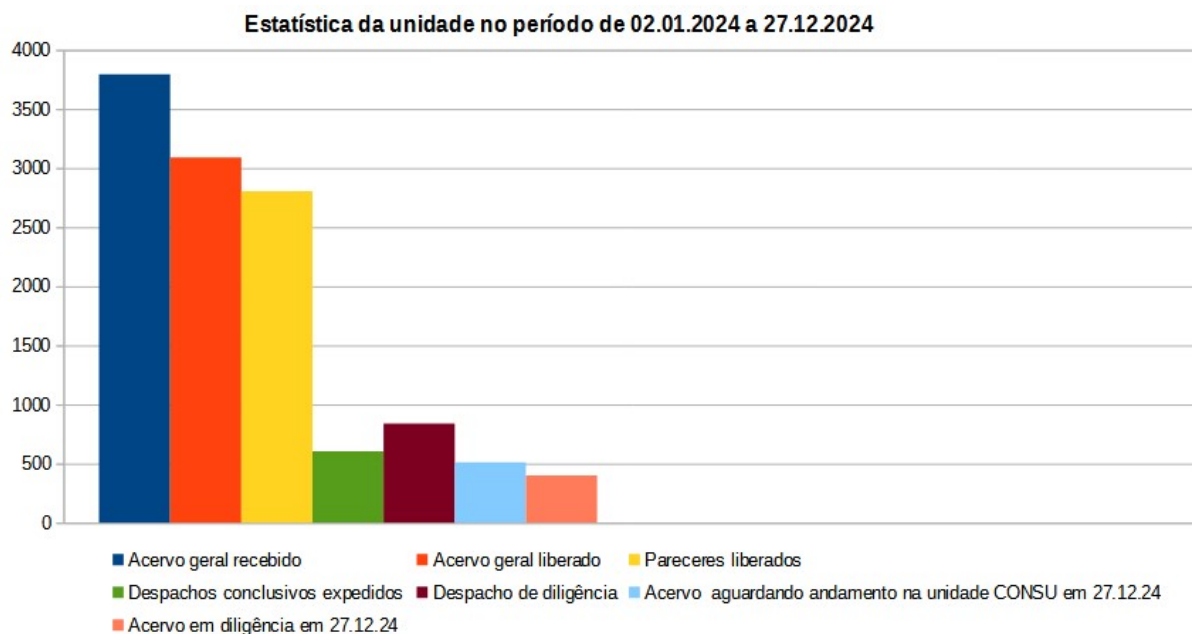
Por esta Unidade Administrativa, tramitou, de 1º de janeiro de 2024 a 27 de dezembro de 2024, um volume estimado de 3.324 (três mil trezentos e vinte e quatro) processos, sendo 2.969 (dois mil novecentos e sessenta e nove) “novos processos”, que foram instaurados a partir de 02.02.2024. Cabe salientar que, ao iniciar as atividades em 2 de fevereiro de 2024, a Chefia da Consultoria Jurídica encontrou, na unidade, um acervo estimado de 734 (setecentos e trinta e quatro) processos. Destes, 594 (quinhentos e noventa e quatro) se encontravam na unidade CONSU do SIGA em 2 de fevereiro de 2024 e 140 (cento e quarenta e quatro) em diligência, conforme tabela abaixo.

ACERVO EM DILIGÊNCIA			ACERVO NA UNIDADE CONSU NO SIGA
ARQUIVADO - MOTIVO: RESOLVIDO/DESISTÊNCIA	AGUARDANDO ANDAMENTO DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ARQUIVADO AGUARDANDO MANIFESTAÇÃO DO INTERESSADO - DEMAIS UNID. ADM.	
10	125	15	594
	140		
	Total: 734		

Quadro 1. Situação acervo da Consultoria em 02.02.2024
Fonte: Sig, 2024

A partir dos dados elencados, constata-se que o quantitativo estimado total de processos que circularam por esta Consultoria Jurídica, no período de 1º de janeiro de 2024 a 27 de dezembro de 2024, foi de 3.793 (três mil setecentos e noventa e três) processos. Nesse caso, foram considerados os processos que já se encontravam no acervo da unidade, em 1º de janeiro de 2024.

CONSULTORIA JURÍDICA ACERVO 2024							
ACERVO GERAL DA UNIDADE EM 2024				ACERVO GERAL LIBERADO DE 02.01.2024 A 27.12.2024			
3793				3090			
ACERVO RECEBIDO		ACERVO LIBERADO		ACERVO PENDENTE EM 27.12.2024			
Acervo recebido entre 02.02.24 a 27.12.24	2969	Gestão 24-26 (tramitado entre 02.02.24 a 27.12.24) liberado.	2420	Gestão 24-26 (tramitado entre 02.02.24 a 27.12.24) pendente.	549	Acervo aguardando andamento na unidade CONSU em 27.12.24	512
Acervo remanescente do biênio 22-24 recebido em 02.02.2024.	734	Acervo remanescente do biênio 22-24 – liberado.	371	Acervo remanescente do biênio 22-24 - pendente.	363	Acervo em diligência	400
TOTAL	3703	TOTAL	2791	TOTAL	912	TOTAL	912



*Gráfico 1. Estatística do período (02.01.24 a 27.12.24).
Fonte: Banco de dados da unidade, 2024.*

4.1.1 Demais atos administrativos produzidos e/ou analisados.

ATOS ADMINISTRATIVOS	QUANTITATIVO
Aditivos Contratuais	124
Aditivo de Convênio	67
Contratos (S; AQ; EM; LI; Ccred)	114
Convênios	185
Despachos liberados	1443
Pareceres liberados	2805
Termo de Resilição	26
Termo de Dispensa de Licitação	51
Termo de Inexigibilidade	134
Termo de Cessão de Uso	78
Termo de Rerratificação	1
Termo de Reconhecimento de Débito	29
Termo de Recebimento Definitivo	1
TOTAL	4757

*Tabela 3: Atos administrativos elaborados/analísados no período (de 02.01. 24 a 27.12.24).
Fonte: Banco de dados registrado no setor, 2024.*

Atos administrativos

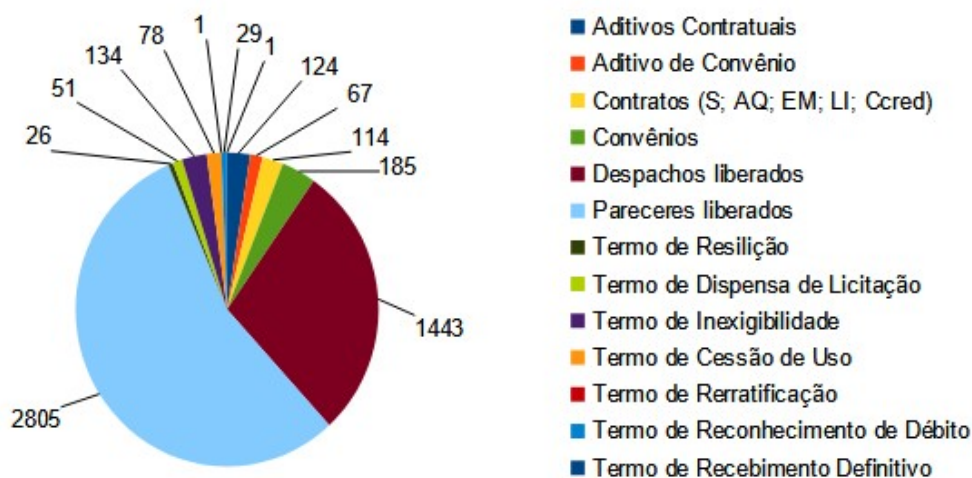


Gráfico 1. Atos administrativos elaborados/analizados.

4.1.2 Movimentação processual do período (de 02.01.2024 a 27.12.2024)

A Consultoria Jurídica registrou entre 2 de janeiro de 2024 a 27 de dezembro de 2024, uma movimentação processual estimada de 4.498 (quatro mil quatrocentos e noventa e oito) recebimentos e 4.108 (quatro mil cento e oito) transferências, conforme tabela abaixo.

Movimentação processual do período (02.01.24 A 20.12.24)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
RECEBIMENTOS	283	195	325	423	361	311	465	531	445	455	430	262	4.498
TRANSFERÊNCIAS	250	116	244	349	402	309	381	477	438	474	393	275	4.108

Tabela 4. Movimentação processual do período (02.01.24 a 27.12.24)
Fonte: Autores da pesquisa, 2024.

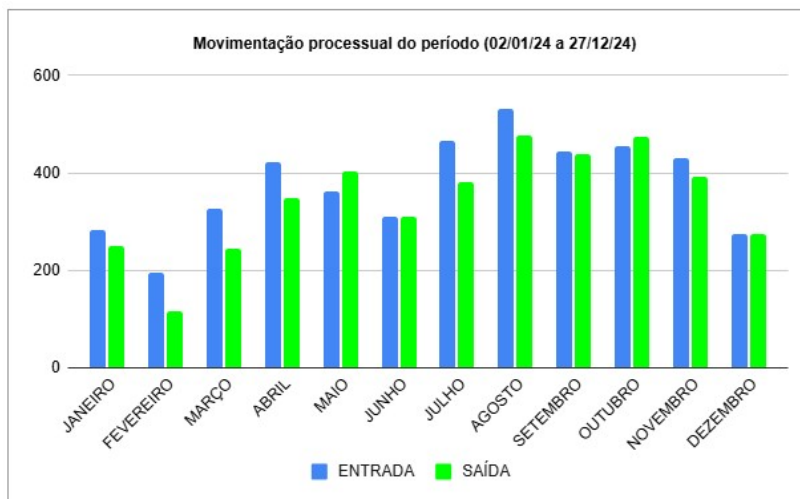


Gráfico 2. Movimentação processual do período.
Fonte: Autores da pesquisa, 2024.

5. DEMAIS AÇÕES REALIZADAS A PARTIR DE 02/02/2024 A 27/12/2024

- Reunião com a equipe (assessores e estagiários) para apresentação da nova proposta de trabalho.
- Participação em Reuniões, Comissões, Simpósios e grupos de trabalho diversos.
- Participação em reuniões diversas, em todos os setores/órgãos do TJBA, além de consultoria direcionada a gestores de diversas Assessorias, Secretarias, Diretorias, Coordenações e Grupos de Trabalhos, para tratar de matérias específicas.
- Participação dos assessores em curso de aperfeiçoamento na área previdenciária sobre o Novo Regime Próprio de Previdência Social do Estado da Bahia (RPPS).
- Reuniões internas com a equipe, para tratar de temas técnicos e do acervo de processos pendentes de solução, bem como sobre o tempo de duração dos autos na Unidade e a redistribuição das matérias entre os assessores dos três núcleos especializados, buscando uma divisão mais equânime do trabalho e maior celeridade na análise dos processos.

Salvador, 13 de janeiro de 2025.

Mônica Elizabeth Vieira M. Garrido
Chefe da Consultoria Jurídica da Presidência



NÚCLEO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



1. Apresentação

O Núcleo de Arrecadação e Fiscalização (NAF), criado pela Resolução nº 11, de 25 de julho de 2018, é o órgão de apoio técnico e administrativo, responsável pela gestão do sistema de arrecadação e cobrança das taxas cartorárias, dos emolumentos e de outras receitas originárias dos serviços judiciais, notariais e de registro, delegados ou oficializados, pertencentes ao Poder Judiciário do Estado da Bahia. Ele executa suas atividades de acordo com suas competências regimentais, por meio de sua assessoria técnica e administrativa e suas unidades vinculadas:

- Central de Custas Judiciais – CCJUD;
- Coordenação de Arrecadação – COARC;
- Coordenação de Orientação e Fiscalização – COFIS.

2. Objetivos

Reduzir a evasão de receitas mediante a otimização de processos de arrecadação própria, orientação permanente sobre atos e aplicação da Tabela de Custas e fiscalização dos atos praticados nos cartórios judiciais e extrajudiciais.

3. Ações em Andamento/Concluídas

- Desenvolvimento de novo sistema de arrecadação cujo projeto foi aprovado na Reunião de Alinhamento Estratégico – RAE.
- Estudo técnico para alterar a sistemática arrecadatória do Tribunal de Justiça, com a substituição do DAJE por boleto bancário e previsão de pagamento via PIX e nova forma de contratação dos serviços de arrecadação.
- Aditivo ao Contrato do Banco do Brasil para alteração qualitativa de seu objeto, permitindo o pagamento do DAJE, via PIX.
- Publicação do Edital de Credenciamento nº 01/2024, permitindo a manutenção da Rede Arrecadadora.
- Adoção de providência para coibir a evasão de receita por fraude processual, com a emissão do DAJE vinculado ao processo judicial.
- Alteração da Tabela de Taxas Cartorárias.
- Melhoramento das funcionalidades do Sistema FISCO em relação ao controle e à automação das fiscalizações das custas cartorárias, em parceria com a SETIM.
- Ampliação das fiscalizações nos cartórios judiciais e extrajudiciais.
- Coordenação do Projeto Semana de Custas Judiciais Remanescentes, realizada no período de 19 a 23 de agosto de 2024.

4. Indicadores

Cálculo do índice de evasão		
	1º semestre de 2024	2º semestre de 2024
Total de receitas efetivamente arrecadadas	R\$ 432.828.197,96	R\$ 499.607.806,72
Receitas não recuperadas ou não arrecadadas no período	R\$ 5.324.378,70	R\$ 4.892.505,33
Índice de evasão	1,23 %	% 0,98

5. Projetos em andamento

Ficha Técnica

Nome do Projeto: Implantação de Novo Sistema de Arrecadação.

Unidade Demandante: Núcleo de Arrecadação e Fiscalização

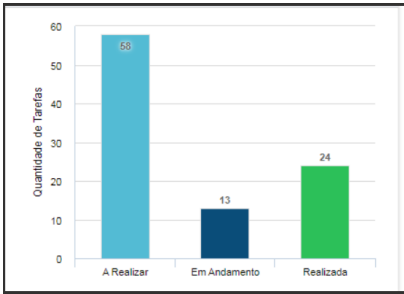
Status: Em andamento

Percentual de Implementação: 24,00%

Escopo: Implantar Sistema de Controle e Gestão de Receitas Próprias do Poder Judiciário do Estado da Bahia, até janeiro de 2024.

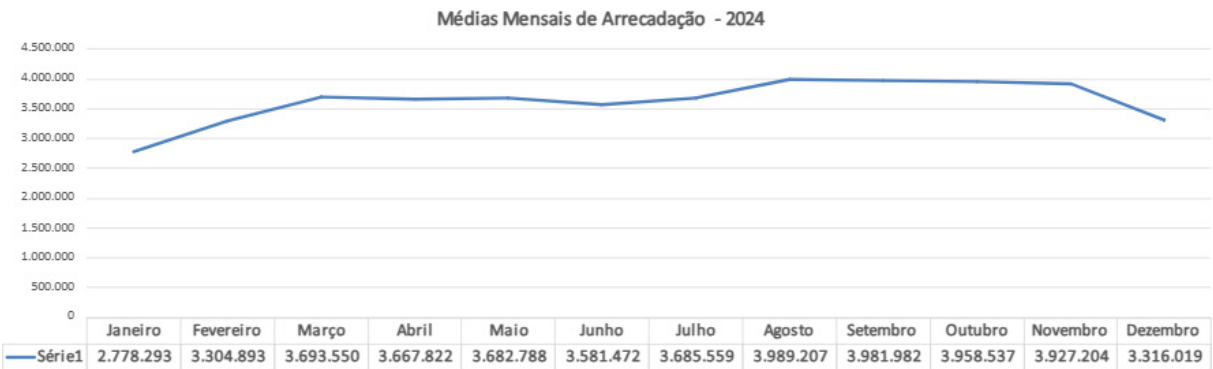
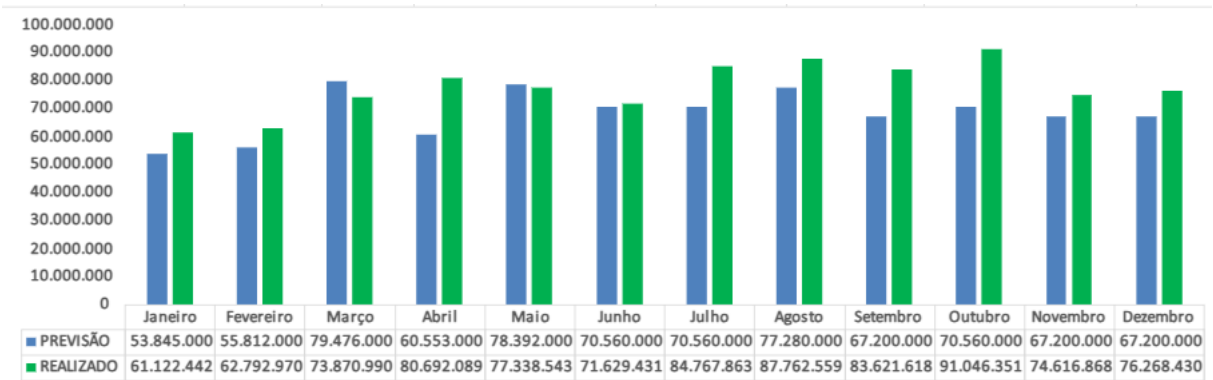
Última Ação: Avaliação de Requisitos Funcionais pela COSIS

Entregas Realizadas: Levantamento dos Requisitos Funcionais



6. Outras Ações Relevantes

6.1. Controle da Arrecadação – (Dados fornecidos pela Coordenação de Arrecadação – COARC)



Quantidade de dias úteis até hoje	255
Média Diária do Ano	R\$ 3.629.530,04
Previsto no ano	R\$ 818.638.000,00
Realizado no ano	R\$ 925.530.159,46
Diferença	R\$ 106.892.159,46
% Realizado	113,06%

6.1.1. Incremento da arrecadação do Judicial

Quadro comparativo da arrecadação do judicial x extrajudicial - 2023-2024				
	Valor	%	Valor	%
Judicial	R\$ 470.539.103,24	59,31%	R\$ 567.170.897,00	61,28%
Extrajudicial	R\$ 322.819.291,64	40,69%	R\$ 358.359.293,00	38,72%
	R\$ 793.358.394,88		R\$ 952.530.159,00	

6.1.2. Arrecadação originária das custas judiciais remanescentes

Dados fornecidos pela Central de Custas Judiciais – CCJUD	
PROJUDI	2754
PJE	1040
SAIPRO	12
E-SAJ 1º Grau	832
TOTAL DE PROCESSOS:	4638

Fonte: Sistema de Custas Judiciais Remanescentes - SCR. Data Consulta: 16/12/2024.

Processos Revisados pela CCJUD		5.582
DAJES gerados		5791
Detalhamento da Receita		
Passível de inscrição do débito		R\$ 3.213.419,75
Custas pagas		R\$ 2.623.310,80
ARQUIVADOS	Ausência de endereço	R\$ 2.146.761,35
	Degradência de prazo	R\$ 12.871,79
	Isenções	R\$ 72.686,19
Calculado (em andamento)		R\$ 2.193.461,03
TOTAL DA RECEITA LANÇADA		R\$ 10.262.510,91

Fonte: Conforme dados extraídos pelo "BI" (Business Intelligence), em 16.12.2024, que utiliza a base de dados do SCR, independente do ano de cadastro do processo.

6.1.3. Receita (custas remanescentes) passível de recuperação

Dados fornecidos pela Central de Custas Judiciais – CCJUD

A Central de Custas Judiciais é a responsável por recepcionar, eletronicamente, os processos com os devedores de custas remanescentes indicados por todos os cartórios do Estado da Bahia, analisar o preenchimento dos requisitos legais e encaminhar, exclusivamente pelo Sistema de Custas Remanescentes (SCR), a Certidão de Débito Judicial para protesto extrajudicial.

IPCA 2024	3,75%	(Previsão do IPCA com base no Banco central)				
MESES	Revisão do Orçamento de 2024 ¹	ORÇAMENTO PREVISÃO 2025	% Judicial ²	Judicial	% ExtraJudicial	ExtraJudicial
Janeiro	66.000.000,00	68.475.000	54,0%	36.977.000	46,0%	31.499.000
Fevereiro	66.097.860,00	68.577.000	60,0%	41.146.000	40,0%	27.431.000
Março	74.000.000,00	73.775.000	62,0%	45.741.000	38,0%	28.035.000
Abril	74.000.000,00	79.775.000	62,0%	49.461.000	38,0%	30.315.000
Maio	77.700.000,00	80.614.000	62,0%	49.981.000	38,0%	30.633.000
Junho	77.700.000,00	78.614.000	62,0%	48.741.000	38,0%	29.873.000
Julho	82.800.000,00	82.905.000	60,0%	49.743.000	40,0%	33.162.000
Agosto	77.700.000,00	83.614.000	62,0%	51.841.000	38,0%	31.773.000
Setembro	81.400.000,00	84.453.000	62,0%	52.361.000	38,0%	32.092.000
Outubro	80.500.000,00	83.519.000	62,0%	51.782.000	38,0%	31.737.000
Novembro	66.500.000,00	70.994.000	61,0%	43.306.000	39,0%	27.688.000
Dezembro	70.400.000,00	73.040.000	56,0%	40.902.000	44,0%	32.138.000
TOTAL	894.798.000	928.355.000	60,4%	561.982.000	39,6%	366.376.000
¹ A previsão de 2025 equivale ao arrecadado em 2024 + Inflação de 2024.						

6.1.5. Rede de arrecadação do Tribunal de Justiça

Remuneração dos serviços prestados pelos Agentes Arrecadadores			
BANCO BRADESCO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	BANCO DO BRASIL	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Contrato 02/2019-S	Contrato 64/18-S	Contrato 65/19-S	Contrato 77/23-S
2024	R\$ 3.294.036,80	R\$ 2.562.145,18	R\$ 36.249,55
Total	R\$ 9.807.732,18		

Dados fornecidos pela COARC

6.1.6. Controle dos Selos de Autenticidade Eletrônicos e Físicos Autoadesivos

Dados fornecidos pela Coordenação de Arrecadação – COARC

Em cumprimento ao Ato Conjunto nº 5 de 18 de março de 2019, a COARC procedeu à contagem e à baixa de 3 (três) lotes de selos físicos destinados ao descarte.

1º Lote (Processo TJ ADM 2021/81198) com 77.332 selos – já incinerados.

2º Lote (Processo TJ ADM 2024/64609) com 83.456 selos – proposta de Decreto para a incineração, submetida à apreciação da Presidência deste TJBA.

3º Lote (Processo TJ ADM 2024/73186) com 108.583 selos – descarte a ser submetido à autorização da Presidência deste TJBA.

6.1.7. Alimentação e administração do sistema de arrecadação das custas e demais receitas dos cartórios extrajudiciais

Dados fornecidos pela Coordenação de Arrecadação – COARC

A reestruturação dos serviços notarial e registral, promovida pela Lei Estadual nº 14.654/24 e pelo Provimento Conjunto CGJ/CCI nº 05/2024-GSEC, determinou a extinção e a anexação de

cartórios extrajudiciais. Até o momento, das 1140 (mil cento e quarenta) serventias existentes no Estado, 385 (trezentos e oitenta e cinco) foram agregadas por outras 251 (duzentos e cinquenta e um), significando que 230 (duzentas e trinta) localidades, entre comarcas e distritos, foram alcançadas pela reestruturação.

6.2. Orientação, análise, pronunciamento técnico e deliberação acerca de processos administrativos

Dados fornecidos pela Coordenação de Arrecadação – COARC



Dados fornecidos pela Coordenação de Orientação e Fiscalização – COFIS

Orientações aos usuários sobre a Tabela de Taxas Cartorárias e sobre os procedimentos de cobrança	
PLANTÃO FISCAL	QUANTIDADE
PRONUNCIAMENTO TÉCNICO	9
ATENDIMENTO POR E-MAIL	1231
ATENDIMENTO POR TELEFONE	2156

6.3. Fiscalização dos atos praticados nos cartórios judiciais e extrajudiciais

Dados fornecidos pela Coordenação de Orientação e Fiscalização – COFIS

CARTÓRIOS	PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO	EXECUÇÃO - PROCEDIMENTO			%
	PLANEJADO (A)	REALIZADO (B)	CONCLUÍDO	EM ANDAMENTO	(B/A)
JUDICIAL	145	146	140	6	
EXTRAJUDICIAL	178	296	260	36	
TOTAL	323	442	400	42	
					36 %

Fonte: Sistema FISCO

Conforme indicado no quadro acima, observa-se que, dos 442 procedimentos de fiscalização abertos, restam 42 em andamento, estando com os Termos de Ocorrência Fiscal emitidos e entregues aos auditados, cumprindo os prazos legais para conclusão, sobretudo aqueles referentes à ampla defesa e ao contraditório do auditado. Soma-se a essa análise, o acréscimo de 36% de procedimentos de fiscalização abertos em relação aos planejados.

Asações de fiscalização nos Cartórios Judiciais e Extrajudiciais evidenciaram desconformidades quanto ao recolhimento das taxas cartorárias, no montante de **R\$ 265.666,68**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FISCALIZAÇÕES	VALOR
Judicial (processos em andamento e processos sentenciados)	R\$77.754,03
Extrajudicial (acrescidas de demandas da CGJ)	R\$178.685,26
Total recuperado	R\$256.440,30
Débitos para inscrição na Dívida Ativa(*)	R\$ 9.226,40

Fonte: Sistema Fisco

(*) Os valores apresentados são nominais, na data do fato gerador, não constando os acréscimos legais, conforme determinação da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA).

No quantitativo de procedimentos de fiscalização em cartórios extrajudiciais, foram incluídas demandas especiais advindas das Corregedorias, em razão de histórico de reclamação de cobrança, sendo a maior por atos praticados e denúncias de irregularidades no recolhimento das taxas cartorárias e pela Coordenação de Arrecadação (COARC), tendo por escopo a aferição de DAJEs confirmados, manualmente, pelos delegatários sem a correspondente arrecadação das taxas cartorárias.

As fiscalizações nos cartórios judiciais foram realizadas nos processos judiciais em andamento, visando ao incremento nas atividades orientativas, bem como nos processos sentenciados, a título de monitoramento quanto ao correto recolhimento das taxas, objetivando a redução dos riscos de evasão e o aumento na arrecadação dos cartórios.



CONTROLADORIA DO JUDICIÁRIO



1. DA CONTROLADORIA

O presente Relatório Anual de Gestão - Exercício 2024 visa apresentar um arca-bouço com o maior número de informações possíveis relacionadas à Controladoria do Judiciário, durante o **Exercício de 2024**, de modo a retratar com a devida clareza, fidedignidade e transparência todas as atividades alusivas à esta Unidade de Central de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Para tanto, a Controladoria do Judiciário promoveu a reunião, a análise e a catalogação de um vasto rol de dados e informações, findando por compilá-las da forma mais acessível e inteligível possível, com o objetivo finalístico de atender ao disposto no Ofício Circular nº 058/2024, oriundo da Presidência, bem como proporcionar o indispensável entendimento para todos que necessitem ter acesso a tais informações.

Cumprе ressaltar que a Controladoria é um Órgão Central de Controle Interno, integrante da estrutura administrativa do Poder Judiciário, que tem como premissas a prevenção, a detecção e a correção dos atos praticados pela Administração Pública, cujo papel primordial consiste em realizar o controle e o acompanhamento da gestão administrativa, financeira, patrimonial, contábil e operacional do TJBA, quanto à sua legalidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia, bem como promover a devida intermediação/comunicação entre os órgãos de Controle Externo e o Tribunal de Justiça, inclusive o gerenciamento processual administrativo.

Ademais, registre-se que a CTJUD atua como órgão integrante da 2ª Linha de Defesa do Poder Judiciário, de forma independente, diretamente subordinada à Presidência deste Tribunal de Justiça da Bahia.

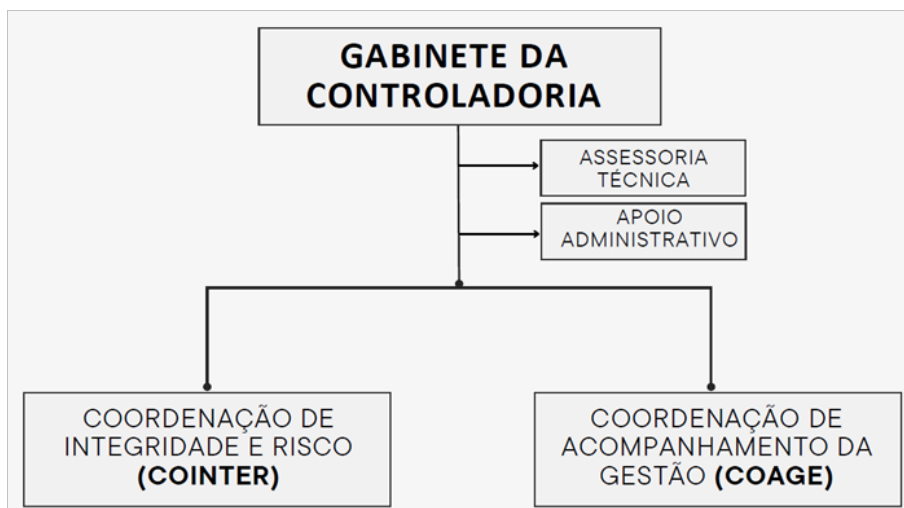
2. DA ESTRUTURA DA CTJUD

Destarte, com o advento das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça n. 308/2020, n. 309/2020, n. 347/2021 e n. 410/2023, bem como a Lei n. 14.133/2021, entre outros normativos, surgiu a necessidade de promover uma **reestruturação na Controladoria do Judiciário**.

Sendo assim, durante o Exercício de 2024, em atendimento as recomendações do CNJ e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, esta **Controladoria do Judiciário apresentou proposta de Reestruturação da CTJUD à Exma. Sra. Desembargadora Presidente, a qual foi prontamente acolhida e submetida à Comissão de Reforma do Poder Judiciário e, posteriormente, ao Tribunal Pleno, tendo sido aprovada à unanimidade.**

Por conseguinte, a Desembargadora Presidente encaminhou o **Projeto de Lei à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), na data de 27/06/2024**, para atender ao novo modelo de Reestruturação da CTJUD, mediante Ofício n. 994/2024/GP, para aprovação, o qual se encontra aguardando votação até a presente data.

No tocante à **Estrutura Organizacional**, registre-se que possui um Gabinete, uma Assessoria Técnica, uma Coordenação de Acompanhamento da Gestão (COAGE) e uma Coordenação de Integridade e Risco (COINTER), com vistas a realizar todas as atribuições pertinentes à CTJUD, segundo o organograma abaixo.



Quanto à sua **Estrutura de Pessoal**, não obstante a Sra. Karina Correia Martinez se encontrar lotada na estrutura da CTJUD como Assessora Técnica desde fevereiro de 2020, convém salientar que ela foi nomeada, no dia 6 de agosto de 2024, para o cargo de Controladora-Chefe do Poder Judiciário.

Nesses termos, registre-se que, durante o segundo semestre do **Exercício de 2024**, a CTJUD dispôs do seguinte quadro de servidores para atender às inúmeras atribuições desta Controladoria, a saber:

Matrícula	Nome	Vínculo	Função
9689826	Karina Correia Martinez	Comissionado	Controladora-Chefe
5004802	Leonice Santos Salgado	Estatutário	Técnico Nível Superior
9710590	Livia Trzan Motta	Comissionado	Assessora Gabinete
9683089	Liziane Fernandes Sandes	Estatutária	Técnico Nível Superior
8069425	Mardem Miranda Braga	Estatutário	Subsecretário
9698817	Paulo Gabriel Vasconcelos	Estatutário	Técnico Nível Médio
5018781	Rosa Amélia de Oliveira Nunes	Estatutário	Técnico Nível Médio

3. DAS ATRIBUIÇÕES DA CTJUD

As principais atribuições da Controladoria do Judiciário encontram-se estabelecidas no **Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça**, em seus **Artigos 16-19**.

Entretanto, cumpre destacar que o referenciado documento se encontra em processo de atualização e, com a necessidade de Reestruturação da CTJUD, o Conselho Nacional de Justiça solicitou que fosse confeccionada e encaminhada uma nova e atualizada proposta de alteração do Regimento Interno da Controladoria do Poder Judiciário. Com isso, a presente solicitação foi atendida por esta CTJUD em 21 de agosto de 2024, mediante o envio do TJ-COI 2024/15475.

4. DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

A CTJUD, ao longo do Exercício de 2024, além de dar cumprimento às atribuições legais, previstas no Art.17 do citado Regimento, também promoveu continuidade nas atividades de caráter consultivo, auxiliando os gestores no cumprimento dos objetivos institucionais, bem como no acompanhamento e no atendimento aos órgãos de controle externo, realizando, assim, inúmeras atividades, as quais sinalizamos, abaixo, as principais.

a) Centralização do relacionamento com os órgãos de controle externo e o aconselhamento à Administração nos assuntos estratégicos da gestão, inclusive com emissão de pareceres decorrentes de consultas formuladas pelas áreas técnicas, as quais tratavam de orientações acerca da gestão e da fiscalização dos contratos administrativos, entre outras.

b) Participação em, pelo menos, 85 (oitenta e cinco) reuniões com os gestores, os assessores e os fiscais de contratos das diversas secretarias que integram este TJBA, a fim de debater temas relevantes acerca dos princípios e das normas que regem as licitações e os contratos administrativos, das posições jurídicas adotadas pelos órgãos de controle externo e das orientações de boas práticas adotadas por outras instituições públicas.

c) Verificação permanente e cuidadosa no que atine aos processos em tramitação perante o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE) e, com isso, registre-se que, ao longo do biênio em apreço, a CTJUD, além de confeccionar Peças de Defesa/Respostas às notificações dos órgãos de controle externo, também **acompanhou e promoveu o controle acirrado de 70 (setenta) Processos Administrativos junto ao TCE**, bem como leitura cotidiana do Diário Oficial da Corte de Contas, além do acompanhamento das solicitações dos órgãos de controle externo, recebendo-as, analisando-as, colhendo informações das áreas e preparando o encaminhamento das respostas.

d) Encaminhamento às competentes áreas técnicas, acerca das orientações, das recomendações e das determinações contidas nos diversos julgados do TCE/BA, para a adoção das providências cabíveis e os seus devidos cumprimentos.

e) Abertura e/ou tramitação das principais demandas relativas à CTJUD

Exercício	Comunicações Internas	Ofícios	Processos Administrativos	Total
2024	125	97	1.402	1624

f) Análise dos Processos Administrativos de Aposentadorias

Processos de Aposentadoria Recepcionados	Pareceres de Aposentadoria Emitidos
210	128

Voluntárias	Revisões	Compulsórias	Incapacidade
74	45	4	5

g) Participação em Comissões, Comitês e/ou Grupos de Trabalho

A CTJUD teve participação ativa, a título de assessoramento e orientações junto às comissões, aos comitês e/ou aos Grupos de Trabalho abaixo.

Nº	Decreto	Membro	Assunto
1	Decreto Judiciário nº 857, de 31 de outubro de 2024	Karina Martinez	Grupo de Trabalho temporário visando à análise e a soluções para a elaboração das fases internas das licitações de serviços terceirizados.
2	Decreto Judiciário nº 503, de 19 junho de 2024.	Karina Martinez	Grupo multidisciplinar para elaboração de política de gestão de riscos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
3	Decreto Judiciário nº 771, de 23 de setembro de 2024	Karina Martinez	Equipe técnica do Projeto PLN-SGP-Programa de Integridade/Compliance do Poder Judiciário do Estado da Bahia.
4	Decreto judiciário nº 764, de 20 de setembro de 2024	Karina Martinez	Comitê de Governança (CGOV) do Poder Judiciário do Estado da Bahia
5	Decreto Judiciário nº 631, de 8 de agosto de 2024.	Karina Martinez	Comissão de apoio para auxiliar nos trabalhos da Comissão Examinadora Para Concursos Públicos de provas e títulos.
6	Decreto Judiciário nº 786, de 30 de setembro de 2024	Karina Martinez	Grupo de Trabalho de Licitações e Contratos para a implementação da Nova Lei com Manual de Contratações.
7	Decreto Judiciário nº 392, de 13 de maio de 2024.	Leonice Salgado	Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
8	Decreto Judiciário nº 394, de 13 de maio de 2024	Leonice Salgado	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado da Bahia.
9	Decreto Judiciário nº 398, de 13 de maio de 2024.	Leonice Salgado	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.
10	Decreto Judiciário nº 966, de 19 de dezembro de 2024.	Paulo Gabriel Vasconcelos	Comissão com a finalidade de atuar na Prestação de Contas Anual do Poder Judiciário do Estado da Bahia.
11	Decreto Judiciário nº 744, de 30 de novembro	Paulo Gabriel Vasconcelos	Comissão de Gestão do Portal da Transparência, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

5. DA CONCLUSÃO

Por todo exposto, ressalte-se que esta Unidade de Controle Interno do Tribunal de Justiça da Bahia buscou consolidar, de forma clara, objetiva e transparente possível, o máximo de informações a serem apresentadas, em total cumprimento ao quanto determinado no Ofício Circular n. 058/2024/GP/SGP.

Aproveitamos o ensejo para externar a importância da continuidade e, sobretudo, da implementação dos projetos alusivos à Controladoria do Judiciário, os quais têm por objetivo precípuo a efetivação de um sistema de controle interno cada vez mais fortalecido, transparente e eficiente, nos termos da Constituição Federal, mormente no que pertine à Governança e à Integridade no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia, em total atendimento à vasta legislação de que trata a presente matéria, inclusive dos Órgãos de Controle Externo Estadual e Federal.

Coordenação de Auditoria (COAUD)

1. Apresentação

A Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia deve ser compreendida como uma atividade independente, objetiva de avaliação e consultoria, concebida para adicionar valor e melhorar as operações das unidades do Tribunal, auxiliando-o a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, com a intenção de avaliar e aperfeiçoar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

O propósito da atividade da Auditoria Interna é oferecer serviços objetivos de avaliação e consultoria, desenvolvidos para agregar valor e promover o aperfeiçoamento da gestão.

2. Objetivos

Cumprir o disposto nas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 308 e nº 309, de 2020, quanto à:

- a)** elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA), até 30 de novembro, concluído;
- b)** elaboração do Plano de Capacitação (PAC-Aud), até 30 de novembro, concluído; e
- c)** elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria (RAINT), até 30 de julho, concluído.

Cumprir o Plano Anual de Auditoria (PAA 2024), até 30 de dezembro.

- a)** Auditoria Contábil: analisar os demonstrativos contábeis, relativos ao exercício de 2023, objetivando certificar se os registros foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com a legislação, bem como verificar se as demonstrações contábeis originárias refletem, adequadamente, a situação econômico-financeira do patrimônio do Poder Judiciário do Estado da Bahia.
- b)** Auditoria Especial: realização de ações coordenadas de auditoria, sob a orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- c)** Auditoria de Conformidade, de modo a certificar a observância do fiel cumprimento da Legislação no âmbito dos seguintes processos: Gestão de Serviços Terceirizados; Gestão da Folha de Pagamento; e Planejamento das Contratações de Tecnologia da Informação.
- d)** Monitoramento de Auditoria no tocante ao acompanhamento das recomendações propostas nos Relatórios das Auditorias originários: Dispensa de Licitação; Gestão do Patrimônio; Gestão da Folha de Pagamento; e Gestão de Serviços Terceirizados.

3. Ações Concluídas/Em execução

Monitoramento (Projeto AUD-001/2024-MON) - Avaliar a conformidade dos processos administrativos envolvendo contratações e aquisições diretas, realizadas por dispensa de licitação. **(Concluído)**

Monitoramento (Projeto AUD-002/2024-MON) - Avaliar a conformidade da contratação e da fiscalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas e nos equipamentos de refrigeração no TJBA. **(Concluído)**

Monitoramento (Projeto AUD-003/2024-MON) - Avaliar a eficácia dos controles internos adotados na gestão patrimonial, visando assegurar a correta utilização dos bens de caráter permanente para o alcance da estratégia pretendida pela Administração, a uniformização dos registros analíticos (patrimônio) e sintéticos (contabilidade) e a aderência aos referenciais normativos para o acompanhamento e a fiscalização da gestão patrimonial. **(Concluído)**

Monitoramento ((Projeto AUD-004/2024-MON) - Avaliar se o pagamento das verbas “Indenização de Transporte - Mandados” e da “Gratificação de Atividade Externa” está sendo efetuado em conformidade com a legislação em vigor. **(Concluído)**

Auditoria Especial, tipo Conformidade (Projeto AUD-005/2024-ESP) - Ação Coordenada do Conselho Nacional de Justiça sobre a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. **(Concluído)**

Auditoria Operacional e de Conformidade (Projeto AUD-006/2024-OPE-CNF) - Avaliar se a fase interna das contratações de STIC, em uma amostra específica de processos, obedece aos dispositivos legais, atende aos objetivos e às necessidades do TJBA e está aderente às boas práticas administrativas, considerando a governança e a gestão de TI. **(Concluído)**

Auditoria Operacional e de Conformidade (Projeto AUD-007/2024-OPE-CNF) - Avaliar os controles internos implementados pela Administração para garantir a adequada execução contratual da prestação de serviço de protocolo, arquivamento, desarquivamento e movimentação documental, compreendendo a análise do processo de trabalho, gestão e fiscalização. (Em execução, conforme Decreto Judiciário nº 607, de 1º de agosto de 2024)

Auditoria Financeira (Projeto AUD-008/24-FIN) - Analisar os demonstrativos contábeis, relativos ao exercício de 2023, objetivando certificar se os registros foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com a legislação, bem como verificar se as demonstrações contábeis originárias refletem, adequadamente, a situação econômico-financeira do patrimônio do Poder Judiciário do Estado da Bahia. (Em execução, conforme Decreto Judiciário nº 607, de 1º de agosto de 2024)

4. Consultoria em Gestão de Riscos

Consultoria é atividade de aconselhamento prestado ao cliente, tendo em vista que a natureza e o escopo são acordados previamente e se destinam a adicionar valor à gestão, de modo a indicar caminhos com vistas ao aperfeiçoamento dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como da avaliação das melhores práticas que visem à implementação e/ou ao aperfeiçoamento de controles internos.

Considerando que o Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado da Bahia, especificamente no Objetivo Estratégico M9.6, estabelece a implantação da Gestão de Riscos institucionais como meta prioritária, foi realizado Projeto de Auditoria visando à elaboração da Política de Gestão de Riscos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Para tanto, foi instituído Grupo de Trabalho com a participação de representantes de várias unidades integrantes da estrutura administrativa do TJBA.

Como resultado dessa iniciativa, foi apresentada a Política de Gestão de Riscos do TJBA. Essa política é parte essencial e integrante do processo de implantação da gestão de riscos. Ela estabelece as bases e as orientações fundamentais, para que o gerenciamento de riscos seja conduzido de forma sistemática e eficaz ao definir os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e os procedimentos a serem seguidos.

Dessa forma, a Política de Gestão de riscos busca não apenas implementar uma nova prática de governança, mas também promover uma mudança cultural dentro do TJBA.

5. A Coordenação de Auditoria em Números

ATIVIDADES FINALÍSTICAS	
Avaliações	4
Monitoramentos	4
Consultoria	1

COMUNICAÇÕES EM AUDITORIAS	
Recomendações	118
Notas de Auditoria	2

RECOMENDAÇÕES MONITORADAS	
Atendidas	30
Em Atendimento	21
Não Atendidas	17
Suspensas	5

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	
Cursos	18
Horas de Treinamento	963

6. Principais benefícios para a Administração provenientes das atividades de auditoria

- 1) Consultoria do tipo assessoramento para a elaboração e a apresentação da Política de Gestão de Riscos do TJBA.
- 2) Assessoramento para a elaboração e a apresentação do Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços.
- 3) Instituição da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina do TJBA, em consonância com a Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023.
- 4) Aprimoramento dos procedimentos e otimização do fluxo na condução dos processos sancionatórios aplicados a fornecedores ou licitantes.
- 5) Melhoria dos trabalhos da Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores e Aplicação de Sanções Administrativas, como órgão responsável e eficaz na aplicação de sanções.
- 6) Formalização e consolidação dos controles patrimoniais, principalmente em relação aos ativos intangíveis que, anteriormente, não eram reconhecidos e registrados, assegurando a conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- 7) Aprimoramento do controle e operacionalização dos bens móveis e imóveis do TJBA.
- 8) Estruturação e organização dos processos de tombamento, incorporação e movimentação dos bens móveis e dos controles associados aos bens imóveis.
- 9) Aprimoramento da fiscalização e instrução dos processos de pagamento referentes ao serviço de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas e nos equipamentos de refrigeração do TJBA.
- 10) Instituição de Grupo de Trabalho para propor diretrizes à implementação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
- 11) Proposição para formação de Grupo de Trabalho para a realização de estudos e regulamentação da gestão e do pagamento das verbas de Indenização de Transportes e da Gratificação de Atividade Externa(GAE), com o objetivo de melhorar a gestão, a fiscalização e o pagamento dessas verbas.
- 12) Inclusão de controles no sistema de folha de pagamento, referentes à Gratificação de Atividade Externa(GAE).
- 13) Regularização das não conformidades apontadas quanto ao pagamento das verbas: Condições Especiais de Trabalho(CET) e Adicional de Tempo de Serviço(ATS).

7. Outras Ações Relevantes

7.1 Avaliação da Unidade de Auditoria Interna pela Comissão Instituída por meio do Decreto Judiciário nº 250/2024.

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud), foi instituído o Programa de Avaliação de Qualidade da Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (PQAUDI-TJBA), por meio do Decreto Judiciário nº 269, de 22 de março de 2022.

O PQAUDI apresenta-se em duas perspectivas de avaliação: interna e externa. A primeira subdivide-se, por sua vez, na avaliação contínua (realizada pela equipe executora, Coordenador de Auditoria e pela unidade auditada, a cada projeto de auditoria); e na periódica (com aferição bianual pela alta Administração e com autoavaliação por Comissão de Auditores Internos, mediante o modelo IA-CM).

Em 2024, a Coordenação de Auditoria realizou a autoavaliação da capacidade de suas atividades, apresentando como produto o Relatório de Avaliação Periódica – Modelo IA-CM. Nesse documento, é possível verificar um diagnóstico detalhado sobre o nível geral de capacidade que a atividade de Auditoria Interna do TJBA possui, assim como observar as possíveis lacunas existentes e estabelecer, por meio do Plano de Ação IA-CM, ações necessárias à institucionalização de atividades essenciais de auditoria.

Para que sejam alcançados os objetivos estabelecidos no referido relatório, ou seja, alcance do Nível 2 em 2026 e do Nível 3 até 2028, é fundamental que a Auditoria conte com o apoio da Presidência do TJBA, fornecendo os recursos necessários e promovendo a colaboração entre as diferentes áreas do Tribunal.

7.2 Capacitação

Cumprimento do Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud 2024), em atendimento à Resolução nº 309 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), certificando 40 horas de capacitação anual mínima para cada servidor lotado na Unidade de Auditoria Interna, conforme demonstrado abaixo:

- a) Prevenção e Detecção de Fraudes em Licitações e Contratos;
- b) Amostragem Estatística Aplicada para os Testes de Controle nos Exames de Auditoria;
- c) Auditoria Interna do Poder Judiciário;
- d) Implantação do Sistema de Integridade do Poder Judiciário do Estado da Bahia;
- e) Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário; e
- f) Acessibilidade e Inclusão no Ambiente do TJBA.

7.3 Participação em comitê/comissões/grupos de trabalho

- Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud), realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- Reunião de Análise da Estratégia.
- Reunião de Líderes Avançados.
- Participação na Semana da Estratégia.
- Grupo de Trabalho instituído para a elaboração da Política de Gestão de Riscos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
- Comissão de Auditores da Avaliação Periódica 2022-2023.

7. Conclusão

A fim de contribuir, de forma efetiva, para o atingimento dos objetivos institucionais, a realização dos trabalhos auditoriais aponta para o progressivo fortalecimento da Coordenação de Auditoria e sua relação com as unidades e as instâncias de governança deste Tribunal, haja vista as ações de controle, monitoramento, consultoria e gerenciamento de riscos trazerem impactos positivos e oportunidades de melhorias, evidenciados a partir das recomendações consignadas em seus relatórios.



ASSESSORIA DE
AÇÃO SOCIAL



1. APRESENTAÇÃO

A Assessoria de Ação Social (AAS) foi criada por meio da Resolução nº 01/2006, com o propósito de aproximar cada vez mais o Poder Judiciário da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania, mediante a formulação e a execução de ações sociais.

AAAS, sob a coordenação da servidora Vanessa Travessa, está situada na Sala 308-Sul do Edifício principal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, tendo a estrutura de assessoramento vinculado à Presidência desta Corte de Justiça.

À Unidade compete planejar, implantar, coordenar e programar o gerenciamento dos projetos inerentes ao fortalecimento institucional, em especial no que diz respeito às ações de cidadania.

Em articulação e interagindo com as demais unidades e com os setores do TJBA, promove atividades que envolvem e estimulam o fortalecimento institucional, por meio de ações, feiras temáticas, campanhas, eventos internos que proporcionem a melhoria da qualidade de vida dos magistrados e dos servidores do Tribunal de Justiça da Bahia, bem como eventos de cunho social, programas de promoção da cidadania, inclusive, aqueles que atinjam, de algum modo, a população carente.

À Unidade compete, ainda, orientar os juízos e os órgãos externos do Poder Judiciário do Estado da Bahia no processo de implementação de ações, campanhas, programas e eventos de promoção da cidadania, condizentes com as atribuições do setor.

Para o cumprimento do seu mister institucional, a Coordenadoria está estruturada com a servidora Bárbara Suely Magalhães Ramos, o servidor Leonardo Bokor e 2 (duas) estagiárias de nível superior e médio, respectivamente.

2. OBJETIVOS

Atender ao objetivo estratégico M2.3 do PJBA, que tem como desafio “promover, anualmente, ao menos duas ações de cidadania voltadas à orientação do público escolar do ensino fundamental e médio, até 2026”.

Para atendimento desse objetivo, foram realizadas 5 (cinco) ações no ano de 2024, a saber:

2.1. Semana da Memória, com os eventos abaixo.

2.1.1. Visita de alunos do Colégio Estadual Dona Mora Guimarães para assistir à palestra "Versando sobre a história da cidade de Salvador" com Antônio Risério (Historiador e Antropólogo) e visita guiada as exposições.

2.1.2. Exposições: "Para que não se esqueça, para que nunca mais esqueça." (Praça de serviços -TJBA) e "Minha cidade, Minha História" (Átrio -TJBA).

2.1.3. Feira Literária: distribuição de livros para alunos da rede pública realizada em parceria com a Assembleia Legislativa da Bahia.

2.2. Projeto Biblioteca Amiga.

2.3. Projeto Contação de História.

2.4 Café com Autor.

2.5 Contribuição para o Projeto “Dia da Princesa”.

Imperioso, ainda, destacarmos que a Coordenadoria tem, dentre outros objetivos, as ações sociais voltadas ao atendimento de pessoas em estado de vulnerabilidade, tanto na cidade de Salvador quanto no interior, a exemplo das campanhas solidárias que visam arrecadar doações de brinquedos, agasalhos, material de higiene e alimentos não perecíveis, a fim de que possam ser destinados às instituições não governamentais.

3. PROJETOS

3.1. FEIRA ORGÂNICA - A Feira de Produtos Orgânicos e Naturais é realizada semanalmente. Os alimentos são vendidos diretamente por produtores, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento sustentável, isto é, livre de agrotóxicos, tornando o produto orgânico acessível ao maior número do público-alvo deste PJBA, já que os consumidores finais têm à disposição, frutas, verduras e legumes de alta qualidade e com preços razoáveis. Dessa forma, melhora a qualidade de vida dos servidores e dos magistrados, visando a uma alimentação equilibrada.

3.2. FEIRAS TEMÁTICAS - São realizadas em datas comemorativas, tais como Dia das Mães, Dia do Servidor Público, Dia da Mulher, São João, Natal e do Meio Ambiente. No decorrer do ano de 2024, foram realizadas 17 feiras.

3.3. PROGRAMA SER - Programa que contempla o Clube de Desconto Especial do Poder Judiciário, objetivando firmar parcerias com empresas de diversos ramos, com a finalidade de oferecer aos servidores e aos magistrados do Poder Judiciário do Estado da Bahia, ativos e inativos, mediante outorga de descontos na aquisição de produtos e serviços perante o credenciado. Assim, é importante informar que, atualmente, o Programa SER conta com 40 empresas parceiras.

3.4. CENTRO CULTURAL - Exposição das obras de artistas no átrio do Tribunal de Justiça da Bahia, dentro da programação do Centro Cultural, bem como nos Fóruns Ruy Barbosa e Regional do Imbuí, ambos na Capital. Anualmente, o TJBA publiciza editais para a inscrição dos interessados, publicados no DPJ, onde o(a) artista deve realizar a inscrição, mediante requisitos previamente estabelecidos. Além disso, deve apresentar proposta com dados de identificação civil e uma mostra do trabalho a ser exposto. É oportuno mencionar que, em 2024, o Centro Cultural promoveu um total de 24 exposições no Tribunal de Justiça e no Fórum Ruy Barbosa, conforme registrado nas ações concluídas.

3.5. CAMPANHAS SOLIDÁRIAS - São realizadas campanhas para a doação de brinquedos, agasalhos, material de higiene e alimentos não perecíveis para Instituições não governamentais da Capital. No ano de 2024, foram realizadas 28 campanhas solidárias com base nos indicadores estabelecidos, conforme registrado nas ações concluídas.

4. AÇÕES EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS (2024)

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/Local	Participantes	Arrecadado / Beneficiados
2024	CAMPANHA SOPA DO AMOR- Divulgação e arrecadação de Cobertores, itens de higiene brinquedos, alimentos e roupas, para o programa sopa do amor, voltada aos moradores de rua. (Assessoria de Ação Social em parceria com o Gabinete da Juíza Substituta Dra. Maria do Rosário P. da Silva Calixto)	MENSAL	TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com o Gabinete da Juíza Substituta Dra. Maria do Rosário P. da Silva Calixto	Ação com moradores de rua
	Reunião do Núcleo Socioambiental do TJBA	MENSAL	TJBA	Assessoria de Ação Social – AAS, em parceria com o Núcleo Socioambiental	Fortalece compromisso com a sustentabilidade
	TJBA e quatro instituições filantrópicas firmam acordos para impulsionar a solidariedade e a agricultura sustentável - Com o objetivo de fortalecer a promoção da solidariedade e da sustentabilidade ambiental, firmou parceria com três instituições filantrópicas, a fim de oficializar a entrega dos alimentos provenientes das hortas existentes do Judiciário. As entidades contempladas foram: Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil (NACCI), Organização de Auxílio Fraterno (OAF) e Lar da Valorização Individual do Deficiente Anônimo (LAR VIDA).	10 de janeiro	TJBA	A parceria foi firmada mediante a assinatura de termos de compromisso. Além da Presidente do TJBA, assinaram os documentos a Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho, responsável pelo Núcleo Socioambiental; a Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, Supervisora do Núcleo de Cooperação Judiciária; e a Assessora de Ação Social, Vanessa Travessa.	Entrega dos alimentos provenientes das hortas existentes do Judiciário.
	Ação e Cidadania nas Escolas: projeto do TJBA concorre a Prêmio de Responsabilidade Social - Em uma demonstração de comprometimento com a responsabilidade social, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), através do projeto "Ação e Cidadania nas Escolas", da Assessoria de Ação Social, concorre ao Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ação, coordenada pela Servidora Vanessa Travessa e realizada na Escola Jesus Cristo, situada no bairro de Pau da Lima, em Salvador, representa uma iniciativa alinhada ao objetivo estratégico M2.3 do TJBA, que se propõe a promover ações de cidadania voltadas para a orientação dos estudantes do ensino fundamental e médio do estado da Bahia até o ano de 2026. Apoiaram a ação o Professor Iure Barros e a Diretora Rosângela Cardoso, além da Juíza Márcia Mascarenhas; dos servidores da Assessoria de Ação Social Bárbara Magalhães e Leonardo Bokor; e da estagiária Elíneuz Lima.	05 de fevereiro	TJBA	Assessoria de Ação Social- AAS	Objetivo estratégico M2.3 do TJBA, que se propõe a promover ações de cidadania voltadas para a orientação dos estudantes do ensino fundamental e médio do estado da Bahia até o ano de 2026.
	Semana da Mulher – feira de mulheres empreendedoras e palestras sobre a atuação profissional da mulher no âmbito da justiça - A fim de prestigiar e homenagear as mulheres atuantes no campo da justiça, a Assessoria de Ação Social do (TJBA), a Associação de Magistrados da Bahia (AMAB) e a Associação dos Magistrados Aposentados da Bahia (AMAP) deram início à "Semana da Mulher Conectando Talentos, Cuidando da Saúde, Fortalecendo Laços, Valorizando o Universo Feminino".	04 a 06 de março	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a AMAB	Semana da Mulher Conectando Talentos, Cuidando da Saúde, Fortalecendo Laços, Valorizando o Universo Feminino"
	Tribunal de Justiça da Bahia celebra o Dia Internacional da Mulher com Reconhecimento às Agentes de Limpeza.	11 de março	Fórum Regional de Imbuí	Assessoria de Ação Social	Lançamento do Edital Centro Cultural
	Lançamento do Edital Centro Cultural- A Assessoria de Ação Social (AAS) do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) abriu o prazo para inscrição de artistas interessados em expor obras de arte no edifício-sede da Corte, situado no Centro Administrativo da Bahia (CAB); no Fórum Ruy Barbosa, localizado no Campo da Pólvora; e no Fórum dos Juizados, no bairro do Imbuí.	Março Diário n. 3525	SITE DO TJBA DPJ	Assessoria de Ação Social em parceria com o artista Jefi Zavarize	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Feira da Páscoa	25 a 28 de março	Praça de Serviço do TJBA	45 expositores	Aprox. 90kg de alimentos não perecíveis e 45 presentes femininos
	Sorteio Bolsas de Estudos na Minds	29 de março a 1º de abril	Link da escola	Assessoria de Ação Social – AAS, em parceria com a Minds English School.	Servidores beneficiados - TJBA

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/ Local	Participantes	Arrecadado / Beneficiados
	Exposição Centro Cultural - "Arte como Cura e Transformação", do Artista Plástico Reinaldo Calixto. As obras estão em exibição no átrio do prédio-sede da Corte, localizado no Centro Administrativo (CAB). A mostra apresenta criações elaboradas utilizando a técnica do óleo sobre tela e explora temas como a natureza, a espiritualidade, a diversidade cultural e a resiliência humana, oferecendo uma experiência artística que convida à reflexão e à contemplação.	Abril De 1º/04 a 06/04	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com o artista Reinaldo Calixto	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Decreto Judiciário institui Projeto "TJBA Mais Perto" É uma iniciativa dedicada a fortalecer a conexão entre a Administração do Tribunal de Justiça da Bahia e as unidades judiciais de primeiro grau, garantindo um ambiente de trabalho adequado para colaborar com a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. https://www.tjba.jus.br/portal/unidades-administrativas-articipam-do-tjba-mais-perto-assessoria-de-acao-social-e-nucleo-de-arrecadacao-esclarecem-suas-funcoes-no-judiciario-baiano/	Decreto Judiciário n. 309, de 08 de 2024 20 de maio 23 de maio 28 de maio 14 de junho 10 de julho 11 de setembro 14 a 15 de outubro	Fórum Ruy Barbosa Fórum Regional do Imbuí Fórum Criminal de Sussuarana Fórum de Vitória da Conquista Fórum Tarcilo Vieira de Melo-Barreiras Comarca de Juazeiro Fórum Filinto Bastos – Feira de Santana	O Projeto conta com a participação e a colaboração das seguintes unidades: Assessoria de Ação Social (AAS); Segesp; Setim; Sejud; Seplan; Sead; DPG; NAF; AEP I; AEP II; Coje; CGPRES; e NACP.	Doações: 171 pacotes de fraldas e 158 Kg de alimentos.
	Artista Plástico Dimas Gomes apresenta exposição de pinturas no TJBA - As obras de arte exibidas são uma fusão entre as características renascentistas e os elementos do século XXI, destacando-se não apenas pela diversidade de cores e tons, mas também pela variedade de estilos artísticos.	15 a 26 de abril	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com o Dimas Gomes	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Concurso "Minha Mãe Bem na Foto" - Em um gesto de carinho e reconhecimento, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), por meio da Assessoria de Ação Social (AAS), promove o concurso de fotografia "Minha Mãe Bem na Foto". A iniciativa incentiva os servidores a enviarem fotos que retratem momentos especiais com suas mães, manifestando a importância desse vínculo familiar.	22 de abril a 3 de maio	Site do TJBA	Assessoria de Ação Social	Premiações de 3 cestas
	Feira Dia das Mães	1ª semana – de 02 a 07 de maio	Praça de Serviço do TJBA	50 expositores	100 kg alimentos não perecíveis e 50 presentes femininos
	Campanha do Desapego	De 03 de maio a 28 de junho	TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas	Campanha de arrecadação de roupas em prol do Coletivo Mães do Arco-íris
	Exposição Centro Cultural - Utiliza a técnica da arte francesa, um trabalho de sobreposição de papéis que dá a impressão de profundidade, pois produz uma imagem realística com relevo, a Artista Plástica Hilzete Torres, com mais de dez anos de carreira, expõe suas obras de arte no átrio do Fórum Ruy Barbosa.	De 02 a 17 de maio	Fórum Ruy Barbosa	Assessoria de Ação Social – AAS, em parceria com Hilzete Torres	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Feira Dia das Mães	2ª semana – De 08 a 10 de maio	Praça de Serviço do TJBA	32 expositores	Total de 72 unidades de fraldas geriátricas e 72 presentes femininos
	Feira Literária	De 06 a 10 de maio	Praça de Serviço do TJBA	Semana da Memória, AAS em parceria com a Comissão Permanente de Memória, em obediência à Resolução CNJ nº 316/2020, e a Assembleia Legislativa da Bahia	88 exemplares de livros doados aos estudantes da rede pública.
	Palestras – "Versando sobre a história da cidade de Salvador" – Antônio Risério (Historiador e Antropólogo). Exposições: "Para que não se esqueça, para que nunca mais esqueça." e "Minha cidade, Minha História".	De 06 a 10 de maio	Praça de serviços -TJBA Átrio -TJBA	Promovemos a vinda dos alunos do Colégio Estadual Dona Mora Guimarães. Parceria: Instituto Flávia Abubakir e Fundação Pedro Calmon	Palestras e exposições Objetivo estratégico M2.3 do TJBA, que se propõe a promover ações de cidadania voltadas para a orientação dos estudantes do ensino fundamental e médio do estado da Bahia até o ano de 2026.

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/ Local	Participantes	Arrecadado / Beneficiados
	CAMPANHA "JUNTOS PELO RIO GRANDE DO SUL".	De 09 a 31 de maio	Praça de Serviço do TJBA/ Fórum Ruy Barbosa/ Fórum do Imbuí	Assessoria de Ação Social em parceria com a SEGESP, a DAS e a ASCOM.	Campanha de arrecadações de roupas adulto e infantil; roupas de cama; produtos de higiene pessoal; fraldas descartáveis; alimentos não perecíveis; saco de lixo; água mineral; e ração para cães gatos - 30 caixas.
	Divulgação do resultado do concurso de fotografia "Minha Mãe Bem na Foto".	15 de maio	Site do TJBA	Assessoria de Ação Social	Cestas de presentes para os três ganhadores.
	TJBA agradece a colaboradores os itens doados em campanha para vítimas da enchente no Rio Grande do Sul	28 de maio	Fórum Ruy Barbosa, Fórum Regional do Imbuí, Fórum Criminal e edifício-sede do Tribunal (localizado no CAB)	Coordenada pela Assessoria de Ação Social e pela Secretaria de Gestão de Pessoas e com a parceria da ONG Seja Semente. A Ouvidoria Judicial participou, ativamente, da arrumação dos itens a serem enviados para o estado gaúcho.	Ao todo, foram doados 596 litros de água, 893 kg de alimentos não perecíveis, 161 caixas de roupas, 375 itens de higiene pessoal e 327 kg de ração.
	Exposição Centro Cultural - A exposição de fotografias sobre o Rio São Francisco, da Comissão Especial de Proteção ao Rio São Francisco da OAB/BA	De 03 a 14 de junho	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com Comissão Especial de Proteção ao Rio São Francisco da OAB/BA.	Semana sustentabilidade
	Feira de Sustentabilidade	De 04 a 7 de junho	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social – AAS, em parceria com Núcleo Socioambiental e com empresas: Fundação Vovó do Mangue e Caravana da mata atlântica.	Feira objetiva proporcionar uma experiência com vistas à construção de uma nova consciência sob a perspectiva da sustentabilidade. Em parceria com a Caravana da Mata Atlântica, foram feitas doações de muda para os servidores: 120 no total.
	Entrega de doação para o Projeto Circule um Livro, da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal	07 de junho	Associação Baiana das Empresas de Base Florestal	Assessoria de Ação Social	A iniciativa visa incentivar a leitura e facilitar o acesso a livros em espaços públicos – Foram doados 50 livros
	Entrega de donativos ao Coletivo Mães do Arco-íris em apoio à comunidade LGBTQIA+	07 de junho	Coletivo Mães do Arco-íris	Assessoria de Ação Social em parceria com Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas.	Arrecadação de roupas em prol do Coletivo Mães do Arco-íris – um grupo de familiares que cooperam pela integridade de pessoas LGBTQIA+ da Bahia – foram entregues a representantes da entidade filantrópica
	Entrega de doação para Programa de Consumo Sustentável Recicle (Ciclik)	07 de junho	Ciclik	Assessoria de Ação Social – AAS	A iniciativa visa proporcionar o consumo sustentável (151 kg de papel)
	Entrega de doação para o instituto Lar Vida	11 de junho	Instituto Lar Vida	Assessoria de Ação Social - AAS	64 kg de alimento
	Feira Dias Dos Namorados	De 11 a 14 de junho	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social - AAS	Aprox. 47 fraldas geriátricas
	Feira do São João	De 18 a 21 de junho	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social – AAS – 52 expositores	52 fraldas geriátricas
	Exposição Centro Cultural - Com representações da figura humana em carvão e grafite, o artista plástico Luciano Santos exhibe a exposição "Artes, Desenhos e Pinturas" no átrio do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA).	De 18 a 29 de junho	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com Luciano Santos	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Feira de Empreendedorismo - LGBTQIAP+	De 25 a 28 de junho	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em questões de Gênero e Orientação Sexual do TJBA (COGEN).	I Semana de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+ do TJBA: "Produzindo vida e celebrando direitos".

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/ Local	Participantes	Arrecadado / Beneficiados
	Exposição Centro Cultural - Esta é minha primeira exposição profissional e, com muito carinho, quis mostrar três perspectivas diferentes por meio dos temas: Justiça, Orixás e Natureza", declara a artista Flávia Lima de Queiroz.	De 03 a 12 de julho	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a artista Flávia Lima de Queiroz.	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Unidades administrativas participam do TJBA Mais Perto; Assessoria de Ação Social e Núcleo de Arrecadação esclarecem suas funções no Judiciário baiano. A Assessoria de Ação Social (ASS) explica sobre os serviços prestados, a exemplo da campanha promovida para arrecadar doativos às vítimas da enchente no Rio Grande do Sul e da campanha arco-íris, que busca promover a solidariedade e auxiliar pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade. Entrega de doação.	11 de julho	Barreiras	Assessoria de Ação Social - AAS	76 Kg de alimentos
	Exposição Centro Cultural - A artista plástica Gil Santana traz ao Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) a exposição "Um sertão que mora em mim". A mostra conta com pinturas lúdicas que remetem ao ambiente da infância da própria artista. "Significa lembrança de um SER tão especial que vive em mim. São boas recordações, no meio da aridez do próprio sertão," disse Gil, quando perguntada sobre o significado da exibição.	De 15 a 26 de julho	Átrio TJBA Fórum Ruy Barbosa	Assessoria de Ação Social em parceria com a artista Gil Santana.	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Exposição Centro Cultural - A exposição Santos e Orixás, do artista Samuel Cruz, constitui obras que são esculturas feitas com a utilização de papel e emolduradas em quadros, retratando figuras de santos e orixás diversos. Alguns trabalhos a serem mencionados são: Santa Dulce dos Pobres, a crucificação de Jesus Cristo, Oxóssi, Xangô e Nanã.	De 22 a 26 de julho	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com o artista Samuel Cruz	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Feira Dia dos Pais	De 30 de julho a 02 de agosto	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social - 32 expositores	32 latas de leite em pó e 32 brinquedos
	Exposição Centro Cultural: A exposição "Resplandecer", de autoria da artista plástica Maria Thereza. As obras são pinturas feitas em acrílico com painéis em alto relevo, com pedrarias e cristais. A autora tira grande parte de sua inspiração nas cores provindas da natureza.	De 29 de julho a 09 de agosto	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a artista Gil Santana.	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Semana de Saúde e Bem-estar	De 06 a 08 de agosto	TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a SEGESP	Objetivo de conscientizar sobre os cuidados com o corpo e a mente. É aberto aos públicos interno e externo, na Praça de Serviços situada na sede do Tribunal, no CAB. Há uma vasta oferta de serviços, produtos e alimentos relacionados à saúde, além de dinâmicas interativas e brindes.
	Exposição Centro Cultural - A exposição "Travessia – Colorindo o mundo com a alma", da Artista Plástica Margarita Arize, utilizando a técnica óleo sobre a tela. Os trabalhos apresentados foram produzidos em diversos momentos da carreira da artista. Presente em outras exposições dentro e fora do país, as obras retratam animais, pessoas, paisagens, figuras abstratas, frutas e flores, de forma colorida e vibrante.	De 12 a 23 de agosto	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a artista Margarita Arize	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Corrente do Amor: Mutirão de exames de paternidade do projeto Pai Presente	De 13 a 16 de agosto	Laboratório BIOCROMA	Assessoria de Ação Social em parceria com NUPEMEC	32 brinquedos
	Semana do Estagiário: Feira das oportunidades	De 19 a 23 de agosto	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a CODES.	Feira das oportunidades
	CAMPANHA DOAÇÃO LEITE EM PÓ	De 14 a 31 de agosto	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com NSA	37 unidades

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/Local	Participantes	Arrecadado / Beneficiados
	Feira de Acessibilidade	De 26 a 30 de agosto	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a comissão de acessibilidade e inclusão	O objetivo é que a sociedade compreenda a importância de romper com os limites impostos por uma cultura que deve ser superada e avançar rumo à integração de todos.
	Exposição Centro Cultural - A mostra nomeada "Tons que colore a vida", de autoria da artista plástica Juçara Freire. As obras foram criadas com o uso de pinturas em acrílico sobre tela, espátulas e pincéis, a fim de imprimir naqueles que as contemplam o sentimento de amor às diversas expressões da natureza, da vida e da religiosidade.	De 02 a 09 de setembro	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a artista Juçara Freire.	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	Feira as Primavera	De 03 a 06 de setembro	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social – 43 expositores	43 fraldas geriátricas e 43kg de alimentos
	Feira as Primavera	De 10 a 13 de setembro	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social - 49 expositores	49 brinquedos e 49 kg de alimentos
	Exposição Centro Cultural: Artista Plástica Beatriz Dib, de apenas 14 anos.	De 07 a 11 de outubro	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a artista Beatriz Dib.	O valor arrecadado com a venda das obras foi destinado à Instituição Vida – Valorização Individual do Deficiente Anônimo (LAR VIDA).
	Feira do Servidor	De 15 a 18 de outubro	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a SEGESP E DAS, na SEMANA DO SERVIDOR - 35 expositores	SEMANA DO SERVIDOR
	Exposição Centro Cultural: uma exposição celebra a paixão pela arte de quatro servidores da Corte. Tintas, histórias, quadros, estudos e memórias se entrelaçam em obras que revelam o desenvolvimento da vida dos autores e as narrativas por trás de cada composição.	De 14 a 18 de outubro	TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com os servidores	SEMANA DO SERVIDOR
	Exposição Centro Cultural - A mostra nomeada "Um Novo Olhar", de autoria do Artista Plástico Sergio Amorim. A exposição traz pinturas em impressionismo, realizadas com rápidos movimentos com espátula; e em aquarela, produzidas à base de água, por meio da qual os traços são trabalhados de forma mais fluida, em um tema livre.	De 14 a 25 de outubro	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com o artista Sergio Amorim.	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	"Dia da Princesa"; ação promoveu encontro de estudante com Juíza da Comarca de Sobradinho	17 de outubro	Sobradinho	Assessoria de Ação Social em parceria com a Juíza Luciana Paim da Comarca de Sobradinho	Ação promoveu encontro de estudante com Juíza da Comarca de Sobradinho . Objetivo estratégico M2.3 do TJBA, que se propõe a promover ações de cidadania voltadas para a orientação dos estudantes do ensino fundamental e médio do estado da Bahia até o ano de 2026
	PROJETO CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	22 de outubro	Creche Escola Tereza Cristina	Assessoria de Ação Social em parceria com Servidores voluntários	Contação de Histórias e 90 brinquedos
	Entrega de mudas	08 de novembro	Praça de Serviço do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a Caravana da mata atlântica	Doações de 80 mudas para os servidores
	Exposição Centro Cultural - A exposição "Máscaras e Arquétipos", da arteterapeuta e artista plástica Ana Sanches.	De 04 a 08 de dezembro	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com o artista Ana Sanches	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	1ª Corrida da Justiça proporciona momento de lazer e confraternização; mais de 2 toneladas de alimentos foram arrecadadas	11 de novembro	TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a SEGESP	Foram arrecadados 407 quilos de leite e 1.725 quilos de itens da cesta básica, totalizando 2 toneladas e 132 quilos de alimentos.

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/ Local	Participantes	Arrecadado / Beneficiados
	Exposição Centro Cultural - A exposição "Minha Mainha", da artista visual Teka Portela. As obras propõem um passeio pela sua ancestralidade e homenageia o "Novembro Negro", mês que visa recordar e evidenciar as lutas e as resistências da população negra contra o racismo, o preconceito, a discriminação racial e as desigualdades sociais.	De 11 a 22 de novembro	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com o artista Sergio Amorim.	Quadro doado para o acervo do TJBA.
	CAMPANHA NATAL EXTRAORDINÁRIO	De 18 de novembro a 19 de dezembro	Município de Itapicuru	Assessoria de Ação Social em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude e Comarca de Itapicuru	1.400 brinquedos novos
	SEMANA DO CONSUMO CONSCIENTE	De 26 a 29 de novembro	Praça de serviços do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com Núcleo Socioambiental	Consumo consciente
	Exposição Centro Cultural: Artista Antônio Cotrim	De 26 a 13 de dezembro	Praça de serviços do TJBA e Anexo I	Assessoria de Ação Social em parceria com o Artista Antônio Cotrim	Banquinho criativo doado para o acervo do TJBA.
	CAFÉ COM AUTOR	26 de novembro	Creche Escola Teresa Cristina	Assessoria de Ação Social	O jovem Ícaro Filho, autor do livro "Reino Encantado de Uma Cor Só", foi convidado para ler sua obra. O autor mirim realizou, ainda, atividades com as crianças entre 2 e 10 anos de idade.
	Exposição Centro Cultural - "Encontro Sagrado", da Artista Irlânia Mercês. Na ocasião, a artista plástica Irlânia Mercês traz para o TJBA peças de arte sacra para exposição e venda, em diversos tamanhos, feitas de gesso e vestidas, manualmente, com exclusividade. Seu acervo funciona como uma viagem pelo tempo, retornando ao século passado e observando a essência de uma cultura sacra de grande valor, material e histórico.	De 02 a 19 de dezembro	Átrio TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com a artista Irlânia Mercês.	Duas esculturas doadas para o acervo do TJBA.
	Feira de Natal	De 10 a 13 de dezembro	Praça de Serviços do TJBA	Assessoria de Ação Social	48 Kits com perfume, hidratante e sabonete líquido
	Feira de Natal	1ª semana De 16 a 19 de dezembro	Praça de Serviços do TJBA	Assessoria de Ação Social	Brinquedos e kg de alimentos
	Papai Noel dos Correios	De 09 a 18 de dezembro	Átrio do TJBA	Assessoria de Ação Social em parceria com os Correios	O objetivo dessa ação é apadrinhar as cartinhas escritas por alunos da rede pública, nas quais eles expressam seus pedidos de presentes para o Papai Noel. A iniciativa da AAS vai além da troca de presentes, pois busca concretizar sonhos e estimular as crianças a cultivarem o hábito da escrita, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais. Foram adotadas 220 cartinhas.
	Entrega de doações	19 de dezembro	Obras Sociais Irmã Dulce	Assessoria de Ação Social – (AAS)	54 Kits com perfume, hidratante e sabonete líquido
	Entrega de doações	19 de dezembro	Os correios	Assessoria de Ação Social – (AAS)	200 - Brinquedos
	Entrega de doações - Doação para a Campanha Natal Extraordinário	19 de dezembro	Doação para a Campanha Natal Extraordinário	Assessoria de Ação Social – (AAS)	1.400 - Brinquedos



GABINETE DE
SEGURANÇA INSTITUCIONAL



1. Apresentação

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) tem por atribuição promover as condições adequadas de segurança, a fim de possibilitar aos(as) magistrados(as) e aos(as) servidores(as) do Poder Judiciário da Bahia (PJBA) o pleno exercício de suas competências e atribuições em perfeito alinhamento com o Plano Estratégico Institucional, contribuindo para o alcance da sua visão de futuro: o PJBA ser modelo de excelência na prestação jurisdicional.

2. Objetivos

Durante o ano de 2024, a administração do GSI buscou os seguintes objetivos:

- aperfeiçoamento tecnológico da gestão;
- fortalecimento do laços institucionais entre o PJBA e o Poder Executivo, via formalização do convênio de cessão dos policiais militares atuantes no GSI;
- viabilização dos recursos do FUNSEG para aquisição de itens de Segurança Institucional;
- melhorias físicas e tecnológicas no Centro Integrado de Gestão da Segurança, sobretudo o serviço de videomonitoramento;
- criação da Coordenação de Projetos;
- aperfeiçoamento das doutrinas de trabalho mediante novos protocolos de atuação;
- intensificação da capacitação do efetivo;
- ampliação e renovação do efetivo;
- incremento do material bélico;
- reformas nas instalações e construção de novo alojamento.

3. Ações em andamento / concluídas

3.1 – EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, AQUISIÇÕES, BASE DOUTRINÁRIA E LEGAL

a) Implantação do Portal de Gestão do GSI, que desenvolvido internamente, tem por objetivo aperfeiçoar a gestão das atividades operacionais, administrativas e de inteligência desempenhadas pelo GSI. Estruturado de acordo com a atual disposição funcional do Gabinete, esse software organiza e categoriza seus conteúdos, possibilitando uma pesquisa rápida e eficaz, servindo, dessa forma, como instrumento de auxílio na tomada de decisões pela Chefia do Gabinete. Ferramentas de controle da distribuição do efetivo, checagem de presença e das condições de trabalho em cada posto de serviço são diariamente checadas. O Portal do GSI já conta com duas ferramentas de alerta sonoro: o botão de emergência, que pode ser acionado em qualquer unidade através do portal e envia a mensagem sobre emergência policial ou de bombeiros, indicando o local da demanda; e a ferramenta de clima das sessões de julgamento, que indica

se o clima está tranquilo, tenso ou agressivo, sinalizando, também, o local do evento. A interface do Portal do GSI para administradores de fóruns e juízes diretores já está concluída e aguarda liberação para entrar em funcionamento a partir de 2025. Vemos, abaixo, uma parte da página principal do portal.

**PORTAL DE GESTÃO
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
TJBA**

PAINEI DE CONTROLE

EFETIVO DIÁRIO

Mural	Portfólio de serviços	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0
Atendimentos pendentes: 4	Projetos/misões em atraso: 4	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0
Munições p/ visto: 26	Coletes p/ visto: 22	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0	Relat. de OS p/ visto: 0
Viaturas pendentes de descarga: 8	CONTATOS TJBA	SIGA TJBA	SEI BA	EFETPOL PMBA	INTRANET PMBA	E-FORMS PMBA	E-MAIL OFICIAL	Reuniões online	

COMANDANTES DO POLICAMENTO

Escorta da Presidência: Maj Corina
FCS: Maj Menor
FCS e Lapinha: Cap João
Sede e Apoio de Polícia: Cap May
Preta de Santos: Cap Lázaro
Imbuí, Unirio e VAC: Ten Emanuel

FAST NEWS

19/12/2024

CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELO GSI EM 2024

1. Realização de 08 (oito) turmas de Curso Prático de Direção Defensiva em parceria com a UNICORP, totalizando 120 (cento e dois) alunos capacitados, dentre os quais Motoristas do TJBA, Oficiais de Justiça e Policiais Militares do GSI.
2. 14 (quatorze) turmas de Curso Prático de Tiro em parceria com a UNICORP, totalizando 140 (cento e quarenta) alunos capacitados, dentre os quais Policiais Militares do GSI e Servidores do TJBA.
3. 02 (duas) turmas de Curso de Atendimento Pré-hospitalar Tático em parceria com a UNICORP, totalizando 40 (quarenta) alunos capacitados, dentre os quais Motoristas do TJBA, Oficiais de Justiça e Policiais Militares do GSI.
4. 01 (uma) turma de Sétimo de Nivelamento em Proteção de Autoridades em parceria com a UNICORP, totalizando 24 (vinte e três) alunos capacitados, dentre os quais Policiais Militares do GSI.
5. Participação em 03 (três) Instrutores de Armamento e Tiro e Policiais de Direção Defensiva e Escorte, coordenadas pela Comissão Permanente de Segurança, voltadas ao público de Desembargadores e Juízes.
6. Capacitação em Defesa Pessoal, para o efetivo de acompanhamento da Presidência do TJBA.
7. Capacitação de Armamento e Tiro em Vitória da Conquista destinado ao grupo de acompanhamento da Jureta da Comarca de Ilhéus do Chocó (BA).
8. 01 (um) Oficial capacitado no Curso de Proteção de Autoridades, realizado pela Casa Militar do Governador da Bahia.
9. 01 (um) Oficial capacitado no Curso de Técnicas de Contrameças em Inteligência, realizado pela empresa BERKANA.
10. 01 (um) Oficial capacitado no Curso de Operações de Inteligência, realizado pelo Comando de Inteligência do PMBA.
11. 01 (um) Oficial capacitado no Estágio Especial de Inteligência para Órgãos Civis realizado pelo Centro de Inteligência do Exército Brasileiro.
12. 01 (um) Oficial capacitado no Curso Básico de Inteligência de Segurança, realizado pelo Comando de Inteligência do PMBA.
13. 01 (um) Oficial capacitado no Curso Básico de Análise de Inteligência, realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, em Palmas (TO).
14. 02 (dois) Policiais capacitados no Curso de Análise de Risco, ministrado pela Diretoria de Operações.

ANIVERSARIANTES DO MÊS

[05-12] Sub Ten PM Simone Bento de Jesus / [07-12] Cap PM Tássio Santiana Almeida / [08-12] Sd PM Evellin Cardoso da Silva / [10-12] Cap PM Ágla Alves Cruz Moy / [11-12] Cb PM Danilo Mourentino de Oliveira / [13-12] Sgt PM Decilucia Aguiar de Oliveira / [16-12] Sgt PM Valinúia Queiroz Contreras / [17-12] Sgt PM Marly Camara do Lago / [23-12] Sd PM Marlton Santos Carqueira / [25-12] Sgt PM Edina Pereira Carneiro / [30-12] Sd PM Rafael Carvalho de Souza / [30-12] Sd PM Marcos Santos Viégas / [31-12] Sd PM Dartan Rodrigues Figueiredo De Jesus

CAPACIDADE OPERACIONAL DO DIA 10/12/2024

EFETIVO: 36	VEÍCULOS: 4	PISTOLAS: 40: 36	PISTOLAS 380: 6	ARMAS PORTÁTEIS: 5	BASTÕES: 18	ARMAS DE ELÉTROCHOQUE: 0	CAPACETES: 0
ESCUDOS: 0	MUNIÇÕES: 40: 1585	MUNIÇÕES 380: 232	COLETES: 43	ALGEMAS: 13	CELULARES: 6	DETECTOR DE METAIS: 12	RÁDIOS: 37

MONITORAMENTO PERCENTUAL DOS CHECK-INS DO SERVIÇO DO DIA 10/12/2024

b) Proposta de renovação do Convênio entre o TJBA e a SSP

Diante do parecer emitido pela Consultoria Jurídica da Presidência em 29 de julho de 2024, este GSI prestou as seguintes informações à Assessoria Especial da Presidência – Assuntos Institucionais (AEP II):

b.1 - quantitativo exato de policiais militares a serem disponibilizados para o TJBA;

b.2 - quantitativo de policiais militares da ativa e/ou da reserva remunerada;

b.3 - especificação dos respectivos postos/patentes desses policiais;

b.4 - custo mensal estimado da remuneração dos policiais militares empregados. Após pareceres jurídico (CONSU) e orçamentário (CPA/SEPLAN) favoráveis, a minuta final do Termo de Cooperação Técnica nº 172/2024 foi encaminhada ao GSI pela Secretaria-Geral da Presidência (SGP), aguardando o ato de assinatura das partes interessadas.

c) Implementação da Coordenação de Projetos, buscando alinhar as iniciativas e as metas do GSI com o Plano Estratégico do PJBA (2021-2026).

d) Aprovação em 100% do Portfólio de Projetos de aquisição de itens de segurança institucional através do FUNSEG, cujos processos de aquisição estão em andamento, com previsão para as primeiras aquisições já no 1º semestre de 2025. O portfólio contendo 9 (nove) projetos foi elaborado e apresentado pelo GSI na reunião do Comitê Gestor do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados em 27 de junho de 2024, oportunidade em que foi aprovado à unanimidade por aquele colegiado, conforme se vê no Processo SIGA nº TJ-OFI- 2024/0628. A tabela abaixo indica os itens, suas quantidades e o respectivo processo SIGA.

Nº	PROJETO	OBJETO	QUANT./VALOR	PROCESSO SIGA
1	Transporte Seguro	veículo blindado	07	TJ-CON-2024/00501
2	Tiro Policial	munição de treinamento	30.000	TJ-CON-2024/00455
3	Transporte Seguro	strobo e sirene	90	TJ-CON-2024/00503
4	Segurança Aprox.	escorta de magistrado	R\$ 970.000,00	TJ-OFI-2024/07740
5	Varredura Eletrônica	kit TTK e Oscan Green	01	TJ-CON-2024/00535
6	M-Scope	pórtico detector portátil	04	TJ-CON-2024/00536
7	Segurança Cinética	bastão tático retrátil	130	TJ-CON-2024/00537
8	Segurança Pessoal	colete balístico dissimulado	30	TJ-CON-2024/00590
9	Segurança Pessoal	dispositivo incapacitante	20	TJ-CON-2024/00589

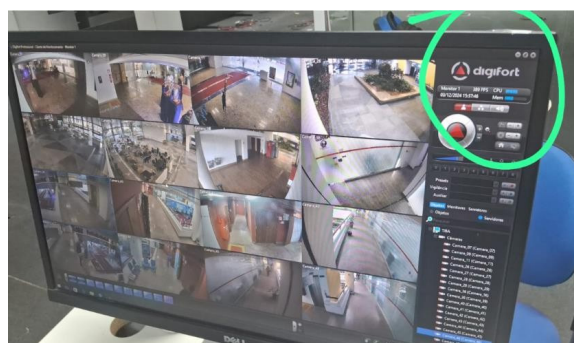
e) Minuta com proposta de texto a ser entregue para a apreciação da Comissão Permanente de Segurança sobre as condutas a serem seguidas nas visitas de inspeção realizadas por magistrados aos estabelecimentos prisionais.

f) Melhorias na administração do Centro Integrado de Gestão de Segurança (CIGS):

f.1 - criação de servidores de alta capacidade de memória, dedicados para extração e repositório de imagens do videomonitoramento, requisitadas sob demanda, evitando o armazenamento precário e inseguro em drives externos, como acontecia anteriormente;

f.2 – individualização dos acessos ao sistema de videomonitoramento, criando credenciais pessoais para os operadores, ajustando seus níveis de acesso e permissões no sistema. Antes, todos os operadores usavam uma mesma senha nível master;

f.3 – ao observar que as câmeras de monitoramento da sede do PJBA se encontravam todas off-line, foram feitas avaliações nos servidores que ficam dentro da sala de videomonitoramento. Um servidor encontrava-se formatado, sem o software da Milestone (xprotect); o outro está com problema no boot. Após as devidas instalações no primeiro servidor, foi constatado que não seria possível instalar o xprotect, pois este se encontra com a licença vencida. Após algumas análises e discussões, surgiu a possibilidade de usar o software da Digifort como possível solução. Após tratativas entre o GSI (CIGS) e a SETIM (DIN/CPROD), partiu-se para verificação da infraestrutura da rede. Passando o



scanner no switch do primeiro andar, foi verificado que existiam muitas câmeras ativas na rede, porém o sinal não chegava ao videomonitoramento. Foi identificado, ainda, que o switch do subsolo se encontrava desligado e, para surpresa de todos, após religá-lo, o sinal da fibra chegou até à sala de videomonitoramento, possibilitando a reativação do sinal de 74 câmeras da sede do TJBA. Hoje, essas 74 câmeras estão operacionais e gravando no software da Digifort, o que dará para a administração do TJBA tempo suficiente para regularizar as licenças expiradas. Em tempo, vale lembrar que se trata de um sistema legado que, há muito, está sem manutenção.

g) De 5 (cinco) Protocolos de Serviço para padronizar e nortear as ações dos policiais militares no Complexo do Fórum Ruy Barbosa, incluindo um protocolo exclusivo para júris de alta complexidade.

h) Projetos iniciados em 2024:

Nº	Projeto	Responsável	Percentual de andamento
1	Criação do Manual de Policiamento do GSI	Maj PM João Mansur	100%
2	Construção do Perfil Organizacional para o Relato Organizacional do GSI – Prêmio MEG/PMBA	Ten PM Emanuela Matheó	100%
3	Portfólio de Projetos de Aquisições de itens de Segurança Institucional 2024-2025	Maj PM Márcio Rios	100%
4	Elaboração do Portfólio de Serviços do GSI	Maj PM Carlos Eduardo	100%
5	Desenvolvimento do Portal de Gestão do GSI - TJBA	Ten Cel PM Alexnaldo Neves	100%
6	Projeto de elaboração da minuta de renovação de convênio entre o TJBA e a SSP/PMBA	Maj PM Márcio Rios	100%

3.2 – EFETIVO

a) Em janeiro de 2024, o GSI possuía 125 policiais militares. Atualmente, 137 PMs integram o corpo de segurança institucional do PJBA, traduzindo um incremento de 9,6%.

b) Quaduplicação do efetivo empregado na atividade de inteligência (UISI).

c) Renovação do efetivo geral em 36,7%.

3.3 – CAPACITAÇÃO

a) Realização de 8 (oito) turmas de Curso Prático de Direção Defensiva em parceria com a UNICORP, totalizando 110 (cento e dez) alunos capacitados, dentre os quais motoristas do TJBA, oficiais de justiça e policiais militares do GSI.

b) 14 (quatorze) turmas de Curso Prático de Tiro em parceria com a UNICORP, totalizando 140 (cento e quarenta) alunos capacitados, dentre os quais policiais militares do GSI e servidores do TJBA.



c) 2 (duas) turmas de Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Tático em parceria com a UNICORP, totalizando 40 (quarenta) alunos capacitados, dentre os quais motoristas do TJBA, oficiais de justiça e policiais militares do GSI.

d) 1 (uma) turma de Estágio de Nivelamento em Proteção de Autoridades em parceria com a UNICORP, totalizando 23 (vinte e três) alunos capacitados, dentre os quais policiais militares do GSI.

e) Participação em 3 (três) Instruções de Armamento e Tiro e Práticas de Direção Defensiva e Evasivas, coordenadas pela Comissão permanente de Segurança, voltadas ao público de desembargadores e juízes.

f) Capacitação em Direção Veicular, para o efetivo de acompanhamento da Presidência do TJBA. Capacitação de Armamento e Tiro em Vitória da Conquista destinado ao grupo de acompanhamento de uma magistrada com proteção pessoal em virtude de ameaça.

g) 1 (um) oficial capacitado no Curso de Proteção de Autoridades, realizado pela Casa Militar do Governador da Bahia.

h) 1 (um) oficial capacitado no Curso de Técnicas de Contramedidas em Inteligência, realizado pela empresa BERKANA.01 (um) oficial capacitado no Curso de Operações de Inteligência, realizado pelo Comando de Inteligência da PMBA.

i) 1 (um) oficial capacitado no Estágio Especial de Inteligência para Órgãos Cíveis, realizado pelo Centro de Inteligência do Exército Brasileiro.

j) 1 (um) policial capacitado no Curso Básico de Inteligência de Segurança, realizado pelo Comando de Inteligência da PMBA.

k) 1 (um) policial capacitado no Curso Básico de Análise de Inteligência, realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, em Palmas/TO.

l) 2 (dois) policiais capacitados no Curso de Análise de Risco, ministrado pela Diretoria de Operações Integradas de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

3.4 - LOGÍSTICA E ESTRUTURA

a) Durante o ano de 2024, houve um incremento do material bélico à disposição dos PMs do GSI com os itens relacionados abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Fuzil ARAD 556 - B2301858	1
Carregadores para Fuzil Arad	4
Optronico para Fuzil Arad	1
CT. 30 – COU 8825	1
Carregadores para CT.30 COU	3
Fuzil IA2 556 – JFA 04909	1
Carregadores Fuzil IA02	4
Munições cal. 556	359

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Munições Cal.30	1.219
GL 304 – Efeito Moral	5
GL 305 - Lacrimogênio	1
G3 7.5 Lacrimogênio	2
GL 307 – Luz e Som	1
GL 308 - Pimenta	1
CS	4

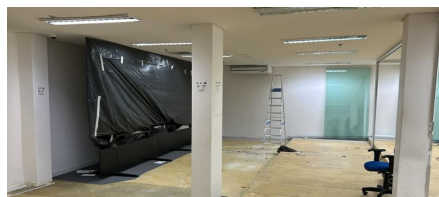
b) Início das obras do novo alojamento do GSI, em frente ao CIGS, conforme projeto em parceria com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).



c) Resolução do problema do mofo que estava presente na sala de videomonitoramento do CIGS, causando problemas respiratórios aos operadores. Foi construída uma nova parede em paralelo, isolando a parede com umidade que proliferava o mofo.



d) Troca do piso do CIGS (retirada do carpete e instalação de piso vinílico), com vistas à minimização da insalubridade no local. A reforma compõe um novo desenho do ambiente, incluindo uma sala de descompressão para os operadores.



e) Manutenção e pintura completa na sala onde fica instalada a guarda da Central dos Juizados Especiais (Imbuí), incluindo a sala da Supervisão do Policiamento (1º Andar), cozinha, alojamentos e sanitários.

f) Reforma com a pintura da sala onde ficam os policiais militares de serviço na Vara de Audiência de Custódia da Comarca de Salvador.

g) Reforma dos mastros das bandeiras nos prédios do PJBA da Comarca de Salvador e Feira de Santana, os quais estavam desgastados e, em alguns casos, sem funcionamento.

h) Realização de pintura das instalações da guarda do Fórum Des. Filinto Bastos, em Feira de Santana.

i) Pintura da sala de videomonitoramento do Fórum Ruy Barbosa.

j) Pintura completa da sala da guarda, incluindo a cozinha, os alojamentos e os sanitários do Fórum Ruy Barbosa.

k) Reforma das celas de custódia, incluindo pintura, instalação de novos cadeados, almofadas para os assentos e melhorias nos sanitários do Fórum Ruy Barbosa.

3.5 - ATIVIDADE OPERACIONAL

a) Designação de dois oficiais para comandar o policiamento ostensivo empregado na sede do TJBA e nas três unidades judiciárias da Comarca de Feira de Santana: Fóruns Des. Filinto Bastos, Desa. Ruth Pondé e Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

b) Em 2024, os policiais militares do GSI passaram a dispor de rádios comunicadores de última geração (tecnologia LTE), possibilitando acompanhar ocorrências nas adjacências das unidades judiciárias e facilitando a comunicação com as unidades da PMBA responsáveis pelo policiamento local em casos de emergência.

c) Recolhimento de 738 itens (armas de fogo, armas brancas e munições) em diversas comarcas para a devida destinação em conformidade ao Ato Normativo Conjunto TJBA nº 11, de 10 de junho de 2020.

3.6 - ATIVIDADES DE ASSESORIA E APOIO

Em 2024, foram realizados 43 atendimentos a magistrados nas áreas de assessoria militar, apoio operacional, renovação de porte de arma e socorro, dos quais 4 ainda estão em andamento. 90% dos atendimentos foram concluídos.

3.7 – ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

a) Procedimentos de varredura ambiental (análise de espectro e busca de transmissores de radiofrequência) no Gabinete da Presidência (sala 332 – S); na 1ª Vice-Presidência (sala 320 – S); na AEP 1 (sala 301 – S); na AEP 2 (sala 303 – S); na Chefia de Gabinete da Presidência (sala 309/311 – S); na Consultoria Jurídica da Presidência (sala 302 – S); na Secretaria-Geral da Presidência (sala 315 – S); na Secretaria de Administração (sala 314 – Anexo II); no Gabinete do Des. Renato Ribeiro Marques da Costa (sala 111 – N); e no Gabinete de Segurança Institucional (sala 313 – S).

b) Proteção pessoal de uma magistrada iniciada desde 24 de outubro de 2022. Uma segunda magistrada teve a sua segurança pessoal iniciada em 3 de junho de 2024.

c) Produção de 58 relatórios de assessoramento à Comissão Permanente de Segurança em relação à Segurança Institucional do PJBA.

4 Indicadores

a) Ordens de serviço atendidas (comparativo 2023 – 2024):

DE JAN A DEZ DE 2023		DE JAN A DEZ DE 2024	
JANEIRO	4	JANEIRO	11
FEVEREIRO	2	FEVEREIRO	04
MARÇO	1	MARÇO	17
ABRIL	1	ABRIL	11
MAIO	2	MAIO	14
JUNHO	3	JUNHO	10
JULHO	3	JULHO	20
AGOSTO	3	AGOSTO	14
SETEMBRO	3	SETEMBRO	23
OUTUBRO	6	OUTUBRO	22
NOVEMBRO	6	NOVEMBRO	22
DEZEMBRO	16	DEZEMBRO	03
TOTAL	50	TOTAL	160

Tivemos um **aumento de 220%** no número de Ordens de Serviço executadas **em relação em ano de 2023**.

b) Atendimentos e assessoria a magistrados

Em 2024, foram realizados 43 atendimentos a magistrados nas áreas de assessoria militar, apoio operacional, renovação de porte de arma e socorro, dos quais 4 ainda estão em andamento. **90% dos atendimentos foram concluídos.** Para 2023, não existem registros.

c) Percentual de uso da verba do FUNSEG: 2018/2023 – 24,7% / 2024 - 100% (do valor previsto para 2024/2025).

d) Efetivo policial – Incremento de 9,6% / Renovação de 36,7%.



NÚCLEO PERMANENTE DE
MÉTODOS CONSENSUAIS DE
SOLUÇÃO DE CONFLITOS



1 APRESENTAÇÃO

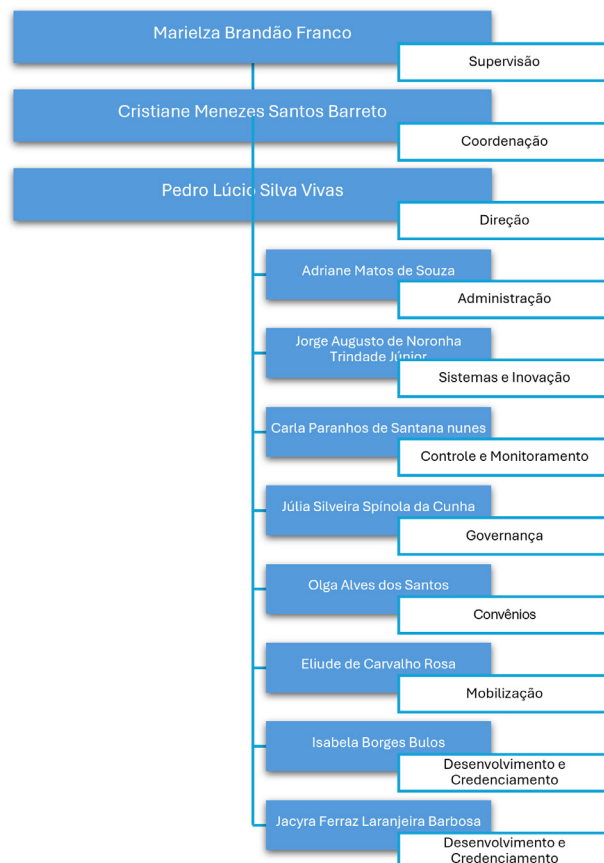
O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), responsável pelo planejamento e pela coordenação das unidades de mediação e conciliação do Judiciário baiano, é supervisionado pela Desembargadora Marielza Brandão Franco e coordenado pela Juíza Cristiane Menezes Barreto. Em 2024, com 183 (cento e oitenta e três) CEJUSCs já estabelecidos no estado, decidiu-se priorizar a organização dos fluxos de trabalho, promover inovações e implementar mecanismos de controle mais eficientes. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se os cursos sobre Noções de Conciliação e sobre o sistema PJE para as equipes; as mobilizações coletivas, como as Semanas de Conciliação; e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de gestão.

Este relatório apresenta os resultados obtidos ao longo do ano, evidenciando o compromisso do NUPEMEC com a efetividade e a melhoria contínua dos serviços prestados.

MISSÃO - Proporcionar soluções qualificadas para a resolução de conflitos no âmbito do Estado da Bahia, por meio de conciliações, mediações, restaurações sociais e atendimentos jurídicos, garantindo o acesso à Justiça e a autonomia das partes, em conformidade com o modelo multiportas, sempre com eficiência e respeito aos valores Humanos.

VISÃO - Ser reconhecido como referência do Estado da Bahia na promoção da pacificação social, pela oferta de Métodos Adequados de Solução Consensuais de Conflitos no âmbito do Poder Judiciário nacional.

2 COMPOSIÇÃO



3 AÇÕES EM ANDAMENTO/CONCLUÍDAS

O NUPEMEC, ao longo do ano de 2024, iniciou ou realizou as seguintes ações e projetos:

3.1 Semanas de Conciliação

Em 2024, o NUPEMEC-TJBA realizou três edições da Semana de Conciliação: a 1ª Estadual (de 10 a 14 de junho); a 2ª Estadual (de 29 de outubro a 1º de novembro); e a 19ª Nacional (de 4 a 8 de novembro). No total, foram realizadas 57.985 audiências, com 5.581 acordos firmados.

Para divulgar as iniciativas, ocorreram duas cerimônias de abertura com a presença da Presidente do TJBA, Desembargadora Cynthia Resende, e da Supervisora do NUPEMEC, Desembargadora Marielza Brandão Franco, além de outras autoridades, que formalizaram o Protocolo de Intenções pela Rede de Consensualidade e Acesso à Justiça.

3.2 Instituição do Prêmio Movimento pela Conciliação TJBA

Instituído pelo Decreto nº 826/2024, o Prêmio Movimento pela Conciliação TJBA reafirma o compromisso do Tribunal de Justiça da Bahia com os Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (MASCs). Criado pelo NUPEMEC-TJBA, inspira-se no Prêmio Conciliar é Legal, do CNJ.

A 1ª edição, realizada em 29 de outubro de 2024 no Auditório Desembargadora Olney Silva, premiou resultados da 1ª Semana Estadual de Conciliação durante a 2ª cerimônia de abertura das Semanas de Conciliação.

3.3 Protocolo de Intenções da Rede pela Consensualidade

O protocolo de intenções – que, entre si, celebram o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o Ministério Público do Estado da Bahia, a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, a Ordem dos Advogados do Brasil (Seccional Bahia), a Procuradoria-Geral do Município de Salvador, a Procuradoria-Geral do Município de Lauro de Freitas e a União dos Municípios da Bahia (UPB) – tem como objetivo estabelecer um canal de parceria interinstitucional, visando à integração das instituições e ao fortalecimento do sistema de justiça do estado da Bahia com enfoque em consensualidade.

3.4 Jornada da Mediação

O Programa Jornada da Mediação foi concebido pelo NUPEMEC-TJBA, com a finalidade de apresentar aos estudantes universitários das Faculdades de Direito e outras os métodos autocompositivos de solução de conflitos, por meio da Resolução CNJ nº 125/2010 e dos marcos legais atuais e normativos do TJBA.

No ano de 2024, foram realizados 4 encontros com os estudantes de Direito da Faculdade UCSAL nas seguintes datas: 22/05, 29/05, 23/10 e 30/10.

3.5 Mediação entre Empresa e Colônias de Pescadores

O NUPEMEC-TJBA, por meio da Desembargadora Marielza Brandão Franco, tem promovido mediações entre os advogados dos “Autores” e uma empresa de energia, visando solucionar

litígios relacionados à Usina Hidrelétrica do Complexo Pedra do Cavalo. A iniciativa resultou em um Termo de Transação Processual, promovendo cooperação processual, tratamento das demandas judiciais e respeito à autonomia das partes. Já foram resolvidos 944 processos, com possibilidade de novos acordos em andamento.

3.6 Seleção de Mediadores Judiciais

O NUPEMEC promoveu processo seletivo de estágio de pós-graduação, para preenchimento de 20 (vinte) vagas para Mediadores Judiciais, que ocorreu no dia 6 de novembro de 2024, das 9h às 13h, no auditório do Fórum Regional do Imbuí (FRI).

3.7 Desenvolvimento da Intranet do NUPEMEC

Foi criada uma Intranet institucional no SharePoint da Microsoft, hospedada na nuvem, como parte da modernização tecnológica do NUPEMEC. Utilizando ferramentas do Microsoft 365, a plataforma oferece uma experiência colaborativa e segura, atendendo às necessidades do Núcleo, como gerenciamento de documentos, compartilhamento de informações e elaboração de relatórios de gestão.

3.8 CEJUSCs

3.8.1 Reuniões e Visitas Técnicas Sistemáticas aos CEJUSCs para Coleta de Informações

O NUPEMEC-TJBA elaborou um cronograma de reuniões virtuais e visitas técnicas com o objetivo de mapear a situação atual dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSCs) e identificar demandas para o aprimoramento do funcionamento dessas unidades. As reuniões contaram com a presença do(a) supervisor(a) e do(a) Juiz(iza) Coordenador(a) das Unidades.

Ao longo de 2024, foram realizadas 48 (quarenta e oito) reuniões virtuais e 35 (trinta e cinco) visitas técnicas presenciais.

3.8.2 Criação do Fluxo do CEJUSC 2º Grau no Sistema PJe

O Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos de 2º Grau implementou melhorias para ampliar a capacidade de atendimento e oferecer serviços de qualidade.

As ações principais incluem:

- criação de fluxo específico no PJe para registro de audiências;
- mudança para novas instalações;
- formação de grupo de conciliadores voluntários (desembargadores e juízes aposentados);
- ampliação da equipe de trabalho.

3.8.3 CEJUSC Imobiliário - Fecomércio

Celebração do Termo de Compromisso de Cooperação Técnica para a implantação do CEJUSC IMOBILIÁRIO - Fecomércio, no Município de Salvador. O CEJUSC terá por finalidade a promoção da mediação e da conciliação, no âmbito Pré-processual em matéria imobiliária. O CEJUSC está previsto para ser inaugurado em 2025.

3.8.4 Construção de Ferramenta de Gestão de CEJUSCs

Em parceria com a AxéLab, foi implementado um ambiente dedicado à gestão dos CEJUSCs, com o objetivo de centralizar e organizar, de forma eficiente, todas as informações das unidades. Além disso, foi desenvolvido um formulário específico para a captação de necessidades, destinado a registrar as demandas dos Juízes Coordenadores de cada unidade, assegurando um atendimento ágil e personalizado às suas necessidades.

3.8.5 Desenvolvimento de Mapas com Geolocalização

Foi desenvolvido um recurso inovador para exibir mapas com geolocalizações animadas, utilizando a plataforma Datawrapper. Esse projeto teve como objetivo proporcionar uma visualização dinâmica e interativa da localização dos CEJUSCs, facilitando a identificação geográfica das unidades e o acompanhamento de sua distribuição.

Os CEJUSCs foram distribuídos em territórios de identidade, com o propósito de agrupar os municípios (Unidades) com características sociais, culturais, econômicas e geográficas semelhantes.

3.8.6 Elaboração de Nota Técnica Orientativa para os CEJUSCs

O NUPEMEC, em parceria com o Ministério Público da Bahia, aprimorou os termos de sessão das mediações nos CEJUSCs. Durante dois meses e meio, encontros semanais e virtuais discutiram melhorias na redação e nos requisitos técnicos desses termos. Participaram Promotores de Justiça, Servidores, Mediadores e Juízes. Como resultado, foi elaborada uma nota técnica orientativa para auxiliar os promotores na análise de processos de mediação. A iniciativa levou a proposta de um acordo de cooperação entre a Desembargadora Marielza Brandão, a Presidência do TJBA e a Procuradoria-Geral de Justiça. A nota técnica, também, servirá de base para capacitações futuras para mediadores.

3.9 Realização de Campanha Externa de Conciliação

O TJBA, por meio do NUPEMEC, lançou a campanha "Busque a conciliação. Nada vale mais que a sua paz", incentivando a resolução pacífica de conflitos. Alinhada às Diretrizes de Gestão da Presidente Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, a campanha destacou a conciliação como solução ágil e econômica. Veiculada de 6 a 19 de novembro de 2024, foi divulgada em outdoors, TV, rádio, jornais, mídias sociais e cartazes nas unidades do TJBA, com matérias de apoio.

4 INDICADORES

4.1 Quantidade de Audiências Realizadas nos CEJUSCs

4.1.1 Pré-processual

Produtividade	Quantidade
Audiências Realizadas com Acordo	10.567
Audiências Realizadas sem Acordo	5.314

Fonte: Período: de janeiro a dezembro de 2024.
Dados extraídos do BI/NUPEMEC (Sistema PJE) em 13-01-2025.

4.1.2 Processual

Produtividade	Quantidade
Audiências Realizadas com Acordo	8.342
Audiências Realizadas sem Acordo	29.350

Fonte: Período: de janeiro a dezembro de 2024.
Dados extraídos do BI/NUPEMEC (Sistema PJE) em 13-01-2025.

4.2 Semanas de Conciliação

Resultados por Semana (Justiça Comum – Varas e CEJUSCs)	1º S.E.C De 10 a 14/06	2º S.E.C De 29/10 a 1º/11	Semana Nacional De 04 a 08/11	TOTAL
Audiências Realizadas com Acordos	1.285	1.029	1.138	3.452
Audiências Realizadas sem Acordos	4.354	3.192	4.301	8.684
Não Realizadas	571	515	603	1.689
Canceladas	1.014	624	702	2.340
Redesignadas	473	353	358	1.184
Total Movimentações	7.697	5.713	7.102	20.512
Valor Acordos	R\$ 4.788.716	R\$ 4.832.712	R\$3.566.169	R\$ 13.187.597

Fonte: Dados Extraídos do Sistema BI/NUPEMEC-TJBA em 25/11/2024.

Resultados por Semana (Juizados Especiais)	1º S.E.C De 10 a 14/06	2º S.E.C De 29/10 a 1º/11	Semana Nacional De 04 a 08/11	TOTAL
Audiências Realizadas com Acordos	784	631	714	2.129
Audiências Realizadas sem Acordos	9.139	7.653	8.765	25.557
Não Realizadas	503	385	496	1.384
Canceladas	2.722	2.063	2.234	7.019
Redesignadas	625	310	449	1.384
Total Movimentações	13.773	11.042	12.658	37.473
Valor Acordos	R\$ 947.382	R\$ 315.120	R\$ 794.252,83	R\$ 2.056.774

Fonte: Dados extraídos do Sistema PROJUDI-BA (Enviado pela COJE).

5 PROJETOS

5.1 Projeto: Canal Podcast “Pontes em Construção”

Demandante: NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Status: Concluído.

Percentual de Implementação: 100%

Escopo: o NUPEMEC do TJBA criou um canal de podcast para disseminar conhecimento sobre mediação, conciliação e métodos autocompositivos, além de compartilhar histórias reais de resolução de conflitos. O canal é voltado à sociedade e aos operadores do Direito, promovendo a informação, o engajamento e a valorização da pacificação social.

Última ação: gravação e lançamento do 4º episódio.

Entregas realizadas:

- EP 1 – O conflito pela ótica da literatura com a Juíza Cristiane Barreto;
- EP 2 – O tempo e a resolução de conflitos com a Juíza Cristiane Menezes;
- EP 3 – A mediação e a atuação do NUPEMEC com a Juíza Cristiane Menezes;
- EP 4 – Fim de ano e a cultura de paz, pela perspectiva da mediação e da conciliação.

5.2 Projeto: Reestruturação do NUPEMEC

Demandante: NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Status: Em andamento.

Percentual de Implementação: 25,5%.

Escopo: a reestruturação do NUPEMEC visa aprimorar as rotinas e o controle dos CEJUSCs, aumentando a efetividade na resolução consensual de conflitos. O projeto inclui capacitação de mediadores, implementação de sistema integrado, conformidade legal, divulgação dos serviços, avaliação da qualidade e institucionalização de políticas de MASCs, a fim de garantir a continuidade e a sustentabilidade dos serviços, visando a um sistema mais eficiente e acessível.

Última ação: submissão e aprovação do projeto na Condição de Estratégico na Reunião de Análise Estratégica em 12/12/2024.

6 OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

6.1 Cursos Oferecidos pelo NUPEMEC

CURSO	PERÍODO	CARGA	PARTICIPANTES
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	06, 07 e 08/05/2024	12 horas	11
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	13, 14 e 15/05/2024	12 horas	17
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	20, 21 e 22/05/2024	12 horas	13
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	04, 05 e 06/06/2024	12 horas	16
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	05, 06 e 07/08/2024	12 horas	18
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	07, 08 e 09 /10/2024	12 horas	13
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	14, 15 e 16/10/2024	12 horas	18
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	11, 12 e 13/11/2024	12 horas	10

CURSO	PERÍODO	CARGA	PARTICIPANTES
Noções em Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Procedimentos CEJUSC e Treinamento PJE	25, 26 e 27/11/2024	12 horas	18
Formação em Conciliação e Mediação Judicial (Presencial)	De 15 a 19/01/2024	100 horas	19
Formação em Conciliação e Mediação Judicial (Presencial)	De 22 a 26/01/2024	100 horas	12
Formação em Conciliação e Mediação Judicial (online)	De 21/10 a 1º/11/2024	100 horas	20
Formação em Conciliação e Mediação Judicial	De 18 a 29/11/2024	100 horas	20
Oficinas de Parentalidade (Presencial)	De 11 a 14/11/2024	36 horas	14
Mediação Familiar (Presencial)	18 e 19/11/2024 25, 26 e 27/11/2024	60 horas	18
Sábia Conciliação 2º Grau (Presencial)	De 25 a 29/11/2024	28 horas	11

6.2 Celebração, Regularização e Aditamento de Convênios

UNIDADE	Nº SIGA
Câmara de Arbitragem MED ARB RB Empresarial	TJ-ADM-2024/745050
MAJUS Câmara de Mediação e Arbitragem Justa Solução	TJ-ADM-2021/39186
CEJUSC Bairro da Paz	TJ-ADM-2024/33587
CEJUSC Belmonte	TJ-ADM-2024/27867
CEJUSC Camacan	TJ-ADM-2017/69371
CEJUSC Caetité	TJ-ADM-2024/72950
CEJUSC Coaraci	TJ-ADM-2017/28539
CEJUSC Camaçari	TJ-ADM-2018/04830
CEJUSC Camamu	TJ-ADM-2016/32209
CEJUSC Dias D'ávil	TJ-ADM-2019/23859
CEJUSC Entre Rios	TJ-ADM-2022/00826
CEJUSC Eunápolis	TJ-ADM-2021/26378
CEJUSC Feira de Santana - UNIFAN	TJ-ADM-2020/33781
CEJUSC Feira de Santana - UNEX	TJ-ADM-2024/65214
CEJUSC Itapetinga	TJ-ADM-2024/59315
CEJUSC Ilhéus	TJ-ADM-2018/03505
CEJUSC Iraquara	TJ-ADM-2023/75055
CEJUSC Irecê - Fórum	TJ-ADM-2018/15160
CEJUSC Irecê - SAC	TJ-ADM-2019/40829
CEJUSC Itacaré	TJ-ADM-2018/04153
CEJUSC João Dourado	TJ-ADM-2019/45920
CEJUSC Lauro de Freitas - Fórum/Itinga/Areia Branca	TJ-ADM-2019/459018
CEJUSC Livramento de Nossa Senhora	TJ-ADM-2017/60616
CEJUSC Macaúbas	TJ-ADM-2017/65035
CEJUSC Maetinga	TJ-ADM-2018/40417
CEJUSC Marau	TJ-ADM-2018/13100
CEJUSC Morro do Chapéu	TJ-ADM-2017/57731
CEJUSC Nazaré	TJ-ADM-2018/47130
CEJUSC Oliveira dos Brejinhos	TJ-ADM-2023/24160
CEJUSC Pojuca	TJ-ADM-2019/53963
CEJUSC Ubaitaba	TJ-ADM-2019/34848
CEJUSC São Felipe	TJ-ADM-2024/53891
CEJUSC Salvador Mussurunga - UNIFTC	TJ-ADM-2024/78486

UNIDADE	Nº SIGA
CEJUS Salvador Fecomércio	TJ-ADM-2024/79640
CEJUSC Santa Maria da Vitória	TJ-ADM-2018/37475
CEJUSC Senhor do Bonfim	TJ-ADM-2021/02437
CEJUSC Simões Filho - Fórum	TJ-ADM-2017/65704
CEJUSC Pituaçu - UCSAL	TJ-ADM-2019/04353
CEJUSC Santa Cruz Cabralia	TJ-ADM-2017/68822
CEJUSC Valença - Faculdade Atenas	TJ-ADM-2024/94490

6.3 Sistema SIGA

Tipo de Documento	Recebido	Transferido	Arquivado	Cancelado	Criado
Comunicação Interna	75	128	26	30	95
Genérico	1	4	0	0	3
Ofício	14	20	1	2	4
Processo Administrativo	266	194	32	0	0
Processo Administrativo de Contrato	7	5	3	0	0

Observação:

Documentos Tramitados no NUPEMEC por tipo de documento (de 1º de janeiro a 5 de dezembro de 2024)

* A coluna RECEBIDO não inclui quantitativos de recebimentos internos na unidade.

* A coluna TRANSFERIDO não inclui transferências feitas internamente na unidade.

* A coluna CRIADO refere-se aos documentos criados dentro da unidade.

* Dados extraídos referentes ao período de 1º de janeiro a 5 de dezembro de 2024.



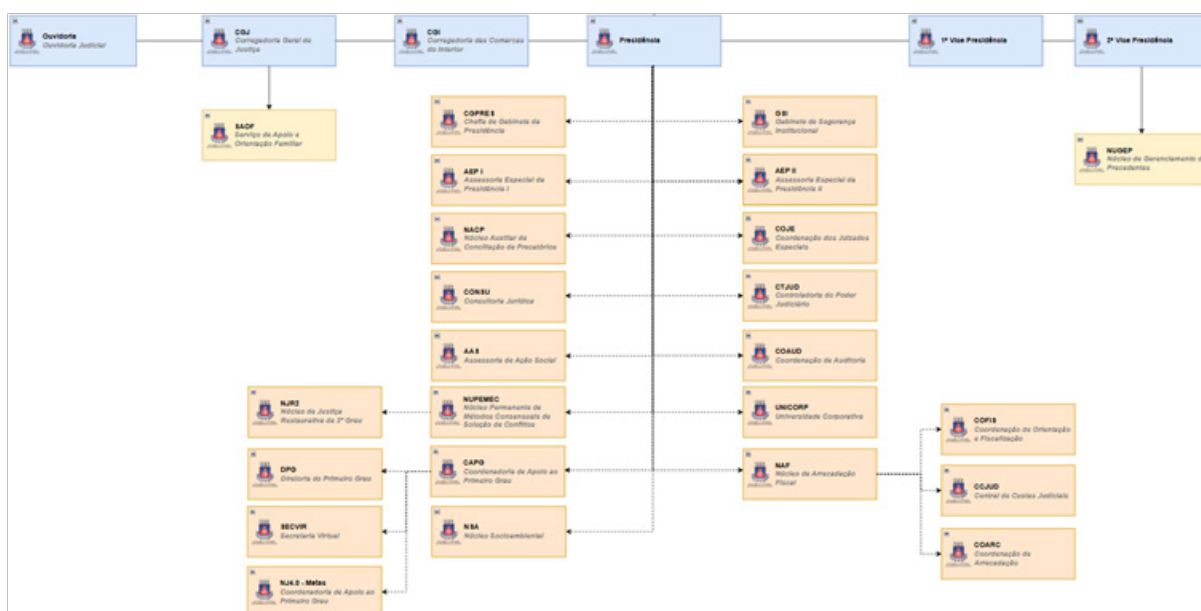
NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL



1. Apresentação

O Núcleo Socioambiental foi instituído em 2010, regulamentado pelo Ato Conjunto TJBA nº 06, de 28 de setembro de 2016, bem como pelo Decreto Judiciário TJBA nº 1.009, de 31 de outubro de 2016. O setor é presidido pela Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho desde sua criação e é composto por juízes, secretários, chefes de gabinete da Presidência, assessores e servidores.

Sua principal função é de oferecer suporte à elaboração de planos, execução de ações, no acompanhamento de metas anuais e na análise de indicadores de desempenho, a fim de contribuir com a implementação de práticas sustentáveis no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. O Núcleo Socioambiental está subordinado à Presidência desta Corte, em obediência às Resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme organograma:



Organograma – Núcleo Socioambiental

2. Objetivos

O Núcleo Socioambiental pretendeu alcançar os seguintes objetivos para o ano de 2024:

1. intensificar a modernização energética com a instalação de painéis solares em unidades do interior e com a substituição de lâmpadas tradicionais por LED;
2. ampliar os espaços produtivos e o apoio às instituições filantrópicas para o Projeto de Hortas;
3. aumentar a destinação adequada de resíduos para reciclagem com regras relativas à coleta seletiva nos prédios e nas sedes regionais que compõem o Poder Judiciário do Estado da Bahia;
4. elaborar e distribuir materiais educativos para reforçar a conscientização ambiental;
5. implementar o Painel Integrado Sustentável permitindo o acompanhamento em tempo real das ações e das metas, em parceria com o Laboratório de Inovação (Axé Lab);

6. elaborar a Cartilha da Sustentabilidade, lançada durante o evento TJBA Mais Perto, a fim de conscientizar magistrados, servidores e demais integrantes do Poder Judiciário;
7. expandir a oferta de cursos de capacitação sobre sustentabilidade, incluindo temas como: eficiência energética, gestão de resíduos e práticas ESG, por meio da Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP);
8. realizar estudos para a certificação de construções sustentáveis e viabilizar a aquisição de veículos elétricos para a frota institucional;
9. planejar a instalação de pontos de recarga para veículos elétricos nas unidades do TJBA;
10. fomentar a substituição gradativa do uso de copos plásticos por materiais que possuam a composição ecologicamente correta;
11. implantar o Plano de Requalificação Paisagística com o apoio da Superintendência de Patrimônio da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SUPAT/SAEB); e
12. dar continuidade ao Projeto Juízo Verde, premiando as unidades de melhor desempenho sustentável.

3. Ações em andamento/concluídas

- Instalação de usinas solares que resultaram em 25 usinas solares em operação, 4 em implantação e 3 em projeto, totalizando 32 usinas.
- Descarte adequado dos resíduos sólidos e destinação eficaz de 81 mil lâmpadas fluorescentes por LED em 53 unidades do Poder Judiciário baiano; arrecadação de 30 toneladas de materiais recicláveis até o terceiro trimestre/2024, dentre eles: metal, papel, plástico, óleo de cozinha, eletrônicos e vidros.
- Inauguração da horta solidária na Casa Pia de Órfãos de São Joaquim (Salvador/BA) e expansão das entregas das hortas existentes com 2.1 toneladas de alimentos doados em 2024, em 29 entregas, representando aumento de 60% em relação a 2022.
- Lançamento da Cartilha da Sustentabilidade, lançada durante o evento TJBA Mais Perto, a fim de conscientizar magistrados, servidores e demais integrantes do Poder Judiciário.
- Implantação do Plano de Requalificação Paisagística com o apoio da Superintendência de Patrimônio da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SUPAT/SAEB).
- Desenvolvimento do Painel Integrado Sustentável em parceria com a SEAD, a SETIM e o Axé Lab.
- Implementação de novos pontos de coleta seletiva e controle de reaproveitamento de móveis.
- Elaboração do Projeto Juízo Verde para premiar as unidades com melhor desempenho sustentável.

- Elaboração do Plano de Descarbonização para incrementar ações que visam à redução de emissões de GEE.
- Proposta para implantação da Certificação LEED para melhorar a eficiência energética das edificações do Poder Judiciário do Estado da Bahia.
- Adoção de medidas para extinguir a compra e o uso de copos plásticos, com a proposição de materiais alternativos e mais sustentáveis, como a entrega de canecas compostas de porcelana.

4. Indicadores

As ações de sustentabilidade planejadas pelo Núcleo Socioambiental do TJBA e que foram efetivamente implementadas no período de análise compõem a considerada “Taxa de Implementação de Ações Sustentáveis” (TIAS). Para isso, foram consideradas iniciativas como: instalação de usinas solares, substituição de lâmpadas, ampliação do projeto de hortas e reciclagem de resíduos, à luz do que dispõem as Resoluções CNJ nº 400/2021, nº 550/2024 e nº 594/2024.

Fórmula: $TIAS (\%) = (\text{Número de Ações Implementadas} / \text{Número Total de Ações Planejadas}) \times 100$

Periodicidade: Mensal ou trimestral.

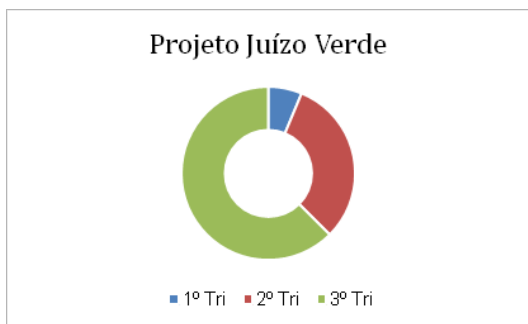
Fonte de Dados: Relatórios de acompanhamento das ações do Núcleo Socioambiental e registros administrativos.

Aplicação: $\text{Ações Implementadas (8)} / \text{Número Total de Ações Planejadas (12)} \times 100$

IAS (%) = 67%

5. Projetos

PROJETO JUÍZO VERDE



Projeto “Juízo Verde”

Demandante: Presidência

Status: Em execução

Escopo: Definição de Parâmetros para premiação de unidades sobre valorização da Sustentabilidade

Última ação: Discussão da Minuta de Decreto

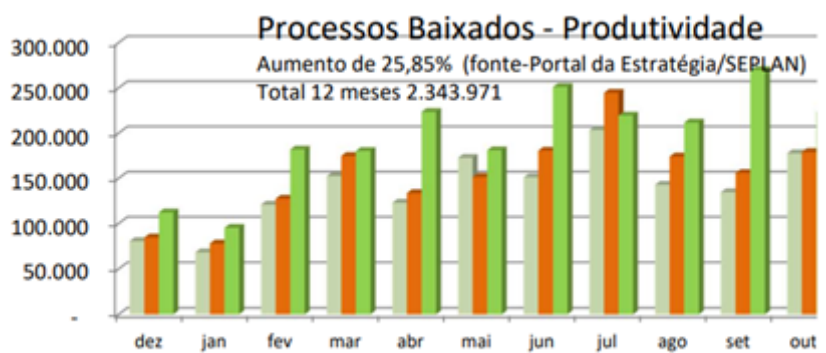
Andamento: Em análise com a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) para propor as métricas a serem avaliadas.

CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

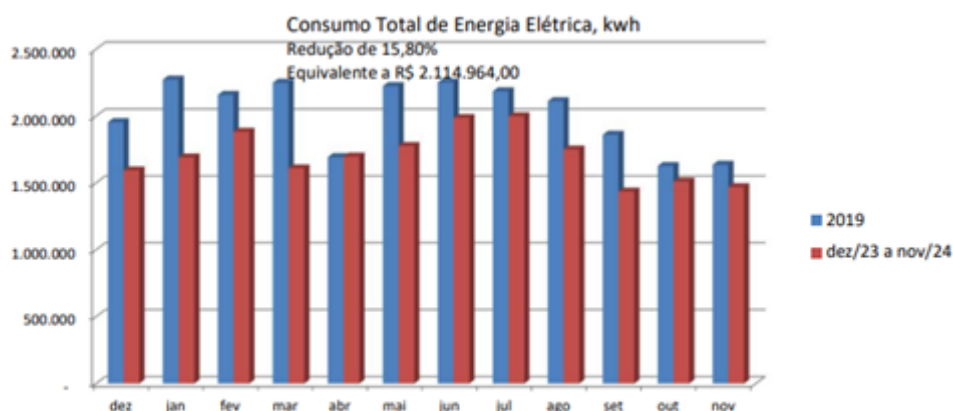
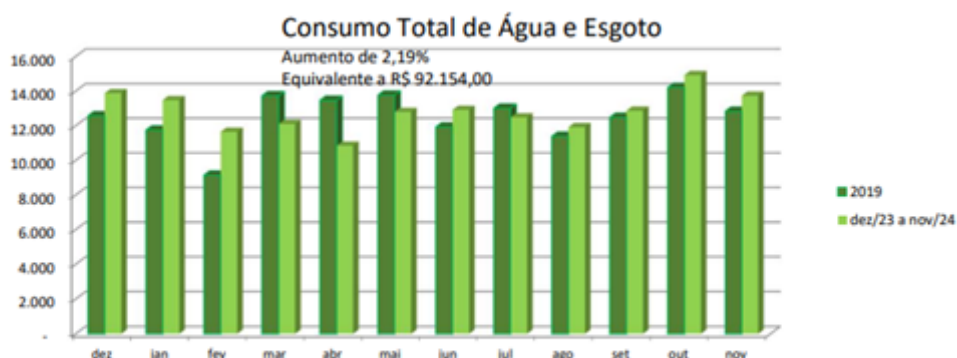
1. Comparação com o último ano (de dez/23 a nov/24): houve aumento de consumo e gastos, com água (+0,48%, R\$ 22.641,00) e energia elétrica (+5,03%, R\$ 681.584,00), devido ao crescimento da produtividade em 28,87%.

2. Comparação com 2019: economia acumulada de R\$ 2.022.810,00, com redução de 15,8% no consumo de energia elétrica (-R\$ 2.114.964,00). Por outro lado, os gastos com água cresceram R\$ 92.154,00 (+2,19%), devido ao aumento de produtividade recorde: 2.387.486 baixas processuais em 2024, comparados a 1.868.099 em 2023 e 1.640.464 em 2019.

As economias futuras serão sustentadas pelas boas práticas, como a substituição de lâmpadas por LED e a expansão das 32 usinas solares (25 em operação, 4 em implantação e 3 em projeto).



Aumento da produtividade em 25,85%



Gráficos do consumo de água e energia elétrica.

6. Outras ações relevantes

- Participações em 23 cursos promovidos pela Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP) e demais instituições nacionais.
- Publicação de 75 matérias para divulgar as ações da Unidade com o apoio da ASCOM.
- Inauguração do 5º espaço destinado ao Projeto de Hortas.
- Realização de 15 reuniões ordinárias e extraordinárias.
- Divulgação de 27 campanhas de sensibilização nas redes sociais.
- Adoção de medidas para extinguir a compra e o uso de copos plásticos, com a proposição de materiais alternativos e mais sustentáveis.
- Celebração do Dia Internacional da Mulher com Reconhecimento às Agentes de Limpeza.



**RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO
BIÊNIO 2024-2026**

CONTEÚDO

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

EDIÇÃO, REVISÃO, DIAGRAMAÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE

Assessoria de Comunicação Social

APROVAÇÃO

Secretaria-Geral da Presidência - SGP

REVISÃO TEXTUAL

Assessora de Linguística da Presidência do TJBA

FOTOS

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

As informações contidas neste Relatório
são de inteira responsabilidade de cada unidade
do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA